



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1220

Quarta-feira - 17 de Abril de 2013

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Antônio Carlos .....	1
Associações .....	256
Biguaçu .....	2
Braço do Trombudo .....	20
Caçador .....	20
Camboriú .....	35
Campo Alegre .....	42
Campos Novos .....	51
Canoinhas .....	51
Capinzal .....	67
Catanduvas .....	68
Chapadão do Lageado .....	70
Concórdia .....	73
Cordilheira Alta .....	76
Corupá .....	77
Curitibanos .....	77
Forquilha .....	82
Fraiburgo .....	83
Garopaba .....	85
Garuva .....	90
Gaspar .....	96
Governador Celso Ramos .....	98
Guaramirim .....	99
Herval d'Oeste .....	100
Ibiam .....	100
Imbituba .....	104
Iomerê .....	119
Ipumirim .....	122
Irineópolis .....	123
Itapoá .....	126
Joaçaba .....	127
Lages .....	134
Lauro Muller .....	134
Lebon Regis .....	136
Leoberto Leal .....	138
Luzerna .....	141
Macieira .....	141
Massaranduba .....	141
Meleiro .....	142
Monte Carlo .....	142
Navegantes .....	143
Paial .....	145
Palhoça .....	145
Papanduva .....	149
Paulo Lopes .....	150
Pinheiro Preto .....	154
Porto União .....	175
Rio do Sul .....	176
Salto Veloso .....	180

São Bento do Sul .....	181
São Domingos .....	196
São João do Sul .....	196
São Lourenço do Oeste .....	198
Schroeder .....	198
Siderópolis .....	206
Timbé do Sul .....	206
Timbó .....	207
Três Barras .....	210
Tunápolis .....	214
Videira .....	221
Vitor Meireles .....	227
Xavantina .....	243
EGEM .....	256

### Consórcios

CIM-AMAVI .....	258
CIS/AMFRI .....	258
CIS/AMURES .....	260
Quiriri .....	262
CVC .....	266

**Antônio Carlos**

### PREFEITURA

#### Decreto N° 032/2013

DECRETO N° 032/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 93.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 10.000,00

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

04.01.12.361.0002.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 17.000,00

10 -SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 -SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 66.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.2.014-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 10.000,00

04.01.12.361.0002.2.008-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 17.000,00

10 -SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 -SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 66.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 16 de Abril de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação Nº 048/2013

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 048/2013; Modalidade: Pregão Presencial Nº. 034/2013; Tipo: Menor Preço por Lote; Objeto: Contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de forma contínua na manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e equipamentos rodoviários do Município de Antônio Carlos, tais como: mecânica, elétrica, hidráulico, ar condicionado, torno e solda, balanceamento, alinhamento e geometria, lataria e pintura, na forma e condições definidas em cada lote. Entrega dos envelopes e abertura: 14:00 (quatorze) horas do dia 30/04/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 12 de Abril de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação Nº 049/2013

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 049/2013; Modalidade: Pregão Presencial Nº. 035/2013; Tipo: Menor Preço por Item; Sistema: Registro de Preços Objeto: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios, material de limpeza, utensílios de cozinha, gás e eletrodomésticos, para a cozinha da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos. Entrega dos envelopes e abertura: 14:00 (quatorze) horas do dia 29/04/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email administracao@

antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 16 de Abril de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

## Biguaçu

### PREFEITURA

### Portaria Nº 1043 de 15 de Março de 2013

PORTARIA nº 1043 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALDECI SILVINO PEREIRA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse VALDECI SILVINO PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

### Portaria Nº 1044 de 15 de Março de 2013

PORTARIA nº 1044 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURICIO DIAS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MAURICIO DIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1045 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1045 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSE CARLOS BITTENCOURT, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOSE CARLOS BITTENCOURT, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1046 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1046 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SANDRO JOSÉ DA SILVA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SANDRO JOSÉ DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1048 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1048 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSINEI JOSÉ DA CUNHA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ROSINEI JOSÉ DA CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINA (TRATOR AGRÍCOLA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1049 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1049 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSLI ROBERTO DA CUNHA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse OSLI ROBERTO DA CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINA (TRATOR AGRÍCOLA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1050 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1050 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), HAMILTON REIS, e dá outras

providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse HAMILTON REIS, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINA (TRATOR AGRÍCOLA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

### **Portaria Nº 1051 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1051 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CARLOS ZULMAR ALBINO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CARLOS ZULMAR ALBINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2013 a 30/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/05/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

### **Portaria Nº 1052 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1052 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CATARINA MARIA CAMPOS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CATARINA MARIA CAMPOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2013 a 30/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/05/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

### **Portaria Nº 1053 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1053 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ARLINDO JOAO GOULART FILHO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ARLINDO JOAO GOULART FILHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/07/2013 a 02/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/07/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

### **Portaria Nº 1054 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1054 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELVIS EZEQUIEL VELHO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ELVIS EZEQUIEL VELHO, para desempenhar as funções do cargo não



provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2013 a 30/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/05/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1055 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1055 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ATANASIO PEREIRA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ATANASIO PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PEDREIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2013 a 30/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/05/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1056 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1056 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALDIR CHAVES, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse VALDIR CHAVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de PEDREIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2013 a 30/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/05/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1057 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1057 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PAULO PRIM, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse PAULO PRIM, para desempenhar as funções do cargo não provido de CARPINTEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2013 a 30/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/05/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1058 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1058 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANELIZE DE SENA FERREIRA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ANELIZE DE SENA FERREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1059 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1059 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), AUGUSTA APARECIDA VELHO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse AUGUSTA APARECIDA VELHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1060 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1060 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JACÓ LOURENÇO DOS SANTOS FILHO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JACÓ LOURENÇO DOS SANTOS FILHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1061 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1061 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para

Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ LAURINDO CORREA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOSÉ LAURINDO CORREA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1062 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1062 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSE NILTON GOEDERT, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOSE NILTON GOEDERT, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1063 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1063 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCO AURELIO ABDENAGO MACHADO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas

atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MARCO AURELIO ABDENAGO MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de ALMOXARIFE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/04/2013 a 01/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1064 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1064 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MODESTINO PEDRO MARTINS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MODESTINO PEDRO MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1065 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1065 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NILTON DUARTE SIQUEIRA FILHO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público,

de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse NILTON DUARTE SIQUEIRA FILHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1066 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1066 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PEDRO JOAO DE ANDRADE, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse PEDRO JOAO DE ANDRADE, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1068 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1068 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SERGIO CAETANO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SERGIO CAETANO, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1069 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA nº 1069 de 15 de março de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALCIDES MANOEL DE FARIAS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse VALCIDES MANOEL DE FARIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 02/04/2013.

Biguaçu, 15 de março de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1158/2013**

PORTARIA Nº 1158/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

#### **RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA DORALINA DE OLIVEIRA VALENTINI, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2025/2013 em anexo o período de 25/02/2013 a 01/03/2013.

Biguaçu, 21 de março de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1208 de 04 de Abril de 2013**

PORTARIA nº 1208 de 04 de abril de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ JOÃO SCHIMITZ, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de

julho de 2012.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOSÉ JOÃO SCHIMITZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRANÇO), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2013 a 02/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/05/2013.

Biguaçu, 04 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1209 de 04 de Abril de 2013**

PORTARIA nº 1209 de 04 de abril de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FIRMINO DILMO AMARAL, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse FIRMINO DILMO AMARAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRANÇO), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2013 a 02/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/05/2013.

Biguaçu, 04 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1210 de 04 de Abril de 2013**

PORTARIA nº 1210 de 04 de abril de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALMOR ROBERTO GUESER, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado



para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse VALMOR ROBERTO GUESSER, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2013 a 30/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/05/2013.

Biguaçu, 04 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1211 de 04 de Abril de 2013**

PORTARIA nº 1211 de 04 de abril de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), REGINA CARDOSO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse REGINA CARDOSO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2013 a 30/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/05/2013.

Biguaçu, 04 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1212 de 04 de Abril de 2013**

PORTARIA nº 1212 de 04 de abril de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROBERTO JOSÉ DE SOUZA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ROBERTO JOSÉ DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com

atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura e jornada de 40 horas semanais, no período de 27/06/2013 a 26/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 27/06/2013.

Biguaçu, 04 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1299/2013**

PORTARIA Nº 1299/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

#### **RESOLVE:**

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), MARLETE ROSA CABRAL, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 3386/2013 período de 08/04/2013 a 04/10/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1300/2013**

PORTARIA Nº 1300/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

#### **RESOLVE:**

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), CINTYA REGINA LENTZ DE MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 3052/2013 período de 01/04/2013 a 27/09/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1301/2013**

PORTARIA Nº 1301/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

#### **RESOLVE:**

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), RAQUEL CORREIA FRANÇA, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 3061/2013 período de 21/03/2013 a 16/09/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1302/2013**

PORTARIA Nº 1302/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), SIRLENE DE MELO, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 2999/2013 período de 26/03/2013 a 26/09/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1303/2013**

PORTARIA Nº 1303/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), ANGELA MARIA DE AMORIM SALUM, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 3325/2013 período de 27/03/2013 a 22/09/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1304/2013**

PORTARIA Nº 1304/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), NEIDE TERESINHA REGIS, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 3332/2013 período de 03/04/2013 a 29/09/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1305/2013**

PORTARIA Nº 1305/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IVONE DE SOUZA ALVES, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções

laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3333/2013 em anexo no período de 03/04/2013 a 10/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1306/2013**

PORTARIA Nº 1306/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CARLA GOULART, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3363/2013 em anexo no período de 03/04/2013 a 17/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1307/2013**

PORTARIA Nº 1307/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SYOMARA DALVA MACHADO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3467/2013 em anexo no período de 02/04/2013 a 16/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1308/2013**

PORTARIA Nº 1308/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUIZ ANTONIO SANTANA, ocupante do Cargo efetivo de CALCETEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3521/2013 em anexo no período de 28/03/2013 a 26/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1309/2013**

PORTARIA Nº 1309/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IRENE DEBORTOLI DA CRUZ, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3458/2013 em anexo no período de 02/04/2013 a 05/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1310/2013**

PORTARIA Nº 1310/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), HELENA MARIA DE OLIVEIRA KAMER, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3458/2013 em anexo no período de 15/02/2013 a 15/05/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1311/2013**

PORTARIA Nº 1311/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARISTELA MARIA CARDOZO BIAZON, ocupante do Cargo temporário de ENFERMEIRO II - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3231/2013 em anexo no período de 01/04/2013 a 15/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1313/2013**

PORTARIA Nº 1313/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SINCLER BILK, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3320/2013 em anexo no período de 28/03/2013 a 26/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1314/2013**

PORTARIA Nº 1314/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IZABEL CRISTINA DE AZEVEDO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3409/2013 em anexo no período de 05/04/2013 a 03/06/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1316/2013**

PORTARIA Nº 1316/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DEJAIR JACINTO JOSE, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2800/2013 em anexo no período de 19/03/2013 a 17/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1317/2013**

PORTARIA Nº 1317/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ENDRIGO SAMPAIO DE MENEZES, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2752/2013 em anexo no período de 13/03/2013 a 19/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1318/2013**

PORTARIA Nº 1318/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SCHIMENI ROSE DA SILVA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2650/2013 em anexo no período de 12/03/2013 a 20/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1319/2013**

PORTARIA Nº 1319/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RENATA LOPES PEDRO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2721/2013 em anexo no período de 12/03/2013 a 19/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1320/2013**

PORTARIA Nº 1320/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NAIR BRITO, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2549/2013 em anexo no período de 05/03/2013 a 19/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1321/2013**

PORTARIA Nº 1321/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUZIA MAURA OLIVEIRA,

ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2713/2013 em anexo no período de 15/03/2013 a 13/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1322/2013**

PORTARIA Nº 1322/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CARMEM FEDERIZZI, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2743/2013 em anexo no período de 11/03/2013 a 25/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1323/2013**

PORTARIA Nº 1323/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IVONE SPRICIGO DA CRUZ, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2557/2013 em anexo no período de 04/03/2013 a 18/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1324/2013**

PORTARIA Nº 1324/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SANDREIA NUNES, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2779/2013 em anexo no período de 15/03/2013 a 23/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração



**Portaria Nº 1325/2013**

PORTARIA Nº 1325/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), PAULO SANDRO NASCIMENTO, ocupante do Cargo temporário de ENCANADOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2785/2013 em anexo no período de 15/03/2013 a 29/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1326/2013**

PORTARIA Nº 1326/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCELITE DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2766/2013 em anexo no período de 13/03/2013 a 15/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1327/2013**

PORTARIA Nº 1327/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELIZABETH BERNARDINA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3099/2013 em anexo no período de 29/03/2013 a 24/09/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1328/2013**

PORTARIA Nº 1328/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROBERTO CARLOS RODRIGUES, ocupante do Cargo efetivo de PINTOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3043/2013 em anexo no período de 25/03/2013 a 23/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1329/2013**

PORTARIA Nº 1329/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSINELE HEINZ, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2985/2013 em anexo nos dias 05, 08, 11 e 21/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1330/2013**

PORTARIA Nº 1330/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CARLOS AUGUSTO RIBEIRO DA ROCHA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3049/2013 em anexo no período de 22/03/2013 a 20/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1331/2013**

PORTARIA Nº 1331/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DÉBORA GONÇALVES TURROLLA, ocupante do Cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3037/2013 em anexo no período de 20/03/2013 a 03/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1332/2013**

PORTARIA Nº 1332/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IEDA LUZ DE MIRANDA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2964/2013 em anexo no período de 21/03/2013 a 19/05/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1333/2013**

PORTARIA Nº 1333/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DEIZE CRISTINA PERES AMORIM, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3028/2013 em anexo no período de 22/03/2013 a 05/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1334/2013**

PORTARIA Nº 1334/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), HILDA MARIA DE MELO DOS SANTOS, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR I - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3040/2013 em anexo no período de 22/03/2013 a 29/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1334/2013**

PORTARIA Nº 1334/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), HILDA MARIA DE MELO DOS SANTOS, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR I - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3040/2013 em anexo no período de 22/03/2013 a 29/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1335/2013**

PORTARIA Nº 1335/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CATARINA OLINDINA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2992/2013 em anexo no período de 25/03/2013 a 03/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1337/2013**

PORTARIA Nº 1337/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SAMARA TATIANE NASCIMENTO DE ALMEIDA ABREU, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2963/2013 em anexo no período de 20/03/2013 a 22/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1338/2013**

PORTARIA Nº 1338/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LAIR CRISTINA NEIS DE FARIAS, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3017/2013 em anexo no período de 22/03/2013 a 01/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1339/2013**

PORTARIA Nº 1339/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KARINE PATRICIA STULP, ocupante do Cargo efetivo de ENFERMEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2178/2013 em anexo no período de 28/02/2013 a 05/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1340/2013**

PORTARIA Nº 1340/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SOLANGE MARIA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de RECEPCIONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2947/2013 em anexo no período de 21/03/2013 a 20/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1341/2013**

PORTARIA Nº 1341/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FERNANDA MALSCHITZKI JACQUES, ocupante do Cargo temporário de ODONTÓLOGO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2898/2013 em anexo no período de 18/03/2013 a 27/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1342/2013**

PORTARIA Nº 1342/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de

julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCIO ROBERTO SOARES, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3041/2013 em anexo no período de 20/03/2013 a 17/06/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1343/2013**

PORTARIA Nº 1343/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELISABETE REGINA PEREIRA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2986/2013 em anexo no período de 20/03/2013 a 22/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1344/2013**

PORTARIA Nº 1344/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SIRLEY MARIA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2794/2013 em anexo no período de 14/03/2013 a 12/05/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1345/2013**

PORTARIA Nº 1345/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SILVANA NEIVA DA SILVA CRESCENCIO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2869/2013 em anexo no período de

18/03/2013 a 01/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1346/2013**  
PORTARIA Nº 1346/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), VIVIANE DA CUNHA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2880/2013 em anexo no período de 14/03/2013 a 22/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1347/2013**  
PORTARIA Nº 1347/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDUARDO MARQUES, ocupante do Cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2864/2013 em anexo no período de 14/03/2013 a 29/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1348/2013**  
PORTARIA Nº 1348/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA TEREZINHA SOARES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2845/2013 em anexo no período de 18/03/2013 a 16/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1349/2013**  
PORTARIA Nº 1349/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANDRE LUAN DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2877/2013 em anexo no período de 19/03/2013 a 17/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1350/2013**  
PORTARIA Nº 1350/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), SUZI MACHADO FARIA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3235/2013 em anexo no período de 01/04/2013 a 14/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1351/2013**  
PORTARIA Nº 1351/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), JOSE GUILHERME TEIXEIRA DE ARAUJO, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3200/2013 em anexo no período de 22/03/2013 a 27/05/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1352/2013**  
PORTARIA Nº 1352/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDINEI TEREZA GABRIELA



APPI, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2404/2013 em anexo no período de 25/03/2013 a 22/06/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1353/2013**  
PORTARIA Nº 1353/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), CRISTIANO DE SIMAS, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3251/2013 em anexo no período de 01/04/2013 a 05/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1354/2013**  
PORTARIA Nº 1354/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), NEUZY DELORME DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GGERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2094/2013 em anexo no período de 08/03/2013 a 06/05/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1355/2013**  
PORTARIA Nº 1355/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), GABRIELA DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de NUTRICIONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3261/2013 em anexo no período de 27/03/2013 a 10/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1356/2013**  
PORTARIA Nº 1356/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), VALMIR CRISOSTOMO KUHN, ocupante do Cargo temporário de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3303/2013 em anexo no período de 02/04/2013 a 11/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1357/2013**  
PORTARIA Nº 1357/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), SCHIMENI ROSE DA SILVA PEREIRA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3292/2013 em anexo no período de 01/04/2013 a 05/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1358/2013**  
PORTARIA Nº 1358/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), CRISTINA BELL NILES, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3288/2013 em anexo no período de 01/04/2013 a 06/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1359/2013**  
PORTARIA Nº 1359/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANDRESSA AMARAL MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3133/2013 em anexo no período de 23/03/2013 a 29/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1360/2013**

PORTARIA Nº 1360/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), ROSIANI CUNHA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 3271/2013 período de 01/04/2013 a 27/09/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1361/2013**

PORTARIA Nº 1361/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RODRIGO ANDRADE, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3054/2013 em anexo no período de 21/03/2013 a 04/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1362/2013**

PORTARIA Nº 1362/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RAFAELA FRARE SCHWINGEL, ocupante do Cargo efetivo de MÉDICO PLANTONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3354/2013 em anexo no período de 03/04/2013 a 29/09/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1363/2013**

PORTARIA Nº 1363/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CATARINA OLINDINA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3262/2013 em anexo no período de 01/04/2013 a 30/05/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1365/2013**

PORTARIA Nº 1365/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANNE LUISA NARDI, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3309/2013 em anexo no período de 25/03/2013 a 01/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1366/2013**

PORTARIA Nº 1366/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ALINE AMORIM DE SOUZA TRAJANO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2733/2013 em anexo no período de 23/03/2013 a 21/05/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **Portaria Nº 1367/2013**

PORTARIA Nº 1367/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DENISIA RIBEIRO DA SILVA

GOULART, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 20/03/2013 a 17/06/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1368/2013**  
PORTARIA Nº 1368/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), LILIANE DOMINGUES AZEVEDO, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 26/03/2013 a 24/04/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1369/2013**  
PORTARIA Nº 1369/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), SIRLENE DE MELO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2999/2013 em anexo no período de 19/03/2013 a 21/03/2013.

Biguaçu, 11 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1371 de 15 de Abril de 2013**  
PORTARIA nº 1371 de 15 de abril de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) BRUNA MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:  
Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) BRUNA MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/04/2013 a 31/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2013.

Biguaçu, 15 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1372 de 15 de Abril de 2013**

PORTARIA nº 1372 de 15 de abril de 2013  
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), AMAURI LAURI DE SOUZA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:  
Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse AMAURI LAURI DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 31/03/2013 a 05/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2013.

Biguaçu, 15 de abril de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Contrato Número 10.035/2013 - DI 34/2013/FMS**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.035/2013/FMS  
PROCESSO: DL 34/2013

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM ÁREA DE 205,11M², LOCALIZADO NA RUA JUSTINO ADALBERTO LEAL, Nº 173, BAIRRO CENTRO, BIGUAÇU, PARA ABRIGAR AS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

LOCADOR: MANOEL VICENTE DA SILVA FILHO

Valor: R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS).  
Prazo de vigência: até 04/03/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### Lei Nº 0740/2013

LEI Nº 0740/2013

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art.1º Fica anulada a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), correspondente as seguintes dotações do orçamento vigente:

11.01. - Secretaria da cultura do Turismo e Lazer  
13.392.0130.2039 - Manutenção Fundo Municipal Cultura/Turismo/Lazer  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

- Total R\$ 15.000,00

Art. 2º Fica aberto por conta da anulação constante do artigo anterior a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

11.01  
13.392.0130.2.037

- Secretaria da cultura do Turismo e Lazer  
-Manutenção de Grupos/Tradicionalista/Folclóricos e Bandas

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Transferências à Instituições privadas sem fins lucrativos R\$ 15.000,00

- Total  
R\$ 15.000,00

Art.3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Vigente.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 11de abril de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

#### Portaria 101/2013

PORTARIA 101/2013

Nomeia Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Programa Prefeito Amigo da Criança

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os representantes para a Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Programa Prefeito Amigo da Criança (PPAC), como segue:  
Representantes do Poder Público:  
Secretaria de Saúde - Sra. Daise Lucia Conci / Psicóloga;

Secretaria de Educação - Sra. Loni Arndt / Secretária;  
Secretaria de Cultura - Sra. Iracema C. Hübner de Oliveira Stüpp / Secretária;  
Secretaria de Administração e Finanças - Scheila Andréia Klug / Setor de Compras.

Representantes da Sociedade Civil:

Comunidade Evangélica de Braço do Trombudo - Sra.Irene Maria Seifert / Assistente Técnica Pedagogia;  
Lar Beneficiente João 3 : 16 - Sra. Carolina da Silva Amorim / Auxiliar Administrativo;  
Igreja São João Batista - Sr. Marinho Utiana / Tesoureiro;  
Banco do Brasil - Sr. Dorival Schmoeller / Bancário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 15 de abril de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

#### Portaria 102/2013

PORTARIA Nº 102/2013

RETIFICA PORTARIA

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e etc

RESOLVE

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 099/2013 e a Portaria nº 100/2013, onde consta Prefeito em Exercício, leia-se Prefeito Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 15 de abril de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

## Caçador

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 5.501

DECRETO nº 5.501 de 27 de março de 2013.

Nomeia Comissão Central Organizadora- CCO das Olimpíadas Escolares de Santa Catarina - Olesc

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Central Organizadora - CCO das Olimpíadas Escolares de Santa Catarina - Olesc, na forma que segue:

PRESIDENTE: GILBERTO DE PAULA CRUZ

VICE-PRESIDENTE: ALDONIR ANCIUTI

SECRETÁRIA EXECUTIVA: ANDRÉIA CARNEIRO

1º SECRETÁRIO: SERGIO RICARDO BEIRÃO LEGAL



TESOUREIRO: PEDRO PAULO DOBROCHINSKI

**SUBCOMISSÕES:**

Solenidades - Vera Berardi e Lucianita Furlanetto  
Alojamento das delegações - Amur Soares  
Alimentação - Nelci Ruppel  
Infraestrutura e Urbanismo - Luiz Gustavo Pavelski  
Imprensa - Alessandro Schneider  
Relações Públicas e Marketing - Taylor Fischer  
Obras - Dilson Thomé  
Segurança - Alex Atolini  
Saúde - Rejane Serafini e Graziela Gallina  
Transporte - Ivo Menezes  
Técnica - Osmar Pavelski  
Hospedagem, Alimentação, Arbitragem e equipe técnica - Caren Fendt Jacovas  
Finanças - Gilberto Haudsch

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Decreto Nº 5.517**

DECRETO nº 5.517, de 12 de abril de 2013.

Estabelece horário de expediente da Secretaria de Infraestrutura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido o horário de expediente da Secretaria de Infraestrutura, das 12h00 às 18h00, a contar do dia 10 de abril de 2013.

Parágrafo único. Os servidores lotados ou colocados a disposição dessa Secretaria, deverão cumprir a carga horária estabelecida para seu respectivo cargo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.464, de 07 de fevereiro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de abril de 2013.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL

**Portaria Nº 22.532**

PORTARIA Nº 22.532, de 28 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

**R E S O L V E:**

CONTRATAR por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria, referência, carga

horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	Ref.	C.H	Motivo da cont.	Período da Contratação
Cibele Úrio	Fisioterapeuta	006	21	20	Falta de pessoal concursado	De 01/03/2013 a 30/06/2013 ou até realização de processo seletivo/concurso
Matheus Moro	Médico	006	33	10	Falta de pessoal concursado	De 01/03/2013 a 31/12/2013 ou até realização de processo seletivo/concurso
Roberto Kendi Anzilio Lanna	Médico	006	33	10	Falta de pessoal concursado	De 01/03/2013 a 31/03/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 22.554**

PORTARIA Nº 22.554, de 08 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 22.516, de 22 de março de 2013, que designou servidores para exercerem Função de Confiança - Chefe de Equipe, constantes no Anexo I - Cargos do Grupo Ocupacional, no que se refere a porcentagem da gratificação do servidor abaixo especificado, permanecendo os demais dados inalterados, com efeitos a contar de 1º de março de 2013:

Cód.	Nome	Chefia	Referência
1018	Carlos Antonio Sotel	Chefe de Equipe e Serviços da Adm Direta 50%	FCC-2

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de abril de 2013.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 22.555**

PORTARIA Nº 22.555, de 08 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador;

**R E S O L V E:**

RETIFICAR as Portarias abaixo relacionadas, no que se refere ao período de contratação dos servidores especificados, citando a Portaria, nome do servidor a que se refere e período de contratação correto, permanecendo os demais dados das Portarias inalterados:

Portaria	Nome	Período da Contratação
22.334 de 1º/02/2013	Cristiane Aparecida Kasectari	01/02/2013 a 30/06/2013 ou até realização de Concurso/ Processo Seletivo
22.369 de 18/02/2013	Marlene Aparecida dos Anjos	04/02/2013 a 28/07/2013
22.434 de 28/02/2013	Andreia Aparecida Moraes	27/02/2013 a 27/02/2014
22.434 de 28/02/2013	Maria Joaquina Eccel	19/02/2013 a 10/04/2013
22.457 de 07/03/2013	Sander Murilo Ferreira Ceccatto	De 01/03/2013 a 31/12/2013 ou até realização de Concurso/ Processo Seletivo
22.457 de 07/03/2013	Eduardo Barbosa Lopes	De 01/03/2013 a 31/12/2013 ou até realização de Concurso/ Processo Seletivo
22.457 de 07/03/2013	Rudyar Fausto Buba	De 01/03/2013 a 31/12/2013 ou até realização de Concurso/ Processo Seletivo
22.457 de 07/03/2013	Elisabeth Mary Kinceler	De 01/03/2013 a 31/12/2013 ou até realização de Concurso/ Processo Seletivo
22.457 de 07/03/2013	Graziela Lea Gallina	De 01/03/2013 a 31/12/2013 ou até realização de Concurso/ Processo Seletivo
22.461 de 07/03/2013	Vanessa Cinelli Maceri	04/03/2013 a 04/03/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de abril de 2013.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 22.556

PORTARIA Nº 22.556, de 08 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador;

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 22.465, de 13 de março de 2013, que contratou servidores para atuarem junto as Unidades de Saúde do Município, no que se refere à data de início dos servidores abaixo especificados, permanecendo os demais dados da Portaria inalterados:

Nome	Cargo	C.H	Início da Contratação
William Schroder	Enfermeiro ESF	40	05/03/2013
Loraine Borghetti Rotta	Auxiliar de Enfermagem ESF	40	11/03/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de abril de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 22.557

PORTARIA Nº 22.557, de 08 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, o cidadão a seguir relacionado, especificando: nome, cargo, secretaria, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	Ref.	C.H	Motivo da cont.	Período da Contratação
Marcos Antônio Henning	Médico	006	39	20	Falta de pessoal concursado	De 01/04/2013 a 31/12/2013 ou até realização de processo seletivo/ concurso

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de abril de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 22.558

PORTARIA Nº 22.558 de 08 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

RESOLVE:

NOMEAR o cidadão CARLOS ALBERTO FREITAS SILVA, para exercer o cargo comissionado do "Grupo Ocupacional Comissão" do Poder Executivo Municipal, de Assessor De Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Referência CC-4, 35 (trinta e cinco) horas semanais, a partir de 15 de abril de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de abril  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### Portaria Nº 22.559

PORTARIA Nº 22.559, de 08 de abril 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 71, inciso I, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de auxiliar de serviços e obras públicas, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ocupado pelo Servidor Público Municipal JOSÉ GONÇALVES, em virtude de seu falecimento, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de abril de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 22.560**

PORTARIA Nº 22.560, de 08 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 72, inciso II, Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal, MARIANA PIACENTINI ocupante do cargo em comissão de Assessora de Imprensa, com carga horária de 35h (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 05 de abril de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de abril de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 22.561**

PORTARIA Nº 22.561, de 08 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

**RESOLVE:**

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Servidor Público Municipal VALDIR JOSÉ BASSANI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 8807 (oito mil, oitocentos e sete) dias, ou, 24 (vinte e quatro) anos e 1 (um) Mês e 17 (dezessete) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00002/13-7, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 13 de março de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de abril de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 22.562**

PORTARIA Nº 22.562, de 08 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**R E S O L V E:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio, a que fazem jus, especificando código, nome, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisição	Período Gozo
11407	Adriana Marlisa Campos de Almeida	Professora	016	02/08/2001 a 02/08/2006 – 1 mês	15/04/2013 a 14/05/2013
800	Eliane Bortolini	Secretária Escolar	016	17/02/2003 a 17/02/2008 – 3 meses	02/04/2013 a 02/07/2013
1042	Mari-neis Ana Dambros Castelani	Professora 1ª a 4ª	016	09/02/1998 a 09/02/2003 – 1 mês	08/04/2013 a 08/05/2013
2410	Olinda Susan Parizotto	Professora 1ª a 4ª	016	09/02/2003 a 09/02/2008 – 1 mês	15/04/2013 a 14/05/2013
206	Rosely Aparecida Sorgatto	Orientadora Educacional	005	08/01/1998 a 08/01/2003 – 1 mês	15/04/2013 a 14/05/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de abril de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

LUCIANE REGINA

**Portaria Nº 22.563**

PORTARIA Nº 22.563, de 12 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

**R E S O L V E:**

CONTRATAR por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado - Edital 004/2012 da Fundação Municipal de Esportes – FME, homologado pelo Decreto nº 5.218, de 07/05/2012, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H	Motivo da cont.	Período da Contratação
Antonio Donizete Horbach	Professor Ed. Física – Atletismo	25	40	Aprovado em Processo Seletivo	01/04/13 a 01/04/14
Diego André Bridi	Professor Ed. Física – Voleibol	07	20	Aprovado em Processo Seletivo	01/04/13 a 01/04/14
Soraia Kurtz Zanchi	Professor Ed. Física - Natação	25	40	Aprovada em Processo Seletivo	01/04/13 a 01/04/14

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de abril de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria Nº 22.564**

PORTARIA Nº 22.564, de 12 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**R E S O L V E:**

COLOCAR os Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, à disposição dos Laboratórios de Informática das diversas Unidades Escolares, especificando nome, carga horária, local de lotação, local de disposição e data de início, conforme segue:

Nome	CH	Local de Lotação	Local da Disposição- Laboratório de Informática	A contar de
Miguel Gustavo Reibnitz	12	EMEB Morada do Sol	EMEB Hilda Granemann de Souza	01/03/2013
Daniela da Silva	30	16h EMEB Maria Luiza Martins Barbosa 14h EMEB Alcides Tombini	20h EMEB Vereda dos Trevos 10h EMEB Walsin Nunes Garcia	01/03/2013
Vanderléia Aparecida Birnfeld	40	EMEB Morada do Sol	EMEB Morada do Sol	01/03/2013
Luciane Aparecida da Silva dos Santos	20	EMEB Tabajara	EMEB Linha Rio Bugre	01/03/2013
Claudia Maurílio	20	EMEB Ir. Venâncio José	CEM – Centro Educacional Multidisciplinar da EMEB Maria Luiza Martins Barbosa	20/02/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de abril de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Aviso Licitação PR 16-2013 Saúde**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br)

EDITAL: Pregão Presencial nº 16/2013 - FMS  
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TONERS, CARTUCHOS E RECARGAS DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 30/04/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 30/04/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br)

Caçador, 15 de abril de 2013.

REJANE SERAFINI

Secretária Municipal de Saúde

**Aviso Licitação PR 17-2013 Saúde**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br)

EDITAL: Pregão Presencial nº 17/2013 - FMS  
TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços de Solução em gestão de frota de veículos terrestres e de equipamentos motorizados, acoplados e rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento, o gerenciamento dos custos sejam eles com abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais

ENTREGA DOS ENVELOPES: 17:00 Horas do Dia 30/04/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 17:05 Horas do Dia 30/04/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br)

Caçador, 15 de abril de 2013.

REJANE SERAFINI

Secretária Municipal de Saúde

**Edital de Convocação Nº 016**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 016, de 11 de abril de 2013.

Convoca aprovada em Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva, para atuar junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS no Município de Caçador - Edital nº 001/2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**C O N V O C A:**

A cidadã a seguir relacionada, classificada no Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 001/2011, de 09/06/2011, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 4.909, de 08/06/2011 que homologou o resultado final do Processo, conforme seqüência de classificação:

PEDAGOGA

Terezinha da Silva Mello

a) A candidata deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, munidas de identidade, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Ingresso.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de abril de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.



**Editais de Notificação de Transito do 1585 ao 1592/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1585/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABN7629	55693761D	6920/0	11/03/2013	233
AES0235	55693753D	6920/0	06/03/2013	233
CVJ2108	55693766D	6920/0	11/03/2013	233
DEJ9175	55693129D	5045/0	13/02/2013	162 * V
ILH6033	54149153D	6599/2	17/03/2013	230 * V
LYB5370	55693949D	6599/2	07/03/2013	230 * V
LZH7748	55692224D	6599/2	09/03/2013	230 * V
LZH7748	55692225D	5169/1	09/03/2013	165
LZI7673	55694073D	5010/0	12/02/2013	162 * I
MAS6793	55692435D	5010/0	14/03/2013	162 * I
MAS6793	55692436D	5118/0	14/03/2013	164 c/c 162 * I
MAT3928	55692221D	6599/2	09/03/2013	230 * V
MAT3928	55692222D	5010/0	09/03/2013	162 * I
MDN3550	55693755D	6920/0	06/03/2013	233
MDN6105	55693023D	5010/0	16/03/2013	162 * I
MDN6105	55693024D	5118/0	16/03/2013	164 c/c 162 * I
MDN6105	55693026D	5274/1	16/03/2013	175
MDN6105	55693027D	6637/2	16/03/2013	230 * IX
MFP0098	55692281D	6912/0	13/03/2013	232
MFP0098	55693348D	6920/0	28/02/2013	233
MFW5260	55476576C	6700/0	13/02/2013	230 * XVI
MGI7228	55693757D	6920/0	06/03/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1586/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DEJ9175	55693130D	5614/4	13/02/2013	182 * V
MDN6105	55693025D	5835/0	16/03/2013	195
MEZ5979	54148282D	5908/0	28/02/2013	202 * I
MJW0117	54147844D	5460/0	07/03/2013	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1587/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACD3496	55481842C	5274/2	16/11/2012	R\$ 191,53	175
LYJ8493	55694302D	6920/0	30/11/2012	R\$ 127,69	233
MEB4966	55694275D	6920/0	13/11/2012	R\$ 127,69	233
MIV3292	55694069D	5045/0	27/01/2013	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1588/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LCV8889	55694380D	5525/0	20/11/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MAI3277	54148674D	5738/0	26/11/2012	R\$ 191,53	186 * II
MJF1067	54148280D	5770/2	03/01/2013	R\$ 191,53	189

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1589/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADW6643	55692309D	6599/2	22/02/2013	230 * V
ADW6643	55692310D	5010/0	22/02/2013	162 * I
ADW6643	55692311D	6726/1	22/02/2013	230 * XVIII
CKN9125	55693135D	6670/0	18/02/2013	230 * XIII
CLZ7949	55693326D	6920/0	08/02/2013	233
KLR8405	55693144D	6599/2	22/03/2013	230 * V
KLR8405	55693145D	6610/2	22/03/2013	230 * VII
LXC4643	55692150D	5010/0	11/02/2013	162 * I
LXX8098	55480886C	5169/1	23/02/2013	165
LXX8098	55480887C	5274/1	23/02/2013	175
LXZ0625	55693140D	5169/1	23/02/2013	165
LZX1238	55694107D	5061/0	25/03/2013	163 c/c 162 * I
MAM5318	55693250D	6599/2	25/10/2012	230 * V
MBN9618	55692479D	6599/2	20/02/2013	230 * V
MCD9369	55477444C	6599/2	06/02/2013	230 * V
MCD9369	55477445C	5010/0	06/02/2013	162 * I
MDC1734	54790186C	6653/2	19/02/2013	230 * XI
MGM0652	54148281D	6599/2	18/02/2013	230 * V
MHK5383	54148250D	6599/2	01/03/2013	230 * V
MIK6323	55692425D	6653/2	22/02/2013	230 * XI
MIY6381	54149158D	6599/2	18/03/2013	230 * V
MJD2163	55693325D	6920/0	08/02/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1590/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADJ4983	55694162D	5347/0	24/03/2013	178
ADW6643	55692138D	5371/0	22/02/2013	180
APX6314	55951325B	7366/2	24/10/2012	252 * VI
BMP4844	55694029D	5967/0	22/03/2013	203 * V
CKN9125	55692180D	5185/1	18/02/2013	167
KLR8405	55692181D	5738/0	22/03/2013	186 * II
LSQ0721	54148419D	6050/1	27/03/2013	208
LYN1154	55694026D	5924/1	22/03/2013	203 * I
MAB8225	55476577C	5614/4	17/02/2013	182 * V
MID7563	55693136D	5738/0	19/02/2013	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1591/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IAH3038	55480788C	5169/1	16/09/2012	R\$ 957,69	165
IPU8747	55692846D	6920/0	23/10/2012	R\$ 127,69	233
KJB7086	55692127D	5010/0	18/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYQ2800	55477880C	6920/0	03/08/2012	R\$ 127,69	233
LYW0389	55694219D	6599/2	07/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEV0156	55480178C	6408/0	11/08/2012	R\$ 85,12	221
MFJ6397	54147750D	6599/2	19/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MKG6912	55480184C	5010/0	24/10/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1592/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJO7196	55692632D	5525/0	10/08/2012	R\$ 85,12	181 * XV
DSH5910	54148969D	6122/0	05/12/2012	R\$ 191,53	214 * I
IOU7498	55692205D	6050/1	15/12/2012	R\$ 191,53	208
MCD9369	54147380D	5541/2	13/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEM2552	54149011D	5541/1	07/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEV0156	55480179C	5207/0	11/08/2012	R\$ 53,20	169
MEV0156	55480180C	5185/1	11/08/2012	R\$ 127,69	167
MFL1967	54148768D	5460/0	27/12/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MHD9182	54148706D	6050/1	30/10/2012	R\$ 191,53	208
MID7563	55692921D	6050/1	05/11/2012	R\$ 191,53	208
MIF1879	54149024D	5568/0	13/01/2013	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO

**CÂMARA MUNICIPAL****Publicação Resumida: Art. 61 § Único da Lei 8.666/93 e Alterações Subsequentes**

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 18/2013 - referente ao processo licitatório nº 15/2013 - Pregão nº 12/2013. Objeto: Contratação de serviço de decoração de eventos realizados pela Câmara Municipal durante o exercício de 2013. Contratada: Floricultura Amora Ltda ME - CNPJ nº 81.838.450/0001-50. Valor previsto: R\$ 6.520,00,00. Prazo: 31.12.2013.

CARLOS EVANDRO LUZ  
Presidente.

**Camboriú****PREFEITURA****PR 9/13 - FUNDESB**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2013-FUNDESB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM INFORMÁTICA CORPORATIVA E SISTEMA DE GESTÃO PARA GARANTIR FUNCIONAMENTO, ESTABILIDADE E SEGURANÇA DA REDE DE INFORMÁTICA DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 13:00 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Abril de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 15 de Abril de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

**PEGASO**

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**

**Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 536/2009**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 536/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CSM6655	55542113B	6599/2	03/07/2008	R\$ 191,53	230 * V
CSM6655	55542114B	6912/0	03/07/2008	R\$ 53,20	232
DIC3215	54885595B	6920/0	27/06/2008	R\$ 127,69	233
LZV8404	55542079B	5568/0	01/08/2008	R\$ 127,69	181 * XIX
LZY8029	55542163B	6920/0	03/07/2008	R\$ 127,69	233
MDE4257	55541941B	6920/0	23/07/2008	R\$ 127,69	233
MDL4166	55542117B	5045/0	04/07/2008	R\$ 191,53	162 * V
MDT0534	55542408B	6653/2	24/07/2008	R\$ 127,69	230 * XI
MFF4623	55542026B	7366/0	26/06/2008	R\$ 85,13	252 * VI
MFO5642	55542356B	5819/2	23/07/2008	R\$ 574,61	193
MFO5642	55542356B	6599/2	23/07/2008	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLÍCIA



**Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 553/2009**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 553/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXD0221	55955088B	6920/0	26/11/2008	R\$ 127,69	233
MKS1520	55541420B	7366/2	18/12/2008	R\$ 85,12	252 * VI
MKS1520	55541421B	5045/0	18/12/2008	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

**Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 586/2009**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
 DE TRÂNSITO Nº 194 586/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAT9229	55958980B	5010/0	09/08/2009	162 * I
AAT9229	55958981B	6726/1	09/08/2009	230 * XVIII
AGX2406	55958934B	5010/0	01/09/2009	162 * I
AGX2406	55958935B	6599/2	01/09/2009	230 * V
AGX2406	55958936B	6912/0	01/09/2009	232
AGX2406	55958937B	5061/0	01/09/2009	163 c/c 162 * I
AHC8045	55959115B	6599/2	07/09/2009	230 * V
AHC8045	55959116B	6556/1	07/09/2009	230 * I
AHC8045	55959117B	6912/0	07/09/2009	232
APM9800	55956968B	6912/0	25/08/2009	232
CMN8688	55958688B	7366/2	13/07/2009	252 * VI
CSZ4471	55958961B	6599/2	28/07/2009	230 * V
HOU6610	55957591B	6599/2	01/09/2009	230 * V
IDN1603	55956384B	6599/2	11/07/2009	230 * V
KDR1012	54121377B	6920/0	23/07/2009	233
LXE6209	55959009B	6599/2	10/08/2009	230 * V
LXE6209	55959010B	6912/0	10/08/2009	232
LXK2214	55958817B	5010/0	09/08/2009	162 * I
LXK2214	55958818B	7056/1	09/08/2009	244 * III
LXK2214	55958819B	5061/0	09/08/2009	163 c/c 162 * I
LXP5504	55958272B	6599/2	14/07/2009	230 * V
LXT4099	55958904B	5010/0	11/07/2009	162 * I
LYP6824	55958969B	6394/4	01/08/2009	220 * XIV
LYP6824	55958969B	7030/2	01/08/2009	244 * I
LZO7721	55959001B	6637/2	28/07/2009	230 * IX
LZV6395	55958489B	5428/1	16/07/2009	181 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZY3710	55957337B	6599/2	03/09/2009	230 * V
MAE9562	55955223B	6599/2	29/07/2009	230 * V
MAH9480	55541227B	6920/0	20/08/2009	233
MAT1979	55959118B	7056/1	07/09/2009	244 * III
MAT1979	55959119B	7340/0	07/09/2009	252 * IV
MAT1979	55959120B	6726/1	07/09/2009	230 * XVIII
MBP2523	54121367B	6920/0	23/07/2009	233
MBV8823	55958723B	6599/2	12/07/2009	230 * V
MBV8823	55958724B	5010/0	12/07/2009	162 * I
MBX0937	55958025B	5738/0	07/07/2009	186 * II
MCA2876	55955222B	6653/1	21/07/2009	230 * XI
MCE0314	55958772B	5541/1	07/08/2009	181 * XVII
MCG8462	55958951B	6599/2	17/07/2009	230 * V
MCG8462	55958952B	6912/0	17/07/2009	232
MCI7372	55958754B	5819/2	13/07/2009	193
MCP5715	55958727B	6599/2	17/07/2009	230 * V
MCP5715	55958728B	5010/0	17/07/2009	162 * I
MCP9817	55958854B	6920/0	08/09/2009	233
MCQ0737	55959105B	5010/0	03/09/2009	162 * I
MCQ0737	55959106B	5061/0	03/09/2009	163 c/c 162 * I
MCQ0737	55959107B	6599/2	03/09/2009	230 * V
MCQ0737	55959108B	6912/0	03/09/2009	232
MCT2392	55958761B	7048/1	24/07/2009	244 * II
MCV9635	55958032B	6599/2	02/08/2009	230 * V
MCV9635	55958033B	5010/0	02/08/2009	162 * I
MCZ6173	54121371B	6920/0	23/07/2009	233
MCZ6173	55958958B	6726/1	22/07/2009	230 * XVIII
MCZ6173	55958959B	5010/0	22/07/2009	162 * I
MDJ5595	55956300B	5525/0	31/08/2009	181 * XV
MDK6265	55956836B	6556/5	06/09/2009	230 * I
MDK6265	55958424B	6637/1	24/07/2009	230 * IX
MDK6265	55958425B	6858/0	24/07/2009	231 * VII
MDK6265	55959070B	6700/1	06/09/2009	230 * XVI
MDK6265	55959071B	6912/0	06/09/2009	232
MDM0157	55958806B	5061/0	12/07/2009	163 c/c 162 * I
MDM0157	55958813B	5010/0	12/07/2009	162 * I
MDN2995	55958779B	5819/2	12/08/2009	193

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDR7101	55959410B	5819/2	08/09/2009	193
MDS1534	55958976B	6653/1	05/08/2009	230 * XI
MDS1534	55958977B	6637/1	05/08/2009	230 * IX
MDX8555	54121366B	6920/0	23/07/2009	233
MED0978	55958763B	5908/0	28/07/2009	202 * I
MEF0108	55958649B	6920/0	07/07/2009	233
MEF6924	55957343B	6599/2	06/09/2009	230 * V
MEO3640	55958298B	5010/0	07/09/2009	162 * I
MEQ0137	55958755B	5819/2	13/07/2009	193
MEX5545	55958730B	7056/1	02/08/2009	244 * III
MEZ4296	55958766B	5819/2	06/08/2009	193
MFG7403	55957469B	6599/2	26/07/2009	230 * V
MFI5718	55956286B	6912/0	18/07/2009	232
MFJ3713	55958851B	6599/2	07/07/2009	230 * V
MFK6338	55958434B	6912/0	20/08/2009	232
MFQ8482	55958719B	5010/0	05/07/2009	162 * I
MFQ8482	55958720B	6912/0	05/07/2009	232
MFR2028	55958814B	5738/0	05/08/2009	186 * II
MFT3729	55958300B	7340/0	07/09/2009	252 * IV
MFW5774	55958962B	5045/0	01/08/2009	162 * V
MGB4944	55957478B	5010/0	30/08/2009	162 * I
MGB4944	55957479B	5118/0	30/08/2009	164 c/c 162 * I
MGO1992	55959002B	5010/0	01/08/2009	162 * I
MGO1992	55959003B	5061/0	01/08/2009	163 c/c 162 * I
MGO1992	55959003B	6912/0	01/08/2009	232
MGS3741	55959256B	7048/1	05/09/2009	244 * II
MGS6661	55958485B	5010/0	09/07/2009	162 * I
MGS6661	55958486B	5061/0	09/07/2009	163 c/c 162 * I
MGS6661	55958487B	6599/2	09/07/2009	230 * V
MGZ7553	55958757B	5819/2	13/07/2009	193
MPN8397	54121373B	6920/0	23/07/2009	233
MUP1866	54121375B	6920/0	23/07/2009	233



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Portaria Nº 9.931 de 12 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.931 DE 12 DE ABRIL DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (cinco) dias de férias a Servidora Pública, ocupante do cargo público na função de Atendente de Sala, SILMARA PRESTES MACHADO, Matrícula Funcional nº 000700, Registro no Sistema sob nº 955144, referente ao período aquisitivo 051 de novembro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 15 de abril de 2013 a 19 de abril de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Julgamento 6/2013 FMS

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 6/2013)

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Josiane Alquini Cubas e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 6/2013, modalidade Pregão (na forma presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de unidades ambulatorial para uso no atendimento ambulatorial nas unidades de saúde deste Município. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, Produvale Produtos Hospitalares Ltda, Metromed Medicamentos e Material Médico Hospitalar Ltda, Olimed Material Hospitalar Ltda, Aliança Hospitalar Ltda e Plasmedic Com. de Materiais para Uso Médico e Lab. Ltda. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo Sr. Marcos Fernando Leal, representante da empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, Sr. Laerte Borgonovo, representante da empresa Produvale Produtos Hospitalares Ltda, Sr. Ramon Francisco Andrade, representante da empresa

Metromed Medicamentos e Material Médico Hospitalar Ltda, Sr. Everson José da Silva, representante da empresa Olimed Material Hospitalar Ltda, Sr. Felipe Polini, representante da empresa Aliança Hospitalar Ltda e Sra. Saara Cassandra Ost, representante da empresa Plasmedic Com. de Materiais para Uso Médico e Lab. Ltda. Recebeu-se a Declaração de Cumprimento de Habilitação de todas as empresas licitantes. As empresas Aliança Hospitalar Ltda e Plasmedic Com. de Materiais para Uso Médico e Lab. Ltda apresentaram documento que comprova o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para valerem-se da Lei Complementar 123/2006. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. As empresas Plasmedic Com. de Materiais para Uso Médico e Lab. Ltda e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda apresentaram proposta no modelo padrão Beta Auto-Cotação e em formulário padrão da empresa, será considerada apenas a proposta no modelo padrão Beta Auto-Cotação. O critério de julgamento é o menor preço Total de cada LOTE. Após o julgamento de cada LOTE, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada, no respectivo lote, obtendo o seguinte resultado:

#### LOTE 01

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PRODUVALE	14.543,40	14.543,40	1ª	HABILITADA
ALTERMED	14.607,42	14.607,42	2ª	-----
METROMED	16.734,26	16.734,26	3ª	-----

A empresa Aliança pede desclassificação no lote 01, por erro na apresentação do valor, sendo desclassificada pela Pregoeira.

#### LOTE 02

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PRODUVALE	1.750,00	1.750,00	1ª	HABILITADA
ALIANÇA	1.800,00	1.800,00	2ª	-----
ALTERMED	1.862,00	1.862,00	3ª	-----

#### LOTE 03

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
ALTERMED	10.812,05	10.000,00	1ª	HABILITADA

Para a empresa Altermed conceder o desconto neste lote, solicitou desconto diferenciado em cada item, sendo concedido pela Pregoeira. A empresa Altermed irá encaminhar proposta com a adequação dos valores para fechar em R\$ 10.000,00.

#### LOTE 04

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
METROMED	8.836,00	8.836,00	1ª	HABILITADA
PRODUVALE	8.940,00	8.940,00	2ª	-----
ALIANÇA	9.952,00	9.952,00	3ª	-----

#### LOTE 05

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PRODUVALE	5.370,00	5.370,00	1ª	HABILITADA

As empresas Metromed, Plasmedic e Altermed pedem desclassificação no lote 05, por erro na apresentação da proposta, sendo ambas desclassificadas pela Pregoeira.

LOTE 06				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PLASMEDIC	1.133,40	1.100,00	1ª	HABILITADA
METROMED	1.180,50	1.105,00	2ª	-----
PRODUVALE	1.288,00	1.130,00	3ª	-----
LOTE 07				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PLASMEDIC	15.570,00	13.600,00	1ª	HABILITADA
METROMED	15.803,50	13.640,00	2ª	-----
PRODUVALE	18.822,00	18.822,00	3ª	-----
LOTE 08				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PRODUVALE	2.792,50	2.630,00	1ª	HABILITADA
ALTERMED	3.026,33	2.650,00	2ª	-----
METROMED	2.851,95	2.851,95	3ª	-----
LOTE 09				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
ALTERMED	4.170,12	4.170,12	1ª	HABILITADA
LOTE 10				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
ALIANÇA	6.290,00	6.290,00	1ª	HABILITADA
PRODUVALE	6.550,00	6.550,00	2ª	-----
PLASMEDIC	7.374,70	7.374,70	3ª	-----
LOTE 11				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Não houve proposta para o lote 11				
LOTE 12				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
OLIMED	9.605,00	9.605,00	1ª	HABILITADA
PRODUVALE	9.945,00	9.945,00	2ª	-----
PLASMEDIC	10.099,00	10.099,00	3ª	-----
LOTE 13				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
METROMED	440,50	440,50	1ª	HABILITADA
ALTERMED	489,32	489,32	2ª	-----
ALIANÇA	530,70	530,70	3ª	-----
LOTE 14				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO

PLASMEDIC	260,90	240,00	1ª	HABILITADA
ALIANÇA	248,20	248,20	2ª	-----
ALTERMED	267,10	267,10	3ª	-----
LOTE 15				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
METROMED	263,77	259,00	1ª	HABILITADA
ALIANÇA	279,20	262,00	2ª	-----
LOTE 16				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
ALTERMED	131,60	131,60	1ª	HABILITADA
ALIANÇA	252,00	252,00	2ª	-----
LOTE 17				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
METROMED	93,30	93,30	1ª	HABILITADA
ALTERMED	124,73	124,73	2ª	-----
LOTE 18				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
OLIMED	11.995,00	11.995,00	1ª	HABILITADA
METROMED	12.790,00	12.790,00	2ª	-----
PLASMEDIC	13.300,00	13.300,00	3ª	-----
LOTE 19				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
ALTERMED	21.741,80	21.741,80	1ª	HABILITADA
METROMED	24.804,00	24.804,00	2ª	-----
LOTE 20				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
METROMED	745,00	719,00	1ª	HABILITADA
ALIANÇA	766,50	720,00	2ª	-----
ALTERMED	798,20	798,20	3ª	-----
LOTE 21				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
ALTERMED	861,51	845,00	1ª	HABILITADA
LOTE 22				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
ALIANÇA	7.790,00	7.790,00	1ª	HABILITADA
PRODUVALE	8.300,00	8.300,00	2ª	-----
ALTERMED	11.399,00	11.399,00	3ª	-----
LOTE 23				

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
OLIMED	1.553,50	1.430,00	1ª	HABILITADA
PLASMEDIC	1.649,25	1.435,00	2ª	-----
METROMED	1.621,55	1.529,00	3ª	-----
LOTE 24				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PRODUVALE	6.413,00	6.413,00	1ª	HABILITADA
OLIMED	8.520,80	8.520,80	2ª	-----
ALTERMED	9.219,05	9.219,05	3ª	-----
LOTE 25				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
ALTERMED	2.150,50	2.000,00	1ª	HABILITADA

As empresas Metromed e Produvale pedem desclassificação no lote 25, por erro na apresentação da proposta, sendo ambas desclassificadas pela Pregoeira.

Considerando a classificação e habilitação das empresas 1ªs classificadas acima informadas, foram declaradas vencedoras nos respectivos lotes. A Pregoeira abriu espaço para manifestação de intenção de recurso, não havendo manifestação. O representante da empresa Aliança retirou-se da sessão antes da assinatura da ata. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

### Julgamento Pregão 30/2013

#### ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 30/2013 – modalidade Pregão (presencial)  
Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Josiane Alquini Cubas e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 30/2013, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição de peças (laminas, braço direção, ponta do dente, dentes dianteiros, traseiros e laterais, unhas e flanco da concha) para manutenção de máquinas pesadas da frota municipal (patrolas) para estoque. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda, Alpeças Comércio de Peças para Tratores Ltda, G. Maiochi & Cia Ltda, Julio Silvestri Filho ME, Tratorbig Peças para Tratores Ltda e Peçamaq Comercio de Peças e Equipamentos para Tratores Ltda. As empresas licitantes apresentaram a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. A empresa Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda, Alpeças Comércio de Peças para Tratores Ltda, Julio Silvestri Filho ME, Tratorbig Peças para Tratores Ltda e Peçamaq Comercio de Peças e Equipamentos para Tratores Ltda apresentaram documento que comprova o enquadramento como microempresa para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento dos licitantes sendo Sr. José Antonio Moura, representante da empresa Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda, Sr. Anselmo Lubas, representante da empresa Alpeças Comércio de Peças para Tratores Ltda, Sr. Rubens Manfred Biavath, representante da empresa G. Maiochi & Cia Ltda, Sr. Julio Silvestri

Filho, representante da empresa Julio Silvestri Filho ME, Sr. Carlos Eduardo Farias, representante da empresa Tratorbig Peças para Tratores Ltda e Sr. Fabiano Ferreira, representante da empresa Peçamaq Comercio de Peças e Equipamentos para Tratores Ltda. O critério de julgamento é o menor preço POR ITEM. Passou-se a abertura dos envelopes da proposta. Após o julgamento das propostas, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada, obtendo o seguinte resultado: ITEM 01

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
JULIO SILVESTRI	359,00	359,00	1ª	Habilitada
TRATOR PEÇAS	420,00	420,00	2ª	-----
PEÇAMAQ	441,25	441,25	3ª	-----

A proposta da empresa G. Maiochi foi desclassificada no item 01, não atendendo as exigências do edital, quanto ao Certificado de Dureza

#### ITEM 02

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
TRATOR PEÇAS	83,00	80,00	1ª	Habilitada
TRATORBIG	89,00	81,00	2ª	-----
ALPEÇAS	94,00	82,00	3ª	-----

#### ITEM 03

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
G. MAIOCHI	16,00	12,82	1ª	Habilitada
TRATOR PEÇAS	15,00	13,80	2ª	-----
ALPEÇAS	15,90	13,90	3ª	-----

#### ITEM 04

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PEÇAMAQ	127,00	80,00	1ª	Habilitada
JULIO SILVESTRI	100,00	85,00	2ª	-----
ALPEÇAS	104,00	86,00	3ª	-----
TRATOR BIG	100,00	96,00	4ª	-----
TRATOR PEÇAS	100,00	100,00	5ª	-----

#### ITEM 05

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
ALPEÇAS	38,00	35,50	1ª	Habilitada
TRATOR PEÇAS	40,00	35,80	2ª	-----
G. MAIOCHI	41,00	35,90	3ª	-----

## ITEM 06

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
TRATORBIG	29,00	29,00	1ª	Habilitada
JULIO SILVESTRI	40,00	40,00	2ª	-----
TRATOR PEÇAS	40,00	40,00	3ª	-----
G. MAIOCHI	41,00	41,00	4ª	-----

## ITEM 07

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
G. MAIOCHI	79,00	60,00	1ª	Habilitada
TRATOR PEÇAS	75,00	61,00	2ª	-----
TRATOR BIG	89,00	89,00	3ª	-----

## ITEM 08

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
G. MAIOCHI	26,00	23,75	1ª	Habilitada
JULIO SILVESTRI	28,00	25,90	2ª	-----
TRATORBIG	29,40	29,40	3ª	-----

## ITEM 09

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
G. MAIOCHI	53,00	52,00	1ª	Habilitada
JULIO SILVESTRI	58,00	58,00	2ª	-----
TRATORBIG	59,60	59,60	3ª	-----

A Pregoeira julgou a empresa Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda vencedora do item 02, a empresa Alpeças Comércio de Peças para Tratores Ltda vencedora do item 05, a empresa G. Maiochi & Cia Ltda vencedora dos itens 03, 07, 08 e 09, a empresa Julio Silvestri Filho ME vencedora do item 01, a empresa Tratorbig Peças para Tratores Ltda vencedora do item 06 e a empresa Peçamaq Comercio de Peças e Equipamentos para Tratores Ltda vencedora do item 04, de acordo com os valores constantes da planilha (coluna "Valor proposta após lances"). Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

**Julgamento Pregão 30/2013****ATA CIRCUNSTANCIADA**

Processo Licitatório nº 30/2013 – modalidade Pregão (presencial) Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Josiane Alquini Cubas e Irineu Woitskowski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 30/2013, modalidade Pregão (presencial), para

procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição de peças (laminas, braço direção, ponta do dente, dentes dianteiros, traseiros e laterais, unhas e flanco da concha) para manutenção de máquinas pesadas da frota municipal (patrolas) para estoque. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda, Alpeças Comércio de Peças para Tratores Ltda, G. Maiochi & Cia Ltda, Julio Silvestri Filho ME, Tratorbig Peças para Tratores Ltda e Peçamaq Comercio de Peças e Equipamentos para Tratores Ltda. As empresas licitantes apresentaram a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. A empresa Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda, Alpeças Comércio de Peças para Tratores Ltda, Julio Silvestri Filho ME, Tratorbig Peças para Tratores Ltda e Peçamaq Comercio de Peças e Equipamentos para Tratores Ltda apresentaram documento que comprova o enquadramento como microempresa para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento dos licitantes sendo Sr. José Antonio Moura, representante da empresa Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda, Sr. Anselmo Lubas, representante da empresa Alpeças Comércio de Peças para Tratores Ltda, Sr. Rubens Manfred Biavath, representante da empresa G. Maiochi & Cia Ltda, Sr. Julio Silvestri Filho, representante da empresa Julio Silvestri Filho ME, Sr. Carlos Eduardo Farias, representante da empresa Tratorbig Peças para Tratores Ltda e Sr. Fabiano Ferreira, representante da empresa Peçamaq Comercio de Peças e Equipamentos para Tratores Ltda. O critério de julgamento é o menor preço POR ITEM. Passou-se a abertura dos envelopes da proposta. Após o julgamento das propostas, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada, obtendo o seguinte resultado:

## ITEM 01

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
JULIO SILVESTRI	359,00	359,00	1ª	Habilitada
TRATOR PEÇAS	420,00	420,00	2ª	-----
PEÇAMAQ	441,25	441,25	3ª	-----

A proposta da empresa G. Maiochi foi desclassificada no item 01, não atendendo as exigências do edital, quanto ao Certificado de Dureza

## ITEM 02

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
TRATOR PEÇAS	83,00	80,00	1ª	Habilitada
TRATORBIG	89,00	81,00	2ª	-----
ALPEÇAS	94,00	82,00	3ª	-----

## ITEM 03

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
G. MAIOCHI	16,00	12,82	1ª	Habilitada
TRATOR PEÇAS	15,00	13,80	2ª	-----
ALPEÇAS	15,90	13,90	3ª	-----



## ITEM 04

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PEÇAMAQ	127,00	80,00	1ª	Habilitada
JULIO SILVESTRI	100,00	85,00	2ª	-----
ALPEÇAS	104,00	86,00	3ª	-----
TRATOR BIG	100,00	96,00	4ª	-----
TRATOR PEÇAS	100,00	100,00	5ª	-----

## ITEM 05

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
ALPEÇAS	38,00	35,50	1ª	Habilitada
TRATOR PEÇAS	40,00	35,80	2ª	-----
G. MAIOCHI	41,00	35,90	3ª	-----

## ITEM 06

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
TRATORBIG	29,00	29,00	1ª	Habilitada
JULIO SILVESTRI	40,00	40,00	2ª	-----
TRATOR PEÇAS	40,00	40,00	3ª	-----
G. MAIOCHI	41,00	41,00	4ª	-----

## ITEM 07

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
G. MAIOCHI	79,00	60,00	1ª	Habilitada
TRATOR PEÇAS	75,00	61,00	2ª	-----
TRATOR BIG	89,00	89,00	3ª	-----

## ITEM 08

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
G. MAIOCHI	26,00	23,75	1ª	Habilitada
JULIO SILVESTRI	28,00	25,90	2ª	-----
TRATORBIG	29,40	29,40	3ª	-----

## ITEM 09

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
G. MAIOCHI	53,00	52,00	1ª	Habilitada

JULIO SILVESTRI	58,00	58,00	2ª	-----
TRATORBIG	59,60	59,60	3ª	-----

A Pregoeira julgou a empresa Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda vencedora do item 02, a empresa Alpeças Comércio de Peças para Tratores Ltda vencedora do item 05, a empresa G. Maiochi & Cia Ltda vencedora dos itens 03, 07, 08 e 09, a empresa Julio Silvestri Filho ME vencedora do item 01, a empresa Tratorbig Peças para Tratores Ltda vencedora do item 06 e a empresa Peçamaq Comercio de Peças e Equipamentos para Tratores Ltda vencedora do item 04, de acordo com os valores constantes da planilha (coluna "Valor proposta após lances"). Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

**Julgamento Pregão 30/2013****ATA CIRCUNSTANCIADA**

Processo Licitatório nº 30/2013 – modalidade Pregão (presencial) Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Josiane Alquini Cubas e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 30/2013, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição de peças (laminas, braço direção, ponta do dente, dentes dianteiros, traseiros e laterais, unhas e flanco da concha) para manutenção de máquinas pesadas da frota municipal (patrôas) para estoque. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda, Alpeças Comércio de Peças para Tratores Ltda, G. Maiochi & Cia Ltda, Julio Silvestri Filho ME, Tratorbig Peças para Tratores Ltda e Peçamaq Comercio de Peças e Equipamentos para Tratores Ltda. As empresas licitantes apresentaram a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. A empresa Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda, Alpeças Comércio de Peças para Tratores Ltda, Julio Silvestri Filho ME, Tratorbig Peças para Tratores Ltda e Peçamaq Comercio de Peças e Equipamentos para Tratores Ltda apresentaram documento que comprova o enquadramento como microempresa para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento dos licitantes sendo Sr. José Antonio Moura, representante da empresa Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda, Sr. Anselmo Lubas, representante da empresa Alpeças Comércio de Peças para Tratores Ltda, Sr. Rubens Manfred Biavath, representante da empresa G. Maiochi & Cia Ltda, Sr. Julio Silvestri Filho, representante da empresa Julio Silvestri Filho ME, Sr. Carlos Eduardo Farias, representante da empresa Tratorbig Peças para Tratores Ltda e Sr. Fabiano Ferreira, representante da empresa Peçamaq Comercio de Peças e Equipamentos para Tratores Ltda. O critério de julgamento é o menor preço POR ITEM. Passou-se a abertura dos envelopes da proposta. Após o julgamento das propostas, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada, obtendo o seguinte resultado: ITEM 01

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
JULIO SILVESTRI	359,00	359,00	1ª	Habilitada
TRATOR PEÇAS	420,00	420,00	2ª	-----

PEÇAMAQ	441,25	441,25	3ª	-----
A proposta da empresa G.Maiochi foi desclassificada no item 01, não atendendo as exigências do edital, quanto ao Certificado de Dureza				

## ITEM 02

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
TRATOR PEÇAS	83,00	80,00	1ª	Habilitada
TRATORBIG	89,00	81,00	2ª	-----
ALPEÇAS	94,00	82,00	3ª	-----

## ITEM 03

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
G. MAIOCHI	16,00	12,82	1ª	Habilitada
TRATOR PEÇAS	15,00	13,80	2ª	-----
ALPEÇAS	15,90	13,90	3ª	-----

## ITEM 04

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PEÇAMAQ	127,00	80,00	1ª	Habilitada
JULIO SILVESTRI	100,00	85,00	2ª	-----
ALPEÇAS	104,00	86,00	3ª	-----
TRATOR BIG	100,00	96,00	4ª	-----
TRATOR PEÇAS	100,00	100,00	5ª	-----

## ITEM 05

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
ALPEÇAS	38,00	35,50	1ª	Habilitada
TRATOR PEÇAS	40,00	35,80	2ª	-----
G. MAIOCHI	41,00	35,90	3ª	-----

## ITEM 06

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
TRATORBIG	29,00	29,00	1ª	Habilitada
JULIO SILVESTRI	40,00	40,00	2ª	-----
TRATOR PEÇAS	40,00	40,00	3ª	-----
G. MAIOCHI	41,00	41,00	4ª	-----

## ITEM 07

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
G. MAIOCHI	79,00	60,00	1ª	Habilitada
TRATOR PEÇAS	75,00	61,00	2ª	-----
TRATOR BIG	89,00	89,00	3ª	-----

## ITEM 08

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
G. MAIOCHI	26,00	23,75	1ª	Habilitada
JULIO SILVESTRI	28,00	25,90	2ª	-----
TRATORBIG	29,40	29,40	3ª	-----

## ITEM 09

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
G. MAIOCHI	53,00	52,00	1ª	Habilitada
JULIO SILVESTRI	58,00	58,00	2ª	-----
TRATORBIG	59,60	59,60	3ª	-----

A Pregoeira julgou a empresa Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda vencedora do item 02, a empresa Alpeças Comércio de Peças para Tratores Ltda vencedora do item 05, a empresa G. Maiochi & Cia Ltda vencedora dos itens 03, 07, 08 e 09, a empresa Julio Silvestri Filho ME vencedora do item 01, a empresa Tratorbig Peças para Tratores Ltda vencedora do item 06 e a empresa Peça-maq Comercio de Peças e Equipamentos para Tratores Ltda vencedora do item 04, de acordo com os valores constantes da planilha (coluna "Valor proposta após lances"). Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

**Julgamento Pregão 32/2013****ATA CIRCUNSTANCIADA**

(Processo Licitatório nº 32/2013)

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Josiane Alquini Cubas e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 32/2013, modalidade Pregão (na forma presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios (não perecíveis) destinados a alimentação escolar, para Ensino Infantil, Fundamental e APAE. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes e passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Eko Supermercado Ltda Epp e Papelaria São Bento Ltda. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo Sr. Charles Gilson Ritzmann, representante da empresa Papelaria São Bento Ltda e Sra. Juliane Huebl Drechsler, representante da empresa Eko Supermercado Ltda Epp. Todas as empresas licitantes apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e apresentaram a Certidão

Simplificada que comprova o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para valerem-se da Lei Complementar 123/2006. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço POR LOTE. Após o julgamento das propostas, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada, no respectivo lote, obtendo o seguinte resultado:

LOTE 01				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
EKO SUPER-MERCADO LTDA EPP	20.926,50	20.850,00	1ª	HABILITADA
PAPELARIA SÃO BENTO	22.434,50	20.900,00	2ª	-----
LOTE 02				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PAPELARIA SÃO BENTO	30.738,40	28.850,00	1ª	HABILITADA
EKO SUPER-MERCADO LTDA EPP	28.929,10	28.885,00	2ª	-----
LOTE 03				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
EKO SUPER-MERCADO LTDA EPP	5.382,60	5.300,00	1ª	HABILITADA
PAPELARIA SÃO BENTO	6.772,30	5.335,00	2ª	-----
LOTE 04				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PAPELARIA SÃO BENTO	23.704,90	21.750,00	1ª	HABILITADA
EKO SUPER-MERCADO LTDA EPP	21.874,20	21.780,00	2ª	-----
LOTE 05				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
EKO SUPER-MERCADO LTDA EPP	33.276,00	33.268,00	1ª	HABILITADA
PAPELARIA SÃO BENTO	33.984,00	33.270,00	2ª	-----
LOTE 06				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
EKO SUPER-MERCADO LTDA EPP	5.133,75	5.045,25	1ª	HABILITADA

A Pregoeira declara a empresa Papelaria São Bento Ltda vencedora dos lotes 02 e 04 e a empresa EKO Supermercado Ltda Epp vencedora dos lotes 01, 03, 05 e 06 com os valores informados na planilha acima (coluna "Valor proposta após lances"). Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os

presentes:

### Julgamento Pregão 34/2013

#### ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 34/2013 – modalidade Pregão (presencial) Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Junior e Josiane Alquini Cubas, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 34/2013, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de arbitragem. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, GLOBO LTDA ME e DR EVENTOS ESPORTIVOS LTDA. As empresas AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA e GLOBO LTDA ME apresentaram a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. A empresa DR EVENTOS ESPORTIVOS LTDA não apresentou a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação, sendo assim, não foi conhecida como licitante. As duas empresas licitantes apresentaram Certidão Simplificada que comprova o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte para valerem-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento dos licitantes sendo Sr. Alexandre Marchiori, representante da empresa AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA e Sr. José Nilo Levandoski representante da empresa GLOBO LTDA ME. O critério de julgamento é o menor preço UNITÁRIO POR ITEM. Passou-se a abertura dos envelopes da proposta. Após o julgamento das propostas, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada, obtendo o seguinte resultado:

#### ITEM 01

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
GLOBO LTDA ME	356,00	355,00	1ª	Habilitada
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	357,00	357,00		

#### ITEM 02

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
GLOBO LTDA ME	104,00	100,00	1ª	Habilitada
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	104,00	104,00		

#### ITEM 03

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	164,00	163,50	1ª	Habilitada
GLOBO LTDA ME	164,00	164,00		

## ITEM 04

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
GLOBO LTDA ME	104,00	100,00	1ª	Habilitada
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	104,00	104,00		

## ITEM 05

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
GLOBO LTDA ME	104,00	100,00	1ª	Habilitada
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	104,00	104,00		

## ITEM 06

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	104,00	100,00	1ª	Habilitada
GLOBO LTDA ME	104,00	104,00		

## ITEM 07

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	164,00	163,50	1ª	Habilitada
GLOBO LTDA ME	164,00	164,00		

## ITEM 08

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	164,00	163,50	1ª	Habilitada
GLOBO LTDA ME	164,00	164,00		

## ITEM 09

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	164,00	163,50	1ª	Habilitada
GLOBO LTDA ME	164,00	164,00		

A empresa GLOBO LTDA ME foi declarada vencedora dos itens 01,02,04 e 05 e a empresa AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA foi declarada vencedora dos itens 03,06,07,08 e 09, conforme valores

informados na planilha (coluna "Valor proposta após lances". Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

**Julgamento Pregão 35/2013****ATA CIRCUNSTANCIADA**

(Processo Licitatório nº 35/2013)

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Josiane Alquini Cubas e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 35/2013, modalidade Pregão (na forma presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto registro de preços para aquisição de materiais (higiene, limpeza e manutenção) para a Secretaria Municipal de Educação. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: João de Oliveira Martins Me, Liderança Comércio e Serviços Ltda Me, Expressão Comércio de Materiais de Inf. e Serv. Ltda, Brioville Comércio de Materiais de Limpeza Ltda, JP de Lima Comércio de Produtos de Limpeza Ltda, Papelaria São Bento Ltda Epp, EKO Supermercado Ltda Epp, Solo Comercial Ltda Epp, Papelaria Copiatic Ltda, Valmira Ferreira dos Santos Regly Me e Máxima Papelaria Eireli. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo: Sr. Diego de Oliveira, representante da empresa Liderança Comércio e Serviços Ltda Me, Sr. Eduardo Rafael Pereira, representante da empresa Expressão Comércio de Materiais de Inf. e Serv. Ltda, Sr. Wilson Vieira Junio, representante da empresa Brioville Comércio de Materiais de Limpeza Ltda, Sr. Andréia Simone Waldmann, representante da empresa JP de Lima Comércio de Produtos de Limpeza Ltda, Sr. Charles Gilson Ritzmann, representante da empresa Papelaria São Bento Ltda Epp, Sr. Juliane Huebl Drechsler, representante da empresa EKO Supermercado Ltda Epp, Sr. Bruno Castro Vilha, representante da empresa Solo Comercial Ltda Epp, Sr. James Everton Franke, representante da empresa Papelaria Copiatic Ltda, Sr. Antônio Durval Malheiros, representante da empresa Valmira Ferreira dos Santos Regly Me e Sra. Vilma Schiffler, representante da empresa Máxima Papelaria Eireli. Passou-se ao recebimento da Declaração de Cumprimento de Habilitação, apenas a empresa João de Oliveira Martins Me não apresentou e não credenciou representante na sessão, não sendo reconhecido como licitante. Todas as empresas licitantes, exceto a Máxima Papelaria Eireli, apresentaram documento que comprova o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para valerem-se da Lei Complementar 123/2006. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é o menor preço Total de cada LOTE. Após o julgamento de cada LOTE, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada, no respectivo lote, obtendo o seguinte resultado:

**LOTE 01**

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
JP	6.217,49	6.110,00	1ª	HABILITADA
EXPRESSÃO	6.578,77	6.114,00	2ª	-----
SOLO	6.701,46	6.701,46	3ª	-----

**LOTE 02**

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
SOLO	1.250,30	1.250,30	1ª	HABILITADA



MÁXIMA	1.449,20	1.449,20	2ª	-----
JP	1.798,70	1.798,70	3ª	-----
A empresa Papeleria São Bento Ltda pede desclassificação do lote 02, por apresentar valor incorreto no item 17, sendo acatado pela Pregoeira.				
LOTE 03				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
JP	1.950,59	1.940,00	1ª	HABILITADA
EXPRESSÃO	2.178,23	2.178,23	2ª	-----
BRIOVILLE	2.385,39	2.385,39	3ª	-----
LOTE 04				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
JP	4.259,28	4.200,00	1ª	HABILITADA
SOLO	4.389,18	4.210,00	2ª	-----
EXPRESSÃO	4.619,06	4.619,06	3ª	-----
BRIOVILLE	4.640,00	4.640,00	4ª	-----
LOTE 05				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
SOLO	1.901,52	1.840,00	1ª	HABILITADA
EXPRESSÃO	1.989,19	1.844,50	2ª	-----
VALMIRA	2.047,05	2.047,05	3ª	-----
LOTE 06				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PAPELARIA SÃO BENTO	12.880,60	10.850,00	1ª	-----
JP	11.954,24	10.860,00	2ª	HABILITADA
BRIOVILLE	14.855,20	14.855,20	3ª	-----

Considerando a classificação e habilitação das empresas 1ªs classificadas acima informadas, foram declaradas vencedoras nos respectivos lotes. A Pregoeira abriu espaço para manifestação de intenção de recurso, não havendo manifestação. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

### **Julgamento Pregão 5/2013 FMS** ATA CIRCUNSTANCIADA (Processo Licitatório nº 5/2013)

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Josiane Alquini Cubas e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 5/2013, modalidade Pregão (na forma presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto registro de preços para aquisição de materiais de copa e cozinha, limpeza e produção de higienização e manutenção para uso nas unidades de saúde deste Município. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes:

Máxima Papeleria Eireli, Papeleria São Bento Ltda Epp, JP de Lima Comércio de Produtos de Limpeza Ltda, Expressão Comércio de Materiais de Inf. e Serv. Ltda e EKO Supermercado Ltda Epp. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo Sr. Milton Luiz Pscheidt, representante da empresa Máxima Papeleria Eireli, Sr. Charles Gilson Ritzmann, representante da empresa Papeleria São Bento Ltda Epp, Sr. Juliano dos Santos, representante da empresa JP de Lima Comércio de Produtos de Limpeza Ltda, Sr. José Manoel Duarte, representante da empresa Expressão Comércio de Materiais de Inf. e Serv. Ltda e Sra. Juliane Huebl Drechsler, representante da empresa EKO Supermercado Ltda Epp. Recebeu-se a Declaração de Cumprimento de Habilitação de todas as empresas licitantes. As empresas Papeleria São Bento Ltda Epp, JP de Lima Comércio de Produtos de Limpeza Ltda, Expressão Comércio de Materiais de Inf. e Serv. Ltda e EKO Supermercado Ltda Epp, apresentaram documento que comprova o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para valerem-se da Lei Complementar 123/2006. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. A proposta da empresa Expressão Comércio de Materiais de Inf. e Serv. Ltda foi desclassificada por não atender o edital quanto a apresentação da proposta no programa Auto Cotação. O critério de julgamento é o menor preço por LOTE. Após o julgamento de cada LOTE, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada, no respectivo lote, obtendo o seguinte resultado:

LOTE 01				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
JP	16.942,48	6.812,36	1ª	INABILITADA por não apresentar as declarações referente aos itens 8.1.3.2 e 8.1.3.3 do edital
MÁXIMA	16.999,90	14.450,00	2ª	-----
EKO SUPER-MERCADO	14.509,18	14.509,18	3ª	-----
O lote 01 foi revogado pela Pregoeira tendo em vista que a obtenção da proposta mais vantajosa foi prejudicada com a INABILITAÇÃO da empresa JP de Lima Comércio de Produtos de Limpeza Ltda, classificada em primeiro lugar, tendo em vista que a empresa classificada em 2º lugar ficaria com o valor de R\$ 14.450,00, não havendo redução gradativa de preços, para a classificação das propostas.				
LOTE 02				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
EKO	6.747,79	4.690,00	1ª	HABILITADA
PAPELARIA SÃO BENTO	6.932,87	4.700,00	2ª	-----
MÁXIMA	7.756,90	6.499,00	3ª	-----
LOTE 03				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
EKO	1.156,65	845,00	1ª	HABILITADA
PAPELARIA SÃO BENTO	1.581,78	849,00	2ª	-----
MAXIMA	1.571,00	905,00	3ª	-----
LOTE 04				



EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PAPELARIA SÃO BENTO	600,00	600,00	1ª	HABILITADA

A Pregoeira declara a empresa EKO Supermercado Ltda Epp vencedora dos lotes 02 e 03 e a empresa Papelaria São Bento Ltda vencedora do lote 04, conforme valores informados na planilha (coluna "Valor proposta após lance). A Pregoeira abriu espaço para manifestação de intenção de recurso, não havendo manifestação. Os representantes das empresas JP de Lima Comércio de Produtos de Limpeza Ltda e Expressão Comércio de Materiais de Inf. e Serv. Ltda retiraram-se da sessão antes da assinatura desta ata. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

## Campos Novos

### PREFEITURA

#### Aviso Pregão Presencial Nº 18/2013 Saude AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 30/04/2013 às 09:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 17 de Abril de 2013.  
NELSON LUIZ DE PAULA  
Secretario Municipal de Saúde

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### Lei Nº. 5074 de 22/03/2013

LEI Nº. 5074 DE 22/03/2013

"AUTORIZA O REPASSE DE SUBVENÇÃO SOCIAL E CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2013, a título de subvenção social às entidades abaixo relacionadas:

I - Associação Canoinhense de Deficientes - ACD, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 79.366.662/0001-30, até o valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), visando à realização de despesas gerais que concorram para manutenção das

atividades da referida entidade;

II - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Canoinhas - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.166.793/0001-40, até o valor de R\$90.000,00 (noventa mil reais), através de recursos ordinários, destinado à realização de despesas gerais para a manutenção das atividades da entidade, visando dar o aporte necessário ao atendimento sócio-educativo a crianças especiais;

III - Rede Feminina de Combate ao Câncer de Canoinhas, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.786.400/0001-00, até o valor de R\$7.000,00 (sete mil reais), destinado ao custeio de despesas gerais para a manutenção das atividades da entidade, visando à prestação de serviços de prevenção e assistência a saúde das mulheres canoinhenses;

IV - Associação de Recuperação e Prevenção de Alcoolismo e Outras Drogas - ARAD - Comunidade Terapêutica Caminho do Sol, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 73.318.941/0001-41, até o valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), destinado ao custeio de despesas gerais para a manutenção das atividades da entidade, visando dar o aporte necessário ao atendimento aos dependentes químicos;

V - Associação da Terceira Idade de Canoinhas - ATICA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 79.377.024/0001-14, até o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), visando à realização de ações no sentido de melhorar o atendimento das pessoas idosas de Canoinhas;

VI - Associação de Moradores do Bairro Salto D Água Verde, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 01.663.717/0001-86, até o valor de R\$12.000,00 (doze mil reais), objetivando custear parte das despesas com a realização do Teatro da "Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo" com o objetivo de fomentar a cultura local através do referido teatro.

ART. 2º. Os valores a ser objeto de repasse às entidades constantes nos artigos 1º, poderão ser repassados em parcela única ou ainda divididos em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

ART. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

ART. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do

ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de março de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/03/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Lei Nº. 5075 de 22/03/2013**

LEI Nº. 5075 DE 22/03/2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2012 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no Valor de R\$ 21.290,92 (Vinte e um mil, duzentos e noventa Reais e noventa e dois centavos), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 05 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01 - Secretaria Municipal de Educação

Atividade 2.007 -Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 13.574,89

Recurso 308: Recurso FUNDEB - Superávit

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 7.716,03

Recurso 546: Recurso Aplicação Financeira do FUNDEB - Superávit

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes do Superávit dos Recursos FUNDEB apurado no balanço do exercício de 2012 que formará o Recurso 308: Recurso do FUNDEB Superávit no valor de R\$ 13.574,89 (Treze mil, quinhentos e setenta e quatro Reais e oitenta e nove centavos) e o Recurso 546: Recurso de Aplicação Financeira do FUNDEB Superávit no valor de R\$ 7.716,03 (Sete mil, setecentos e dezesseis Reais e três centavos), conforme apenso.

Art. 3º As unidades monetárias desta Lei, estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 22 de março de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/03/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Lei Nº. 5076 de 22/03/2013**

LEI Nº. 5076 DE 22/03/2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional ESPECIAL no valor de R\$ 53.000,00 (Cinquenta e três mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 15: FUNREBOMPM

Unidade 15.01: FUNREBOMPM

Projeto 5.005 - Reforma do Prédio do Corpo de Bombeiros

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 53.000,00

Recursos 182 - Recursos Ordinários Funrebom - CB

Produto: Reforma

Unidade de Medida: metros quadrados

Meta física: 624,00 (complementar ao item III da Lei 5.068/13)

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo 1º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 53.000,00 (Cinquenta e três mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 15: FUNREBOMPM

Unidade 15.01: FUNREBOMPM

Atividade 2.030 - Manutenção do FUNREBOM de Canoinhas

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 33.000,00

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 20.000,00

Recursos 182 - Recursos Ordinários Funrebom - CB

ART. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de março de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/03/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Lei Nº. 5077 de 22/03/2013**

LEI Nº. 5077 DE 22/03/2013

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 07 - SECRETARIA MUN DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA

Unidade 07.01 - SECRETARIA MUN DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA

Atividade 2.009 - Manutenção da Sec Mun de Desenv Social e da Família

3.3.50.00.00.00.00.00 -Transf. a inst. privadas s/ fins lucrativos 60.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

ART. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional ESPECIAL no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.060 - Ações de MAC ambulatorial e hospitalar

3.3.50.00.00.00.00.00 -Transf. a inst. privadas s/ fins lucrativos 37.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

ART. 3º. Para suporte do que tratam os artigos 1º e 2º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 97.000,00 (Noventa e sete mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Projeto 1.015 - Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 97.000,00

Recursos 130 - Recursos Ordinários

ART. 4º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de março de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/03/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Lei Nº. 5078 de 25/03/2013**

LEI Nº. 5078 DE 25/03/2013

**"ALTERA A LEI Nº. 4.138 DE 21/03/2007 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica alterado o caput do art. 1º da Lei nº. 4.138 de 21/03/2007, passando este a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar o regime de adiantamento pecuniário aos agentes políticos, aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento em comissão, bem como aos ocupantes de cargo efetivo e emprego público, visando o atendimento pleno a despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação."

Art. 2º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Lei Nº. 5079 de 01/04/2013**

LEI Nº. 5079 DE 01/04/2013

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional ESPECIAL no valor de R\$26.260,00 (vinte e seis mil, duzentos e sessenta reais), com a seguinte classificação institucional:



A)  
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Função 20: Agricultura  
Programa 23: Agricultura Eficaz  
Subfunção 606: Extensão Rural  
Atividade 2.015 - Manutenção da Sec Mun de Desenvolvimento Rural  
3.3.50.00.00.00.00 - Transf. Inst Priv Sem Fins Lucrativos 26.260,00  
Recursos 130 - Recursos Ordinários

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo 1º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$26.260,00 (vinte e seis mil, duzentos e sessenta reais), com a seguinte classificação institucional:

A)  
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Função 20: Agricultura  
Programa 106: Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
Subfunção 606: Extensão Rural  
Atividade 2.016 - Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 26.260,00  
Recursos 130 - Recursos Ordinários

ART. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional ESPECIAL no valor de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)  
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas  
Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas  
Função 27: Desporto e Lazer  
Programa 30: Melhoria nas Atividades Esportivas  
Subfunção 812: Desporto Comunitário  
Atividade 2.032 - Manutenção da Fundação Mun de Esportes  
3.3.50.00.00.00.00 - Transf. Inst Priv Sem Fins Lucrativos 110.000,00  
Recursos 130 - Recursos Ordinários

ART. 4º. Para suporte do que trata o artigo 3º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)  
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas  
Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas  
Função 27: Desporto e Lazer  
Programa 30: Melhoria nas Atividades Esportivas  
Subfunção 812: Desporto Comunitário  
Atividade 2.032 - Manutenção da Fundação Mun de Esportes  
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 110.000,00

## Recursos 130 - Recursos Ordinários

ART. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de abril de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/04/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## Lei Nº. 5080 de 02/04/2013

LEI Nº. 5080 DE 02/04/2013

"AUTORIZA O REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

### LEI

ART.1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2013, a título de contribuição as entidades abaixo relacionadas:

I - Liga Esportiva Canoinhense, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 82.773.797/0001-24, até o valor de R\$26.260,00 (vinte e seis mil, duzentos e sessenta reais), objetivando custear parte das despesas com a realização do evento "Esporte e Lazer no Campo" (Campeonato do Interior), a ser realizado no exercício de 2013 no Município de Canoinhas;

II - Botafogo Esporte Clube, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 79.366.597/0001-42, até o valor de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), objetivando custear as despesas com o projeto de apoio ao futsal canoinhense, sendo este representante da municipalidade junto à 1ª Divisão do Campeonato Catarinense de Futsal, bem como a participação das categorias de base em campeonatos regionais.

ART.2º. Os valores a ser objeto de repasse às entidades constantes no artigo 1º poderão ser repassados em parcela única ou ainda divididos em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

ART.3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

ART.4º. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos

58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art.5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de abril de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 02/04/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Lei Nº. 5081 de 04/04/2013**

LEI Nº. 5081 DE 04/04/2013

"PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, através de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização do "PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES AGROPECOINDUSTRIAL OURO VERDE" a "IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA", mediante pagamento de contrapartida, para a realização do Campori Regional e Treinamento para Desbravadores, que acontecerá nos dias 30 de maio a 02 de junho de 2013.

Parágrafo Único. A área contemplada pelo caput deste artigo refere-se aos banheiros, e toda a área livre interna do Parque, Galpão, além do espaço reservado ao estacionamento de automóveis localizado em frente às dependências do parque, excluído as demais edificações.

Art. 2º - A autorização prevista na presente lei, terá início a partir do dia 30/05/2013, no horário das 8 horas, com o recebimento das dependências do Parque de Exposições, mediante uma vistoria, a qual deverá ser feita por um servidor público municipal indicado pela Secretaria Municipal Planejamento e acompanhada por uma pessoa indicada pela Entidade Permissionária, tendo como término o dia 02/06/2013 no horário das 23 horas, quando também, deverá ocorrer uma vistoria com o intuito de averiguar o estado em que se encontram as dependências do Parque, especialmente as áreas abrangidas pela permissão, as quais deverão ser recebidas no estado em que foram entregues, conforme averiguações constatadas na vistoria inicial.

Art. 3º - Ficará a encargo da "IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA":

I - Pagamento prévio de contrapartida na importância de R\$ 100,00 (cem) reais por dia, totalizando assim R\$ 400,00 (quatrocentos

reais), conforme os dias mencionados no artigo 2º;

II - Eventual limpeza de fossas sépticas e outras que se fizerem necessárias;

III - Permitir a entrada livre de servidores do Município para solucionar eventuais problemas ocorridos;

IV - Cuidados com a segurança dos equipamentos permanentes do Parque;

V - Solicitação de vistoria dos Bombeiros;

VI - Quitação das guias relacionadas às autorizações que se fizerem necessárias à realização do evento, devendo tal pagamento ser comprovado perante a Municipalidade até a data prevista para realização do evento, devendo o Permissionário assumir total e qualquer responsabilidade, junto aos respectivos órgãos;

VII - Implantar as suas expensas todos os sistemas de segurança solicitados pelo Corpo de Bombeiros, conforme atestado de vistoria para funcionamento, fornecido pelo Corpo de Bombeiros;

VIII - Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio público, devendo entregá-lo nas mesmas condições em que recebeu;

IX - Responsabilizar-se pelas despesas relativas à limpeza dos espaços cedidos.

Parágrafo Único. Havendo algum dano ao bem público, durante a realização do evento, deverá a permissionária promover o ressarcimento ao Município.

Art. 4º - Será de inteira responsabilidade da "IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA", a segurança das pessoas que circularem nas dependências do parque durante o período da Permissão, ficando responsável único e exclusivamente a responder a qualquer ação judicial decorrente da realização do evento, inclusive com relação aos automóveis estacionados na área localizada em frente às dependências do parque.

Art. 5º - Fica vedada, nas dependências do Parque, a pichação, inscrição a tinta e a veiculação de propaganda que possa ferir a moralidade e os bons costumes.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de abril de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/04/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Decreto Nº. 044/2013**

DECRETO Nº. 044/2013

NOMEIA OS INTEGRANTES DO CONDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual Nº 620/03 que institui o Programa de Descentralização da Gestão Ambiental no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a resolução CONSEMA nº 02/2006 que define os critérios para habilitação dos municípios na atuação do licenciamento e fiscalização ambiental, das atividades de impacto local;

CONSIDERANDO a Resolução CONAMA nº 237/97 que impõe para habilitação dos municípios na atuação do licenciamento e



fiscalização ambiental;  
CONSIDERANDO Ata da 24ª Reunião Eleitoral do COMDEMA a qual definiu, por votação, a nova diretoria; resolve:

**DECRETAR**

ART 1º: Ficam nomeados os representantes que farão parte conforme Lei Nº 4.357 de 29/10/2008 do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, órgão de composição paritária, deliberativo, normativo e de assessoramento da Prefeitura Municipal de Canoinhas-SC, na proteção, recuperação e fiscalização ambiental no território do Município, na seguinte forma:

**I - Representantes do Setor Público:****6ª CIA do Batalhão de Polícia Militar Ambiental**

- Titular: Fábio Henrique Machado
- Suplente: Ivan Veiga

**Epagri - Regional de Canoinhas**

- Titular: Jaime Schoroeder
- Suplente: Jaciel Renato Simões de Lima

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família**

- Titular: Jaqueline Conceição
- Suplente: Priscila Letícia Cordeiro de Lima

**Secretaria Municipal de Meio Ambiente**

- Titular: Rodrigo Leithold
- Suplente: Jéssica Vieira de Lima

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Indústria e Comércio de Canoinhas;**

- Titular: Edmilson Luiz Verka
- Suplente: James Miguel Lanke

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural**

- Titular: Adelina Cecília de Andrade
- Suplente: Joécio Mielke

**Secretaria Municipal de Saúde**

- Titular: Telma Regina Bley
- Suplente: Luis Anselmo Chagas

**Secretaria Municipal de Planejamento**

- Titular: Gilson Luiz Guimarães
- Suplente: Cleison Tarciso Fuck

**Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento**

- Titular: João Maria Ferreira
- Suplente: Diogo Carlos Seidel

**Corpo de Bombeiros - 9º BPM**

- Titular: Jorge Adriano Machado Gomes
- Suplente: José Machado Pereira

**FATMA - Regional de Canoinhas**

- Titular: Mariane Murakami
- Suplente: Luis Cláudio Fossati

**Defesa Civil de Canoinhas**

- Titular: Nelson dos Reis da Silva
- Suplente: Frederico Valdir Ecker

**II - Representantes da Sociedade Civil:****UNC - Universidade do Contestado**

- Titular: Daniela Tiara Ratuchinski
- Suplente: Thiago Floriani Steka

**ONG - Ambientalistas do Contestado**

- Titular: Nizio José Zibeti
- Suplente: Ângelo Marcelo Schulka

**OAB - Ordem dos Advogados do Brasil**

- Titular: Patrícia Batista
- Suplente: Miriam Salete Iarocheski Murakami

**CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura**

- Titular: José Carlos Ribeiro Zan
- Suplente: Jeferson Endler de Souza

**Associação de Bairros de Canoinhas**

- Titular: Fernando de Lima
- Suplente: Walmor Leite Junior

**ACIC - Associação Comercial e Industrial de Canoinhas**

- Titular: Gilson José Pedrassani
- Suplente: Gerson dos Santos

**Associação de Moradores Rio do Tigre**

- Titular: Roberto Pereira
- Suplente: Jovino Schinchak

**Associação de Moradores Rio Córrego das Flores**

- Titular: Valdeci Padilha
- Suplente: Antonio Valdinei Marcondes

**ONG SAVC - Associação Vale do Canoinhas**

- Titular: Etsuro Murakami
- Suplente: Douglas Prado Marcos

**SINDIMADEIRA - Sindicato da Indústria Madeireira**

- Titular: Rafael Dallo
- Suplente: Estevão Francisco Fuck

**SINPESC - Sindicato da Indústria de Papel e Celulose de Santa Catarina**

- Titular: Moacir Penkal
- Suplente: Rafael Mirando da Silva

**Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Canoinhas**

- Titular: Alfredo Lang Scultetus
- Suplente: Franciele Cristina Gaertner

ART 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART 3º: Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de março de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08/03/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº. 051/2013**

DECRETO Nº. 051/2013

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.024,47m<sup>2</sup> (Um mil e vinte e quatro metros e quarenta e sete decímetros quadrados), procedido por LOURDES BORDE-NOSKI, situado na Rua Guilherme Goestmeier Sobrinho, no Bairro Industrial I, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 22.066, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 16 com área de 772,77m<sup>2</sup> e lote nº 25 com área de 251,70m<sup>2</sup> (este só poderá ser vendido ou permutado com o confrontante), ambos pertencentes à quadra nº 13, conforme requerimento protocolado sob nº. 2355/2013.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto Nº. 053/2013**

DECRETO Nº. 053/2013  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 4.073,30m<sup>2</sup> (Quatro mil e setenta e três metros e trinta decímetros quadrados), procedido por JOSÉ TARCISIO GROSSKOPF, situado na Rua Sérgio Gapski esquina com a Rua Jacob Fuck, no Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 34.187, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 30 com área de 3.458,30m<sup>2</sup> e lote nº 32 com área de 615,00m<sup>2</sup>, conforme requerimento protocolado sob nº. 1778/2013.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de março de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/03/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto Nº. 054/2013**

DECRETO Nº. 054/2013  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 2.054,41m<sup>2</sup> (Dois mil e cinquenta e quatro metros e quarenta e um decímetros quadrados), procedido por MARIA DE LURDES LEMOS DE SOUZA, situado na Rua José Hass Lemos esquina com a Rua Rodolfo Emílio Hengst, no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 17.366, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 01 com área de 420,00m<sup>2</sup>, lote nº 57 com área de 262,50m<sup>2</sup>, lote nº 58 com área de 532,87m<sup>2</sup>, lote nº 59 com área de 262,50m<sup>2</sup> e lote nº 60 com área de 576,54m<sup>2</sup>, todos pertencentes à quadra nº 603, conforme requerimento protocolado sob nº. 1087/2013.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de março de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/03/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Decreto Nº. 055/2013**

DECRETO Nº. 055/2013  
APROVA CONDOMÍNIO RESIDENCIAL HORIZONTAL FECHADO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art.1º- Fica aprovado o Condomínio Residencial Horizontal Fechado (CRHF) com área de 300,00m<sup>2</sup> (Trezentos metros quadrados), procedido por JOÃO JORGE CECILIO JUNIOR, situado na Rua João B. Fedalto, no Bairro Alto das Palmeiras, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 30.479 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº.01 com área de 150,00m<sup>2</sup> sendo 15,09 m<sup>2</sup> área de recreação e lote nº 02 com 150,00m<sup>2</sup> sendo 15,09 m<sup>2</sup>, ambos pertencentes à quadra nº 613, conforme requerimento protocolado sob nº.2198/2012.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por

quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de março de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/03/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Decreto Nº. 057/2013**

DECRETO Nº. 057/2013

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA DE ACORDO COM A LEI 5.079 DE 01 DE ABRIL DE 2013 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.079 de 01/04/2013, resolve:

#### **DECRETAR**

ART. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.069 de 06 de março de 2013, no valor de R\$26.260,00 (vinte e seis mil, duzentos e sessenta reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Função 20: Agricultura  
Programa 23: Agricultura Eficaz  
Subfunção 606: Extensão Rural  
Atividade 2.015 - Manutenção da Sec Mun de Desenvolvimento Rural  
3.3.50.00.00.00.00 - Transf. Inst Priv Sem Fins Lucrativos 26.260,00  
Recursos 130 - Recursos Ordinários

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 2º da Lei 5.079 de 01 de abril de 2013, o valor de R\$26.260,00 (vinte e seis mil, duzentos e sessenta reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Função 20: Agricultura  
Programa 106: Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
Subfunção 606: Extensão Rural  
Atividade 2.016 - Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 26.260,00  
Recursos 130 - Recursos Ordinários

ART. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.079 de 01 de abril de 2013, no valor de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas  
Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas  
Função 27: Desporto e Lazer  
Programa 30: Melhoria nas Atividades Esportivas  
Subfunção 812: Desporto Comunitário  
Atividade 2.032 - Manutenção da Fundação Mun de Esportes

3.3.50.00.00.00.00 - Transf. Inst Priv Sem Fins Lucrativos 110.000,00  
Recursos 130 - Recursos Ordinários

ART. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 4º da Lei 5.079 de 01 de abril de 2013, o valor de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas  
Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas  
Função 27: Desporto e Lazer  
Programa 30: Melhoria nas Atividades Esportivas  
Subfunção 812: Desporto Comunitário  
Atividade 2.032 - Manutenção da Fundação Mun de Esportes  
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 110.000,00  
Recursos 130 - Recursos Ordinários

ART. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de abril de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 03/04/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Decreto Nº. 058/2013**

DECRETO Nº. 058/2013

RATIFICA DECRETO Nº. 022/2012 REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **RATIFICAR**

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 022/2012, que aprovou desmembramento de terreno urbano com área de 600,00m² (Seiscentos metros quadrados), procedido por RISETH CLAUDY BUBA, situado na Rua Saulo de Carvalho, no bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 764 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 01 com área de 555,00m² e lote nº02 com 45,00m², sendo que este lote só pode ser vendido/transferido ao confrontante, conforme requerimento protocolado sob nº.0414/2012.

Art. 2o - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da

Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de abril de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 05/04/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Decreto Nº. 060/2013

DECRETO Nº. 060/2013

"HOMOLOGA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/SMS/2013"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### HOMOLOGAR

Art.1º - Ficam homologadas as inscrições do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais – Enfermeiro – CAPS, para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 01/SMS/2013, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de abril de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08/04/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ENFERMEIRO – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) – 01 VAGA – 40 HORAS

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DEFERIMENTO
07	Angela Maria Hanchuck Schick – CPF: 016.385.339-89	Deferido
10	Cyntia Aparecida Bauer Seleme – CPF: 842.699.449-00	Deferido
14	Deonizia das Graças Stein Kuzik – CPF: 020.109.779-63	Indeferido
09	Diego Augusto de Lima – CPF: 077.892.439-42	Deferido
17	Edison Jose Loti – CPF: 927.335.309-68	Deferido
02	Emanuelle Liller da Silva – CPF: 066.481.769-62	Deferido

03	Itaiana Cristina Chimento – CPF: 056.599.839-01	Deferido
19	Jaqueline Aparecida da Silveira Kucarz – CPF: 038.244.229-64	Deferido
04	Jucelma Corrêa de Freitas – CPF: 040.680.329-39	Deferido
08	Jucilea Kucarz Adamcheski – CPF: 037.384.909-57	Deferido
15	Karin Aparecida Hauerbach – CPF: 045.940.759-75	Deferido
13	Karine Fernanda Linzmeier – CPF: 047.964.139-01	Deferido
12	Mariane Alves Liller Shimoguiri – CPF: 007.105.039-62	Deferido
05	Maristela Morandi – CPF: 008.733.559-03	Deferido
16	Paulo Roberto Zucco – CPF: 003.969.889-03	Deferido
18	Rosa Frederico Santiago da Silva – CPF: 580.441.329-53	Deferido
01	Rosilene Nogath – CPF: 040.711.649-48	Deferido
06	Thais Alves – CPF: 047.659.599-10	Deferido
11	Thais Platner – CPF: 051.199.699-33	Deferido

### Decreto Nº. 063/2013

DECRETO Nº. 063/2013

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/SMS/2013"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### HOMOLOGAR

Art.1º - Fica homologado o resultado do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais – Enfermeiro – CAPS, para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 01/SMS/2013, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de abril de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11/04/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças



**ENFERMEIRO – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) –  
01 VAGA – 40 HORAS**

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
18	Rosa Frederico Santiago da Silva CPF: 580.441.329-53	8,0	Aprovada
12	Mariane Alves Liller Shimoguri CPF: 007.105.039-62	6,5	Classificada
15	Karin Aparecida Hauerbach CPF: 045.940.759-75	6,0	Classificada
19	Jaqueline Aparecida da Silveira Kucarz CPF: 038.244.229-64	6,0	Classificada
02	Emanuelle Liller da Silva CPF: 066.481.769-62	6,0	Classificada
10	Cyntia Aparecida Bauer Seleme CPF: 842.699.449-00	5,5	Classificada
04	Jucelma Corrêa de Freitas CPF: 040.680.329-39	5,5	Classificada
07	Angela Maria Hanchuck Schick CPF: 016.385.339-89	5,5	Classificada
08	Jucilea Kucarz Adamcheski CPF: 037.384.909-57	5,5	Classificada
16	Paulo Roberto Zucco CPF: 003.969.889-03	5,5	Classificado
05	Maristela Morandi CPF: 008.733.559-03	5,5	Classificada
11	Thais Platner CPF: 051.199.699-33	5,5	Classificada
09	Diego Augusto de Lima CPF: 077.892.439-42	5,0	Classificado
01	Rosilene Nogath CPF: 040.711.649-48	4,5	Classificada
06	Thais Alves CPF: 047.659.599-10	4,5	Classificada
03	Itaiana Cristina Chiumento CPF: 056.599.839-01	4,5	Classificada

13	Karine Fernanda Linzmeier CPF: 047.964.139-01	4,0	Classificada
17	Edison Jose Loti CPF: 927.335.309-68	---	Faltou

**Termo de Utilidade Pública Hospital Santa Cruz**

DECRETO Nº. 059/2013

TERMO DE UTILIDADE PÚBLICA HOSPITAL SANTA CRUZ

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, VI da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO parecer do Conselho Municipal de Saúde em consonância com os ditames estabelecidos nas Leis Municipais nº 3.891 de 11 de outubro de 2005 e nº 4.220 de 21 de setembro de 2007 que dispõem sobre a declaração de utilidade pública; e no Decreto 075/2008; resolve:

**DECRETA**

Art. 1º - Fica prorrogado a Declaração de Utilidade Pública Municipal do HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, com sede e foro nesta cidade.

Parágrafo único. À entidade beneficiada ficam asseguradas as prerrogativas decorrentes da legislação vigente.

Art. 2º - O presente Decreto tem sua eficácia pelo período de 12(doze) meses, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de abril de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08/04/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Portaria Nº 207/2013**

PORTARIA Nº 207/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

**RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o Item 11.1 da Portaria nº. 110/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“11.1. FRANÇOISE ELISABETH GALLOTTI VARELA CASTANHA DITTRICH, professora de Anos Iniciais MAG II 20 horas semanais, 30% de regência para atuar na EBM Maria Lovatel Pires no período de 19/02/2013 a 16/07/2013. Considerando vaga vinculada ao Concurso Público aguardando efetivação.”

Art. 2º - Fica retificado o Item 30.1 da Portaria nº. 110/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:



"30.1. CLEIDE REGINA MELECHENCO CUJA, professora de Anos Iniciais MAG II 20 horas semanais, 30% de regência para atuar na EBM Evaldo Dranka no período de 18/02/2013 a 31/03/2013. Considerando vaga vinculada ao Concurso Público aguardando efetivação."

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/03/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **Portaria Nº 208/2013**

PORTARIA Nº 208/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Item 15.2 da Portaria nº. 143/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"15.2. LUIZ PIOTROWSKI, professor de Educação Física MAG II 40 horas semanais, 36 aulas ministradas, 04 aulas excedentes e 15% de regência para atuar na EBM Rio do Pinho e EBM Alberto Wardenski no período de 07/03/2013 a 17/12/2013. Considerando na EBM Rio do Pinho vaga vinculada do professor Gilberto de Paula Rosa o qual está em lotação temporária na EBM Severo de Andrade e na EBM Alberto Wardenski na vaga vinculada da professora Vivian Krüger a qual está em lotação temporária na EBM Severo de Andrade."

Art. 2º - Fica retificado o Item 7.3 da Portaria nº. 143/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"7.3. CECÍLIA APARECIDA DA SILVA LUDKA, professora de Educação Física MAG II 30 horas semanais e 15% de regência para atuar no EBM Benedito Therézio de Carvalho no período de 08/03/2013 a 17/12/2013. Considerando 20 horas vaga vinculada do professor Quintino Everton Jungles, o qual ocupa o cargo de diretor da EBM Benedito Therézio de Carvalho e 10 horas vaga excedente desdobramento de turma não podendo ser disponibilizada a vaga para efetivação em virtude da turma não ter histórico de permanência."

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/03/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **Portaria Nº 219/2013**

PORTARIA Nº 219/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Art. 10 da Portaria nº. 174/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. Fica autorizada a conversão de 28 (vinte e oito) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor DÉCIO GIOVANNI ALVES VIEIRA, efetivo no cargo de Odontólogo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1999/2004 (07 dias) e ao período aquisitivo de 2004/2009 (21 dias), para quitar débitos tributários conforme requerimento."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **Portaria Nº 233/2013**

PORTARIA Nº 233/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Art. 1º - Fica nomeada CATARINA RUTHES PINTO THEODOROVITZ para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Escolar do CEI Fernando Pessoa, com gratificação de 40%, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/04/2013, conforme comunicação interna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de abril de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/04/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Portaria Nº. 007/2013**  
PORTARIA Nº. 007/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Art.1º - Fica nomeada CARMEN NOERNBERG, para exercer o cargo de provimento em comissão de Tesoureiro, junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 02/01/2013, conforme comunicação interna nº 002/SMAF/2013.

Art.2º - Fica nomeado LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 07/01/2013, conforme comunicação interna nº 002/SMAF/2013.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de janeiro de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 02/01/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Portaria Nº. 128/2013**  
PORTARIA Nº. 128/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Assistente Técnico Administrativo, 40 horas, junto a EBM Severo de Andrade, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, o profissional CASSIANO ALEX DA SILVEIRA, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 1694, e convocada através do edital nº. 003/2013 de 17 de janeiro de 2013, a partir de 25/02/2013.

Art. 2º - Fica nomeado para exercer o cargo de Servente Masculino, 40 horas, junto a EBM Maria Izabel de Lima Cubas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, o profissional CARLOS LAATSCH, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 264, e convocada através do edital nº. 003/2013 de 17 de janeiro de 2013, a partir de 25/02/2013.

Art. 3º - A efetiva posse da aprovada será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de fevereiro de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/02/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Portaria Nº. 177/2013**  
PORTARIA Nº. 177/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com as Leis Municipais nº 3.869/2005 e 4.385 de 23/12/2008;  
CONSIDERANDO; a existência de servidor em gozo de licença maternidade;  
CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de readaptação;  
CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;  
CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

**CONTRATAR**

Art.1º Ficam contratados os profissionais a seguir relacionados para atuarem na Rede Municipal de Ensino junto à Secretaria Municipal de Educação:

**1. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

1.1 - JAQUELINE HACK, Nutricionista 40 horas semanais para atuar na Secretaria Municipal de Educação no período de 11/03/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga vinculada da Nutricionista Milenna Larissa Conceição, a qual está em Licença para Tratar de Assuntos Particulares.

**2. ERM PROFESSORA EDEMITA DA CONCEIÇÃO ROSA**

2.1 - MARIA VERÔNICA SCHUMOVSKI, professora de Anos Iniciais MAG II 20 horas semanais e 30% de regência para atuar na ERM Professora Edemita da Conceição Rosa no período de 11/03/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga excedente pelo reduzido número de alunos sendo assim, não será disponibilizada a vaga para efetivação em virtude da turma não possuir histórico de permanência.

2.2 - CLEUSA DE FATIMA PIECHONTCOSKI MONTEIRO, professora de Arte MAG II 20 horas semanais, 20 aulas ministradas, 04 aulas excedentes e 15% de regência para atuar na ERM Professora Edemita da Conceição Rosa no período de 12/03/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga excedente pelo reduzido número de alunos sendo assim, não será disponibilizada a vaga para efetivação em virtude da turma não ter histórico de permanência.

**3. EBM ALBERTO WARDENSKI**

3.1 - JOÃO LUIZ GOGOY, professor de Ciências MAG II 10 horas semanais, 09 aulas ministradas, 01 aula excedente e 15% de regência para atuar no EBM Alberto Wardenski no período de 11/03/2013 a 30/04/2013. Considerando vaga vinculada ao Concurso Público aguardando a efetivação.

3.2 - MAIARA DAIANE ROSA, Ensino Médio para exercer a função de Monitor de Educação Especial 20 horas semanais, para atuar na EBM Alberto Wardenski no período de 19/03/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

#### 4. EBM DR AROLD CARNEIRO DE CARVALHO

4.1 - ANNA ALICE MORANTT, professora de Arte MAG I 40 horas semanais, 36 aulas ministradas, 04 aulas excedentes e 15% de regência para atuar no EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho no período de 20/03/2013 a 30/04/2013. Considerando vaga vinculada ao Concurso Público aguardando a efetivação.

#### 5. EBM BENEDITO THERÉZIO DE CARVALHO

5.1 - MÁRCIA BERNADETE SUCHECKE, professora de Ciências MAG I 20 horas semanais e 15% de regência para atuar no EBM Benedito Therézio de Carvalho no período de 19/03/2013 a 16/07/2013. Considerando vaga vinculada ao Concurso Público aguardando a efetivação.

5.2 - ALINE DE SOUZA RUCHINSKI, professora de Inglês MAG I 10 horas semanais, 10 aulas dadas, 02 aulas excedentes e 15% de regência para atuar no EBM Benedito Therézio de Carvalho no período de 19/03/2013 a 16/07/2013. Considerando vaga vinculada ao Concurso Público aguardando a efetivação.

5.3 - MARISTELA MIRANDA GRESCHEN, professora de Anos Iniciais MAG II 20 horas semanais e 30% de regência para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho no período de 19/03/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga excedente desdobramento de turma, não será disponibilizada a vaga para efetivação em virtude de não possuir histórico de permanência.

5.4 - CLARISSE ANDRÉIA SUCHECK FIGURA, professora de Anos Iniciais MAG II 20 horas semanais e 30% de regência para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho no período de 19/03/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga excedente desdobramento de turma, não será disponibilizada a vaga para efetivação em virtude de não possuir histórico de permanência.

5.5 - ELAINE RUCHINSKI BOBROVICZ, servente feminino 40 horas para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho no período de 19/03/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória para atuar junto ao Programa Mais Educação do Governo Federal.

#### 6. EBM EVALDO DRANKA

6.1 - JAQUELINE JONKO, professora de Educação Infantil MAG I 20 horas e 25% de regência para atuar no EBM Evaldo Dranka no período de 12/03/2013 a 30/04/2013. Considerando vaga vinculada ao Concurso Público aguardando a efetivação.

6.2 - ROSÂNGELA DE CÁSSIA FEDALDO WRUBLEVSKI, professor de Inglês MAG II 10 horas e 15% de regência para atuar no EBM Evaldo Dranka no período de 11/03/2013 a 30/04/2013. Considerando vaga vinculada ao Concurso Público aguardando a efetivação.

6.3 - DENILDA APARECIDA ALVES CORRÊA, nível MAG II para exercer a função de professora de Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 horas e 15% de regência, para atuar na EBM Evaldo Dranka da Rede Municipal de Ensino, no período de 12/03/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória a qual se justifica em virtude da implantação da Educação de Jovens e Adultos/EJA, em conformidade com a Lei do Sistema Municipal de Ensino, nº 4851/2011 Seção IV, Artigo 64. Considerando também que na referida Lei no Artigo 60 Parágrafo Único incisos VII e VIII que dispõe do Programa Interdisciplinar de Educação do Campo com atendimento a escolas do meio rural de Canoinhas/SC, proporcionado a alfabetização e elevação da escolaridade para jovens e adultos do campo, com o apoio de entidades educacionais parceiras.

#### 7. EBM GUILHERMINA MARIA VEIGA FERREIRA

7.1 - TAMARA KRAUSS, servente feminino 40 horas para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira no período de 11/03/2013 a 02/05/2013. Considerando vaga vinculada da servente Lídia Soares Stange, a qual está em Licença Prêmio.

#### 8. EBM MARIA LOVATEL PIRES

8.1 - ELIANE MARIA DIAS GERALDO, nível MAG II para exercer a função de professora de Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 horas e 15% de regência, para atuar na EBM Maria Lovatel Pires da Rede Municipal de Ensino, no período de 12/03/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória a qual se justifica em virtude da implantação da Educação de Jovens e Adultos/EJA, em conformidade com a Lei do Sistema Municipal de Ensino, nº 4851/2011 Seção IV, Artigo 64. Considerando também que na referida Lei no Artigo 60 Parágrafo Único incisos VII e VIII que dispõe do Programa Interdisciplinar de Educação do Campo com atendimento a escolas do meio rural de Canoinhas/SC, proporcionado a alfabetização e elevação da escolaridade para jovens e adultos do campo, com o apoio de entidades educacionais parceiras.

#### 9. EBM MARIA IZABEL DE LIMA CUBAS

9.1 - ELIZETE ALVES CORRÊA, nível MAG II para exercer a função de professor de Arte a disposição do Programa PETI, com carga horária de 30 horas sem regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas da Rede Municipal de Ensino, no período de 14/03/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória, professor de Arte a disposição no Programa PETI, o qual atende crianças em situação de risco, implantado pelo Ministério de Desenvolvimento Social de Combate a Fome no município de Canoinhas/SC. O referido Programa é desenvolvido através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

9.2 - ANA PAULA ROSA KRYCZYK, Ensino Médio para exercer a função de Monitor de Educação Especial 40 horas semanais, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas no período de 12/03/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

#### 10. EBM PRESIDENTE CASTELO BRANCO

10.1 - SCHEILA REVA, Ensino Médio para exercer a função de Monitor de Educação Especial 20 horas semanais, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco no período de 19/03/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência,

que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

#### 11. EBM RIO DO PINHO

11.1 - JOEL VALCIR ZUCCO, nível MAG II para exercer a função de professor de História com carga horária de 20 horas sem regência, para atuar na EBM Rio do Pinho da Rede Municipal de Ensino, no período de 22/03/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga vinculada do professor Mário Kriczinski o qual está em lotação temporária na EBM Presidente Castelo Branco.

#### 12. GEM FREI FABIANO GADZINSKI

12.1 - ROSICLEIA DO PRADO, servente feminino 40 horas para atuar no GEM Frei Fabiano Gadzinski no período de 07/03/2013 a 31/05/2013. Considerando vaga vinculada da servente Elza de Fátima Ferreira Medeiros, a qual está em Licença Prêmio.

#### 13. CEI FERNANDO PESSOA

13.1 - VIVIANE TERESA MÜLLER, Ensino Médio para exercer a função de Monitor de Educação Especial 20 horas semanais, para atuar no CEI Fernando Pessoa no período de 18/03/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

#### 14. CEI CECÍLIA MEIRELES

14.1 - SANDRA GONÇALVES PALHANO DOS SANTOS, servente feminino 40 horas para atuar no CEI Cecília Meireles no período de 11/03/2013 a 30/04/2013. Considerando vaga vinculada da servente Veridiani Aparecida Costa, a qual está em Licença Tratamento de Saúde.

#### 15. CEI VINICIUS DE MORAES

15.1 - ARIANE CAROLINE KRALING, professora de Projeto Cante, Dance, Faça sua História MAG I 20 horas semanais sem regência para atuar no CEI Vinicius de Moraes no período de 12/03/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.

15.2 - ARIANE CAROLINE KRALING, professora de Projeto Cante, Dance, Faça sua História MAG I 20 horas semanais sem regência para atuar no CEI Vinicius de Moraes no período de 13/03/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória em conformidade com o que determina na Lei nº 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino nos artigos 78 e 80 a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, tem como meta promover a estruturação pedagógica da Rede Municipal de Ensino, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de uma educação integral e integrada por meio de ações que ampliem espaço, tempo e oportunizando a todos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de março de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/03/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### Portaria Nº. 201/2013

PORTARIA Nº. 201/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas em, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/SMS/2013

Art. 1º- Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SMS/2013, visando à contratação temporária de Enfermeiro para atuar no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, junto à Secretaria Municipal de Saúde, com poderes para apreciar recursos e demais atos necessários.

- Dirazéli do Prado,  
- Janice de Fátima Stempinhak,  
- Luis Anselmo Chagas.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/03/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### Portaria Nº. 220/2013

PORTARIA Nº. 220/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas em, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/SMDSF/2013

Art. 1º- Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SMDSF/2013, visando à contratação temporária de 01 Assistente Social - CREAS, 01 Psicólogo - CRAS - I, 01 Educador



Social Masculino - Casa de Passagem Nova Canaã, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, com poderes para apreciar recursos e demais atos necessários.

- Jaqueline Conceição,  
- Leila Cristina Siems dos Santos,  
- Vilcéia Regina Tavares.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de março de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/03/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Portaria Nº. 230/2013**

PORTARIA Nº. 230/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a profissional ANTONIA LUKACHINSKI MARCONDES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 654, e convocada através do edital nº. 010/2013 de 08 de março de 2013, iniciando as suas atividades a partir de 02/04/2013.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Enfermeiro - Policlínica Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a profissional CARLA ADRIANA FLENIK RIBEIRO DA SILVA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 2877, e convocada através do edital nº. 007/2013 de 19 de fevereiro de 2013, iniciando as suas atividades a partir de 01/04/2013.

Art. 3º - A efetiva posse da aprovada será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de abril de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/04/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Portaria Nº. 231/2013**

PORTARIA Nº. 231/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a profissional DANIELLE LUDKA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 130, e convocada através do edital nº. 006/2013 de 14 de fevereiro de 2013, iniciando as suas atividades a partir de 02/04/2013.

Art. 2º - A efetiva posse da aprovada será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de abril de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/04/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Portaria Nº. 238/2013**

PORTARIA Nº. 238/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990 e Lei Complementar 038/2011, resolve:

#### **NOMEAR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com 25% de regência, 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da EBM Alberto Wardenski, a profissional CAMYLA KNÜPPEL, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocada através do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrita sob nº.1557, a partir de 01/04/2013.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, com 30% de regência, 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da EBM Evaldo Dranka, a profissional REGIANE ARTNER GEVIESKI, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocada através do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrita sob nº.1470, a partir de 01/04/2013.

Art. 3º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, com 30% de regência, 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da EBM Evaldo Dranka, a profissional ROSANE TOMCZYK, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocada através



do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrita sob nº.1635, a partir de 01/04/2013.

Art. 4º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Finais, com 15% de regência, 30 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da EBM Evaldo Dranka, a profissional JOSIANE CAROLINA DA SILVA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocada através do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrita sob nº.1285, a partir de 01/04/2013.

Art. 5º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Educação Física, com 15% de regência, 10 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição do CEI Jacob Bernard Fuck, a profissional JOSIANE CAROLINA DA SILVA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocada através do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrita sob nº.1285, a partir de 01/04/2013.

Art. 6º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Finais, na disciplina de Matemática, com 15% de regência, 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da EBM Rio do Pinho, a profissional CARLA ADRIANA GAN STAFIN, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocada através do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrita sob nº.1317, a partir de 01/04/2013.

Art. 7º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Finais, na disciplina de Matemática, com 15% de regência, 10 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da EBM Evaldo Dranka, a profissional SIMONE RODRIGUES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocada através do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrita sob nº.2094, a partir de 01/04/2013.

Art. 8º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Finais, na disciplina de Matemática, com 15% de regência, 10 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da EBM Maria Izabel de Lima Cubas, a profissional SIMONE RODRIGUES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocada através do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrita sob nº.2094, a partir de 01/04/2013.

Art. 9º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Biblioteca, 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, a profissional ISRAELLI MARON FERNANDES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocada através do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrita sob nº.1437, a partir de 01/04/2013.

Art. 10 - Fica nomeado para exercer o cargo de Monitor de Biblioteca, 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da EBM Maria Izabel de Lima Cubas, o profissional ANDRÉ CAIKE DE BRITO KUMINEK, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocado através do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrito sob nº.2116, a partir de 01/04/2013.

Art. 11 - Fica nomeado para exercer o cargo de Instrutor de Informática, 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da EBM Alberto Wardenski, o profissional JOÃO MARCOS TEIXEIRA, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocado através do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrito sob nº.079, a partir de 01/04/2013.

Art. 12 - Fica nomeado para exercer o cargo de Instrutor de

Informática, 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da EBM Severo de Andrade, o profissional ALCIDES PEREIRA JUNIOR, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocado através do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrito sob nº.128, a partir de 01/04/2013.

Art. 13 - Fica nomeada para exercer o cargo de Instrutor de Informática, 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, a profissional MAIARA OLIVEIRA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocada através do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrito sob nº.159, a partir de 01/04/2013.

Art. 14 - Fica nomeada para exercer o cargo de Instrutor de Informática, 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da GEM Menino Deus, a profissional BEATRIZ KWITSCHAL, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocada através do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrito sob nº.2617, a partir de 01/04/2013.

Art. 15 - Fica nomeada para exercer o cargo de Instrutor de Informática, 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da GEM Menino Deus, a profissional KELI FABIANE GONÇALVES SANTOS, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocada através do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrito sob nº.2670, a partir de 02/04/2013.

Art. 16 - Fica nomeado para exercer o cargo de Instrutor de Informática, 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição do GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, o profissional OSVALDO JOÃO DE AGUIAR JUNIOR, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocado através do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrito sob nº.1634, a partir de 01/04/2013.

Art. 17- Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, sem regência, 30 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição do CEI Olavo Bilac, a profissional VANIA ADRIANA FUCK, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocada através do edital nº. 009/2013 de 08 de fevereiro de 2013, inscrita sob nº.1842, a partir de 01/04/2013.

Art. 18 - A efetiva posse da aprovada será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 19 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20 - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de abril de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração em 01/04/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Portaria Nº. 259/2013**  
PORTARIA Nº. 259/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

CONSIDERANDO, a competência atribuída aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais para executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, resolve:

**NOMEAR A AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRÂNSITO**

Art. 1º - Fica nomeado NELSON DOS REIS SILVA, responsável pelo Departamento de Trânsito de Canoinhas - DETRACAN, como autoridade municipal de trânsito com efeito retroativo à 01/02/2013.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de abril de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/04/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Publicação da Alteração do Edital de Tomada de Preços Nº FMS 01/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
ALTERAÇÃO DO EDITAL  
PROCESSO N.º FMS 12/2013  
TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 01/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, comunica que efetuou alteração nos itens de cobertura dos seguros dos veículos constantes no objeto da Tomada de Preços N.º FMS 01/2013. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA E OU CORRETORA DE SEGUROS PARA EMISSÃO DE APÓLICES DE SEGURO, DESTINADAS A FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Em função das modificações no edital, as datas do processo foram transferidas. Disputa 06/05/2013 às 14h15min. Entrega das propostas até às 14h00min do dia 06/05/2013. Informações fone (047) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Presidente do Fundo

**Capinzal****PREFEITURA****Portarias**

PORTARIA Nº. 550, DE 15 DE ABRIL DE 2013.  
Nomeia servidor na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº. 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações ou sucedânea;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeada pelo concurso público originado pelo Edital nº. 22/2011 Rosenei Hoffmã, a contar da presente data.

Art. 2º A servidora exercerá o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº. 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e lotação na Creche Municipal Primeiros Passos.

Art. 3º Fica averbado na ficha funcional da servidora o tempo de serviço exercido em outros cargos públicos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 15 de abril de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

**PMC = Chamamento Público Nº 01/2013 - Agricultura Familiar**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2013.  
AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES

Aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009.

Andevir Isganzella, Prefeito de Capinzal, no uso de suas atribuições legais torna público o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009, Resolução FNDE/CD nº 38 de 16 de Julho de 2009 e Resolução/CD/FNDE nº 25, de 4 de julho de 2012.

OBJETO: O Edital de chamamento público tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009 a serem adquiridos dos grupos formais de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, destinados à elaboração da Alimentação Escolar para os alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Capinzal - Santa Catarina, com verba FNDE/PNAE, durante o ano de 2013, na forma condições e cronograma estabelecidos no presente Edital e seus Anexos, abrangendo o fornecimento dos gêneros alimentícios, nas quantificações e nos preços máximos, tudo conforme discriminado no edital.

ENTREGA E ABERTURA: DOCUMENTOS ATÉ AS 14:00 HORAS, PARA ABERTURA ÀS 14:05 HORAS DO DIA 06/05/2013.  
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL DE CHAMAMENTO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, RUA ERNESTO HACHMANN, 505 E NO SÍTIO: WWW.CAPINZAL.SC.GOV.BR  
HORÁRIO: DAS 8:00 ÀS 12:00 HORAS E DAS 13:30 ÀS 17:30 HORAS.  
TELEFONE NO (0 \_\_49)3555-8710.

CAPINZAL, 17 DE ABRIL DE 2013.  
SEILA ELIANE RIBEIRO  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

#### **PMC Contrato 0136/2013**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 0136/2013  
ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2012  
REGISTRO DE PREÇO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23034.005848/2012-85

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
CONTRATADA: MAN LATIN AMÉRICA IND. E COM. DE VEÍCULOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de veículos de transporte escolar diário de alunos da educação básica das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e demais entidades autorizadas a aderir ao programa de acordo com a legislação específica vigente, para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação. Conforme termo de adesão à ata de registro de preços do pregão eletrônico 50/2012, processo administrativo nº 23034.005848/2012-85 seus Anexos e a Ata de Registro de Preços.

VALOR R\$: 455.560,00  
VIGÊNCIA: 12 MESES

#### **PMC Contrato 0137/2013**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 0137/2013  
Pregão Presencial Nº 0023/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0053/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal  
CONTRATADA: FM PNEUS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para recapagens de pneus, destinados a manutenção de veículos, caminhões, máquinas da Secretaria de Infraestrutura e ônibus do Transporte Coletivo Urbano, Secretaria de Educação Cultura e Esportes, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Patrulha Agrícola Mecanizada, para o ano de 2013, recursos próprios.  
VALOR R\$: 39.728,00  
VIGÊNCIA: 15/04/2013 ate 31/12/2013

#### **PMC Contrato 0138/2013**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 0138/2013  
Pregão Presencial Nº 0023/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0053/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal  
CONTRATADA: RECAUCHUTADORA RODA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para recapagens de pneus, destinados a manutenção de veículos, caminhões, máquinas da Secretaria de Infraestrutura e ônibus do Transporte Coletivo Urbano, Secretaria de Educação Cultura e Esportes, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Patrulha Agrícola Mecanizada, para o ano de 2013, recursos próprios.  
VALOR R\$: 31.260,00  
VIGÊNCIA: 15/04/2013 ate 31/12/2013

#### **PMC Contrato 0139/2013**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 0139/2013  
Pregão Presencial Nº 0023/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0053/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal  
CONTRATADA: GRANDO PNEUS LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para recapagens de pneus, destinados a manutenção de veículos, caminhões, máquinas da Secretaria de Infraestrutura e ônibus do Transporte Coletivo Urbano, Secretaria de Educação Cultura e Esportes, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Patrulha Agrícola Mecanizada, para o ano de 2013, recursos próprios.  
VALOR R\$: 35.172,00  
VIGÊNCIA: 15/04/2013 ate 31/12/2013

#### **PMC Contrato 0140/2013**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 0140/2013  
Pregão Presencial Nº 0023/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0053/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal  
CONTRATADA: BORILLI PNEUS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para recapagens de pneus, destinados a manutenção de veículos, caminhões, máquinas da Secretaria de Infraestrutura e ônibus do Transporte Coletivo Urbano, Secretaria de Educação Cultura e Esportes, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Patrulha Agrícola Mecanizada, para o ano de 2013, recursos próprios.  
VALOR R\$: 3.560,00  
VIGÊNCIA: 15/04/2013 ate 31/12/2013

## Catanduvás

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº 1.886 de 12 de Abril de 2013**

DECRETO Nº 1.886, de 12 de abril de 2013.  
"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO PROCESSANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal; arts. 151, 157 e § 1º do art. 195 da Lei Complementar Municipal nº 19, de 4 de janeiro de 2002,

CONSIDERANDO, as inúmeras informações obtidas pela Administração Municipal a respeito do cometimento de diversas infrações estatutárias, atribuídas ao servidor NEREU BITTENCOURT FILHO,

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



nomeado pela Portaria Municipal 5524, de 2/7/2012 no cargo de Operador de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias, matrícula 1961;

CONSIDERANDO, a gravidade das infrações cometidas, que inclui possível tentativa de sabotagem, bem como as informações obtidas pela Comissão de Estágio Probatório, cujas notas indicam caracterizar insuficiência de desempenho, podendo culminar com o previsto no § 1º do art. 195 da Lei Complementar 19 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Catanduvas;

CONSIDERANDO, que segundo a dicção do art. 151, compete à autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público, determinar a apuração imediata através de processo administrativo, inclusive; e

CONSIDERANDO, que o artigo 157 do Estatuto prescreve que: "O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor público municipal por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido",

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurado PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar os fatos, através de instrução processual, defesa, relatório e julgamento, de acordo com o disposto no art. 160 e ss. da Lei Complementar nº 19.

Art. 2º Fica aplicada a medida cautelar de afastamento do exercício do cargo, em conformidade com o disposto no art. 156 da Lei Complementar Municipal nº 16, sem prejuízo da remuneração do cargo, pelo período de sessenta (60) dias.

§ 1º Na hipótese de não conclusão do Processo no período acima, o Poder Executivo, mediante ato próprio, prorrogará seu afastamento até o término do Processo.

§ 2º Em caso de ser aplicada a pena de demissão, o servidor deverá restituir à Fazenda Municipal a remuneração percebida no período do afastamento, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 156.

Art. 3º Fica nomeada Comissão Processante, composta por três (3) membros - servidores efetivos (art. 158), que indicará dentre eles o seu presidente, assim constituída:

- a) CAROLINE JOANA LESNIESKI JOHANN - Matrícula 1046
- c) FRANCIELLE DIAS DOS SANTOS - Matrícula 1316
- d) MARLENE MINGORI - Matrícula 845

Art. 4º Para a realização dos trabalhos, deverá a Comissão acima nomeada utilizar-se dos documentos existentes na ficha funcional do servidor, documentos produzidos pela Comissão de Estágio Probatório, depoimento de servidores, testemunhas, além das demais provas e diligências que entenderem necessário.

Art. 5º Fica assegurado ao servidor processado, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, durante os respectivos trabalhos de apuração, os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sem prejuízo da aplicação das sanções legais nos exatos termos da Lei Complementar Municipal nº 19.

Parágrafo único. O assessor jurídico do Município deverá acompanhar todos os trabalhos desenvolvidos pela Comissão.

Art. 6º A comissão terá um prazo de dez (10) dias a partir da publicação do presente Decreto para o início dos trabalhos, e o prazo de trinta (30) dias para a sua conclusão, devendo cumprir integral e fielmente com as disposições estatutárias pertinentes.

Art. 7º Pela participação na Comissão os membros não serão remunerados, mas considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 8º Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 12 de abril de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

### **Decreto Nº 1.887 de 15 de Abril de 2013**

DECRETO Nº 1.887 de 15 de abril de 2013.

"CONSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Municipal de Articulação, Mobilização e Acompanhamento do Programa Estadual de Regularização Fundiária.

Art. 2º São atribuições da referida Comissão Municipal:

- a) Será responsável pelo planejamento estratégico, promoção e implementação da mobilização social, articulação popular e comunitária, realização de reuniões com as comunidades envolvidas e outras atividades necessárias a sensibilização e informação dos municípios;
- b) Levantamento e indicação a CREDENCIADA de áreas passíveis de regularização fundiária;
- c) Informação gratuita a CREDENCIADA de matrículas, zoneamento, viabilidade e histórico de áreas que poderão ou que serão objeto do trabalho de regularização;
- d) acompanhamento dos trabalhos da CREDENCIADA no município;
- e) outras atividades de articulação, mobilização, acompanhamento e demais necessárias ao fiel e eficiente desempenho das atividades de regularização fundiária no município.

Art. 3º Fica nomeada Comissão Municipal, composta por 09 (nove) membros, assim constituída:

- a) ROSIMÉRI FÁTIMA SPAZINI - Presidente;
- b) CLAUDINEI SARTURI - Membro;
- c) CARLOS AUGUSTO CZECH - Membro;
- d) SANDRA MARIA DILDA BUCCO - Membro;
- e) FRANCIELLI DIAS DOS SANTOS - Membro;
- f) CLAUDEMIR TCHOI BUCCO - Membro;
- g) AMANDA PATRÍCIA CAZELLA - Membro;
- h) LUBINA ALBRECH - Membro;
- i) ELIANA SIMIONI - Membro.

Art. 4º Pela participação na Comissão os membros não serão remunerados, mas considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 15 de abril de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado por esta Secretaria, nesta data.

**Extrato de Contrato FMAS Nº 0016/2013**

EXTRATO DE CONTRATO FMAS N.º 0016/2013

Processo Licitatório n.º 0017/2013

Pregão n.º 0011/2013

Objeto: O objeto deste contrato consiste na contratação de empresa para fornecimento de passagens rodoviárias para transporte coletivo de pacientes fora do domicílio e indivíduos com vulnerabilidade social, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A.

Valor global contratado: R\$ 14.959,67 (quatorze mil novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e sete centavos).

Prazo de vigência: de 14 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 14 de março de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

**Extrato de Contrato FMS Nº 0047/2013**

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0047/2013

Processo Licitatório n.º 0017/2013

Pregão n.º 0011/2013

Objeto: O objeto deste contrato consiste na contratação de empresa para fornecimento de passagens rodoviárias para transporte coletivo de pacientes fora do domicílio e indivíduos com vulnerabilidade social, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A.

Valor global contratado: R\$ 14.638,84 (quatorze mil seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

Prazo de vigência: de 14 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 14 de março de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

**Decreto Nº 017/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 017/2013

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art.7º, V, da Lei Nº 0563 de 18.12.2012,

DECRETA:

Art 1º Fica anulado a importância de R\$ 60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais) das seguintes dotações do orçamento vigente

do Fundo Municipal de Saúde:

06 - Secretaria de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

17 - Saúde para todos

301 - Atenção Básica

101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2026 - Execução Manutenção do Programa Saúde da Família .. R\$ 20.000,00

06 - Secretaria de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

17 - Saúde para todos

301 - Atenção Básica

103 - Atenção Básica

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2026 - Execução Manutenção do Programa Saúde da Família .. R\$ 10.000,00

06 - Secretaria de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

17 - Saúde para todos

301 - Atenção Básica

101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos

44.71.00.00.00.00.00 - Transferência a Consórcios Públicos

2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 2.000,00

06 - Secretaria de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

17 - Saúde para todos

301 - Atenção Básica

101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos

33.71.00.00.00.00.00 - Transferência a Consórcios Públicos

2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 2.000,00

06 - Secretaria de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

17 - Saúde para todos

301 - Atenção Básica

101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos

31.71.00.00.00.00.00 - Transferência a Consórcios Públicos

2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 1.500,00

06 - Secretaria de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

17 - Saúde para todos

301 - Atenção Básica

106 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 5.000,00

06 - Secretaria de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

17 - Saúde para todos

301 - Atenção Básica

101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 20.000,00

Art 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$



60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais) fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 - Secretaria de Saúde  
01 - Divisão do Fundo de Saúde  
10 - Saúde  
17 - Saúde para todos  
301 - Atenção Básica  
103 - Atenção Básica  
31.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2026 - Execução Manutenção do Programa Saúde da Família .. R\$ 30.000,00

06 - Secretaria de Saúde  
01 - Divisão do Fundo de Saúde  
10 - Saúde  
17 - Saúde para todos  
301 - Atenção Básica  
105 - Assistência Farmacêutica Básica  
33.93.00.00.00.00 - Aplicações Diretas Consórcios Públicos  
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 30.500,00

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 15 de abril de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 018/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 018/2013

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art.7º, V, da Lei Nº 0563 de 18.12.2012, DECRETA:

Art 1º Fica anulado a importância de R\$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

04 - Secretaria da Fazenda  
04 - Secretaria da Fazenda  
04 - Administração  
07 - Organização Moderna e Administrativa  
122 - Administração Geral  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1008 - Aquisição de Equipamentos R\$ 5.000,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
110 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação  
44.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1019 - Aquisição de Veículo para o Transporte Escolar R\$ 1.000,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
44.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1019 - Aquisição de Veículo para o Transporte Escolar R\$ 1.000,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
118 - Salário Educação  
44.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 5.000,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
110 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação  
44.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 5.000,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
110 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação  
33.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 10.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
02 - Divisão do D.M.E.R.  
26 - Transporte  
29 - Estradas Vicinais  
782 - Transporte Rodoviário  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
44.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1040 - Aquisição de Equipamentos R\$ 1.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
02 - Divisão do D.M.E.R.  
26 - Transporte  
29 - Estradas Vicinais  
782 - Transporte Rodoviário  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1040 - Aquisição de Equipamentos R\$ 5.000,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social  
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
08 - Assistência Social  
19 - Desenvolvimento Social  
244 - Assistência Comunitária  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2053 - Implantação de Projetos Sociais R\$ 4.000,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social  
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
08 - Assistência Social  
19 - Desenvolvimento Social  
244 - Assistência Comunitária

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2052- Implantação Centro Referencia Assistência Social Cras R\$ 2.000,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social  
01- Divisão do Fundo de Assistência Social  
08 - Assistência Social  
19 - Desenvolvimento Social  
244 - Assistência Comunitária  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2052- Implantação Centro Referencia Assistência Social Cras R\$ 1.000,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social  
02- Divisão do Fundo Habitação e Interesse Social  
08 - Assistência Social  
19 - Desenvolvimento Social  
244 - Assistência Comunitária  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1026 - Construção de Casas Populares R\$ 500,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social  
02- Divisão do Fundo Habitação e Interesse Social  
08 - Assistência Social  
19 - Desenvolvimento Social  
244 - Assistência Comunitária  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1026 - Construção de Casas Populares R\$ 3.000,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social  
02- Divisão do Fundo Habitação e Interesse Social  
08 - Assistência Social  
19 - Desenvolvimento Social  
244 - Assistência Comunitária  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1026 - Construção de Casas Populares R\$ 1.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
23 - Chapadão do Lageado Turístico  
542 - Controle Ambiental  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1034 - Aquisição de Moveis e Equipamentos R\$ 1.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
23 - Chapadão do Lageado Turístico  
541 - Preservação e Conservação Ambiental  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2056 - Implantação Saneamento Básico Residências R\$ 1.000,00

Art 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais) fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

04 - Secretaria da Fazenda  
04 - Secretaria da Fazenda  
04 - Administração  
07 - Organização Moderna e Administrativa

122 - Administração Geral  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1008 - Aquisição de Equipamentos R\$ 5.000,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
01- Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
97 - Alienação Bens  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1019 - Aquisição de Veículo para o Transporte Escolar R\$ 2.000,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
01- Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
118 - Salário Educação  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 20.000,00  
08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
02 - Divisão do D.M.E.R.  
26 - Transporte  
29 - Estradas Vicinais  
782 - Transporte Rodoviário  
97 - Alienação Bens  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1040 - Aquisição de Equipamentos R\$ 6.000,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social  
01- Divisão do Fundo de Assistência Social  
08 - Assistência Social  
19 - Desenvolvimento Social  
244 - Assistência Comunitária  
117 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2053- Implantação de Projetos Sociais R\$ 4.000,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social  
01- Divisão do Fundo de Assistência Social  
08 - Assistência Social  
19 - Desenvolvimento Social  
244 - Assistência Comunitária  
117 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2052- Implantação Centro Referencia Assistência Social Cras R\$ 3.000,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social  
02- Divisão do Fundo Habitação e Interesse Social  
08 - Assistência Social  
19 - Desenvolvimento Social  
244 - Assistência Comunitária  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1026 - Construção de Casas Populares R\$ 4.500,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
23 - Chapadão do Lageado Turístico  
542 - Controle Ambiental  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1034 - Aquisição de Moveis e Equipamentos R\$ 1.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
23 - Chapadão do Lageado Turístico  
541 - Preservação e Conservação Ambiental  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2056 - Implantação Saneamento Básico Residências R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 15 de abril de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 159 de 16.04.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 159/2013

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 15 (quinze) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública, SIMONE IARA DA SILVEIRA, matrícula nº 2606/01, licença pelo período de 15(quinze) dias, a contar de 05.04.2013, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05.04.2013.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de abril de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA

### Lei Nº 4.501

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
LEI Nº 4.501, DE 25 DE MARÇO DE 2013.  
Denomina vias públicas do Loteamento Mores I.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º As vias públicas localizadas no Loteamento Mores I, passam a ter as seguintes denominações:

- I - Rua Alta Floresta à Rua A;
- II - Rua Campo Verde à Rua B;
- III - Rua Rio Verde à Rua C;
- IV - Rua Lucas do Rio Verde à Rua D;
- V - Rua Primavera do Leste à Rua E;
- VI - Rua Nova Monte Verde à Rua F;
- VII - Rua Sorriso à Rua G;
- VIII - Rua Nova Mutum à Rua H.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de março de 2013.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### Lei Nº 4.502

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
LEI Nº 4.502, DE 25 DE MARÇO DE 2013.  
Denomina vias públicas do Loteamento Bósio.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º As vias públicas localizadas no Loteamento Bósio, passam a ter as seguintes denominações:

- I - Rua Orestes Bósio à Rua A;
- II - Rua Geraldo Olimar Simioni à Rua B;
- III - Rua Aurélia Guiotto Tonietto à Rua C.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de março de 2013.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### Decreto Nº 5.793

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 5.793, DE 26 DE MARÇO DE 2013.  
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.482, de 18 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2012, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 10.303.0052.2105 Assistência Farmacêutica  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0064 Recursos da Atenção Básica R\$ 60.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 60.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 26 de março de 2013.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **Decreto Nº 5.794**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 5.794, DE 2 DE ABRIL DE 2013.  
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.482, de 18 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2012, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal de Administração

Projeto/Atividade 04.122.0008.2007 Manutenção das Atividades-Meio da SEMAD

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 80.000,00  
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 80.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

### **Portaria Nº 58/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
PORTARIA Nº 58/2013, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 67/2013, de 2 de janeiro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 1º de abril de 2013:

I - ANA LORENA PRADO BARP, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho.

II - GILSON DANDOLINI, ocupante do cargo de Mecânico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **Portaria Nº 59/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
PORTARIA Nº 59/2013, DE 3 DE ABRIL DE 2013.  
A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 67/2013, de 2 de janeiro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Finanças, na Comunicação Interna 78, de 3 de abril de 2013.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar a servidora ELENICE EVA ZORTEA REGIO MARQUES, ocupante do cargo de Diretora Financeira, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 1º a 18 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **Adendo Nº 001 ao Edital de Pregão Eletrônico Nº 4/2013 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
ADENDO Nº 001 AO EDITAL DE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2013 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, por intermédio de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital da licitação em referência, cujo objeto é aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades das unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no(s) anexo(s) "A" e "B" deste edital, passou por ALTERAÇÕES. O prazo para o envio das propostas de preços permanecem os mesmos para o dia 30 de abril de 2013, até as 08h:15min, e a abertura da licitação, no dia 30 de abril de 2013 às 08h:30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª à 6ª feira das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 16 de abril de 2013.  
ALESSANDRO VERNIZE  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde



**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico SRP Nº. 9/2013- PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 9/2013- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de material esportivo a serem utilizados no desenvolvimento das atividades dos programas da Fundação Municipal de Cultura, do Fundo Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, com recursos oriundos dos repasses IGD/BF/FNAS, PETI/FNAS e CREAS/FEAS e contrapartida municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 30/04/2013, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Abertura: dia 30/04/2013 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 15 de abril de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 5/2013 - FMAS - SRP**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2013- FMAS - SRP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REGISTRO DE PREÇO para possível contratação durante o ano de 2013, de esquete teatral, visando reforçar o trabalho de prevenção à violência contra a pessoa idosa, com recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 02/05/2013. Abertura: dia 03/05/2013, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 15 de abril de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do FMAS

**Extrato 1º TA Contrato Nº 2/2012 - Fumdema**

Contrato Nº : 2/2012/2012

Aditivo Nº : 1ºTA 2/2012/2013

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Contratada : SALETE KAPP E CIA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 1/2012

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de limpeza geral na sede da FUMDEMA.

Vigência : Início: 31/01/2013 Término: 28/02/2014

Assinatura : 31/01/2013

Valor R\$: 4.047,24 (Quatro Mil, Quarenta e Sete Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Dotação : 204 - 21.001.2501.333903401000000.01000000

**Comunicação de Indeferimento de Recurso Pregão Presencial Nº 22/2013 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2013 - PMC

Objeto: Aquisição e instalação de brinquedos e equipamentos de ginástica a serem instalados na Praça do Bairro Petrópolis, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

**COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão de Licitações torna público que na data de 15/03/2012 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante: I. SILVEIRA e CIA LTDA ME. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 22/03/2013, prosseguindo o processo para adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 15 de abril de 2013.

TUANY ANDIARA KLEIN

Pregoeira

**Extrato do Convênio Nº 24/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 24/2013

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RENOVACÃO PARA INTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA - ACRIF, inscrita no CNPJ sob nº 09.479.895/0001-63, representada pelo seu Diretor-Presidente, senhor RENAN FELIPE DE OLIVEIRA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, possibilitando o acolhimento provisório de moradores de rua, em situação de desabrigo por abandono, migração e ausência de residência, ou pessoa em trânsito, sem condições de autossustento.

VALOR: R\$ 50.400,00.

PRAZO: Até 31.12.2013.

DATA DA ASSINATURA: 27 de março de 2013.

**Extrato do Convênio Nº 25/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 25/2013

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a empresa CORPEL CONTABILIDADE ORGANIZAÇÃO E PROJETOS EMPRESARIAIS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 83.222.323/0001-57,



neste ato representada pelo seu Sócio-Administrador, senhor CE-NILDO COLOSSI.

**OBJETO:** Adoção, pela CONVENIENTE, de 2 (dois) canteiros do trevo das Ruas Marechal Deodoro, 29 de Julho e Domingos Machado de Lima, nesta cidade, localizados em frente à edificação nº 1.040 da Rua Marechal Deodoro, para fins de manutenção, conservação e melhoria, em conformidade com o Programa Adote.

**PRAZO:** Até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

**DATA DA ASSINATURA:** 1º de abril de 2013.

#### **Extrato do Convênio Nº 26/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 26/2013

**ESPÉCIE:** Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, em exercício, senhor NEURI ANTONIO SANTHIER e a empresa CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CONCÓRDIA - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.577.106/0001-80, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, senhor LUCIANO ROBERTO FISCHER.

**OBJETO:** Gerenciamento administrativo e financeiro, sem fins lucrativos, da Expo Concórdia 2013 e dos eventos dela integrantes: XXVIII Festa Nacional do Leitão Assado - FENAL, Expo Feira de Indústria e Comércio, Exposição de Gado de Corte, Leite e Suínos, Exposição de Equinos e Ovinos, Exposição de Pequenos Animais, Mostra da Agricultura Familiar, Mostra de Artesanato, Festival Canto Livre, seminários, shows e eventos.

**VALOR:** Até R\$ 600.000,00.

**PRAZO:** Até 30 de setembro de 2013, a partir da data da assinatura.

**DATA DA ASSINATURA:** 5 de abril de 2013.

#### **Extrato do Convênio Nº 27/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 27/2013

**ESPÉCIE:** Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, em exercício, senhor NEURI ANTONIO SANTHIER e a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CONCÓRDIA - ACIC, inscrita no CNPJ sob nº 75.319.848/0001-87, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor DAGNOR ROBERTO SCHNEIDER e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CONCÓRDIA - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.577.106/0001-80, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, senhor LUCIANO ROBERTO FISCHER.

**OBJETO:** Conjunção de esforços, para realização da Expo Feira de Indústria e Comércio, evento integrante da Expo Concórdia 2013, bem como para o funcionamento do restaurante e da praça de alimentação.

**PRAZO:** Até 31 de outubro de 2013, a partir da data da assinatura.

**DATA DA ASSINATURA:** 5 de abril de 2013.

#### **Extrato do Termo de Cancelamento Pregão Presencial Nº 31/2013 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2013 - PMC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2013 - PMC

**Objeto:** Aquisição de equipamentos agrícolas novos e botijões de criogênicos novos, com a finalidade de repassar para as associações de moradores do interior do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos Anexos "A" e "B" deste Edital.  
**EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO**

Em razão do despacho do Secretário de Agricultura Sr. Ruimar Scortegagna, torna-se público que devido a impugnação recebida em 16/04/2013, protocolo nº 7419/2013, o item nº 04 do Anexo "B" do processo licitatório em referencia, foi CANCELADO.

Concórdia, SC, 16 de abril de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária de Administração

## **Cordilheira Alta**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto N. 307/2013**

DECRETO Nº 307/2013, DE 15 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE DECRETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA**

Art. 1º Altera-se o Decreto Nº 271/2013, no seguinte termo:

Onde se lê: V - ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: (Indicados pelas Secundaristas)

a) Titular: Bianca Sohen CPF 100.952.669-33

b) Suplente: Oziel Otto CPF 104.518.559-06

Leia-se: V - ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: (Indicados pelas Secundaristas)

a) Titular: Tiago Maggioni CPF 075.013.929-35

b) Suplente: Thiago Fontana Waltrick CPF 098.192.329-10

Art. 2º A alteração dos membros que compõem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, deve-se pelos membros indicados no decreto 271/2013 serem menores de idade.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 15 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Extrato Aviso de Licitação- Pregão Presencial 017/2013**

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 43/2013.

Pregão Presencial n. 17/2013.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia móvel.

Entrega dos Envelopes: até às 09:00 horas do dia 29/04/2013.

Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 29/04/2013.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 16 de abril de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

**Edital Homologação das Inscrições Processo Seletivo Edital 003/2013**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N. 003/2013

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES RELATIVO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº. 003/2013, PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO PODER EXECUTIVO DE CORDILHEIRA ALTA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Alceu Mazzioni, Prefeito do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao que determina o item 5.1 do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2013, e demais disposições legais, RESOLVE proceder à divulgação preliminar das inscrições, conforme segue:

**I - INSCRIÇÕES DEFERIDAS**

Cargo: Agente Comunitário de Saúde

Nº Insc.	Nome do Candidato
001	Joselei Pagani
002	Renata Catarina Valandro
003	Daiane Pizzatto Gabriel
004	Herica Tressoldi Breansini
005	Ana Paula Biessek
006	Simone Aparecida Di Domenico
007	Daniela Bortese

**III - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

A prova escrita será obrigatória para todos os candidatos/cargos, independente de qualquer outra condição, sob pena de eliminação sumária da seleção, será realizada no dia 18 de abril de 2013, na cidade de Cordilheira Alta, das 08:30 às 10:30 horas, no Auditório da Prefeitura Municipal, na Rua Celso Tozzo, nº 27, centro, Cordilheira Alta - Santa Catarina.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta (SC), em 15 de abril de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

**Corupá****PREFEITURA****I Errata de Edital - Pregão Presencial Nº 020/2013****I ERRATA DE EDITAL**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/13

O Pregoeiro no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata do Edital de Pregão Presencial, ficando assim determinado:

Onde se lê:

5 DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE No. 1).

5.1 O envelope "Proposta de Preços" deverá conter a proposta da licitante por item de forma que atenda aos seguintes requisitos:

d) A proposta deverá conter o preço em até 04(quatro) casas decimais, marca e demais informações relativos aos produtos propostos pela licitante conforme constado no Anexo I da presente licitação, incluindo descritivo detalhado ou catálogo do produto ofertado.

Leia-se:

5 DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE No. 1).

5.1 O envelope "Proposta de Preços" deverá conter a proposta da licitante por item de forma que atenda aos seguintes requisitos:

d) A proposta deverá conter o preço em até 03(três) casas decimais, marca e demais informações relativos aos produtos propostos pela licitante conforme constado no Anexo I da presente licitação, incluindo descritivo detalhado ou catálogo do produto ofertado.

Corupá, 16 de Abril de 2013.

Josimar Caldeira

Pregoeiro

**Curitibanos****PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 76/2013**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 76/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de Tip-Top para manutenção e conservação dos Pneus das Máquinas e Veículos, da Secretaria de Transporte e Obras e Estradas Vicinais, para o Ano de 2013, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 08/05/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 08/05/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 11 de Abril de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI  
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL  
Pregoeiro

### **Editais de Tomada de Preços Nº 20/2013**

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2013

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, neste ato representado por sua Presidente, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, do tipo menor preço Global para REFORMA DO FORRO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NORMA BERNECK, NO BAIRRO DO BOSQUE, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 16:30 horas do dia 03/05/2013, no protocolo da sede da Prefeitura. Sito a Rua: Cel Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 17:00 horas do dia 03/05/2013 no setor de Licitações e Contratos junto a Prefeitura de Curitiba na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, centro.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 11 de Abril de 2013.

KLEBERSON LUCIANO LIMA  
Presidente do Fundo

DIEGO SEBEM WORDELL  
Presidente da CPL



## **O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão**

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**

**Ata de Registro de Preços**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO 47/2013

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Página: 1/3

**Número do Registro de Preços: 47/2013****Data do Registro: 12/04/2013****Válido até: 12/04/2014****Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO MATERIAIS ESPORTIVOS PARA SEREM USADOS NOS EVENTOS ESPORTIVOS, ESCOLINHAS E ESPORTE DE RENDIMENTO, PARA ANO 2013

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	BOLA DE FUTSAL 100 TAMANHO MIRIM (SUB-11), TERMOTEC, COM 8 GOMOS, CONFECCIONADA COM PU, DIÂMETRO DE 50 - 55 CM. PESO 300 - 350 G. CÂMARA AIRBILITY. MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. APRESENTAR DECLARAÇÃO QUE ESTA BOLA É APROVADA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTSAL. (01-23-0256)	UN	JOSE PAULO BITENCOURT ME (337029)	PENALTY	0	88,6000	1
			VIDELVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG (322163)	PENALTY	0	88,7000	2
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO (336710)	PENALTY	0	89,0000	3
2	BOLA DE FUTSAL 200 TAMANHO INFANTIL (SUB-13), TERMOTEC, COM 8 GOMOS, CONFECCIONADA COM PU, DIÂMETRO DE 55 - 59 CM. PESO 350 - 380 G. CÂMARA AIRBILITY. MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. APRESENTAR DECLARAÇÃO QUE ESTA BOLA É APROVADA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTSAL. (01-23-0257)	UN	JOSE PAULO BITENCOURT ME (337029)	PENALTY	0	97,5000	1
			VIDELVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG (322163)	PENALTY	0	97,8000	2
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO (336710)	PENALTY	0	98,0000	3
3	BOLA DE FUTSAL 1000, TERMOTEC, COM 8 GOMOS, CONFECCIONADA COM PU ULTRA 100%. POSSUI CAMADA NEOGEL. DIÂMETRO DE 61 - 64 CM. PESO 410 - 440 G. CÂMARA AIRBILITY. MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. APRESENTAR DECLARAÇÃO QUE ESTA BOLA É APROVADA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTSAL. (01-23-0258)	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO (336710)	PENALTY	0	154,3000	1
			JOSE PAULO BITENCOURT ME (337029)	PENALTY	0	154,4000	2
			VIDELVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG (322163)	PENALTY	0	154,7000	3
4	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO, TERMOTEC, COM 8 GOMOS, CONFECCIONADA COM PU ULTRA 100%. POSSUI CAMADA NEOGEL. DIÂMETRO DE 68 - 70 CM. PESO 420 - 445 G. CÂMARA AIRBILITY. MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. APRESENTAR DECLARAÇÃO QUE ESTA BOLA É APROVADA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTSAL. (01-23-0259)	UN	VIDELVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG (322163)	PENALTY	0	101,5000	1
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO (336710)	PENALTY	0	102,5000	2
			JOSE PAULO BITENCOURT ME (337029)	PENALTY	0	102,5000	3
5	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO, NÚMERO 4, COM MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, COSTURADA, CÂMARA AIRBILITY, DIÂMETRO DE 64 - 66 CM. PESO 360 - 390 G. APRESENTAR DECLARAÇÃO QUE ESTA BOLA É APROVADA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL USADAS PARA AS CATEGORIAS SUB 08 A SUB 15. (01-23-0260)	UN	JOSE PAULO BITENCOURT ME (337029)	PENALTY	0	96,3000	1
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO (336710)	PENALTY	0	96,4000	2
			VIDELVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG (322163)	PENALTY	0	96,6000	3
6	BOLAS DE VOLEIBOL 6.0, MATRIZADA, COM 18 GOMOS, CONFECCIONADA COM MICROFIBRA. DIÂMETRO DE 65 - 67 CM PESO DE 260 - 280 G. CÂMARA AIRBILITY. MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. APRESENTAR DECLARAÇÃO QUE ESTA BOLA É APROVADA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. USADA PARA TODAS AS CATEGORIAS. (01-23-0261)	UN	VIDELVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG (322163)	PENALTY	0	147,5000	1
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO (336710)	PENALTY	0	147,9000	2
			JOSE PAULO BITENCOURT ME (337029)	PENALTY	0	148,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 2/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

**Número do Registro de Preços: 47/2013      Data do Registro: 12/04/2013      Válido até: 12/04/2014**  
**Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO MATERIAIS ESPORTIVOS PARA SEREM USADOS NOS EVENTOS ESPORTIVOS, ESCOLINHAS E ESPORTE DE RENDIMENTO, PARA ANO 2013

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	COLCHONETES PARA SOLO MEDINDO 1M DE COMPRIMENTO, 60 CM DE LARGURA E 3 CM DE ALTURA, REVESTIDO EM 100% POLICLORETO DE VINILA PLASTIFICADO(COURVIM), BASE 50% DE ALGODÃO E 50% DE POLIÉSTER(VINIL) NA COR VERDE, COM 1,2 MM DE ESPESSURA. (01-23-0262)	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO (336710)	PLASTIC	0	26,4500	1
			VIDELIVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG (322163)	PANGUE	0	26,5000	2
			JOSE PAULO BITENCOURT ME (337029)	KNOCAUT	0	26,5000	3
8	REDES DE VOLEIBOL PROFISSIONAL COM ESPESSURA DE 2MM, MEDINDO 1,0 X 9,5 METROS, MALHA DE 10CM DE NYLON, COM 2 FAIXAS. (01-23-0263)	UN	VIDELIVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG (322163)	PANGUE	0	78,0000	1
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO (336710)	MASTER RED	0	79,0000	2
			JOSE PAULO BITENCOURT ME (337029)	REDESPORT	0	79,0000	3
9	REDE DE TÊNIS DE MESA DE TAMANHO OFICIAL, PESANDO 150G. MATERIAL UTILIZADO: FERRO E NYLON. (01-23-0264)	JG	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO (336710)	VOLLO	0	68,9000	1
			JOSE PAULO BITENCOURT ME (337029)	REDESPORT	0	69,0000	2
			VIDELIVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG (322163)	STARFLEX	0	69,0000	3
10	JOGO DE REDE DE FUTEBOL DE AREIA FIO SEDA 4MM (01-23-0265)	JG	VIDELIVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG (322163)	PANGUE	0	218,0000	1
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO (336710)	PANGUE	0	218,6000	2
			JOSE PAULO BITENCOURT ME (337029)	REDESPORT	0	219,2000	3
11	JOGOS DE REDE DE FUTEBOL SOCIETY FIO SEDA 4MM (01-23-0266)	JG	VIDELIVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG (322163)	PANGUE	0	190,0000	1
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO (336710)	PANGUE	0	191,0000	2
			JOSE PAULO BITENCOURT ME (337029)	REDESPORT	0	191,5000	3
12	BOMBAS DE AR BIG COM SISTEMA DOUBLE ACTION (01-23-0267)	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO (336710)	PENALTY	0	16,5000	1
			VIDELIVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG (322163)	PENALTY	0	16,7000	2
			JOSE PAULO BITENCOURT ME (337029)	POKER	0	21,5000	3
13	CALIBRADOR CANETA (01-23-0164)	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO (336710)	PENALTY	0	15,0000	1
			VIDELIVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG (322163)	PENALTY	0	15,5000	2
			JOSE PAULO BITENCOURT ME (337029)	PENALTY	0	15,5000	3
14	BOLA DE TÊNIS DE MESA OFICIAIS, FEITAS DE CELULOIDE. DIÂMETRO DE 40MM E PESO LÍQUIDO DE 2,7 G. (01-23-0268)	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO (336710)	EDONG	0	2,2500	1
			VIDELIVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG (322163)	STARFLEX	0	2,3000	2
			JOSE PAULO BITENCOURT ME (337029)	CLIFF SPORT	0	2,3000	3
15	RAQUETE PARA TÊNIS DE MESA ESTILO CLÁSSICA, SPIN 50/ SPEED 50/CONTROL 100.MATERIAL DA RAQUETE: MADEIRA E BORRACHA SINTÉTICA. (01-23-0254)	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO (336710)	DHS	0	26,9000	1
			VIDELIVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG (322163)	STARFLEX	0	27,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 3/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 47/2013

Data do Registro: 12/04/2013

Válido até: 12/04/2014

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO MATERIAIS ESPORTIVOS PARA SEREM USADOS NOS EVENTOS ESPORTIVOS, ESCOLINHAS E ESPORTE DE RENDIMENTO, PARA ANO 2013

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JOSE PAULO BITENCOURT ME (337029)	KLOPF	0	27,3000	3

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2013****PROCESSO Nº 47/2013**

(322163) - VIDELIVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG

(336710) - GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO

(337029) - JOSE PAULO BITENCOURT ME

Curitibanos, 12 de Abril de 2013.

# Forquilha

## PREFEITURA

### Lei Nº 1.837, de 27 de Fevereiro de 2013.

LEI Nº 1.837, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013.

DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVO DA LEI Nº 1.834, DE 14 DE JANEIRO DE 2013, ALTERA A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, ESTADO DE SANTA Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 1.834, de 14 de janeiro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Aos servidores ocupantes do cargo de professor com os vencimentos, proventos e pensões previstos nos Anexos IX e X da Lei Municipal nº. 875, de 06 de junho de 2002, é concedido o reajuste de 7,97% (sete vírgula noventa e sete por cento) a incidir a partir de 1º de fevereiro de 2013 sobre os vencimentos, proventos e pensões previstos nos Anexos IX e X da Lei Municipal nº. 875, de 06 de junho de 2002, referente à revisão geral anual e aumento real.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 27 de fevereiro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 27 de fevereiro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

### Extrato de Contrato Fma Nº. 06/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 06/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

OBJETO - O objeto do presente contrato compreende a aquisição de diversos pneus, câmaras e afins para atendimento a ao Fundo Municipal de Agricultura de Forquilha, durante o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 870,78 (oitocentos e setenta reais e setenta e oito centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 1802.2070.3390 (12).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 04/FMA/2013

DATA DA ASSINATURA - 03 de abril de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Fma Nº. 09/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 09/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA.

OBJETO - O objeto do presente contrato compreende a aquisição de diversos pneus, câmaras e afins para atendimento a ao Fundo Municipal de Agricultura de Forquilha, durante o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 4.486,00 (quatro mil quatrocentos e oitenta e seis reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 1802.2070.3390 (12).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 04/FMA/2013

DATA DA ASSINATURA - 03 de abril de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato PMF Nº. 74/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 74/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA

OBJETO - O objeto do presente contrato compreende a aquisição de diversos pneus, câmaras e afins para atendimento a frota do município de Forquilha, durante o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 22.170,00 (vinte e dois mil cento e setenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 1802.2070.3390 (12).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 43/PMF/2013

DATA DA ASSINATURA - 03 de abril de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato PMF Nº. 75/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 75/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.

OBJETO - O objeto do presente contrato compreende a aquisição de diversos pneus, câmaras e afins para atendimento a frota do município de Forquilha, durante o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 6.989,42 (seis mil novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 1802.2070.3390 (12).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 43/PMF/2013

DATA DA ASSINATURA - 03 de abril de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato PMF Nº. 80/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 80/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM RODRIGUES LTDA ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de materiais para fabricação e assentamento de lajotas, por meio da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano do Município de Forquilha/SC, para o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 255.280,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e oitenta reais).  
VIGÊNCIA - 31/12/2013  
DOTAÇÃO - 0701.2033.3390 (86).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 47/PMF/2013  
DATA DA ASSINATURA - 08 de abril de 2013  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 18/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 18/2013  
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 212/2010  
LOCATÁRIO - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
LOCADOR - MÓVEIS CORREA BACK

DO OBJETO - locação de centro comercial com área total de 171,50 m², localizada na Av. 25 de Julho, Centro, município de Forquilha-SC, compreendendo 03 (três) salas comerciais para instalação do SINE e Conselho Tutelar, durante o exercício de 2013;  
DO PRAZO: O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 212/PMF/2010 de 31/03/2013 para 31/05/2013.  
DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.  
DATA DA ASSINATURA - 28/03/2013.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Fraiburgo****PREFEITURA****Decreto Nº 136/2013**

DECRETO Nº 136, DE 16 DE ABRIL DE 2013.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, ESTADO DE SANTA Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura  
10.01 - Secretaria de Infraestrutura  
15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (139) R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura  
10.01 - Secretaria de Infraestrutura  
15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
3.1.71.00 - Transferências à Consórcios Públicos 0.1.0200 (136) R\$ 10.000,00  
3.3.71.00 - Transferências à Consórcios Públicos 0.1.0200 (138) R\$ 10.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 16 DE ABRIL DE 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI  
Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto Nº 137/2013**

DECRETO Nº 137, DE 16 DE ABRIL DE 2013.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, ESTADO DE SANTA Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2176 de 28 de Fevereiro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
07.02 - Cultura  
13.392.0014.2.029 - Manutenção das Atividades Culturais  
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (258) R\$ 25.000,00

Total R\$ 25.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2012, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 16 DE ABRIL DE 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI  
Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto Nº 138/2013**

DECRETO Nº 138, DE 16 DE ABRIL DE 2013.  
DECLARA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, ESTADO DE SANTA Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo em todo o território municipal, no dia 31 de maio de 2013 (sexta-feira), em razão do feriado de Corpus Christi.

Parágrafo único. Ficam excetuados do previsto no caput deste artigo, os serviços essenciais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
FRAIBURGO, SC., 16 DE ABRIL 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1378/2013**

PORTARIA N.º 1.378, DE 16 DE ABRIL DE 2013.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JOCEMARA PEREIRA DA CRUZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 064.035.949-31, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de abril de 2013 até 17 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de abril de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI  
Secretário de Administração e Planejamento

**Aviso de Dispensa de Licitação N.º 0002/2013-FMS**

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 0002/2013 - FMS  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0012/2013 - FMS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2013 - FMS

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO através do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo - SC, neste ato representado pela Secretária Municipal, torna público a Dispensa de Licitação nº 0002/2013, nos termos seguintes: Objeto: Contratação de empresa do ramo para o fornecimento materiais para realização de exames no Laboratório de Análises Clínicas do Pronto Atendimento deste município. Contratada: HORIBA INSTRUMENTAIS BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.759.236/0001-79. Fundamento Legal: Art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Valor total: R\$ 1.262,04 (um mil duzentos e sessenta e dois reais e quatro centavos). Justificativa: Caso de urgência uma vez que em função da grande demanda que aguarda para a realização de exames, não é possível esperar por uma nova licitação, uma vez que restou parcialmente deserto o Pregão Presencial nº 0007/2013, Registro de preços nº 0004/2013 decorrente do Processo Administrativo Licitatório nº 0010/2013 - FMS.

Fraiburgo(SC), 16 de abril de 2013.  
NILCE PINZ  
Secretária Municipal

**Aviso de Dispensa de Licitação N.º 0003/2013-FMS**

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 0003/2013 - FMS  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0013/2013 - FMS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2013 - FMS

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO através do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo - SC, neste ato representado pela Secretária Municipal, torna público a Dispensa de Licitação nº 0003/2013, nos termos seguintes: Objeto: Contratação de empresa do ramo para o fornecimento de tiras para testes de urinálise em regime de comodato, com prestação de assistência técnica e científica durante o prazo de uso para realização de exames no Laboratório de Análises Clínicas do Pronto Atendimento deste município. Contratada: PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.214.833/0001-82. Fundamento Legal: Art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Valor total: R\$ 2.210,00 ( dois mil duzentos e dez reais). Justificativa: Caso de urgência uma vez que em função da grande demanda que aguarda para a realização de exames, não é possível esperar por uma nova licitação, uma vez que restou parcialmente deserto o Pregão Presencial nº 0007/2013, Registro de preços nº 0004/2013 decorrente do Processo Administrativo Licitatório nº 0010/2013 - FMS.

Fraiburgo(SC), 16 de abril de 2013.  
NILCE PINZ  
Secretária Municipal

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0058/2013-PMF**

Aviso de Pregão Presencial Nº 0058/2013 - PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de móveis, cadeiras estofadas, cadeiras empilháveis, longarinas e outros, para o Centro de Eventos Beira Lago, denominado Sebastião Andrade dos Santos. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 29.04.2013. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 16 de abril de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Edital de Notificação N.º 002/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, considerando o disposto na Lei Complementar Municipal nº 053/2003, NOTIFICA todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, por natureza ou acessão física, de imóveis urbanos ou urbanizáveis, situados no Município de Fraiburgo, que foram abertos os prazos para pedido de revisão de alíquotas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, relativos ao exercício de 2013, até o dia 10/05/2013, somente para efeito de pagamento da parcela dois, com vencimento em 10/05/2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### Lei N.º 1.717/2013.

LEI N.º 1.717, DE 15 DE ABRIL DE 2013.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N.º 877/2004, QUE "DENOMINA NOME DE RUAS DA LOCALIDADE DE CAMPO DUNA, NO MUNICÍPIO DE GAROPABA".

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. O inciso LIII, do artigo 1º, da Lei n.º 877 de 08 de junho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

LIII - A Rua "53" passa a ser denominada Rua Valmor João de Souza.

Art. 2º. Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO

Secretária de Administração

### Decreto N.º 046/2013.

DECRETO N.º 046, DE 15 DE ABRIL DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 20.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20.000,00
10301252.073 - Funcionamento e Manutenção do Setor Saúde	20.000,00
3.3.90.0.6.14.000060 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO

Secretária de Administração

### Aviso Inexigibilidade de Licitação N° 09/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 73/2013; IL nº. 09/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: Rosiane de Freitas Rosa; CPF nº: 946.992.599-87; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública do Município de Garopaba; Data da Assinatura: 10/04/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

### Aviso Inexigibilidade de Licitação N° 10/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 75/2013; IL nº. 10/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: Maria da Silveira Pereira; CPF nº: 058.272.069-97; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública do Município de Garopaba; Data da Assinatura: 10/04/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

### Aviso Inexigibilidade de Licitação N° 11/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 76/2013; IL nº. 11/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: Mariomar Manoel Pereira; CPF nº: 029.481.359-40; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública do Município de Garopaba; Data da Assinatura: 10/04/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal



**Aviso Inexigibilidade de Licitação Nº 12/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 77/2013; IL nº. 12/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: Valdecir da Rosa; CPF nº: 916.139.579-04; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública do Município de Garopaba; Data da Assinatura: 10/04/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

**Homologação Parcial de Resultados**

HOMOLOGAÇÃO PARCIAL DE RESULTADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 008/2013

FICA HOMOLOGADO o terceiro resultado parcial, do Processo Seletivo, Edital n.º 008/2013, para o seguinte cargo:

CARGO: Médico Especialista Urologista	
POSICÃO	NOME CANDIDATO
001	Odilon Gomes
CARGO: Médico Especialista Ginecologista	
POSICÃO	NOME CANDIDATO
001	Alessandra Martins Manfredini Machado
CARGO: Médico Especialista Ortopedista	
POSICÃO	NOME CANDIDATO
001	Arturo Hubner
002	Rodrigo Pereira do Amaral
CARGO: Médico Especialista Cardiologista	
POSICÃO	NOME CANDIDATO
001	Cristiane Fernanda May Pitteli

Garopaba, 15 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em 17/04/2013

**Ata de Registro de Preço Nº 28/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2013

PMG

Ata nº. 28/2013; Processo nº. 62/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: VICTOR CESAR VILAÇA ME. Objeto: aquisição de placas de trânsito para uso na sinalização viária do município de Garopaba. Valor: R\$ 11270,75; Data da Assinatura: 17/04/2013.

**Ata de Registro de Preço Nº 29/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2013

FMS

Ata nº. 29/2013; Processo nº. 63/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: SAMTRONIC INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA. Objeto: aquisição de equipo de macro gotas para administração de dieta enteral em bomba infusão, para uso da Secretaria de Saúde. Valor: R\$ 5.600,00; Data da Assinatura: 17/04/2013.

**Editais de Multas 781 a 788-13**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000786/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

AHB6420 55618799D 16/10/2012 51851 167 127.69  
GHU8277 55618591D 17/10/2012 69120 232 53.20  
MEL9785 55618586D 14/10/2012 69120 232 53.20  
MFE6617 55618823D 18/10/2012 51851 167 127.69  
MGW3977 55619153D 18/10/2012 51851 167 127.69  
MID7980 55619204D 08/10/2012 69200 233 127.69  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000781/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU

AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CHV1139 55619285D 04/11/2012 73662 252 \* VI  
DWL0800 55619222D 08/11/2012 69200 233  
ICZ6383 54280011E 29/11/2012 69200 233  
IHE6902 55619302D 02/11/2012 51851 167  
ILZ4509 55618322D 08/11/2012 69120 232  
LZP5052 55619380D 14/11/2012 69120 232  
LZV3732 55619224D 14/11/2012 69200 233  
MAN7073 55619250D 11/11/2012 67001 230 \* XVI  
MBD9077 55619199D 06/11/2012 65992 230 \* V  
MBK4015 55619247D 11/11/2012 66531 230 \* XI  
MBK4015 55618541D 11/11/2012 69120 232  
MBK4015 55619248D 11/11/2012 73400 252 \* IV  
MCX5372 55619402D 09/11/2012 50100 162 \* I  
MCX5372 55619403D 09/11/2012 65992 230 \* V  
MCX5372 55619404D 09/11/2012 65561 230 \* I  
MCX5372 55619405D 09/11/2012 66101 230 \* VII  
MCX8258 54279608E 06/12/2012 55414 181 \* XVII  
MDC4164 55619329D 05/11/2012 67001 230 \* XVI  
MDH3116 55619263D 10/11/2012 65992 230 \* V  
MDH3116 55619262D 10/11/2012 50100 162 \* I  
MDH3116 55619264D 10/11/2012 50610 163 c/c 162 \* I  
MDH3752 55619036D 04/11/2012 55411 181 \* XVII  
MEY4756 55619261D 10/11/2012 65992 230 \* V  
MEY4756 55619260D 10/11/2012 50610 163 c/c 162 \* I  
MEY4756 55619259D 10/11/2012 50100 162 \* I  
MFY9116 55619000D 12/11/2012 66371 230 \* IX  
MFY9116 55619000D 12/11/2012 65992 230 \* V  
MGX1092 55619115D 14/11/2012 65992 230 \* V  
MGX1092 55619117D 14/11/2012 50450 162 \* V  
MHL9030 55619268D 14/11/2012 65992 230 \* V  
MIR4313 55619265D 14/11/2012 51851 167  
MJB9904 54279607E 06/12/2012 51851 167  
MKG0323 55619041D 13/11/2012 50100 162 \* I

-----  
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000788/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S)

PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

DFU6643 55619217D 31/10/2012 69200 233 127.69  
MDV8835 55618822D 18/10/2012 51851 167 127.69  
MHP6151 55618588D 17/10/2012 54521 181 \* VIII 127.69

-----  
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000784/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MGK3937 55618967D 06/10/2012 51851 167 127.69

-----  
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000783/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AJM0001 55619166D 16/11/2012 51851 167  
DCS8749 55619384D 24/11/2012 50100 162 \* I  
DCS8749 55619385D 24/11/2012 50610 163 c/c 162 \* I  
EY0188 55618998D 06/11/2012 51851 167  
INK0801 55617741D 09/06/2012 54522 181 \* VIII  
IQB8582 55619475D 30/11/2012 54521 181 \* VIII  
JEU8816 55619167D 18/11/2012 51851 167  
JFV6644 55619069D 05/12/2012 55250 181 \* XV  
JPP0216 54279604E 03/12/2012 50100 162 \* I  
JPT4404 55619418D 08/12/2012 54522 181 \* VIII  
KIY3737 55619431D 24/11/2012 54521 181 \* VIII  
KIY3737 55619431D 24/11/2012 55250 181 \* XV  
LXZ1510 55619378D 14/11/2012 51851 167  
LYN7588 55619480D 28/11/2012 65992 230 \* V  
LZC2387 55619467D 23/11/2012 50100 162 \* I  
MAM0279 55618323D 08/11/2012 51851 167  
MAR8542 54279603E 03/12/2012 50100 162 \* I  
MAV2139 55619341D 24/11/2012 65992 230 \* V  
MAV2139 55619340D 24/11/2012 50100 162 \* I  
MAV2139 55619343D 24/11/2012 52741 175  
MAV2139 55619468D 24/11/2012 66371 230 \* IX  
MBA8911 55619414D 22/11/2012 50100 162 \* I  
MBA8911 55619415D 22/11/2012 50610 163 c/c 162 \* I  
MBC7392 54279624E 12/12/2012 73662 252 \* VI  
MBE1998 54280015E 06/12/2012 69200 233  
MBF2104 54279708E 10/12/2012 51851 167  
MBJ9507 55619426D 18/11/2012 51852 167  
MCH4980 55619223D 12/11/2012 69200 233  
MCN9738 55619464D 21/11/2012 54521 181 \* VIII  
MCQ5987 55619401D 08/11/2012 65992 230 \* V  
MCR2201 55619235D 02/11/2012 50450 162 \* V  
MCX8258 54279633E 13/12/2012 51851 167  
MDK9948 55619398D 09/12/2012 57380 186 \* II  
MDK9948 55619397D 09/12/2012 65992 230 \* V  
MDK9948 55619397D 09/12/2012 69120 232  
MDN9688 55619317D 07/11/2012 65992 230 \* V  
MDU0588 55619290D 04/11/2012 54521 181 \* VIII  
MEC1765 55619125D 28/11/2012 73400 252 \* IV  
MED8033 55619315D 06/11/2012 65992 230 \* V  
MED8033 55619314D 06/11/2012 50450 162 \* V  
MEQ8223 54279625E 12/12/2012 55250 181 \* XV  
MEW4595 55619221D 06/11/2012 69200 233  
MFA7273 54279662E 16/12/2012 69120 232  
MFG3189 55618550D 23/11/2012 73662 252 \* VI  
MFI2649 55619432D 24/11/2012 51851 167  
MFT9622 55619296D 07/11/2012 57380 186 \* II  
MFX9366 54279815E 19/12/2012 51851 167  
MFZ4520 55618538D 05/11/2012 51851 167  
MGK5864 55619413D 22/11/2012 51851 167  
MGQ5243 55618544D 14/11/2012 51851 167  
MHG8662 54279704E 04/12/2012 73400 252 \* IV  
MHJ3088 55618319D 06/11/2012 51851 167

MHT9272 55619338D 24/11/2012 50450 162 \* V  
MHT9272 55619239D 24/11/2012 65992 230 \* V  
MHW3398 54279559E 12/12/2012 51851 167  
MIJ8464 55619466D 22/11/2012 70481 244 \* II  
MIK5354 55619389D 03/12/2012 66371 230 \* IX  
MIK5354 55619388D 03/12/2012 65800 230 \* IV  
MIZ9429 55619450D 12/12/2012 51851 167  
MJK2886 55619113D 14/11/2012 51851 167  
MJO9754 55618914D 14/11/2012 50100 162 \* I  
MJO9754 55618915D 14/11/2012 50610 163 c/c 162 \* I  
MJS5020 55619067D 22/11/2012 52070 169  
MJT2257 55619452D 15/11/2012 73662 252 \* VI  
MKN0649 55619061D 20/11/2012 73662 252 \* VI  
MMD9898 55619470D 29/11/2012 50450 162 \* V  
MMD9898 55619471D 29/11/2012 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000782/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

MDY5998 55618789D 04/10/2012 50100 162 \* I 574.61  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA



# EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000787/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DIH3861 55619445D 12/12/2012 51851 167  
DSS5621 54280012E 04/12/2012 69200 233  
EES9394 54279712E 14/12/2012 53800 181 \* I  
HMI5469 55617619D 11/12/2012 55415 181 \* XVII  
JFV6644 54279558E 12/12/2012 55250 181 \* XV  
LYR7239 54280017E 07/12/2012 69200 233  
LZK4362 54279618E 09/12/2012 51851 167  
LZR4646 54279632E 13/12/2012 51851 167  
MBG2741 54279901E 12/12/2012 51851 167  
MBJ9088 54279509E 08/12/2012 65992 230 \* V  
MBQ5657 54279658E 16/12/2012 58350 195  
MBQ5657 54279659E 16/12/2012 52741 175  
MBQ5657 54279657E 16/12/2012 65992 230 \* V  
MCM3979 54280008E 26/11/2012 69200 233  
MCP1033 55619103D 02/11/2012 51851 167  
MDO1743 54280022E 14/12/2012 69200 233  
MDP6237 54280016E 07/12/2012 69200 233  
MEQ2541 54280427E 25/12/2012 55250 181 \* XV  
MER5352 54280005E 21/11/2012 69200 233  
MET2926 54280013E 04/12/2012 69200 233  
MFI4665 55619373D 05/12/2012 51851 167  
MFM5837 55617622D 13/12/2012 65992 230 \* V  
MFZ2184 54279810E 15/12/2012 54521 181 \* VIII  
MHE5447 54279804E 07/12/2012 51851 167  
MHY4422 54280420E 25/12/2012 53800 181 \* I  
MIH1579 55619437D 03/12/2012 51851 167  
MIN1875 54279711E 14/12/2012 53800 181 \* I  
MIY0228 54279653E 08/12/2012 65992 230 \* V  
MIZ9178 54279714E 14/12/2012 54521 181 \* VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

# EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000785/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGQ0106 54280007E 23/11/2012 69200 233  
DSZ4090 55619478D 25/11/2012 54521 181 \* VIII  
DTS7509 55619337D 24/11/2012 65992 230 \* V  
HPQ9873 54280432E 25/12/2012 55500 181 \* XVIII  
IMK0578 54279864E 23/12/2012 51851 167  
IMK0578 54279865E 23/12/2012 52070 169  
LWY7865 54279637E 15/12/2012 51851 167  
LWY7865 54279636E 15/12/2012 65992 230 \* V  
MBF0482 54279568E 21/12/2012 51851 167  
MBT1430 54280014E 04/12/2012 69200 233  
MCZ5375 54280004E 21/11/2012 69200 233  
MDY2596 55618925D 19/12/2012 51851 167  
MER4800 54280006E 22/11/2012 69200 233  
MHL9030 54280002E 19/11/2012 69200 233  
MHR9665 55619049D 17/11/2012 55411 181 \* XVII  
MHT8937 54279671E 22/12/2012 55415 181 \* XVII  
MIH3779 54049750D 21/12/2012 51852 167  
MJH2978 54279651E 04/12/2012 65992 230 \* V  
MJW8997 54279706E 06/12/2012 53800 181 \* I  
MJZ1948 55619390D 05/12/2012 65992 230 \* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA



# Garuva

## PREFEITURA

### Lei Nº 1675/2013

LEI Nº 1675, DE 10 DE ABRIL DE 2013.

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, ESTADO DE SANTA CATARINA, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1011.2083	Manutenção do Fundo Mun. de Saúde
3390	01.23.55R\$ 112.500,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação calculado para a receita de Transferência do Estado para programas de Saúde.

Art. 3o - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 108/2013

DECRETO Nº. 108 de 08 de abril de 2013

"Dispõe sobre a nomeação do senhor Mario Weiss, para o cargo comissionado de Secretário Administrativo do Gabinete do Vice - Prefeito".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica nomeado o senhor MARIO WEISS, inscrito no CPF sob o nº. 311.843.169-53, para cargo comissionado de Secretário Administrativo do Gabinete do Vice- Prefeito - CC5, subordinado ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2o - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 109/2013

DECRETO Nº. 109 de 08 de abril de 2013

"Dispõe sobre a nomeação do servidor Renato Dissenha, para a função de Chefe do Setor de Cadastro."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO

DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica nomeado o servidor RENATO DISSENHA, portador de CPF nº 923.035.529-15, para a função de confiança de Chefe do Setor de Cadastro - FC, subordinado à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2013.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 110/2013

DECRETO Nº. 110 de 08 de abril de 2013

"Dispõe sobre a exoneração da servidora Dayane Miranda Rocha, da função de confiança de Secretária Administrativa."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerada a servidora DAYANE MIRANDA ROCHA, da função de confiança de Secretária Administrativa, subordinada à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, nomeada através do Decreto Nº 052/2013 de 1º de fevereiro de 2013.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 111/2013

DECRETO Nº. 111 de 08 de abril de 2013

"Dispõe sobre a exoneração da senhora Dione Romanzini, do cargo comissionado de Diretora de Administração, Planejamento e Finanças."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerada a senhora, DIONE ROMANZINI, do cargo comissionado de Diretora de Administração, Planejamento e Finanças - CC2, subordinada a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, nomeada através do Decreto Nº 050/2013 de 1º de fevereiro de 2013.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 112/2013

DECRETO Nº. 112 de 08 de abril de 2013

"Dispõe sobre a nomeação da servidora Dayane Miranda Rocha,



para o cargo comissionado de Assessora de Gabinete.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica nomeada a servidora DAYANE MIRANDA ROCHA, para o cargo comissionado de Assessora de Gabinete - CC4, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 113/2013**

DECRETO Nº. 113 de 08 de abril de 2013

“Dispõe sobre a nomeação da senhora Dione Romanzini, para o cargo comissionado de Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica nomeada a senhora DIONE ROMAZINI, portadora de CPF nº 065.694.418-84, para o cargo comissionado de Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Turismo - CC1, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 114/2013**

DECRETO Nº 114, DE 08 DE ABRIL DE 2013.

Convoca a IV Conferência Municipal de Educação de Garuva/ CONAE 2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Portaria nº 1.410, de 3 de dezembro de 2012, do Gabinete do Ministro da Educação;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a IV Conferência Municipal de Educação de Garuva/CONAE 2014, a realizar-se nesta Cidade, que terá como tema: “O Plano Nacional de Educação na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”.

Art. 2º - A IV Conferência Municipal de Educação de Garuva/CONAE 2014 será realizada em duas etapas, a primeira no dia 24 de abril - Dia da CONAE na Escola e a segunda etapa no dia 03 de maio de 2013, com o objetivo de avaliar o Documento Referência da Conferência Nacional de Educação - CONAE 2014.

Art. 3º - A Coordenação da IV Conferência Municipal de Educação de Garuva/CONAE 2014 será exercida pelo Coordenador do Fórum Municipal de Educação.

Parágrafo único - Até que a nomeação do Coordenador do Fórum Municipal de Educação de Garuva ser efetivada, a coordenação da IV Conferência Municipal de Educação de Garuva /CONAE 2014

será exercida pela Secretaria de Educação com apoio do Conselho Municipal de Educação.

Art. 4º - O Secretário Municipal de Educação expedirá, mediante portaria, a nomeação da Comissão Organizadora da IV Conferência Municipal de Educação de Garuva/CONAE 2014, respeitando as orientações do Fórum Nacional de Educação.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 115/2013**

DECRETO Nº 115, DE 08 DE ABRIL DE 2013.

“Institui o Fórum Municipal de Educação de Garuva e dá outras providências”.

Considerando a necessidade de institucionalizar mecanismos de planejamento educacional participativo que garantam o diálogo como método e a democracia como fundamento;  
Considerando as deliberações da Conferência Nacional de Educação de 2010 e do Fórum Nacional de Educação;

O Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Fórum Municipal de Educação de Garuva - FME, órgão de caráter permanente, componente do Sistema Municipal de Ensino de Garuva, com a finalidade de coordenar a Conferência Municipal de Educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações.

Art. 2º - Compete ao Fórum Municipal de Educação:

I - convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação e divulgar suas deliberações;

II - elaborar o seu Regimento Interno e o da Conferência Municipal de Educação;

III - acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação;

IV - zelar para que a Conferência Municipal de Educação esteja articulada com a Conferência Nacional de Educação;

V - planejar e organizar espaços de debates sobre a política municipal de educação;

VI - acompanhar junto à Câmara de Vereadores de Garuva a tramitação de projetos relativos à política municipal de educação;

VII - acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º - O Fórum Municipal de Educação será integrado por membros representantes dos seguintes órgão e entidades:

I - Secretaria de Educação

Secretário de Educação (membro nato);

Coordenação da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

Coordenação da Educação de Jovens e Adultos;

Gerência de Apoio ao Estudante;

Setor de Educação Inclusiva;

Gerência de Administração.

II - Conselho Municipal de Educação

Presidente (membro nato):

III - Comissão de Educação da Câmara de Vereadores

IV- Escolas Públicas

Diretor de Escola da Rede Estadual;

Profissional de Educação da Rede Estadual;

Diretor de Escola da Rede Municipal;

Profissional da Educação da Rede Municipal;

V- Instituição de Ensino Superior particulares

VI - APAE - Associação de Pais e Amigos do Excepcional

VII - Associação Comercial e Industrial de Garuva - ACIG

VIII - Associação de Pais e Professores das Escolas das Redes Públicas

IX - Associação de Bairros  
X - Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Santa Catarina - SINTE  
XI- Associação dos Servidores Públicos Municipais de Garuva - ASPG;  
XII - União Garuvense dos Estudantes - UGE;  
XIII - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;  
XIV - Conselho Tutelar;  
XV- Ministério Público.  
Parágrafo único - Os representantes, e seus respectivos suplentes, serão nomeados por Portaria, após indicação dos respectivos órgãos ou entidades.

Art. 4º - As estruturas e os procedimentos operacionais serão definidos no Regimento Interno aprovado em reunião convocada pelo Conselho Municipal de Educação - CME de Garuva para este fim.  
Parágrafo único - Até a aprovação do Regimento Interno, o Fórum Municipal de Educação de Garuva será coordenado pela Secretaria de Educação.

Art. 5º - O Fórum Municipal de Garuva - FME terá funcionamento permanente e se reunirá ordinariamente, a cada seis meses, preferencialmente em fevereiro e agosto, ou extraordinariamente, por convocação do seu coordenador ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 6º - O Fórum Municipal de Educação - FME e a Conferência Municipal de Educação estarão, administrativamente, vinculadas ao Gabinete da Secretaria de Educação de Garuva, do qual receberão suporte técnico e administrativo para garantir seu funcionamento.

Art. 7º - A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito de Garuva

### **Decreto Nº 116/2013**

DECRETO Nº. 116, de 08 de Abril de 2013

"Dispõe sobre a designação da Sra. Dione Romanzini, para responder, cumulativamente, pelo Departamento de Administração, Planejamento e Finanças."

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1o. - Fica designada a senhora DIONE ROMANZINI, Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, para responder cumulativamente, pelo Departamento de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 117/2013**

DECRETO Nº 117, DE 10 DE ABRIL DE 2013.

"ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1675, de 10 de abril de 2013,  
DECRETA:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1011.2083 Manutenção do Fundo Mun. de Saúde  
3390 01.23.55R\$ 112.500,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação calculado para a receita de Transferência do Estado para programas de Saúde.

Art. 3o - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOSE CHAVES  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 118/2013**

DECRETO Nº. 118 de 10 de abril de 2013

"Dispõe sobre a exoneração, a pedido, do senhor Clodoaldo Thomsen, do cargo comissionado de Diretor de Esportes."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerado, a pedido, o senhor CLODOALDO THOMSEN, do cargo comissionado de Diretor de Esportes - CC2, subordinado a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, nomeado através do Decreto Nº 058/2013 de 04 de fevereiro de 2013.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 119/2013**

DECRETO Nº. 119 de 16 de abril de 2013

"Dispõe sobre a exoneração do senhor Sérgio Reis Nobre da Silva, do cargo comissionado de Diretor de Infraestrutura."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerado o senhor, SÉRGIO REIS NOBRE DA SILVA, do cargo comissionado de Diretor de Infraestrutura - CC2, subordinado a Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo, nomeado através do Decreto Nº 078/2013 de 1º de fevereiro de 2013.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 102/2013**

PORTARIA Nº 102, de 1º de fevereiro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DA SERVIDORA ELIANE NAGEL CRISTOFOLINI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009, 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, a classificação final do Concurso de Remoção nº 002/2013.

**RESOLVE:**

ART. 10. - Remover a servidora ELIANE NAGEL CRISTOFOLINI, por 220 horas mensais, da Escola Municipal Vicente Vieira para a Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves.

ART. 20. - Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 111/2013**

PORTARIA Nº 111, de 1º de fevereiro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DA SERVIDORA MARILDA RAMOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009, 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, a classificação final do Concurso de Remoção nº 002/2013.

**RESOLVE:**

ART. 10. - Remover a servidora MARILDA RAMOS, por 220 horas mensais, da Escola Municipal Vicente Vieira para a Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves.

ART. 20. - Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 228/2013**

PORTARIA Nº 228, de 1º de abril de 2013.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 37/2010 de 20 de abril de 2010;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

**RESOLVE:**

ART. 1º Nomear a aprovada no Concurso Público, GABRIELA SOARES WESTRUP, inscrita sob o nº. 540, classificada em 6º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Odontóloga - ESF, do regime celetista.

Parágrafo Único - As regras para a posse são as estabelecidas na Portaria 224/2013 de 21 de março de 2013.

Art. 2o. Caso a nomeada não tome posse no respectivo cargo em até 30 dias a contar da publicação desta portaria, estará renunciando tacitamente a vaga a que foi nomeada, sendo considerada nula a nomeação, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato conforme a Lista de Classificação, para suprir a vaga não preenchida.

Art. 3o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 234/2013**

PORTARIA Nº. 234, de 05 de abril de 2013.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora LUCILEIDE DE FÁTIMA BUENO FELDHAUS, portadora do RG 6.091.547 e CPF 028.059.689-80, do cargo de Professora Nível II, admitida através da Portaria nº. 065/2013, de 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 235/2013**

PORTARIA Nº. 235, de 05 de abril de 2013.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora LUCILEIDE DE FÁTIMA BUENO FELDHAUS, portadora do RG 6.091.547 e CPF 028.059.689-80, do cargo de Professora Nível II, admitida através da Portaria nº. 064/2013, de 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 244/2013**

PORTARIA Nº 244, de 08 de abril de 2013.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS

**PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 37/2010 de 20 de abril de 2010;

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 86/2012 de 05 de julho de 2012;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos, conforme Anexo I desta Portaria.

**RESOLVE:**

ART. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público constantes do Anexo I desta Portaria para os cargos públicos de provimento efetivo, submetidos ao Regime Estatutário e Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 07:30 às 13:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

Cópia da certidão de nascimento para solteiros;  
Cópia da certidão de casamento;  
Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);  
Cópia AUTENTICADA do comprovante de grau de escolaridade – (para os cargos de nível superior: Diploma)  
Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);  
Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer);  
Cópia do RG e CPF;  
Cópia do título de eleitor;  
Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;  
Cópia do PIS/PASEP;  
Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);  
Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;  
Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;  
Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (Preenchida no RH);  
Cópia do registro no órgão de classe (quando o cargo requerer);  
Cópia da carteira de habilitação (quando o cargo requerer);  
Certidão negativa de antecedentes criminais – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (a ser solicitada no FÓRUM);  
Certidão de quitação eleitoral – Cartório Eleitoral ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br));  
Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));  
Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo

único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (Preenchida no RH);  
Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição (Preenchida no RH);

Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal;

Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;

01 foto 3 X 4 RECENTE.

CTPS original para os candidatos Nomeados no Anexo II

ART. 3º - Somente tomarão posse aqueles que cumprirem as exigências do artigo anterior.

ART. 4º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não tomarem posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estarão renunciando, tacitamente, à vaga para qual foram nomeados. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não desejarem ser empossados nos cargos poderão formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br), e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

ART. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**ANEXO I**  
**REGIME ESTATUTÁRIO**

**Cargo: Psicólogo**

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
210	Eduardo dos Santos Licetti	6º

**Cargo: Assistente Social**

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
477	Daniele Monney	3º

**Cargo: Cuidador**

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17200078	Arlete Terezinha Pereira	9º

**Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais (Concurso 001/2009)**

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
518	Nelson Monteiro	7º

**Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais (Concurso 001/2012)**

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17100168	Valdecir Gonçalves	12º
17100178	Cícero Pierre de Souza	13º
17100100	Gilson Garcia	14º
17100191	Nivaldo Pinto Felipe	15º

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal



**Portaria Nº 246/2013**

PORTARIA Nº 246 de 09 de abril de 2013.

"DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DO CONCURSO DE REMOÇÃO, DOS QUADROS DO MAGISTÉRIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009, 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

ART. 10. - Instituir Comissão Especial para elaboração do Concurso de Remoção, dos cargos do quadro do magistério, relacionados no Edital 003/2013.

ART. 20. - Designar Adriane Beatriz Moecke Galando, Silvana Mews, Alexandre Saad Benedet, Maria Edlamar Aguiar Costa e Monise Nagel Moreira da Silva, para comporem a COMISSÃO, que irá, sob a presidência da primeira, coordenar o concurso de remoção

ART. 30. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 247/2013**

PORTARIA Nº 247, DE 09 DE ABRIL DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 114 de 08 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art 1º - Nomear os membros que constituirão a Comissão Organizadora da IV Conferência Municipal de Educação de Garuva/ CONAE 2014, respeitando as orientações do Fórum Nacional de Educação.

Art. 2º - Farão parte da Comissão Organizadora os seguintes membros: MARIA EDLAMAR AGUIAR COSTA, MONISE NAGEL MOREIRA DA SILVA, SILVANA MEWS e MILEIDY SCHEFFEN, sendo os trabalhos coordenados pela última.

Art 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 253/2013**

PORTARIA Nº 253, de 15 de abril de 2013.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 37/2010 de 20 de abril de 2010;

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 86/2012 de 05 de julho de 2012;

CONSIDERANDO, a desistência de candidato;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos, conforme Anexo I desta Portaria.

RESOLVE:

ART. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público constantes do Anexo I desta Portaria para os cargos públicos de provimento efetivo, submetidos ao Regime Estatutário e Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 07:30 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

- 1) Cópia da certidão de nascimento para solteiros;
- 2) Cópia da certidão de casamento;
- 3) Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
- 4) Cópia AUTENTICADA do comprovante de grau de escolaridade - (para os cargos de nível superior: Diploma)
- 5) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);
- 6) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer);
- 7) Cópia do RG e CPF;
- 8) Cópia do título de eleitor;
- 9) Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;
- 10) Cópia do PIS/PASEP;
- 11) Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);
- 12) Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- 13) Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;
- 14) Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (Preenchida no RH);
- 15) Cópia do registro no órgão de classe (quando o cargo requerer);
- 16) Cópia da carteira de habilitação (quando o cargo requerer);
- 17) Certidão negativa de antecedentes criminais - Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (a ser solicitada no FÓRUM);
- 18) Certidão de quitação eleitoral - Cartório Eleitoral ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br));
- 19) Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));
- 20) Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (Preenchida no RH);
- 21) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição (Preenchida no RH);
- 22) Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo

empregatício com informação da carga horária semanal;  
 23) Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;  
 24) 01 foto 3 X 4 RECENTE.  
 25) CTPS original para os candidatos Nomeados no Anexo II

ART. 3º - Somente tomarão posse aqueles que cumprirem as exigências do artigo anterior.

ART. 4º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não tomarem posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estarão renunciando, tacitamente, à vaga para qual foram nomeados. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não desejarem ser empossados nos cargos poderão formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br), e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

ART. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
 Prefeito Municipal

#### ANEXO I REGIME ESTATUTÁRIO

Cargo: Professor - Séries Iniciais

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17300175	Aline Barros Franco	7º

Cargo: Assistente Social

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17300175	Camila Silva da Costa	4º

JOSÉ CHAVES  
 Prefeito Municipal

**Gaspar**

#### **PREFEITURA**

#### **Lei Nº 3.509, de 11 de Abril de 2013.**

LEI Nº 3.509, DE 11 DE ABRIL DE 2013.  
 DENOMINA VIAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Rua Veneza a via que inicia na Avenida Roma, entre os lotes 02 e 07, distante 54,00m (cinquenta e quatro metros) da Rua Guabiruba, lado esquerdo, sendo a rua "A" do Loteamento Itália, Bairro Santa Teresinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

- I - extensão de 123,00m (cento e vinte e três metros);
- II - largura de 12,00m (doze metros);
- III - caixa de rolamento de 8,00m (oito metros); e
- IV - passeio de 2,00m (dois metros) de cada lado da via.

Art. 2º Fica denominada de Rua Verona a via que inicia na Avenida Roma, entre os lotes 14 e 22, distante 118,00m (cento e dezoito metros) da Rua Guabiruba, lado esquerdo, sendo a rua "B" do Loteamento Itália, Bairro Santa Teresinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

- I - extensão de 121,00m (cento e vinte e um metros);
- II - largura de 12,00m (doze metros);
- III - caixa de rolamento de 8,00m (oito metros); e
- IV - passeio de 2,00m (dois metros) de cada lado da via.

Art. 3º Fica denominada de Rua Castello a via que inicia na Avenida Roma, entre os lotes 30 e 37, distante 185,00m (cento e oitenta e cinco metros) da Rua Guabiruba, lado esquerdo, sendo a rua "C" do Loteamento Itália, Bairro Santa Teresinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

- I - extensão de 98,00m (noventa e oito metros);
- II - largura de 12,00m (doze metros);
- III - caixa de rolamento de 8,00m (oito metros); e
- IV - passeio de 2,00m (dois metros) de cada lado da via.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 11 de abril de 2013.  
 PEDRO CELSO ZUCHI  
 Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 3.510, de 11 de Abril de 2013.**

LEI Nº 3.510, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A ASSOCIAR-SE E CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS - ABM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a associar-se e a celebrar Termo de Convênio com a Associação Brasileira de Municípios - ABM, entidade nacional inscrita no CNPJ sob o nº 33.970.559/0001-01, com sede própria no Setor de Autarquias Sul, Quadra 05 - Lote 5A - Bloco "F", 1º Andar, na cidade de Brasília - DF, entidade declarada de utilidade pública federal, conforme Decreto nº. 62.695.

Art. 2º Para efeito do que dispõe o art. 1º, o Município poderá efetuar os pagamentos das anuidades estabelecidas pela Associação Brasileira de Municípios, de acordo com os critérios definidos nos estatutos sociais da mesma.

Art. 3º A referida contribuição sob a forma de anuidade, considerando que a ABM é uma entidade de representação municipal, declarada de utilidade pública federal, conforme Decreto nº. 62.695, visa assegurar a representação institucional do município associado junto aos órgãos nacionais e internacionais, as instâncias legislativas e perante distintos órgãos, de acordo com as responsabilidades constantes do Termo de Convênio, que integra a presente LEI.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão

por conta das dotações prévias existentes no orçamento municipal.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 11 de abril de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 5.443, de 10 de Abril de 2013.**

DECRETO Nº 5.443, DE 10 DE ABRIL DE 2013.  
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DA II CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONAE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes representantes para compor a Comissão Municipal da II Conferência Nacional de Educação - CONAE:

- I - Débora Fernandes - Representante SEMED;
- II - Rozangela Aparecida Alves Elias - Representante SEMED;
- III - Patrícia Helena dos Santos - Representante da SEMED;
- IV - Sandra Mara Hostins - Representante de Gestor (Escolas Municipais);
- V - Viviana Maria Schmitt dos Santos - Representante Gestor (Escolas Estaduais);
- VI - Rosali Wolter Goedert - Representante Gestor Educação Infantil;
- VII - Luana Maria Ramos Vasconcelos - Representante dos Estudantes (Grêmios);
- VIII - Josieli H. Azevedo - Representante do IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina;
- IX - Clodoaldo de Oliveira - Representante do COMED;
- X - Jaqueline A. O. Cardoso - representante de Pais (Conselhos Escolares).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gaspar, 10 de abril de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

**Decreto Nº 5.445, de 15 de Abril de 2013.**

DECRETO Nº 5.445, DE 15 DE ABRIL DE 2013.  
NOMEIA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ENCARREGADA JUNTO À SUPERINTENDÊNCIA DO BELCHIOR, A SERVIDORA JOSIANE JULIA HANG.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 15 de abril de 2013, a servidora JOSIANE JULIA HANG, portadora do CPF nº 063.373.909-03 e da CI nº 5231366-2 SSP/SC, para o cargo em comissão de Encarregada, junto à Superintendência do Belchior, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de abril de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**Portaria Nº 3.064, de 12 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 3.064, DE 12 DE ABRIL DE 2013.  
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 02/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL ARNALDO GOEDERT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 16 de abril de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de Arnaldo Goedert.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de abril de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3.066, de 15 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 3.066, DE 15 DE ABRIL DE 2013.  
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 08/2011, INSTAURADA PARA APURAR AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO OFÍCIO 2ªPJ/Nº146/2011, REMETIDO PELA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE GASPAR, EM VIRTUDE DA INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 06.2011.007563-6 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 19 de abril de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 08/2011, instaurada para apurar as informações contidas no Ofício 2ªPJ/Nº146/2011, remetido pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gaspar, em virtude da instauração do procedimento preparatório nº 06.2011.007563-6 e dá outras providências.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de abril de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

**Portaria Nº 3.067, de 15 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 3.067, DE 15 DE ABRIL DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 01/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE TENARA REGINA BREIS RODRIGUES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 16 de abril de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de Tenara Regina Breis Rodrigues.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3.065, de 15 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 3.065, DE 15 DE ABRIL DE 2013.

REVOGA A PORTARIA Nº 1.859, DE 19 DE MARÇO DE 2009, QUE COLOCOU À DISPOSIÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE GASPAR, O SERVIDOR LUÍS CESAR HENING.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1.859, de 19 de março de 2009, que colocou à disposição para atuar no Corpo de Bombeiros de Gaspar, o servidor LUÍS CESAR HENING, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Farmácia, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde, devendo o servidor retornar a sua lotação de origem, a partir de 02/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**Extrato da Inexigibilidade Nº 62/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Inexigibilidade nº 62/2013

Objeto: Inscrição do servidor Doraci Vanz no "Curso Improbidade Administrativa - A responsabilidade dos Agentes Públicos", que se realizará nos dias 23 e 24 de abril de 2013. Contratado: IEM - INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA (02.310.921/0001-86). Valor Total Julgado: R\$ 595,00 (Quinhentos e noventa e cinco reais). Base legal: artigo 25, inciso II, c/c o artigo 13, inciso VI, ambos da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 10 de Abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**Governador Celso Ramos****SAMAE****Errata Edital Pregao 01/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE - GOVERNADOR CELSO RAMOS -SC

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 01/2013 – Valor Unitário de Referência

OBJETO: Aquisição de 2 (duas) Carregadeiras Compactas, novas ano de fabricação 2013, equipada com motor diesel, Destinada LIMPEZA, MANUTENÇÃO, ESCAVAÇÃO DE REDES E RAMAIS DE AGUA, CAPINAÇÃO E RETIRADA DE ENTULHO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

Na Tabela 1. VALOR DE REFERÊNCIA, constante do Anexo I do edital Valor Unitário de Referência (R\$) Será de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário de Referência (R\$)
------	------	------	-----------	------------------------------------



01	02	Maq	Carregadeira compactas, novas, ano de fabricação 2013, equipada com motor a diesel, aspiração natural, potência aproximada de 46 HP, atendendo as normas do CONAMA Tier 4. Transmissão hidrostática, freio de estacionamento nas quatro rodas com parada de emergência. Conjunto de braços fixados no chassi com elevação vertical. Capacidade operacional de no mínimo de 760 Kg. Altura de descarga mínima de 3000 mm. Peso operacional aproximado de 2.700 Kg. Engates rápido mecânico e hidráulico. Caçamba frontal de no mínimo 68" com capacidade de 0,40 m3 . Sistema de arrefecimento de água e hidráulico na horizontal, pneus 10x16,5 ou similar. Cabine com estrutura ROPS/FOPS fechada com ar condicionado, contendo janelas laterais. Luzes de advertência, alarme de ré, espelhos retrovisor, extintor de incêndio, tanque de água para espargidor instalado na máquina. 01 (um) Retro escavadeira para Carregadeira compacta, equipada com estabilizador vertical, profundidade de escavação mínima de 2.000mm, altura mínima de descarga de 1.750 mm, giro do braço mínimo em 170° graus. E rotação de caçamba mínima em 175° graus. 01 (uma) Capinadeira mecânica rotativa, acionada com motor hidráulico, conjunto rotativo com no mínimo 26 cabos de aço, diâmetro aproximado de 25mm, fixado por mancal individual com rolamentos. Engate rápido-mecânico e hidráulico, sistema de água antipoeira. 01 (uma) vassoura mecânica rotativa, contendo caçamba recolhedora, com motor de tração interno acionada hidráulicamente, cerdas mistas de aço e polipropileno, lâmina substituível aparafusada, largura mínima de 1500mm. Engate rápido mecânico e hidráulico, sistemas de água antipoeira. O equipamento fornecido deverá ter assistência técnica no estado de Santa Catarina.	R\$ 125.000,00
----	----	-----	---	----------------

Governador Celso Ramos, 16 de Abril de 2013  
 ADMIR NORBERTO MIRANDA  
 Diretor Geral do SAMAE



**PEGASO**  
 Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

## Guaramirim

### PREFEITURA

#### Aviso de Credenciamento Nº14/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 AVISO DE LICITAÇÃO  
 Edital: Inexigibilidade de Licitação - 14/2013  
 Tipo : - por itens

Objeto : CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS (FARMÁCIAS E DROGARIAS) PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO INCLUSOS NA REMUNE (RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS)  
 Entrega dos Envelopes: 18/04/2013 as 08:00 horas.  
 Abertura dos Envelopes: 18/04/2013 as 08:00 horas.  
 O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br).

GUARAMIRIM, 16 de abril de 2013  
 LAURO FROHLICH  
 Prefeito Municipal

#### Aviso de Licitação Rp 38/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS  
 AVISO DE LICITAÇÃO  
 Edital: Pregão - 38/2013  
 Tipo : Menor Preco - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE CALCETEIRO (PAVIMENTAÇÃO, MEIO FIO, CALHAS E BOCAS DE LOBO)  
 Entrega dos Envelopes: 30/04/2013 às 09:00h  
 Abertura dos Envelopes: 30/04/2013 às 09:05h  
 O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 16/04/2013.  
 LAURO FROHLICH  
 Prefeito Municipal

#### Aviso de Licitação Rp Nº13/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 AVISO DE LICITAÇÃO  
 Edital: Pregão - 13/2013  
 Tipo : Menor Preco - por itens

Objeto : AQUISICAO DE MEDICAMENTOS  
 Entrega dos Envelopes: 29/04/2013 as 09:00 horas.  
 Abertura dos Envelopes: 29/04/2013 as 09:05 horas.  
 O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h,

fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br).

GUARAMIRIM, 16 de abril de 2013  
LAURO FROHLICH  
Prefeito Municipal

#### **Aviso de Licitação Rp Nº33/2013 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital: Pregão - 33/2013  
Tipo : Menor Preco - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE MACADAME, SAIBRINHO, BICA CORRIDA, AREIA FINA E AREIA MÉDIA  
Entrega dos Envelopes: 06/05/2013 às 09:00h  
Abertura dos Envelopes: 06/05/2013 às 09:05h  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 16/04/2013.  
LAURO FROHLICH  
Prefeito Municipal

#### **Aviso de Licitação Rp Nº40/2013 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital: Pregão - 40/2013  
Tipo : Menor Preco - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE RECOMPOSITOR DE PISTA (ASFALTO FRIO) PARA O SETOR DE INFRAESTRUTURA  
Entrega dos Envelopes: 02/05/2013 às 09:00h  
Abertura dos Envelopes: 02/05/2013 às 09:05h  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 16/04/2013.  
LAURO FROHLICH  
Prefeito Municipal

## Herval d'Oeste

**PREFEITURA**

#### **Pregão Presencial Nº 004/2013**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2013  
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO  
Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de

enfermagem para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES  
Até as 13h00min horas do dia 29/04/2013.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:  
Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL  
Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA  
O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 14,95 (quatorze reais e noventa e cinco centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 15 de abril de 2013  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

## Ibiam

**PREFEITURA**

#### **Portaria Nº 149/13**

PORTARIA Nº 149, DE 09 DE ABRIL DE 2013  
"CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR JOSÉ ROBERTO GONZATTO - TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NÍVEL 8 - REFERÊNCIA C E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, ESTADO DE SANTA Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, bem como o Decreto nº 2114, de 09.07.2010, RESOLVE:  
Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor JOSÉ ROBERTO GONZATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, ESTADO DE SANTA Catarina, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Nível 8 - Referência C - Anexo 1 - Subanexo IV - Serviços Técnicos, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03 de março de 2011, referente ao período aquisitivo de 22.02.2012 a 21.02.2013, a partir de 09 a 23 de abril de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE ABRIL DE 2013.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 150/13**

PORTARIA Nº 150, DE 09 DE ABRIL DE 2013

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA A SERVIDORA BERNARDETE POSSERA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, ESTADO DE SANTA Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, RESOLVE: Art. 1º. Conceder a servidora BERNARDETE POSSERA, servidora efetiva no cargo de Agente de Serviços Gerais - Nível 1 - Referência E, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O período de afastamento será de conformidade com o comunicado de resultado de avaliação da Previdência Social, tendo seu início em 09.04.2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE ABRIL DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 151/13**

PORTARIA Nº 151, DE 10 DE ABRIL DE 2013

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR WILMAR SCUCIATO - MOTORISTA - NÍVEL 2 - REFERÊNCIA C E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, ESTADO DE SANTA Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de Julho de 2010, RESOLVE: Art. 1º. Conceder férias ao servidor WILMAR SCUCIATO, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, ESTADO DE SANTA Catarina, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA - Nível 2 - Referência B - Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21 de Julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 020, de 01 de Abril de 2009, referente ao período aquisitivo de 01.03.2012 a 28.02.2013, a partir de 10 de abril à 09 de maio de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE ABRIL DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 152/13**

PORTARIA Nº 152, 11 DE ABRIL DE 2013

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS

**PROVIDÊNCIAS"**

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, ESTADO DE SANTA Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93 da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da servidora, de 01 de abril de 2013, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora CÉLIA APARECIDA DA SILVA RAMOS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem - Nível 2 - REFERÊNCIA A, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender a Henrique Ramos Ceron - filho, de conformidade com o atestado médico de Hermínio A. Matias Neto - CRM/SC 13488.

Art. 2º. O período de afastamento é de 02 (dois) dias, conforme atestado médico, no período de 08.04.2013 a 09.04.2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de abril de 2013.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 11 DE ABRIL DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 153/13**

PORTARIA Nº 153, DE 12 DE ABRIL DE 2013

"REVOGA PORTARIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando, o disposto no Decreto nº 2473, de 08 de fevereiro de 2013, que anulou o Processo Administrativo nº 002/2012 - Edital de Chamamento nº 001/12;

Com amparo no artigo 88, incisos VII e XII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº 147, de 19 de junho de 2012, que alterou a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais da servidora CARMELITA CHIESA TRAGANCIN, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência E.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 12 DE ABRIL DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 154/13**

PORTARIA Nº 154, DE 12 DE ABRIL DE 2013

"REVOGA PORTARIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando, o disposto no Decreto nº 2473, de 08 de fevereiro de 2013, que anulou o Processo Administrativo nº 002/2012 - Edital de Chamamento nº 001/12;

Com amparo no artigo 88, incisos VII e XII, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº 148, de 19 de junho de 2012, que alterou a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais da servidora ELIANE MARIA PIOVESAN RECALCATTI, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência E.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 12 DE ABRIL DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 155/13**

PORTARIA Nº 155, DE 12 DE ABRIL DE 2013

"REVOGA PORTARIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando, o disposto no Decreto nº 2473, de 08 de fevereiro de 2013, que anulou o Processo Administrativo nº 002/2012 - Edital de Chamamento nº 001/12;

Com amparo no artigo 88, incisos VII e XII, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº 149, de 19 de junho de 2012, que alterou a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais da servidora WALDECIRA APARECIDA TRAGANCIN DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência C.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 12 DE ABRIL DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**Edital Pregão Presencial Nº 19/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para contratação pessoa jurídica para prestação de serviços de Médico Clínico Geral para o ano de 2013.

Entrega dos envelopes: 30/04/2013 até às 08:15 horas

Abertura dos envelopes: 30/04/2013 às 08:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044, ou no site [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br).

Ibiã, 15 de Abril de 2013.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiã

**TA 01/2013 ao Contrato Nº 051/12**

TERMO ADITIVO Nº 001/2013

CONTRATO Nº 051/2012

PROCESSO LICITATORIO 026/2012 - PREGÃO Nº 015/2012

Termo aditivo ao contrato público administrativo 051/2012, que celebram, O MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiã, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Nelson Mario Grasi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 25/R.229.246 e inscrito no CPF/MF sob o nº 032.655.959-00, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa PEDREIRA KLOTZ LTDA, CNPJ:75.815.787/0001-49, pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Linha São Paulo, S/N, Interior, Município de Treze Tílias/SC, neste ato representado por seu Sócio Adm. o Sr. Felix Neuhauser, CPF: 434.454.899-04, CI 11/R 857.588/SSP/SC, de ora em diante denominada de Contratado, celebram o presente termo aditivo, com amparo nas cláusulas contratuais epelas condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 051/2012 da Prefeitura de Ibiã, para o período de 30/03/2013 até 31/12/2013, podendo, à critério de Administração ser rescindido antes do termino da vigência acima estipulada, sem direito de indenização por parte do contratado. Este aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto para 31/12/2013.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiã, 28 de Março de 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Contratante

PEDREIRA KLOTZ LTDA

CNPJ: 75.815.787/0001-49

Soc. Adm. Felix Neuhauser



Contratado

Testemunhas:

LAELCIO ANTÔNIO GASANIGA GELSON LUIZ TREVISOL  
CPF: 807.451.729-20 CPF: 674.951.179-15

MELZI CAVAZZOLA

Advogado - OAB/SC 3.076

### **TA 01/2013 ao Contrato Nº 17/13**

TERMO ADITIVO Nº 001/2013

CONTRATO Nº. 017/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N. 012/2013

PREGÃO N. 009/2013

Termo aditivo ao contrato público administrativo 026/2011, que celebram, O MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiã, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa DARCI ZANCANELLI GALAFASSI MEI, CNPJ: 12.946.263/0001-77, estabelecida na AVENIDA 20 DE JULHO, 79 CEP: 89652-000 na cidade de IBIAM, representada por seu Gerente o Sr. DARCI ZANCANELLI GALAFASSI, CPF: 508.421.539-34, CI.: 1.702.376, denominado neste instrumento particular como CONTRATADO, pactuam o presente termo aditivo de ampliação de quilometragem percorrida para execução do objeto do contrato 017/2013, com amparo na Cláusula Décima Quarta do contrato original, c/c item 19.9 do respectivo edital, e conforme parágrafo primeiro do Art. 65 da Lei 8666/93; e considerando a solicitação do fornecedor acima identificado, e após aferição por parte do responsável pela fiscalização, de acordo com Portaria Municipal 0185/2011, constatou-se que o pedido procede e que devido um possível equívoco na medição inicial o fornecedor esta percorrendo a mais do que indicado no contrato original uma quilometragem diária de 5 km, pelas razões indicadas Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica ampliada em mais 5(cinco) Km dia, o percurso da linha Nossa Senhora de Fátima/Ibiã e vice versa passando de 61(sessenta e um) km diários, para é de 66(sessenta e seis) km diários. Este aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos para 01/03/2013.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiã, 28 de Março de 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Contratante

DARCI ZANCANELLI GALAFASSI

CNPJ: 12.946.263/0001-77

Sóc. Adm: Darci Zancanelli Galafassi

CPF: 508.421.539-34

Contratado

Testemunhas:

LAELCIO ANTÔNIO GASANIGA GELSON LUIZ TREVISOL  
CPF: 807.451.729-20 CPF: 674.951.179-15

MELZI CAVAZZOLA

Advogado - OAB/SC 3.076

### **TA 01/2013 ao Contrato Nº 50/12**

TERMO ADITIVO Nº 001/2013

CONTRATO N.º 050/2012

Processo Licitatório nº 026/2012 e Pregão Presencial nº 015/2012

Termo aditivo ao contrato público administrativo 050/2012, que celebram o Município de Ibiã-SC., pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiã - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, Miranda e Miranda Ltda, inscrito no CNPJ sob Nº 85.193.860/0001-41, estabelecida na Rua Rodovia BR 282, KM 399, representada neste ato por seu Sócio Adm. o Sr Raul de Miranda, CPF: 425.682.349-20, portador do RG n. 11/R 547.135, residente na cidade de Joaçaba/SC, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 026/2012 e Pregão Presencial nº 015/2012, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si ajustado o seguintes:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 050/2012 da Prefeitura de Ibiã, para o período de 30/03/2013 até 31/12/2013, podendo, à critério de Administração ser rescindido antes do termino da vigência acima estipulada, sem direito de indenização por parte do contratado. Este aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto para 31/12/2013.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiã, 28 de Março de 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Contratante

MIRANDA E MIRANDA LTDA

CNPJ: 85.193.860/0001-41

Soc. Adm. Raul de Miranda

Contratado

Testemunhas:

LAELCIO ANTÔNIO GASANIGA GELSON LUIZ TREVISOL  
CPF: 807.451.729-20 CPF: 674.951.179-15

MELZI CAVAZZOLA

Advogado - OAB/SC 3.076

# Imbituba

## PREFEITURA

### Portaria PMI/DGP Nº 194/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 194, de 15 de abril de 2013.

Dispõe sobre a demissão de Analista de Sistemas, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art. 1º Demitir, a pedido, EDSON LUIZ PACHECO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 048.161.879-10, matrícula 4845, admitido em 11 de março de 2009, através do Concurso Público Edital - 01/2007 e PORTARIA DGP/SEAGP N.º 219, de 31 de Julho de 2009, para exercer as funções do cargo/emprego público de Analista de Sistemas, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 15 de abril de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

### Portaria PMI/DGP Nº 195/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 195, de 15 de abril de 2013.

Dispõe sobre a demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art. 1º Demitir, a pedido, BEATRIZ HIGINO ADRIANO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 067.574.509-84, matrícula 7030, admitida em 01 de março de 2013, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, para exercer as funções do cargo/emprego público de Professora II - 20h, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 15 de abril de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

### Portaria PMI/DGP Nº 196/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 196, de 15 de abril de 2013.

Dispõe sobre a demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art. 1º Demitir, a pedido, TEREZINHA DAMÁZIO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 454.763.229-49, matrícula 6913, admitida em 14 de fevereiro de 2013, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, para exercer as funções do cargo/emprego público de Professora II - 20h, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 05 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 15 de abril de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

### Portaria PMI/DGP Nº 197/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 197, de 15 de abril de 2013.

Dispõe sobre a demissão por término de contrato de Médico - PSF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001;

#### RESOLVE:

Art. 1º Demitir, por término de contrato, FÁBIO SILVEIRA DE SOUZA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 551.252.479-87, matrícula 6205, admitido em 23 de fevereiro de 2012, em caráter de urgência, para exercer as funções do cargo/emprego público de Médico - PSF, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 06 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 15 de abril de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

**Portaria PMI/DGP Nº 198/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 198, de 15 de abril de 2013.

Dispõe sobre a demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir, a pedido, ALEXANDRA MIRANDA GREGÓRIO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 521.039.519-72, matrículas nº(s) 25 e 26, admitida em 03 de março de 1986 no primeiro contrato e 24 de junho de 1994 no segundo contrato respectivamente, onde exerceu as funções do cargo/emprego público de Professora II - 20h, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 09 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 15 de abril de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

**Portaria PMI/DGP Nº 199/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 199, de 15 de abril de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor RENATO GONÇALVES, Motorista, inscrito no CPF sob o n.º 398.354.309-00, admitido em 09 de agosto de 1982, contrato nº 465, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2002 a 2007	2007 a 2012	02.05.2013 a 8.09.2013

Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de abril de 2013, referente a um quinquênio.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 15 de abril de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI/DGP Nº 200/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 200, de 15 de abril de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora ANA PAULA BARCELOS, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 753.129.649-72, admitida em 07 de abril de 2008, contrato nº 4395, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2008 a 2013	02.12.2013 a 30.01.2014	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 15 de abril de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI/DGP Nº 201/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 201, de 15 de abril de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor GEORGE WILIAN DOS SANTOS, Contador, inscrito no CPF sob o n.º 888.356.939-34, admitido em 08 de abril de 1998, contrato nº 172, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2003 a 2008	01.11.2013 a 30.11.2013 03.03.2014 a 01.04.2014	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de março de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 15 de abril de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina – DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria PMI/DGP Nº 202/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 202, de 15 de abril de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora SANDRA MARA SOUZA DOS SANTOS, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 661.217.950-34, admitida em 20 de maio de 1992, contrato nº 507, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2007 a 2012	02.05.2013 a 30.07.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 15 de abril de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria PMI/DGP Nº 203/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 203, de 15 de abril de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor ANTÔNIO JOSÉ DE SOUZA, Professor III - 40h, inscrito no CPF sob o n.º 344.923.139-15, admitido em 01 de março de 1978, contrato nº 56, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
1993 a 1998	01.04.2013 a 29.06.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 15 de abril de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria PMI/DGP Nº 204/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 204, de 15 de abril de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor VALMIR ROCHA FLOR, Professor II – 40h, inscrito no CPF sob o n.º 305.831.879-00, admitido em 01 de julho de 1987, contrato nº 555, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2002 a 2007	08.04.2013 a 04.10.2013
2007 a 2012	

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 08 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 15 de abril de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 28/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 35/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 30 de abril de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa fornecimento de material de limpeza e higienização, para manutenção da SEDUCE, Escolas, e CMEI. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 17 de abril de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial



# **Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - PM Imbituba - Edital 1418/2013 a 1433/2013**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

**Diretoria Municipal de Trânsito – DMUTRAN**

**Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – PM IMBITUBA**

**Edital 1418/2013 a 1433/2013**

Carlos Fernando Demétrio  
 Diretor Municipal de Trânsito

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1418/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMP0171	55847098C	6599/2	01/02/2013	230 * V
ASN3252	55492144D	6637/1	07/01/2013	230 * IX
CMD4189	55793914D	5010/0	31/01/2013	162 * I
CSN9047	55795005D	5010/0	17/01/2013	162 * I
CSN9047	55795006D	6580/0	17/01/2013	230 * IV
CVS7420	55793470D	6920/0	17/01/2013	233
GVT4819	55797960D	5010/0	31/01/2013	162 * I
HYI8009	55794327D	6599/2	22/01/2013	230 * V
IKI2630	55793469D	6920/0	14/01/2013	233
IKQ6797	55793878D	6700/1	20/01/2013	230 * XVI
INX3911	55793475D	6920/0	18/01/2013	233
IYY7979	55793463D	6920/0	10/01/2013	233
KNO7694	55793477D	6920/0	22/01/2013	233
LWV7435	55794159D	6599/2	15/01/2013	230 * V
LWV7435	55794160D	6637/1	15/01/2013	230 * IX
LXJ9596	55794671D	6599/2	19/01/2013	230 * V
LXJ9596	55794672D	5010/0	19/01/2013	162 * I
LXJ9596	55794673D	6556/5	19/01/2013	230 * I
LYO9709	55795366D	6556/1	25/01/2013	230 * I
LYV4461	55793473D	6920/0	10/01/2013	233
LYV4865	55793909D	6637/1	19/01/2013	230 * IX
MAP5372	55795364D	5045/0	23/01/2013	162 * V
MBM1037	55848848C	5010/0	23/01/2013	162 * I
MBM1037	55848848C	6556/4	23/01/2013	230 * I
MCM6259	55793907D	5010/0	13/01/2013	162 * I
MCM6259	55793908D	6599/2	13/01/2013	230 * V
MCW9224	55793468D	6920/0	15/01/2013	233
MDJ7626	55847097C	5045/0	01/02/2013	162 * V
MDN1451	54108192D	6912/0	21/01/2013	232
MDO2635	55794269D	6599/2	19/01/2013	230 * V
MDO2635	55794669D	6912/0	19/01/2013	232
MDO2635	55794670D	6556/5	19/01/2013	230 * I
MDS3666	55793467D	6920/0	16/01/2013	233
MER1582	55795418D	6637/2	15/01/2013	230 * IX
MER1582	55795421D	5010/0	15/01/2013	162 * I
MET8020	55793465D	6920/0	15/01/2013	233
MEW4250	55794666D	6599/2	19/01/2013	230 * V
MEW9570	55793481D	6920/0	07/01/2013	233
MFE8235	55794406D	5010/0	23/01/2013	162 * I
MFL4919	55848844C	6599/2	23/01/2013	230 * V
MFL4919	55848845C	5045/0	23/01/2013	162 * V
MFN9515	55795854D	5045/0	02/02/2013	162 * V
MFN9515	55795855D	5037/1	02/02/2013	162 * III
MGO0730	55848850C	6599/2	23/01/2013	230 * V
MGX8076	55847081C	5045/0	15/01/2013	162 * V
MHG9718	55795339D	5010/0	11/01/2013	162 * I
MHG9718	55795340D	5118/0	11/01/2013	164 c/c 162 * I
MHK9390	55794268D	6599/2	19/01/2013	230 * V
MJC0272	55848842C	5010/0	23/01/2013	162 * I



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

MJC1063	55794153D	6912/0	09/01/2013	232
MJK5844	55794055D	5010/0	16/01/2013	162 * I
MJP4430	55847080C	6599/2	15/01/2013	230 * V
MJX7578	55794255D	5045/0	17/01/2013	162 * V
MKF1867	55847079C	5010/0	15/01/2013	162 * I
MKY8427	55795809D	5010/0	16/01/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1419/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DMZ2970	55795405D	5525/0	30/12/2012	181 * XV
DQO9508	55847031C	5967/0	04/02/2013	203 * V
JPC4005	55794312D	7366/2	15/01/2013	252 * VI
KKX0477	55793992D	5746/1	05/02/2013	187 * I
MDE5823	55793879D	5215/2	20/01/2013	170
MDE5823	55793880D	5215/1	20/01/2013	170
MDE5823	55793881D	5835/0	20/01/2013	195
MDE5823	55793882D	5819/1	20/01/2013	193
MDZ9491	54660697C	7030/1	04/01/2013	244 * I
MEW4449	55794367D	5525/0	14/01/2013	181 * XV
MGH5815	55795455D	5541/4	18/01/2013	181 * XVII
MGT3103	55795337D	5819/3	10/01/2013	193
MGT6729	55793709D	5185/1	05/02/2013	167
MHM8912	55793707D	5185/1	05/02/2013	167
MHN6089	55793849D	5452/1	15/01/2013	181 * VIII
MHT2411	55794251D	7366/2	12/01/2013	252 * VI
MHT2564	55794261D	5541/1	18/01/2013	181 * XVII
MHW8043	55794013D	5185/2	07/01/2013	167
MIX8522	55795438D	5541/1	24/01/2013	181 * XVII
MJG8529	55794356D	5525/0	12/01/2013	181 * XV
MJQ3815	55794329D	5207/0	24/01/2013	169
MKV0089	55795629D	5746/1	12/01/2013	187 * I
MLX1955	55794311D	7366/2	15/01/2013	252 * VI
MMA3289	55794350D	5541/1	03/02/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1420/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADN4296	55793619D	5010/0	25/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
ADN4296	55793620D	5061/0	25/10/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
AMO1052	55492370D	6610/2	28/10/2012	R\$ 127,69	230 * VII
ANE8193	55795560D	5010/0	27/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
ANE8193	55795561D	5061/0	27/12/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
ANE8193	55795562D	6556/5	27/12/2012	R\$ 191,53	230 * I
BF12406	55795651D	6599/2	17/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
BF12406	55795652D	6637/2	17/11/2012	R\$ 127,69	230 * IX
BF12406	55795653D	5010/0	17/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
BF12406	55795654D	5274/1	17/11/2012	R\$ 191,53	175
DUH1084	55793333D	6920/0	17/10/2012	R\$ 127,69	233
LWV0174	55793437D	6920/0	22/11/2012	R\$ 127,69	233
LXB6132	55793449D	6920/0	23/11/2012	R\$ 127,69	233
LYT4045	54660653C	6912/0	29/10/2012	R\$ 53,20	232



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

LYZ6826	55793621D	6599/2	25/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAO3688	54108591D	5010/0	21/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAO3688	54108592D	5118/0	21/10/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBC0170	55793817D	6610/2	28/10/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MBY0998	55847884C	6599/2	20/01/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBY0998	55847885C	6726/1	20/01/2011	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBY0998	55847886C	6912/0	20/01/2011	R\$ 53,20	232
MCN0606	54660654C	6599/2	29/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCN0606	54660654C	6637/2	29/10/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MDG8029	55793816D	6599/2	24/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDM2863	55793624D	5010/0	29/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDM2863	55793625D	6637/2	29/10/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MGX8229	55795691D	6599/2	13/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHU5178	54660679C	6556/1	25/11/2012	R\$ 191,53	230 * I
MIU0065	55490994D	5045/0	25/10/2012	R\$ 191,53	162 * V
MJK6758	55795743D	5010/0	19/12/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1421/2013**  
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADN4296	55793619D	5525/0	25/10/2012	R\$ 85,12	181 * XV
IQP6586	55847348C	7366/2	23/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
KKU2202	55491847D	5967/0	25/10/2012	R\$ 191,53	203 * V
LYZ6826	55793622D	5185/1	25/10/2012	R\$ 127,69	167
MCJ6208	55795238D	5541/1	04/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX4381	55491749D	5541/1	25/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIC5558	55795770D	5541/1	06/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MLX1955	54660651C	7366/2	26/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
NOJ9258	55793791D	5550/0	02/11/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1422/2013**  
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IDR8721	55793883D	5029/3	26/01/2013	162 * II
LZR9301	55795376D	6556/5	26/01/2013	230 * I
MAD3895	55793978D	6599/2	10/01/2013	230 * V
MAH7146	55847084C	6599/2	23/01/2013	230 * V
MAH7146	55847085C	5045/0	23/01/2013	162 * V
MAO2712	55795380D	6912/0	28/01/2013	232
MBM1863	55794287D	5010/0	07/02/2013	162 * I
MDE1819	55793485D	6920/0	24/01/2013	233
MDL9429	55794266D	5010/0	19/01/2013	162 * I
MDL9429	55794267D	6912/0	19/01/2013	232
MDL9429	55794667D	6599/2	19/01/2013	230 * V
MDL9429	55794668D	6637/2	19/01/2013	230 * IX
MDY4615	55795367D	6599/2	25/01/2013	230 * V
MGM1069	55794737D	5010/0	22/01/2013	162 * I
MGM1069	55794738D	6599/2	22/01/2013	230 * V
MGM1069	55794739D	6556/1	22/01/2013	230 * I
MHE7174	55793887D	5010/0	26/01/2013	162 * I
MHE7174	55793888D	5061/0	26/01/2013	163 c/c 162 * I
MHU1461	55797806D	6920/0	06/02/2013	233



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

MKF1867	55795458D	5010/0	27/01/2013	162 * I
MKF1867	55795459D	5061/0	27/01/2013	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1423/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DRM4940	55794323D	5541/1	21/01/2013	181 * XVII
INF1115	54109052D	5460/0	06/02/2013	181 * IX
JVG1307	55794163D	5541/1	19/01/2013	181 * XVII
LYC2728	55793885D	5185/1	26/01/2013	167
MAD3895	55793977D	5541/1	10/01/2013	181 * XVII
MBM5544	55793987D	5541/1	27/01/2013	181 * XVII
MHL9871	55795863D	5460/0	09/02/2013	181 * IX
MKA0724	55795187D	5541/1	07/02/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1424/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBF2624	55795693D	5010/0	13/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCJ4459	55795708D	6912/0	28/11/2012	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1425/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IST6508	55794648D	5541/1	05/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBK7194	55795244D	5380/0	04/01/2013	R\$ 85,12	181 * I
MJV3208	55795130D	5541/1	06/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1426/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BQN2487	55793495D	6920/0	31/01/2013	233
DAE0730	55793983D	6599/2	25/01/2013	230 * V
GDE1926	55795381D	6599/2	28/01/2013	230 * V
HPG3829	55797832D	6920/0	19/02/2013	233
HVT2643	55847096C	5037/1	31/01/2013	162 * III
IGE1210	55797830D	6920/0	18/02/2013	233
IHC6745	55847087C	6599/2	28/01/2013	230 * V
LWZ7640	55794347D	6556/1	29/01/2013	230 * I
LWZ7640	55794348D	6637/1	29/01/2013	230 * IX
LXJ9596	55795400D	5010/0	30/01/2013	162 * I
LXV1769	55793642D	6556/1	29/01/2013	230 * I
LXV1769	55793642D	6637/1	29/01/2013	230 * IX
LZD4564	54108182D	5010/0	14/02/2013	162 * I
LZU7484	55793493D	6920/0	29/01/2013	233
MBD5399	55794452D	5010/0	27/01/2013	162 * I
MBD5399	55794453D	6599/2	27/01/2013	230 * V
MBD7665	55797835D	6920/0	20/02/2013	233
MBU6753	55795389D	5010/0	29/01/2013	162 * I
MBU6753	55795390D	6556/5	29/01/2013	230 * I
MBZ5454	55795386D	6599/2	29/01/2013	230 * V
MCB2497	55795175D	6599/2	25/01/2013	230 * V
MCB2497	55795176D	5010/0	25/01/2013	162 * I
MCB2497	55795177D	6637/1	25/01/2013	230 * IX
MCB2497	55795178D	6580/0	25/01/2013	230 * IV
MCG8285	55053248D	5169/1	10/02/2013	165
MCG8285	55053249D	6912/0	10/02/2013	232
MCM6341	55797847D	6920/0	20/02/2013	233
MCM9868	55793499D	6920/0	04/02/2013	233
MDD8253	55795399D	6556/5	30/01/2013	230 * I
MDI1845	55794454D	5010/0	02/02/2013	162 * I
MDI1845	55794455D	6599/2	02/02/2013	230 * V
MDQ3550	55492499D	6599/2	01/02/2013	230 * V
MDS1528	55795392D	5010/0	29/01/2013	162 * I
MDS1528	55795393D	6602/0	29/01/2013	230 * VI
MDS1528	55795394D	6556/5	29/01/2013	230 * I
MDS1528	55795395D	6637/1	29/01/2013	230 * IX
MDS1528	55795396D	6653/1	29/01/2013	230 * XI
MEF3159	55797955D	6599/2	30/01/2013	230 * V
MES3133	55795397D	7340/0	29/01/2013	252 * IV
MFJ2488	55794057D	6599/2	28/01/2013	230 * V
MFJ2488	55794057D	6912/0	28/01/2013	232
MGD8887	55794424D	6912/0	13/02/2013	232
MGJ4852	55797817D	6920/0	07/02/2013	233
MGW0797	55794418D	5010/0	10/02/2013	162 * I
MGW0797	55794419D	5061/0	10/02/2013	163 c/c 162 * I
MGW0797	55794420D	7340/0	10/02/2013	252 * IV
MGW8213	55795384D	5010/0	28/01/2013	162 * I
MHL2184	55847095C	5045/0	31/01/2013	162 * V
MHL5153	55795929D	6599/2	16/02/2013	230 * V
MHL5153	55795930D	5010/0	16/02/2013	162 * I
MHZ2177	55797751D	5010/0	27/01/2013	162 * I
MIM7206	55797953D	5010/0	30/01/2013	162 * I
MIM7206	55797953D	6599/2	30/01/2013	230 * V
MIV6580	55793497D	6920/0	28/01/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO.FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1427/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAW5486	55794686D	5541/1	02/02/2013	181 * XVII
MCB2497	55795179D	5746/1	25/01/2013	187 * I
MCH6567	54109062D	5541/5	15/02/2013	181 * XVII



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

MCX9814	55794681D	5541/1	01/02/2013	181 * XVII
MFY6923	55794351D	5525/0	12/01/2013	181 * XV
MHZ2177	55797752D	5207/0	27/01/2013	169
MHZ2177	55797753D	5835/0	27/01/2013	195
MIJ0671	54109060D	5541/1	14/02/2013	181 * XVII
MIK2208	55795461D	5541/1	11/02/2013	181 * XVII
MJK0061	55797579D	5550/0	13/02/2013	181 * XVIII
MJS5042	55795145D	5509/0	26/01/2013	181 * XIII
MJU6476	55794129D	5509/0	12/02/2013	181 * XIII
MJV2408	55794722D	5541/1	21/01/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1428/2013**  
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGG2187	55795697D	6599/2	17/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
AGG2187	55795698D	6610/2	17/12/2012	R\$ 127,69	230 * VII
ALM5100	55793383D	6920/0	21/12/2012	R\$ 127,69	233
HPX6305	55492484D	6599/2	30/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
HPX6305	55492485D	5045/0	30/12/2012	R\$ 191,53	162 * V
ICH4443	55794519D	6912/0	31/12/2012	R\$ 53,20	232
ILT4392	55795740D	5045/0	19/12/2012	R\$ 191,53	162 * V
LXD4081	55794515D	5010/0	28/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYC9390	55492125D	6556/1	06/12/2012	R\$ 191,53	230 * I
LYW5637	55793354D	6920/0	03/12/2012	R\$ 127,69	233
MBC0170	55794504D	6599/2	22/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCE8223	55491925D	5169/1	31/12/2012	R\$ 957,69	165
MCE8223	55491926D	6637/2	31/12/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MCE8223	55491927D	6610/2	31/12/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MCI0946	55795736D	6912/0	16/12/2012	R\$ 53,20	232
MCI0946	55795737D	5037/1	16/12/2012	R\$ 574,61	162 * III
MCX1838	55793384D	6920/0	26/12/2012	R\$ 127,69	233
MCX3404	55492126D	6599/2	06/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCX3404	55492127D	6556/1	06/12/2012	R\$ 191,53	230 * I
MCX3404	55492128D	6610/2	06/12/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MDV9938	55793353D	6920/0	05/12/2012	R\$ 127,69	233
MDY4575	55795003D	7340/0	11/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MED4265	55793142D	5061/0	09/12/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MED4265	55793145D	5010/0	09/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEF4624	55793365D	6920/0	05/12/2012	R\$ 127,69	233
MEI7036	55795746D	7340/0	19/12/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MEZ2056	55491895D	5169/1	06/12/2012	R\$ 957,69	165
MEZ2056	55795318D	6645/0	06/12/2012	R\$ 127,69	230 * X
MEZ2056	55795319D	6912/0	06/12/2012	R\$ 53,20	232
MFF8669	55794512D	5010/0	25/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFN4680	55491789D	6599/2	07/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFR4671	55793367D	6920/0	12/12/2012	R\$ 127,69	233
MGD1760	55793362D	6920/0	10/12/2012	R\$ 127,69	233
MGD5008	55795729D	6599/2	13/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGD5008	55795730D	6610/2	13/12/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MGD5008	55795731D	6912/0	13/12/2012	R\$ 53,20	232
MGM2043	55492371D	6599/2	05/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIA7537	55492483D	6599/2	30/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIX4522	55793241D	6599/2	17/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJF1504	55794503D	5010/0	22/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJM0689	55794528D	6599/2	31/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJQ1012	55795551D	5045/0	09/11/2012	R\$ 191,53	162 * V
MJQ1012	55795552D	6637/2	09/11/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MOG0790	55794501D	6599/2	22/12/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1429/2013**  
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJP9540	55794514D	7234/0	28/12/2012	R\$ 85,12	250 * I * a
ICH4443	55794520D	5185/1	31/12/2012	R\$ 127,69	167
IDW8104	55794591D	5541/1	29/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
IRF0660	55795118D	5819/3	31/12/2012	R\$ 574,61	193
LYG8748	55492318D	5525/0	01/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
LYG8748	55794529D	5487/0	01/01/2013	R\$ 127,69	181 * XI
MAN7150	55491281D	5487/0	23/12/2012	R\$ 127,69	181 * XI
MBD6394	55794581D	5541/1	28/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBY6996	55795105D	5509/0	30/12/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
MDC3967	55795722D	7099/1	10/12/2012	R\$ 85,12	244 * VII
MGA0999	55795317D	5541/1	06/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGC9983	55794033D	5525/0	08/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MGM4819	55795681D	5541/1	08/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHN7105	55793957D	5541/1	19/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHZ3127	55052740D	5541/1	16/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI0799	55794619D	5541/1	30/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI0799	55794620D	5525/0	30/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MJU1446	55795122D	5541/1	31/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1430/2013**  
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AID8064	55794285D	5010/0	07/02/2013	162 * I
BGL6391	54109079D	6599/2	27/02/2013	230 * V
BGL6391	54109080D	5010/0	27/02/2013	162 * I
DOE0690	55794416D	6599/2	05/02/2013	230 * V
DOE0690	55794417D	5010/0	05/02/2013	162 * I
LYK0432	54658667C	6610/1	02/03/2013	230 * VII
LYK0432	54658670C	5010/0	02/03/2013	162 * I
LZQ8612	55795868D	6912/0	23/02/2013	232
MAM7880	55491793D	6637/1	02/02/2013	230 * IX
MAM7880	55491794D	6610/2	02/02/2013	230 * VII
MAM7880	55491795D	6912/0	02/02/2013	232
MAM7880	55491796D	6637/2	02/02/2013	230 * IX
MBR7617	55795382D	5010/0	28/01/2013	162 * I
MCQ4571	55052272D	6599/2	02/02/2013	230 * V
MCQ4571	55052273D	5169/1	02/02/2013	165
MDG3051	55795964D	5045/0	31/01/2013	162 * V
MEN5295	55795565D	5010/0	03/03/2013	162 * I
MEN5295	55795566D	5118/0	03/03/2013	164 c/c 162 * I
MGA2245	55795815D	6599/2	07/02/2013	230 * V
MIF5821	55492500D	5045/0	22/02/2013	162 * V
MIJ8298	54109054D	6599/2	06/02/2013	230 * V
MIM3196	55797763D	6599/2	23/02/2013	230 * V
MIW7412	55794414D	6599/2	04/02/2013	230 * V
MIW7412	55794415D	6653/1	04/02/2013	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1431/2013**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CSC3328	55794146D	5452/7	18/02/2013	181 * VIII
DKQ4607	55797066D	5525/0	17/02/2013	181 * XV
HJB6765	55795961D	5185/1	28/01/2013	167
LYN7651	55794062D	5185/1	08/03/2013	167
LYN7651	55794063D	7366/2	08/03/2013	252 * VI
MBY9176	54109089D	5541/5	07/03/2013	181 * XVII
MDE9522	55794150D	5509/0	18/02/2013	181 * XIII
MEK3402	55793708D	5185/1	05/02/2013	167
MEM0891	55793996D	5541/1	03/02/2013	181 * XVII
MFF1679	55797708D	5380/0	18/02/2013	181 * I
MGX7031	55797701D	5746/1	16/02/2013	187 * I
MHS1220	54657417C	5541/1	01/03/2013	181 * XVII
MHS5983	55793999D	5541/1	05/02/2013	181 * XVII
MIH8701	55795924D	5541/5	15/02/2013	181 * XVII
MIW1157	55795450D	5452/2	04/02/2013	181 * VIII
MJJ6673	55795189D	7366/2	18/02/2013	252 * VI
MJQ9663	55793710D	6017/5	05/02/2013	206 * III
MKC6115	54109081D	5525/0	27/02/2013	181 * XV
MKE9663	55795146D	5541/1	01/02/2013	181 * XVII
MKN0358	55794167D	6050/1	03/03/2013	208
MKT6780	55794142D	5746/1	16/02/2013	187 * I
MMA3279	55797653D	5525/0	21/02/2013	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1432/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DDI8090	55795694D	6556/5	13/12/2012	R\$ 191,53	230 * I
DGJ7679	55794403D	6963/3	17/01/2013	R\$ 127,69	237
DGJ7679	55794404D	6637/2	17/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
DIP7587	55795689D	6556/5	13/12/2012	R\$ 191,53	230 * I
DRQ5017	55794551D	6610/2	26/12/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MBV3984	55794530D	5010/0	03/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBV3984	55794531D	7340/0	03/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MCC4071	55794535D	7340/0	03/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MCN9749	54109481D	6556/1	06/02/2012	R\$ 191,53	230 * I
MCN9749	54109482D	6599/2	06/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDU7808	54660655C	6599/2	29/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDU7808	54660655C	6912/0	29/10/2012	R\$ 53,20	232
MGL2518	55795360D	6912/0	06/01/2013	R\$ 53,20	232
MGP2494	55793121D	6599/2	19/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGP2494	55793122D	6645/0	19/11/2012	R\$ 127,69	230 * X
MHN0279	55491286D	6599/2	25/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MKK3976	55795334D	5010/0	04/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MKK3976	55795335D	5118/0	04/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1433/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JNT8577	55793865D	5185/1	24/12/2012	R\$ 127,69	167
LZK5765	55794527D	5185/2	31/12/2012	R\$ 127,69	167
MBB8915	54660696C	7030/1	24/12/2012	R\$ 191,53	244 * I
MDT5862	55795453D	5541/1	03/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGA3457	55794653D	5207/0	29/12/2012	R\$ 53,20	169
MHM5660	55793833D	5541/4	01/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH6177	55491300D	5541/1	05/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKG8331	55794631D	5525/0	05/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IMBITUBA, 02 DE ABRIL DE 2013

Carlos Fernando Demétrio  
Diretor Municipal de Trânsito

# **Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - Zona Azul- Edital 135/2013 a 142/2013**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

**Diretoria Municipal de Trânsito de Imbituba – DMUTRAN**

**Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – ZONA AZUL**  
**Edital 135/2013 a 142/2013**

Carlos Fernando Demétrio  
Diretor Municipal de Trânsito

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 135/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGY8106	55906610D	5541/1	30/01/2013	181 * XVII
MJF2539	55906612D	5541/1	31/01/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 136/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DMW1935	55906619D	5541/1	31/01/2013	181 * XVII
LYI4992	55906645D	5541/1	05/02/2013	181 * XVII
MCG5581	55906613D	5541/1	31/01/2013	181 * XVII
MET2970	55906634D	5541/1	04/02/2013	181 * XVII
MFN0189	55906673D	5541/1	08/02/2013	181 * XVII
MHM5660	55906635D	5541/1	04/02/2013	181 * XVII
MHQ4729	55906640D	5541/1	05/02/2013	181 * XVII
MJB0418	55906631D	5541/1	01/02/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 137/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALL9994	55906533D	5541/1	28/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DFQ7021	55907367D	5541/1	26/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXC6469	55907319D	5541/1	17/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDF6772	55907324D	5541/1	18/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFC1219	55907357D	5541/1	24/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

MHK6880 55907322D 5541/1 17/10/2012 R\$ 53,20 181 \* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 138/2013**  
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBC9073	55907313D	5541/1	16/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBN2671	55907279D	5541/1	10/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJX5563	55906577D	5541/1	10/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 139/2013**  
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFV3804	55906740D	5541/1	26/02/2013	181 * XVII
CKK7733	55906600D	5541/1	29/01/2013	181 * XVII
CYL0398	55906628D	5541/1	01/02/2013	181 * XVII
DWN2605	55906602D	5541/1	30/01/2013	181 * XVII
EJS0737	55906702D	5541/1	20/02/2013	181 * XVII
EJS0737	55906721D	5541/1	25/02/2013	181 * XVII
IJL9053	55906642D	5541/1	05/02/2013	181 * XVII
LWX3489	55906626D	5541/1	01/02/2013	181 * XVII
LZS7609	55906611D	5541/1	31/01/2013	181 * XVII
MFC1916	55906633D	5541/1	04/02/2013	181 * XVII
MGD5309	55906705D	5541/1	20/02/2013	181 * XVII
MG16791	55906618D	5541/1	31/01/2013	181 * XVII
MGN9305	55906699D	5541/1	19/02/2013	181 * XVII
MGY8106	55906723D	5541/1	25/02/2013	181 * XVII
MHJ0051	55906608D	5541/1	30/01/2013	181 * XVII
MIP7444	55906638D	5541/1	04/02/2013	181 * XVII
MIR9220	55906720D	5541/1	22/02/2013	181 * XVII
MJG4998	55906696D	5541/1	19/02/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 140/2013**  
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALX9290	55906517D	5541/1	26/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
HJG7316	55906516D	5541/1	26/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAH4889	55906514D	5541/1	23/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB9539	55906543D	5541/1	30/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU0045	55907499D	5541/1	21/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHA9307	55907496D	5541/1	20/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHP8813	55906547D	5541/1	30/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MZX4545	55906548D	5541/1	30/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 141/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ILV7245	55906643D	5541/1	05/02/2013	181 * XVII
MAI0451	55906661D	5541/1	07/02/2013	181 * XVII
MCN5421	55906767D	5541/1	05/03/2013	181 * XVII
MCS1269	55906641D	5541/1	05/02/2013	181 * XVII
MDE1189	55906636D	5541/1	04/02/2013	181 * XVII
MDK8668	55906657D	5541/1	06/02/2013	181 * XVII
MDO4211	55906752D	5541/1	28/02/2013	181 * XVII
MFO6949	55906621D	5541/1	31/01/2013	181 * XVII
MGL9874	55906665D	5541/1	07/02/2013	181 * XVII
MGN7730	55906659D	5541/1	07/02/2013	181 * XVII
MGV6959	55906739D	5541/1	26/02/2013	181 * XVII
MHG7897	55906718D	6017/5	04/03/2013	206 * III
MIR9220	55906627D	5541/1	01/02/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 142/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXL5592	55906587D	5452/1	11/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
LXL5592	55907427D	5541/1	05/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZE7911	55906512D	5541/1	23/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZS0273	55906542D	5541/1	29/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIJ8811	55906573D	5541/1	07/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
NOQ5068	55906556D	5541/1	04/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IMBITUBA, 01 DE ABRIL DE 2013

Carlos Fernando Demétrio  
 Diretor Municipal de Trânsito



# Iomerê

## PREFEITURA

### Homologação das Inscrições Processo Seletivo 03/2013

DECRETO Nº. 1403 DE 15 DE ABRIL DE 2013

Homologa inscrições referente Processo Seletivo - Edital nº 0003/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições referentes ao edital de processo seletivo nº 0003/2013:

Nome	CARGO	CPF
ADNILSON DALLA COSTA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	762.964.749-20
ADRIANE GRIGOLO ZANINI	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE 40 HORAS - H	007.667.529-76
ADRIANE PAULA STREY GATTI	AGENTE ADMINISTRATIVO	081.080.519-75
ALISSON VARISA	MOTORISTA DE CAMINHÃO	067.985.159-32
ANA GISELE VOLPATO	TÉCNICO ENFERMAGEM - SAMU	066.586.579-12
ANA PAULA CORDEIRO	ASSISTENTE DE CRECHE	051.679.109-51
ANA PAULA LAMONATTO	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE – 40 HORAS - NH	076.580.049-79
ANA SIPP	PROFESSOR I – ENSINO FUNDAMENTAL – 20 HORAS - NH	949.657.659-15
ANDRÉ LUIZ PASQUAL	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - H	005.825.119-76
ANDRÉIA FANTINEL	ASSISTENTE DE CRECHE	035.306.349-56
ANDRÉIA LEMES	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	048.167.759-35
ANDRESSA AGUIAR FANTINEL ZARPELLON	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	034.969.739-60
ANDREZA BERTOTTO	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE 40 HORAS - H	075.730.419-26
ANIEL MARANGONI	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	064.978.739-02
ARTHUR PUELACHER	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	061.285.049-81
ATAIZE ZUFFO	TÉCNICO ENFERMAGEM -SAMU	732.724.779-34
CAMILA FAPPI	ASSISTENTE DE CRECHE	077.176.749-80
CAROLINA SIPP ZARDO	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – 20 HORAS - H	051.839.219-89
CHARLENE FRANCESCATTO GIESELER	PROFESSOR DE ARTES – 20 HORAS - NH	007.810.799-77
CHEILA APARECIDA BONASSA	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE 20 HORAS - H	062.313.109-90
CLAUDECIR KOCH	AGENTE ADMINISTRATIVO	087.309.539-10
CLAUDETE KOCH	AGENTE ADMINISTRATIVO	066.549.179-44
CLAUDIA FELCHICHER	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE – 40 HORAS - NH	070.632.319-01
CLAUDIA MARIA TURCATTI	AGENTE ADMINISTRATIVO	017.983.129-13
CLÁUDIA SCUSSIATO	AGENTE ADMINISTRATIVO	776.564.159-04
CLAUDINÉIA MORAES	ASSISTENTE DE CRECHE	050.572.689-02

CLESIANE LIMA OLIVEIRA	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE – 20 HORAS - NH	009.671.955-94
CLEUSA BOESING	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - H	015.217.889-95
CRISTIANE DE FREITAS CASAGRANDE	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE 40 HORAS - H	066.260.919-05
CRISTIANE PERETTI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	073.716.289-93
DAIANA AMALIA CHAVES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	004.288.570-19
DAIANE MAFIOLETTI	ASSISTENTE DE CRECHE	081.606.369-97
DANIELA CARLA BRIDI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS - H	049.732.279-00
DEBORA FERREIRA DE SOUZA	FAXINEIRA	008.455.269-79
DÉBORA TURMINA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS - H	078.910.269-20
DENISA ZAGO MENEZ GUZZI	FAXINEIRA	022.707.689-30
DENIZE MARIA CECATTO BEE	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - H	657.075.759-87
DYEGO LOPES	AGENTE ADMINISTRATIVO	010.027.129-47
EDILAINE MARIA TOIGO	AGENTE ADMINISTRATIVO	049.148.459-38
EDINA NAVA	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – 20 HORAS - H	024.116.169-02
EDISON MAFIOLETTI	MOTORISTA SOCORRISTA – SAMU	050.397.689-07
EDSON JOSÉ MARTINEZ BELLO	AGENTE ADMINISTRATIVO	010.577.259-35
EDUARDO MAURÍCIO SONDA	MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU	004.856.559-85
ELENICE SALETE HOFSTATTER FALCHETTI	PROFESSOR I – ENSINO FUNDAMENTAL – 20 HORAS - NH	853.749.629-49
ELIANE APARECIDA RIGO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	063.813.589-39
ELIANE MARGARETH SILVA ALVES	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - H	301.267.620-15
ELISIANE APARECIDA PEDON MORAES	TÉCNICO ENFERMAGEM -SAMU	045.295.819-93
ELOISA RIBEIRO DE DAVID	AGENTE ADMINISTRATIVO	021.154.799-98
EMANUEL SIPP	PROFESSOR DE MATEMÁTICA - H	016.050.439-23
ERICA TOMAZI RIBEIRO	PSICÓLOGO	050.423.679-26
ERICH MULLER NETO	AGENTE ADMINISTRATIVO	006.350.839-73
EUNICE BOTTEGA	PROFESSOR III – ENSINO FUNDAMENTAL – 20 HORAS - H	732.316.149-53
EVELAINE CARNEIRO BORGES	PSICÓLOGO	049.448.819-08
FABIANA CARNIEL RIGO	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE 40 HORAS - H	053.500.289-01
FABIANA PRATTO BENETTI	AGENTE ADMINISTRATIVO	008.642.219-75
FABIANE COSER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS - H	060.605.839-70
FABIANE SOVRANI FERNANDES	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – 20 HORAS - H	049.016.529-07
FABRÍCIO COLLE	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	006.796.419-20
FELIPE VALDEMIRO PEDON MORAES	AGENTE ADMINISTRATIVO	074.202.459-83

FERNANDA TALITA FERREIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 40 HORAS - NH	060.228.019-23
FERNANDO STRAPAZZON	AGENTE ADMINISTRATIVO	041.099.909-12
FLÁVIA BIAVA	ASSISTENTE DE CRECHE	093.764.849-32
FRANCIELE CAMARGO DA SILVA	ASSISTENTE DE CRECHE	050.354.529-56
FRANCISCO MENEGUZZI	MOTORISTA SOCORRISTA – SAMU	038.184.509-51
GENI FALCHETTI COSSUL	PROFESSOR DE ARTES – 20 HORAS - H	789.462.209-53
GIANNA DALMOLIN	AGENTE ADMINISTRATIVO	072.312.399-35
GISELE BREDABURG	AGENTE ADMINISTRATIVO	008.729.049-97
GISELI MEZAROBASCARI	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - H	052.599.939-69
GLÁUCIA BETINELLI	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE – 40 HORAS - NH	951.508.629-91
GRAZIELLA SCHMOELLER WALTER	PROFESSOR DE CIÊNCIAS – 20 HORAS - NH	005.174.599-22
INÊS KUMIECHICK MARIANI	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – 20 HORAS - H	949.630.709-44
IRACEMA TOMAZI RIBEIRO	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE 40 HORAS - H	250.294.529-15
IRENE OSS BARICHELLO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	645.692.509-63
IVA PEROSA PELLE	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	867.381.949-00
IVAN PELISSARO PONTEL	AGENTE ADMINISTRATIVO	060.857.829-00
IVANIR PEROSA PELLE	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	658.811.259-91
IVETE FERREIRA DA SILVA	MERENDEIRA – 20 HORAS	589.356.909-10
IVETE TOMAZI CORDEIRO	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE 40 HORAS - H	023.422.239-51
IZULINDA SPETIT	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	042.504.309-60
JACIARA REGINA BECKER	ASSISTENTE DE CRECHE	047.188.769-23
JACIR ANTONIO FAPPI	AGENTE ADMINISTRATIVO	794.257.719-87
JAQUELINE MARIA MENEGUZZI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS - H	006.007.859-63
JÉSSICA DE FÁTIMA RIBEIRO	ASSISTENTE DE CRECHE	085.355.779-98
JESSICA KOVALEC	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS - H	078.037.049-05
JÉSSICA ZUFFO HACKBARTH	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE – 40 HORAS - NH	080.552.319-74
JOÃO AMILTO PADILHA	MOTORISTA DE CAMINHÃO	833.902.279-20
JOSÉ JOÃOZINHO FALCHETTI	PROFESSOR DE MATEMÁTICA – 20 HORAS - NH	568.089.179-49
JOSIANE BISOL	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS - H	010.105.119-04
JOSIANE SCALABRIN GEMELLI	PROFESSOR DE CIÊNCIAS – 20 HORAS - NH	041.613.039-98
JOSIAS FAVARIN	PROFESSOR DE HISTÓRIA – 20 HORAS - NH	010.501.279-35
JUCÉLI BERTOTTO	PSICÓLOGO	048.778.719-39
JUDITE BARICHELLO BORG	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - H	716.275.619-00
JULIAN MICHAEL FACCIN	AGENTE ADMINISTRATIVO	059.043.069-62

JULIANA PERAZZOLI	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - H	006.185.269-43
JULIANE COLOMBO	AGENTE ADMINISTRATIVO	066.950.689-33
JULIANO DONATO CIVIERO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	005.367.709-99
JUSSARA TIEPO	MOTORISTA SOCORRISTA – SAMU	016.734.459-50
KARINA DAL BOSCO BAADER	PSICÓLOGO	046.241.459-09
KARLA NAVA DOMINGUES	AGENTE ADMINISTRATIVO	059.146.649-00
KASSIANE PELLE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 40 HORAS - NH	092.536.979-97
KAYTLLMAY LEONCIO SPALENZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	105.838.487-29
KELLI REGINA GEIGER	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE – 40 HORAS - NH	075.697.749-57
LEONILDE FERRONATO FACCIN	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	837.758.469-72
LEONIR KAYSER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS - H	933.952.729-15
LETÍCIA MARIA PEDON MORAES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	063.359.499-70
LILIANE CRISTINA BARICHELLO	AGENTE ADMINISTRATIVO	082.177.179-58
LOURDES SACCARO FANTINEL	ASSISTENTE DE CRECHE	023.176.149-00
LUANA VIECELI	ASSISTENTE DE CRECHE	105.482.269-70
LUCAS RENATO LAZZARI	AGENTE ADMINISTRATIVO	068.165.639-56
LUCIANA PAGNO	ASSISTENTE DE CRECHE	075.331.549-16
LUCIMAR DA SOLER GRIFANTE	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE – 20 HORAS - NH	014.453.789-30
LUCIMARA APARECIDA LENTES	PROFESSOR AEE - H	789.097.599-68
LUIZ ANTONIO DELUQUE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 40 HORAS - NH	004.723.159-94
MAIARA GUEDES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	099.042.959-80
MAIARA PRISCILA DE OLIVEIRA	ASSISTENTE DE CRECHE	084.037.309-00
MARCELINA FALCHETTI PERETTI	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – 20 HORAS - H	949.497.719-53
MÁRCIO DONIZETE DOS SANTOS	TÉCNICO ENFERMAGEM – SAMU	649.723.999-53
MÁRCIO OSS	MOTORISTA SOCORRISTA – SAMU	008.261.259-56
MARCOS BOECKE WILLI	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	090.375.757-57
MARGARETE SERIGHELLI TASCA	PROFESSOR I – ENSINO FUNDAMENTAL – 20 HORAS - NH	049.409.219-05
MARIA APARECIDA O. DE ARAUJO	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE 20 HORAS - H	573.698.449-00
MARIA INÊS COLOMBO OLTRAMARI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	944.530.209-53
MARIA INÊS FACCIN	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE 20 HORAS - H	625.703.829-49
MARIA INÊZ PENSO OLTRAMARI	PROFESSOR DE ITALIANO - H	933.498.319-15
MARIA ISABEL SCHULLER	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE – 40 HORAS - NH	077.770.349-10

MARIA LAUDELINA DOS SANTOS MALLMAMM	TÉCNICO ENFERMAGEM - SAMU	464.997.769-04
MARILDE TOLDO BRIDI	MERENDEIRA – 20 HORAS	649.351.759-15
MARINA ELENA BUSS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS - H	081.237.829-69
MARINA MEZARROBA	AGENTE ADMINISTRATIVO	057.239.179-00
MARIO ANTONIO MARCON	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	385.247.089-72
MARISA MARIA DA SILVA AMORA HOFSTATTER	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE – 40 HORAS - NH	950.249.489-04
MARIZA IZABEL LEISMANN	ASSISTENTE DE CRECHE	944.574.929-49
MARLETE GHELLER HARZ	ASSISTENTE DE CRECHE	585.079.789-49
MATEUS SCUR BRIDI	AGENTE ADMINISTRATIVO	091.885.039-84
MATHEUS PAGANINI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 40 HORAS - NH	083.217.139-55
MAURÍCIO JOSÉ PAGLIARINI	AGENTE ADMINISTRATIVO	086.341.889-90
MAURO JOSÉ SINGER	AGENTE ADMINISTRATIVO	076.472.299-90
MELANIA APARECIDA VOLPATO BARICHELLO	FAXINEIRA	008.205.059-52
MICHEL LEBET	PROFESSOR DE HISTÓRIA – 20 HORAS - NH	070.505.949-97
MICHÉLI BREDI DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS - H	064.914.399-09
MIRIAM FERNANDES FERREIRA	ASSISTENTE DE CRECHE	053.875.029-41
MIRIAN CARLA SALVADOR	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	044.793.799-59
MONALISA GIAZZONI	AGENTE ADMINISTRATIVO	061.058.249-63
MONICA ANDRES	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - H	007.773.679-63
MÔNICA LOPES SCHNEIDER	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - H	949.613.289-87
NATHALIE CRISTI GALVAN	MÉDICO	005.472.439-28
NICOLE DELAZZERI	AGENTE ADMINISTRATIVO	072.448.939-81
NORBERTO JOÃO PUELACHER	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	479.574.929-91
ODETE CANDIAGO CORRENT	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	949.599.359-87
ODIR PAGNO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	765.790.939-00
PAULO HENRIQUE LEAL FERREIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	037.042.401-84
PEDRO MACARI	MOTORISTA DE CAMINHÃO	522.514.469-15
POLIANA PELLE	AGENTE ADMINISTRATIVO	075.702.479-30
PRISCILA LUVISON	PSICÓLOGO	067.838.319-73
RACHEL SIMONE MENEZ GUZZI MANENTI	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE 40 HORAS - H	006.829.979-60
RAFAEL LEANDRO RODRIGUES	TÉCNICO ENFERMAGEM – SAMU	005.801.459-48
RILDO EDER DANIEL ZANINI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	656.740.819-72
ROBERTO NUNES DOS SANTOS	MOTORISTA DE CAMINHÃO	006.339.919-96
ROCHANA MENDES	PSICÓLOGO	005.204.729-69
RODRIGO LUIZ BREDI	AGENTE ADMINISTRATIVO	005.776.799-88
ROSANE GUZZI DURLI	PROFESSOR III – ENSINO FUNDAMENTAL – 20 HORAS - H	828.951.479-49
ROSELI APARECIDA FIUZA DA ROSA CIVIERO	ASSISTENTE DE CRECHE	008.588.499-50

ROSELI BRANCO DA SILVA CAMAROTO	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - H	037.287.189-55
ROZANE TEREZINHA CARDOSO DOS SANTOS	ASSISTENTE DE CRECHE	008.717.999-79
RUDINEI AMIANO ZOLETTI	MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU	687.474.709-68
SABRINA DO AMARAL	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS - H	081.844.409-60
SALETE LEONIDES PERETI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	625.338.009-53
SAMANTHA CRISTINA DAMBROZ PELICIELLI	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - H	059.734.669-06
SÉRGIO DE SOUZA JACQUES	MOTORISTA SOCORRISTA – SAMU	760.946.269-15
SÉRGIO SEBASTIÃO BOESING	MOTORISTA SOCORRISTA – SAMU	384.207.679-72
SHERLIN HARZ	AGENTE ADMINISTRATIVO	072.638.559-09
SIBELE MUNARO	PROFESSOR I – ENSINO FUNDAMENTAL – 20 HORAS - NH	008.422.319-78
SIBELI AP. MARTINS DE OLIVEIRA GRANDO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	008.570.919-05
SIDIANE SAMARA COCCO	AGENTE ADMINISTRATIVO	079.223.679-37
SILVANA BIDINI	AGENTE ADMINISTRATIVO	073.345.459-31
SILVANIA DE CAMARGO DOS SANTOS	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA – 20 HORAS - NH	027.036.559-16
SIMARA CIVIDINI	TÉCNICO ENFERMAGEM – SAMU	061.485.399-00
SIRLEI APARECIDA DENARDI	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE 20 HORAS - H	077.787.139-42
SONIA MARA DE BAIRROS OZÓRIO	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE – 20 HORAS - NH	050.644.299-32
SUELI DAIANE ARNHOLD ANSILIERO	PROFESSOR I – ENSINO FUNDAMENTAL – 20 HORAS - NH	078.811.059-41
TACIANE NESI	ASSISTENTE DE CRECHE	065.159.989-02
TAIS FERNANDA ANSILIERO GELAIN	FAXINEIRA	949.614.929-49
TAISA MOSER MUCELIN	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE – 20 HORAS - NH	015.444.099-07
TAISE PERETTI	AGENTE ADMINISTRATIVO	080.533.769-59
TATIANA ALVES MARTINS BONFIM	PROFESSOR DE HISTÓRIA – 20 HORAS - NH	271.293.168-88
TEREZINHA PELLE QUAGLIOTTO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	933.535.889-49
THAÍS ANDRESSA HEPP	PSICÓLOGO	065.401.849-02
THOMAS PERETTI MORANDO	AGENTE ADMINISTRATIVO	062.883.849-25
TIANE BOLZON SARTOREL	ASSISTENTE DE CRECHE	066.582.509-95
VALDENIR PERETI	MOTORISTA DE CAMINHÃO	767.233.059-49
VALÉRIA GRIFANTE	TÉCNICO ENFERMAGEM -SAMU	071.440.789-50
VALÉRIA LUZIA LOCATELI	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE – 20 HORAS - NH	009.122.839-55
VANDERSON JOSÉ PERAZOLI	MOTORISTA SOCORRISTA – SAMU	006.174.859-50
VANESSA DAL PIZZOL VIGOLO	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE – 20 HORAS - NH	053.806.809-41
VANESSA SCHUMACHER	AGENTE ADMINISTRATIVO	068.160.149-36
VÂNIA ZANON MORAES	PROFESSOR AEE - H	009.089.770-69

VANUSA APARECIDA DE ANDRADE SCHUMACHER	PROFESSOR III – ENSINO FUNDAMENTAL – 20 HORAS - H	016.299.419-21
VERIANO MODENA	MOTORISTA SOCORRISTA – SAMU	005.172.749-81
VERIDIANA ZANETTI	PROFESSOR AEE - H	049.232.719-06
VILCIMAR LUCAS DE LIMA DOS SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO	798.954.769-49
VINÍCIUS PAULO GOMES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS - H	010.227.239-52
VIVANE MERY FACCIN EBELING	PROFESSOR III -EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE 20 HORAS - H	006.106.689-35
VIVIANE MACARI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS - H	010.186.579-16
VIVIANE PEREGO	TÉCNICO ENFERMAGEM – SAMU	045.347.379-20
WILLIAM JACKSON FRANCIO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	019.162.799-29
ZÉLIA MORANDO	MERENDEIRA – 40 HORAS	846.797.009-04
ZENAIR SPETIT	ASSISTENTE DE CRECHE	074.912.779-18

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 15 de abril de 2013  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças em 15 de abril de 2013.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

# Ipumirim

**PREFEITURA**

**Decreto 1.982 de 15 de Abril de 2.013**

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES POR CONTA DO SUPERÁVIT  
FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍ-  
CIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 87.261,97

O Prefeito de Ipumirim, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.706 de 19 de dezembro de 2.012 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.013 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 48; do artigo 48; da Lei Municipal nº 1.703 de 14 de dezembro de 2.012, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.013 - LOA.

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 117, Projeto 08.244.0032.2098 - Assistência Social Básica - FMAS, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0085 - Exerc. Ant. - FNAS Atenção Básica, Órgão 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Unidade 1 - Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 17.561,28.

II. Código reduzido 116, Projeto 08.244.0032.2095 - Assistência Social Básica, elemento 339000000000000, fonte de recursos 0.3.0062 - Exerc. Ant. - IGD Bolsa Família, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1

- Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 5.000,00.

III. Código reduzido 33, Projeto 10.301.0005.2091 - Assistência Farmacêutica Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0064 - SUS Atenção Básica, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 64.700,69.

TOTAL GERAL R\$ 87.261,97

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0085 - Exerc. Ant. - FNAS Atenção Básica, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 17.561,28

II. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0062 - Exerc. Ant. - IGD Bolsa Família, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 5.000,00

III. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0064 - SUS Atenção Básica, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 64.700,69

TOTAL GERAL R\$ 87.261,97

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 15 de abril de 2013.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 15 de abril de 2.013  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

**Decreto 1.983 de 15 de Abril de 2.013**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO NO VALOR DE R\$ 1.759,18.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.706 de 19 de dezembro de 2.012 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.013 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo 48 da Lei Municipal nº 1.703 de 14 de dezembro de 2.012, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.013 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I. Código reduzido 118, Projeto 08.244.0032.2098 - Assistência Social Básica - FMAS, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0089 - ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTADO, Órgão 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Unidade 1 - Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 1.759,18.

TOTAL GERAL R\$ 1.759,18

Art. 2º O crédito suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0089



- ASSISTENCIA SOCIAL ESTADO, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 1.759,18.

TOTAL GERAL R\$ 1.759,18

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 15 de abril de 2.013.

Ipumirim-SC, 15 de abril de 2.013

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

### **Decreto N. 1.984 de 15 de Abril de 2.013**

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 9.125,00

O Prefeito de Ipumirim, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.706 de 19 de dezembro de 2.012 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.013 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º do artigo 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.703 de 14 de dezembro de 2.012, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.013 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I. Código reduzido 119, Projeto 12.361.0012.1021 - Aquisição de Veículos e equipamentos para a Modernização do Ensino Fundamental, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.3.0063 - Exerc. Ant. FNDE Outros, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 9.125,00.

TOTAL GERAL R\$ 9.125,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0063 - Exerc. Ant. FNDE Outros, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 9.125,00

TOTAL GERAL R\$ 9.125,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 15 de abril de 2.013.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 15 de abril de 2.013

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

### **Portaria Nº. 232/2013 de 15 de Abril de 2013.**

REDUZ CARGA HORARIA DA PORTARIA 187 QUE CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim -ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a LEI. R E D U Z

Fica reduzida a carga horária da portaria 187/2013 que contrata

CRISTIANA CILENE GUERINI OTOWICZ, sob a Matrícula 2120-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3186705 e do CPF 007.238.019-59, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, passando de 40 horas semanais para 20 horas semanais lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 15/04/2013 a 13/12/2013. Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 15.04.2013.

Ipumirim - SC, 15 de abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

## **Irineópolis**

### **PREFEITURA**

### **Lei Nº 1694/2013**

Lei Nº 1694/2013.

EMENTA: "AUTORIZA A CESSÃO-DISPONIBILIDADE DA SERVIDORA PATRICIA FABIANE FRONCZAK, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVA, PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC, PELO PRAZO DE ATÉ 1(UM) ANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito municipal de Irineópolis, ESTADO DE SANTA Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Irineópolis aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Artigo 1.º - Aprova solicitação do Chefe do Poder Executivo Municipal, cedendo a servidora Patrícia Fabiane Fronczak, sem qualquer acréscimo ou bonificação nos vencimentos, para que desempenhe suas funções junto ao Executivo Municipal, nos termos do que determina o artigo 35 item 2 da Lei Complementar 007/2001 e Lei Complementar 59/2012.

Artigo 2.º - Fica o cessionário Poder Executivo, responsável em encaminhar ao setor competente da Câmara Municipal, até o último dia útil do mês, os documentos necessários a comprovação do controle de jornada, constando as horas e dias trabalhados, bem como as eventuais faltas, assim como fica o cessionário e o funcionário objeto da cessão no mesmo prazo, obrigados a comprovar através dos meios legais a realização de atividades indenizáveis, tais quais diárias para viagens e o direito ao recebimento outras verbas de caráter indenizatório;

Artigo 3.º - A realização das atividades mencionadas no artigo anterior, somente será indenizada quando comunicada com antecedência mínima de 05 dias ao chefe do Poder Legislativo, que deverá autorizar tais despesas que serão objeto de posterior indenização pelo Cessionário;

Artigo 4.º - A Cessão da servidora, denominada de remoção ou transferência no Estatuto dos Servidores, se dará pelo prazo de 01 ano, com possibilidade de prorrogação por igual período, mediante requerimento formalizando o interesse no prosseguimento da cessão;

Artigo 5.º - A interesse da administração, o cedente ou o cessionário, poderão determinar o retorno imediato da servidora as suas atividades no Poder Legislativo, mediante notificação em período não inferior a 05 cinco dias.

Artigo 6.º - Enquanto a cessão ocorrer sem ônus ao Executivo, fica vedado ao Poder Legislativo a contratação de funcionário, em qualquer uma das modalidades legais, para ocupar cargo ou funções da funcionaria objeto da cessão.

Artigo 7.º - Despesas vinculadas as dotações orçamentárias próprias, revogam-se as disposições em contrário, esta lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Irineópolis-SC, 15 de março de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### Decreto N º 2399/2013

DECRETO N º 2399/2013.

"REAJUSTA OS VALORES A SEREM PAGOS A TÍTULO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto no art. 105, inciso I da LC 007/2001 e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 79 º, da Lei Complementar nº 001/97, de 30/12/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 014/03 de 03/07/2003, regulamentada pelo Decreto nº 1295 de 08/08/2003;

DECRETA:

Art 1º - Fica reajustado o valor do Auxílio Alimentação em 7,22%, tendo em vista a Variação Acumulada do INPC/IBGE havido no período de abril/2012 a março/2013.

Art 2º - Aplicado o percentual de reajuste mencionado no artigo anterior, o valor do Auxílio Alimentação para o período abril/2013 a março/2014 será de R\$ 166,80 (cento e sessenta e seis reais e oitenta centavos).

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis (SC), 16 de abril de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### Decreto Nº 2400/2013

Decreto nº 2400/2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1663 de 19 de dezembro de 2012, conforme art.13, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 166.261,00 (cento e sessenta e seis mil duzentos e sessenta e um reais), conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO

02.05- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.0204 (53) Aplicações Diretas R\$ 166.261,00

T O T A L R\$ 166.261,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da fonte de recursos 204 - Recursos Outros Convenios da Uniao - Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 16 de abril de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### Portaria N º. 161/2013

PORTARIA N º. 161/2013

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso V da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR MARISTELA KOCHAN nascida em 20/03/1985, portadora do CPF nº 009.201.539-50RG. nº 3.496.061, SESP/SC, para no período de 15/04/2013 a 29/07/2013, exercer as atividades de Técnica de Enfermagem (40h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Saúde, Edital nº 001/2013, para atuar na Estratégia Saúde da Família - ESF, em substituição a servidora Keli Sostak Collaço, em gozo de Licença Maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos vigentes a contar de 15/04/2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de abril de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### Portaria N º. 165/2013

PORTARIA N º. 165/2013.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - DELEGAR a SERGIO ROBERTO BINDER, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Urbanismo e Obras, portador da CNH Registro nº 00743203149, categoria AD, competência para dirigir os veículos de uso e propriedade da Municipalidade, quando no desempenho de atividades inerentes ao seu cargo.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de abril de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### **Portaria Nº. 163/82013**

PORTARIA Nº. 163/82013.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições dos artigos nº 169 e 170 da Lei Complementar nº 001/97 de 30/12/1997,

#### **RESOLVE:**

Art 1º - Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2013 e designar os servidores WIANEY DE CÁSSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, código 227, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, Presidente da Comissão; EDNILSON BRAND, código 066, ocupante do cargo efetivo de Bioquímico, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município e EDINEIA LEVANDOSKI, código 055, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Indireta - Hospital Municipal Bom Jesus, membros da Comissão, com a incumbência de apurar a denúncia de descumprimento das disposições contidas na LC 01/97 de 30/12/1997, com relação aos deveres e as proibições de ordem funcional, de JOSÉ AILTON BINDER, código 093, ocupante do cargo de Motorista, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde, quanto aos seguintes fatos:

I. Que tendo transportado pacientes para atendimentos médicos a cidade de Porto União, quando retornou, deixando os pacientes ao lado do Posto de Saúde, não observou se todos haviam saído do veículo, tendo deixado desacordado dentro da Ducato, placas MFY 8432, o paciente Roberto Schaicoski;

II. Que, somente após a procura da família pelo paciente, este foi encontrado dentro do veículo, ainda desacordado, tendo sido encaminhado para atendimento médico no Hospital Municipal Bom Jesus.

Art. 2º - A conduta em questão pode ser caracterizada como descumprimento dos seguintes deveres e as proibições de ordem funcional:

I. Inobservância às normas legais e regulamentares;

II. Proceder de forma desidiosa.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4º - Providencie a Comissão a instrução processual necessária, produzindo provas documentais, testemunhais e/ou periciais, buscando e requisitando os demais elementos que julgar convenientes a completa apuração dos fatos descritos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, sendo que, ao final, se for o caso, deverá opinar pela aplicação das penalidades e sanções legais cabíveis.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de abril de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### **Portaria Nº. 164/82013**

PORTARIA Nº. 164/82013.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições do art. 7º, § 5º da Lei nº 1315/2007 de 27/07/2007,

#### **RESOLVE:**

Art 1º - Constituir Comissão de Processo Administrativo nº 003/2013 e designar os servidores KARLA GRANDO, código 617, ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta, Presidente da Comissão; CLEUSA CLARICE DE LIMA, código 1446, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira para ESF e KARINA JURASZEK, código nº 1034, ocupante do cargo efetivo de Professora de Geografia, em exercício do cargo comissionado de Diretora do Departamento de Ensino Fundamental, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, com a incumbência de apurar as disposições contidas na Lei nº 1315/2007 de 27/09/2007 e LC nº 01/97 de 30/12/1997, com relação a insuficiência de desempenho dos seguintes servidores:

I. CHAIANE HEDIVIG BORUCH, código 1583, ocupante do cargo de Farmacêutica, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde;

II. JOSÉ EVALDO BURJARKA, código 1832, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, vinculado a Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º - O presente processo será instaurado em virtude de que durante o estágio probatório, após dois conceitos regulares e/ou insuficientes, e tomadas as medidas para fins de intensificar as possibilidades de melhoria, dando-lhes oportunidade de aperfeiçoamento no seu desempenho, os servidores que obtiveram um terceiro conceito de desempenho regular e/ou insuficiente em suas avaliações, podem ter suas condutas caracterizadas como descumprimento de deveres e proibições de ordem funcional.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 4º - Providencie a Comissão a instrução processual necessária, produzindo provas documentais, testemunhais e/ou periciais, buscando e requisitando os demais elementos que julgar convenientes a completa apuração dos fatos descritos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, sendo que, ao final, se for o caso, deverá opinar pela aplicação das penalidades e sanções legais cabíveis.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de abril de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### **Extrato de Homologação**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Auto

Posto Planalto Norte Ltda.

Irineópolis, 12 de abril de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato 63/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº. 63/2013  
Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis  
Contratada: Auto Posto Planalto Norte Ltda.

Objeto: Aquisição de óleo diesel S10, para os veículos da Secretaria da Educação, para o exercício de 2013, de forma parcelada  
Valor: R\$ 21.330,00 (Vinte e um mil trezentos e trinta reais)  
Vigência - 12/04/2013 a 15/04/2014  
Base Legal - Processo Licitatório 19/2013 - Pregão Presencial nº. 10/2013  
Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93 consolidada

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### Extrato Retificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº. 62/2013 - retificado  
Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis  
Contratada: Betha Sistemas Ltda.

Objeto: Locação/licenciamento de sistemas gestão pública para a Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, através de licenças de uso com acesso simultâneo de usuários  
Valor: R\$ 129.613,70 (Cento e vinte nove mil seiscentos e treze reais e setenta centavos)  
Vigência - 10/04/2013 a 10/04/2014  
Base Legal - Processo Licitatório 18/2013 - Pregão Presencial nº. 09/2013  
Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93 consolidada

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**Itapoá**

**PREFEITURA**

### Editais de Pregão Presencial Nº 09/2013-Registro de Preços Nº 09/2013-Processo Nº 28/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2013  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2013  
PROCESSO Nº 28/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos

interessados, que até às 09h00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min, do dia 30/04/2013, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960) nº 201, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de material de construção (hidráulica, elétrica e marcenaria) para uso das Secretarias de Administração e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Saúde, conforme anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 15 de abril de 2013.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

MARIA IZABEL BLANSKI  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CRISTIAN ANGELO GRASSI  
SECRETÁRIO DE SAÚDE

VALDECIR DE SOUZA  
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

### CÂMARA MUNICIPAL

### Decreto Legislativo Nº 34/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 34/2013  
Data: 10 de Abril de 2013.  
NOMEIA ASSESSOR PARLAMENTAR

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir da presente data, Everton Henrique Alexandrino Ferreira, no cargo de Assessor Parlamentar do vereador Thomaz William Palma Sohn - PP, instituído pela Resolução nº17/2010 e percebendo a remuneração estabelecida no Padrão 5 da Lei Complementar Municipal nº26/2010, de 04 de maio de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Itapoá, em 10 de Abril de 2013.  
OSNI OCKER  
Presidente

### Decreto Legislativo Nº 35/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 35/2013  
Data: 12 de Abril de 2013.  
NOMEIA ASSESSOR PARLAMENTAR

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir da presente data, Elvis Collins Caviquióli, no cargo de Assessor Parlamentar do vereador Jeferson Rubens Garcia - PMDB, instituído pela Resolução nº17/2010 e



percebendo a remuneração estabelecida no Padrão 5 da Lei Complementar Municipal nº26/2010, de 04 de maio de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Itapoá, em 12 de Abril de 2013.  
OSNI OCKER  
Presidente

## Joaçaba

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº 4.288 de 12 de Abril de 2013.**

DECRETO Nº 4.288 DE 12 DE ABRIL DE 2013.

“ALTERA DECRETO Nº 4.250/2013 QUE NOMEIA EQUIPE LOCAL E COMITÊ LOCAL DO PAR - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei,  
DECRETA:

Art 1º Fica suprimida a representatividade dos coordenadores e supervisores escolares da Equipe Local do PAR - Plano de Ações Articuladas, de que trata o DECRETO Nº 4.250/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 10 de abril de 2013.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### **Decreto Nº 4.289 de 12 de Abril de 2013.**

DECRETO Nº 4.289 DE 12 DE ABRIL DE 2013.

“CONSTITUI COMISSÃO MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, QUE ESPECIFICA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,  
DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal de Articulação, Mobilização e Acompanhamento do Programa Estadual de Regularização Fundiária.

Art. 2º São atribuições da Comissão Municipal:

- a) Será responsável pelo planejamento estratégico, promoção e implementação da mobilização social, articulação popular comunitária, realização de reuniões com as comunidades e outras atividades necessárias a sensibilização e informações dos munícipes;
- b) Levantamento e indicação a CREDENCIADA de áreas passíveis de regularização fundiária;
- c) Informação gratuita a CREDENCIADA de matrículas, zoneamento, viabilidade e histórico de áreas que poderão ou que serão objeto do trabalho de regularização;
- d) Acompanhamento dos trabalhos da CREDENCIADA do Município;
- e) Outras atividades de articulação, mobilização e acompanhamento e demais necessárias ao fiel e eficiente desempenho das atividades de regularização fundiária do Município.

Art. 3º Ficam designados os seguintes servidores para compor

a Comissão Municipal de Articulação, Mobilização e Acompanhamento do Programa Estadual de Regularização Fundiária:

- I. ADEMIR LAMB
- II. DELCIR DOTTI
- III. IVO LAMB
- IV. ROBERTO MINATI

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 12 de abril de 2013.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### **Decreto Nº 4.290 de 15 de Abril de 2013.**

DECRETO Nº 4.290 DE 15 DE ABRIL DE 2013.

“DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO, QUE ESPECIFICA”.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições que lhe são conferidas pela LEI,  
DECRETA:

Art. 1º É declarado LUTO OFICIAL em todo Município, por três dias, a partir desta data, em sinal de pesar pelo falecimento do Senhor AFONSO DRESCH, ex-Prefeito do Município de Joaçaba-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Joaçaba (SC), em 15 de abril de 2013.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### **Dispensa de Licitação 3/2013/PMJ - PL 33/2013/PMJ - Homologado Em 15/04/2013**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33/2013/PMJ

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2013/PMJ

##### 1 - DO OBJETO

Locação de imóvel de propriedade de I.Z.S.B. Implementos para Leitaria Ltda - ME, administrado por PELLIZARO IMÓVEIS LTDA - ME, conforme contrato de prestação de serviço em anexo, localizado na Rua Duque de Caxias, nº 704, sala 01, centro, Joaçaba, SC, destinado à instalação da Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação.

##### 2 - DA JUSTIFICATIVA

Considerando a aprovação de reforma administrativa que concedeu nova estrutura para a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, incorporando além da indústria e comércio, os segmentos da agricultura, turismo, prestação de serviços e inovação, justifica-se o presente processo de dispensa de licitação para esta contratação por tratar-se do único imóvel disponível com as características necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades pretendidas. Tal imóvel atende plenamente as necessidades relativas ao espaço interno, uma vez que possui tamanho apropriado para a organização geral do ambiente, acomodação dos servidores, instalação de mobiliário e equipamentos necessários, bem como, possui localização estratégica no centro do Município, próximo do prédio sede da Prefeitura e dos demais órgãos públicos, além de possuir área para estacionamento de veículos, sendo de fácil acesso aos usuários dos serviços a serem desenvolvidos.

Foram juntados ao processo justificativa quanto à utilização do imóvel, bem como justificativa quanto ao valor, que, conforme avaliação é compatível com os valores praticados no mercado.

**3 - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso X.

**4 - DO LOCADOR**

I.Z.S.B. IMPLEMENTOS PARA LEITARIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Duque de Caxias, nº 704, centro, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ sob nº 02.266.854/0001-40, neste ato representado pelo Sr. Ivandro Zarpelon, inscrito no CPF sob nº 021.262.019-37, portador da Carteira de Identidade nº 11/C 3.159.575, residente e domiciliado à Rua Thomas Kranz, s/ nº, Bairro Monte Belo, nesta cidade de Joaçaba, SC.

**5 - DO VALOR CONTRATADO**

Fica contratado o valor total de R\$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais), considerando o valor mensal de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) e a contratação no período de 15 de abril a 31 de dezembro de 2013.

**6 - DA VIGÊNCIA**

O contrato oriundo desse processo de dispensa terá vigência de 15 de abril a 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado se de interesse das partes.

**6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária:

2.097 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

178 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0000.000000 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 05 de abril de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Extrato PP 15/2013/FMS - PL 15/2013/FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2013/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2013/FMS

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 02/05/2013, a partir das 16 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 16 horas do dia 02/05/2013, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 10 de abril de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

MARCOS WEISS

Gestor Fundo Municipal de Saúde

**Extrato PP 17/2013/FMS - PL 21/2013/FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2013/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013/FMS

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de materiais elétricos e hidráulicos, destinados à manutenção e reparos dos prédios mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2013. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 30/04/2013, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 30/04/2013, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 15 de abril de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

MARCOS WEISS

Gestor Fundo Municipal de Saúde

**Extrato PP 18/2013/FMS - PL 19/2013/FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2013/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2013/FMS

Objeto: Contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de pequenas manutenções, incluindo reparos, instalações e pinturas, e serviços hidrossanitários, por hora trabalhada, destinados à manutenção e reparos dos prédios públicos mantidos pela Secretaria de Saúde do Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 02/05/2013, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 02/05/2013, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 15 de abril de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

MARCOS WEISS

**Termo de Homologação TP 3/2013/PMJ - PL 23/2013/PMJ**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 3/2013 - TP</b>
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 23/2013 Processo de Licitação: 23/2013 Data do Processo: 26/02/2013
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 23/2013  
b ) Licitação Nr.: 3/2013-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 15/04/2013  
e ) Data da Adjudicação: 15/04/2013 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS COM O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PAVIMENTAÇÃO COM PISO EM CONCRETO ARMADO DESEMPENADO DE PARTE DOS PASSEIOS PÚBLICOS DA RUA VEREADOR HAMILTON ANTONIO ROSSIN, BAIRRO CLARA ADÉLIA, NO MUNICÍPIO DE JOACABA.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Desccto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	-------------	----------------	---------------

**EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA - ME (9199)**

1 EXECUÇÃO PELA CONTRATADA, DOS SERVIÇOS COM O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PAVIMENTAÇÃO COM PISO EM CONCRETO ARMADO DESEMPENADO DE PARTE DOS PASSEIOS PÚBLICOS DA RUA VEREADOR HAMILTON ANTONIO ROSSIN, BAIRRO CLARA ADÉLIA, NO MUNICÍPIO DE JOACABA - CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO ESTIMATIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	VB	1	-	61.484,39	61.484,39
---	----	---	---	-----------	-----------

**Total do Fornecedor: 61.484,39**  
**Total Geral: 61.484,39**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.027.4.4.90.00.00.00.00.00 (129), 1.027.4.4.90.00.00.00.00.00 (188), 1.027.4.4.90.00.00.00.00.00 (201)

Joaçaba, 15 de Abril de 2013.

-----  
RAFAEL LASKE - PREFEITO

Gestor Fundo Municipal de Saúde

### Publicação Sem Efeito

O Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba torna SEM EFEITO a publicação do Extrato de Processo Licitatório nº 15/2013/FMS - Pregão Presencial nº 15/2013/FMS - publicado no Diário Oficial dos Municípios em 15/04/2013, cujo objeto é a "Aquisição, de forma parcelada, de bilhetes de passagens em linhas regulares ou seccionamento, devidamente autorizadas pelo Poder Concedente competente, destinadas aos usuários do SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio".

### Contrato 58/2013 PMJ

CONTRATO Nº 58/2013/PMJ

CONTRATO Nº 58/2013/PMJ, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOAÇABA E A EMPRESA MARCOPOLO S/A, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

Aos 10 dias do mês abril de 2013, de um lado o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede e foro em Joaçaba, Estado de Santa Catarina, CEP 89.600-000, localizado à Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Rafael Laske, nomeado por meio de eleições diretas, portador da Carteira de Identidade nº 1.706.263, CPF nº 001.150.729-26, no uso da atribuição que lhe confere o Município de Joaçaba, SC, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa MARCOPOLO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 88.611.835/0008-03, estabelecida à Avenida Rio Branco, nº 4889 – Bairro Ana Rech – Caxias do Sul / RS, neste ato representada pelo Sr. JOÃO MATEUS RITZEL, portador da carteira de identidade nº 7031630291, expedida pela SJS/RS, CPF nº 442.752.770-15, doravante denominada CONTRATADA, em vista o constante e decidido no processo administrativo nº 23034.005848/2012-85, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2012, para Registro de Preços, conforme descrito no Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

### DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Contrato tem por objeto a aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e demais entidades autorizadas a aderir ao programa de acordo com a legislação específica vigente, para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação.

### DO PREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor atribuído individualmente pela aquisição objeto da presente contratação será o seguinte:

Item/Grupo	Descrição	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
3 / ORE 01 4X4	MICROÔNIBUS ORE 01 4X4 ESPECIFICAÇÃO EDITAL 50/2012 FNDE	1	R\$ 196.500,00	R\$ 196.500,00

### DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

CLÁUSULA TERCEIRA – Vincula-se a este Contrato o Edital de Pregão Eletrônico nº 50/2012, seus Anexos e a Ata de Registro de Preços.

### DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUARTA – O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

### DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - O acompanhamento da execução desse Contrato ficará a cargo do Sr. Rafael Laske - CONTRATANTE, mediante nomeação de servidor especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de:

Fiscalizar e atestar o fornecimento dos veículos, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato;

Comunicar eventuais falhas no fornecimento dos veículos, cabendo à CONTRATADA adotar as providências necessárias;

Garantir à CONTRATADA toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com o fornecimento dos veículos.

Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

### DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Nona deste Contrato;

Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos veículos, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico e no presente Contrato;

Notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de penalidades.

Proceder consulta "ON LINE", ou por forma equivalente, a fim de verificar a situação cadastral da CONTRATADA no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, devendo o resultado dessa consulta ser impresso, sob a forma de extrato, e juntado aos autos, com a instrução processual necessária.

### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SÉTIMA - A CONTRATADA, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

Atender as demais condições descritas no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico) e na Ata de Registro de Preços;

Responsabilizar-se pelo fornecimento dos veículos, objeto deste Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE e a terceiros;



Executar todos os serviços com mão de obra qualificada, devendo a CONTRATADA estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondente às demandas descritas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

#### DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA OITAVA – Os veículos deverão ser entregues na forma estabelecida no Anexo I (Termo de Referência) do Edital, nas quantidades, qualidades e padrões cotados, no prazo de até 110 (cento e dez) dias, contados da data da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os veículos serão considerados como definitivamente recebidos depois de confirmados em comparação com as especificações ofertadas pela CONTRATADA em sua proposta, e atestados pelos gestores das unidades para tal fim.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica assegurado ao FNDE e/ou aos Interessados, o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os veículos entregues em desacordo com as especificações exigidas no Edital e seus anexos, ficando a empresa licitante vencedora obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 30 dias, indicado no Encarte D do Anexo I. (ver “Declaração de Pen-dência”).

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em conformidade com os artigos 73 e 75 da Lei nº 8.666/93, o objeto do presente Contrato será recebido pelo setor competente da CONTRATANTE, no seguinte local: Prédio sede da Prefeitura, na Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, Joaçaba, SC.

#### DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA – O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados a partir do atesto do gestor do contrato (recebimento definitivo do bem), aposto nos documentos de cobrança, e será realizado por meio de Ordem Bancária e mediante crédito em conta-corrente no domicílio bancário informado na proposta de preços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso em que se verificar que o documento de cobrança apresentado encontra-se em desacordo com o estabelecido, a documentação será restituída para as correções cabíveis, mediante notificação, por escrito, contando-se novo prazo para pagamento a partir de sua reapresentação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONTRATANTE pagará as faturas somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O não pagamento nos prazos previstos nesta Cláusula acarretará multa ao CONTRATANTE, em que os juros de mora a ser acrescido ao valor devido serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

$EM = N \times VP \times I$ , onde:

EM = encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de atualização financeira, assim apurado:

$I = (TX/100) / 365$ , sendo:

TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE.

PARÁGRAFO QUARTO – Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE a 1ª via da Nota Fiscal de Venda/Fatura juntamente com a comprovação de entrega do veículo (Termo de Recebimento definitivo), apensado a Ficha de Inspeção e Aceitação do veículo, conforme modelo – Encarte D, do Termo de Referência.

#### DAS GARANTIAS

CLÁUSULA DÉCIMA – Como garantia do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais ora assumidas, inclusive

indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, a CONTRATADA se obriga a prestar garantia no valor correspondente a 5% (Cinco por cento) do valor do Contrato, no prazo de até 30 dias, após a assinatura do contrato, pela modalidade de seguro garantia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor da garantia será atualizado nas mesmas condições do valor contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia ficará à responsabilidade e à ordem da Diretoria Financeira da CONTRATANTE e somente será restituída após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Se a garantia prestada pela CONTRATADA for na modalidade de caução em dinheiro, esta será atualizada monetariamente e poderá ser retirada/levantada pelo CONTRATANTE, total ou parcialmente, para fins de cobertura de pagamento das multas previstas na Cláusula Décima Quarta deste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros ou pagamento de multas contratuais, a CONTRATADA se compromete a fazer a respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada pelo CONTRATANTE, mediante ofício entregue contra recibo.

PARÁGRAFO QUINTO – Na hipótese de rescisão do Contrato com base no inciso I do Parágrafo Primeiro, da Cláusula Décima Quinta, a CONTRATANTE executará a garantia contratual para seu ressarcimento, nos termos do art. 80, III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A CONTRATADA terá que apresentar DOCUMENTO DE GARANTIA DOS VEÍCULOS com cobertura de no mínimo 12 (doze) meses, contados da entrega do veículo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá ofertar ainda 02 (duas) manutenções preventivas obrigatórias, constante do Manual de Operações, nas oficinas das concessionárias do fabricante, e a periodicidade deverá levar em consideração a quilometragem e/ou o tempo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso em que o local de entrega estiver situado a mais de 200 km de distância da rede de concessionárias do fabricante, as manutenções preventivas obrigatórias deverão ser feitas pelo fabricante (concessionárias ou prepostos) no próprio local de entrega.

#### DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Atribui-se ao presente contrato o valor global de R\$ 196.500,00 (cento e noventa e seis mil e quinhentos reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais como: mão de obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos sociais ou quaisquer outros gastos não especificados, necessários ao perfeito cumprimento das obrigações constantes neste contrato;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os recursos serão alocados neste exercício, à conta do CONTRATANTE, na seguinte classificação orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA	NÚMERO DE EMPENHO	DATA DE EMPENHO	VALOR (R\$)
6 – Educação Básica de Qualidade	62	4.4.90.	1286/13	08/04/2013	196.500,00

PARÁGRAFO TERCEIRO – O empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do valor corrigido do Contrato não caracteriza sua alteração, podendo ser registrado por simples

apostila, dispensando a celebração de aditamento, consoante faculdade inserta no art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93.

#### DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – A CONTRATADA obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste Contrato que se fizerem necessários, até o limite facultado pela regra do Parágrafo 1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, podendo a supressão exceder tal limite, desde que resultante de acordo entre os celebrantes, nos termos do Parágrafo 2º, Inciso II do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei nº 9.648/98.

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos ao CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos veículos entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 1% (um por cento) por dia sobre o valor da garantia contratual, pela não apresentação/atualização, no prazo estabelecido no instrumento contratual, da garantia contratual.

e) 5% (cinco por cento) por dia sobre o valor dos veículos questionados, pelo não cumprimento de quaisquer condições de garantia estabelecida no contrato.

f) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, se a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, caso o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a" ou os serviços forem prestados fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da Contratada.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de

modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O valor correspondente a qualquer multa aplicada à CONTRATADA, garantida a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá ser descontado de acordo com o parágrafo quarto desta Cláusula, ou descontada/executada do valor da garantia, ou ainda, a critério do CONTRATANTE, via recolhimento do valor ao CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, ficando a CONTRATADA obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da quitação da multa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO QUARTO** – No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, o CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO SEXTO** – As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A sanção estabelecida no inciso IV desta Cláusula é de competência exclusiva do Senhor Ministro de Estado da Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação, nos termos do § 3º, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO OITAVO** – As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

#### DA RESCISÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pelo CONTRATANTE. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurando o contraditório e a ampla defesa, com as consequências previstas abaixo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A rescisão contratual poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II - amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência do CONTRATANTE.

III – judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamente comprovados, quando os houver sofrido e, ainda, terá direito a devolução de garantia e pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A execução deste contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93.

DA ANÁLISE

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A minuta do presente Contrato foi devidamente analisada e aprovada pela Procuradoria Federal no FNDE, conforme determina a legislação em vigor.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A publicação resumida deste instrumento, na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O Foro para dirimir questões relativas à presente contratação será o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subcrevem.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

MARCOPOLO S/A  
JOÃO MATEUS RITZEL

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_

**Extrato Contrato 59/2013/PMJ**  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2013/PMJ  
PL 33/2013/PMJ - DL 3/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
CONTRATADA: I.Z.S.B. IMPLEMENTOS PARA LEITARIA LTDA - ME

OBJETO: Locação de imóvel de propriedade de I.Z.S.B. IMPLEMENTOS PARA LEITARIA LTDA - ME, administrado por PELLIZARO IMÓVEIS LTDA - ME, conforme contrato de prestação de serviço, localizado na Rua Duque de Caxias, nº 704, sala 01, centro,

Joaçaba, SC, destinado à instalação da Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação.  
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais), para o período de 15 de abril a 31 de dezembro de 2013 sendo que o pagamento será feito de forma parcelada, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.097 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

178 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - OUTRAS DESP.

CORRENTES - Aplicações diretas

VIGÊNCIA: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 15/04/2013.

RAFAEL LASKE  
Prefeito

**Extrato Contrato 60/2013/PMJ**  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2013/PMJ  
PL 23/2013/PMJ - TP 3/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
CONTRATADA: EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA - CNPJ: 07.178.641/0001-80

OBJETO: Execução pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação com piso em concreto armado desempenado de parte dos passeios públicos da Rua Vereador Hamilton Antonio Rossin, Bairro Clara Adélia, no Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 61.484,39 (sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos), sendo:

- R\$ 33.435,80 (trinta e três mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos), referente aos materiais utilizados;

- R\$ 28.048,59 (vinte e oito mil, quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), referente aos serviços.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.027 - CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS E PASSEIOS

(188) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas

(129) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas

(201) 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, com início contado a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial

DATA DE ASSINATURA: 15/04/2013.

RAFAEL LASKE  
Prefeito

## SIMAE

### Tomada de Preços JHL 0001/2013 - SIMAE

Licitação nº 0016/2013

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0001/2013

Protocolo JHL 0906/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0001/2013 - Licitação 0016/2013, tipo Menor Preço Global, que trata do Objeto: Contratação de empresa para construção de Base de concreto para reservatório denominado RAP-023 e construção



de Edificação de 20m2 denominada EAT-004.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 09/05/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 09/05/2013 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 17 de Abril de 2013.  
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE

## Lages

### PREFEITURA

#### Rerratificação PP 04-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Diretoria de Licitações e Contratos  
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2013 - PML

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, PARA USO EM CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES E PASSARELAS EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedidos de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

- No lote 02, leia-se:

02.1 - Viga de Eucalipto não tratada de 40x30x10m.

02.2 - Viga de Eucalipto não tratada de 40x30x06m.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

15 de abril de 2013.  
PEDRO MARCOS ORTIZ  
Secretário de Administração

## Lauro Muller

### PREFEITURA

#### Dispensa de Licitação Nº 23/2013 - Hmhl

EDITAL DE DISPENSA HMHL Nº023/2013 PROCESSO Nº031/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER através do Hospital Municipal Henrique Lage, com sede na rua Pe. Hercílio Cappeler,Centro, Lauro Müller/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.487/0001-97, por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando dispensa, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV:

OBJETO: Contratação de serviços de assistência médico-hospitalar, compreendendo diagnóstico, consultas médicas, plantão médico e

tratamentos complementares a serem prestados no Hospital Municipal Henrique Lage.

CONTRATADO: Luiz Renato Wisbeck Junior, inscrito no CPF nº 021.137.019-36

VALOR GLOBAL: R\$ 5.940,00 (cinco mil novecentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: até 17/04/2013

Lauro Müller, 16 de abril de 2013.  
FÁBIO LEAL  
Presidente da Comissão de Licitação

#### Dispensa de Licitação Nº 24/2013 - Hmhl

EDITAL DE DISPENSA HMHL Nº024/2013 PROCESSO Nº032/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER através do Hospital Municipal Henrique Lage, com sede na rua Pe. Hercílio Cappeler,Centro, Lauro Müller/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.487/0001-97, por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando dispensa, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV:

OBJETO: Contratação de serviços de assistência médico-hospitalar, compreendendo diagnóstico, consultas médicas, plantão médico e tratamentos complementares a serem prestados no Hospital Municipal Henrique Lage.

CONTRATADO: Felipe Zomer Maria, inscrito no CPF nº 056.032.739-09

VALOR GLOBAL: R\$ 1.540,00 (hum mil quinhentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: até 17/04/2013

Lauro Müller, 16 de abril de 2013.  
FÁBIO LEAL  
Presidente da Comissão de Licitação

#### Dispensa de Licitação Nº 25/2013 - Hmhl

EDITAL DE DISPENSA HMHL Nº025/2013 PROCESSO Nº033/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER através do Hospital Municipal Henrique Lage, com sede na rua Pe. Hercílio Cappeler,Centro, Lauro Müller/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.487/0001-97, por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando dispensa, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV:

OBJETO: Contratação de serviços de assistência médico-hospitalar, compreendendo diagnóstico, consultas médicas, plantão médico e tratamentos complementares a serem prestados no Hospital Municipal Henrique Lage.

CONTRATADO: Geilson Santos Junior, inscrito no CPF nº 649.161.542-15

VALOR GLOBAL: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: até 17/04/2013

Lauro Müller, 16 de abril de 2013.  
FÁBIO LEAL  
Presidente da Comissão de Licitação

#### Dispensa de Licitação Nº 25/2013 - Hmhl

EDITAL DE DISPENSA HMHL Nº026/2013 PROCESSO Nº034/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER através do Hospital Municipal Henrique Lage, com sede na rua Pe. Hercílio Cappeler,Centro, Lauro Müller/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.487/0001-97,



por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando dispensa, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV:

**OBJETO:** Contratação de serviços de assistência médico-hospitalar, compreendendo diagnóstico, consultas médicas, plantão médico e tratamentos complementares a serem prestados no Hospital Municipal Henrique Lage.

**CONTRATADO:** Luiz Fernando Campos Borges, inscrito no CPF nº 044.475.509-89

**VALOR GLOBAL:** R\$ 7.480,00 (sete mil quatrocentos e oitenta reais)

**VIGÊNCIA:** até 17/04/2013

Lauro Müller, 16 de abril de 2013.

FÁBIO LEAL

Presidente da Comissão de Licitação

#### **Extrato de Contrato Nº 13/2013 - FMS**

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2013

Processo Licitatório nº 16/2013 - Inexigibilidade de Licitação nº 3/2013

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, COMPREENDENDO CONSULTAS MÉDICAS, PREVENÇÃO, RECUPERAÇÃO, REABILITAÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS MAIS FREQUENTES E TRATAMENTOS COMPLEMENTARES A SEREM PRESTADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ATRAVÉS DO CREDENCIAMENTO Nº 003/2013

**Contratado:** Roselaine Sturião

**Valor:** R\$ 16.690,00 (dezesesseis mil seiscentos e noventa reais)

**Prazo de Vigência:** 19/03/2013 à 19/04/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Credenciamento Nº 002/2013 - Hmhl**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

ATO EDITAL CREDENCIAMENTO HMHL N. 02/2013

O Município de Lauro Muller, através do Hospital Municipal Henrique Lage, por meio da Comissão Permanente de Licitações INFORMA aos interessados que de conformidade com a Lei n.8.666/93 e legislação subsequente, a abertura do credenciamento para contratação de serviços de plantão médico presencial para o Hospital Municipal Henrique Lage, para o prazo de até 31/12/2013

O edital na íntegra esta disponível no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 34643122.

Lauro Muller, 16 de abril de 2013

FABIO LEAL

Presidente da Comissão de Licitação

#### **Pregão Presencial 013/2013 - FMS**

EDITAL DE PREGAO Nº013/2013 - FMS

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 02 de maio de 2013 às 09h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter

Veterli, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para aquisição de medicamentos determinados judicialmente para Fundo Municipal de Saúde. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações e no site [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br), maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 17 de abril de 2013.

FABIO LEAL

Pregoeiro Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 12/2013 - FMS**

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2013

Processo Licitatório nº 15/2013 - Inexigibilidade de Licitação nº 2/2013

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, COMPREENDENDO CONSULTAS MÉDICAS, PREVENÇÃO, RECUPERAÇÃO, REABILITAÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS MAIS FREQUENTES E TRATAMENTOS COMPLEMENTARES A SEREM PRESTADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ATRAVÉS DO CREDENCIAMENTO Nº 003/2013

**Contratado:** Diego Loureiro Padão

**Valor:** R\$ 16.690,00 (dezesesseis mil seiscentos e noventa reais)

**Prazo de Vigência:** 19/03/2013 à 19/04/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 14/2013 - FMS**

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2013

Processo Licitatório nº 17/2013 - Inexigibilidade de Licitação nº 4/2013

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES DO GUIA DE FARMÁCIA ATRAVÉS DO CREDENCIAMENTO Nº 001/2013

**Contratado:** Drogaria Guilherme Ltda

**Valor:** R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

**Prazo de Vigência:** 19/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 15/2013 - FMS**

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2013

Processo Licitatório nº 9/2013 - Pregão Presencial nº 5/2013

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O FUNDO MUNICIPAL

**Contratado:** Turbo Auto Peças e Acessórios Ltda

**Valor:** R\$ 31.340,00 (trinta e um mil trezentos e quarenta reais)

**Prazo de Vigência:** 21/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 16/2013 - FMS**

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2013**

Processo Licitatório nº 18/2013 - Inexigibilidade de Licitação nº 5/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES DO GUIA DE FARMÁCIA ATRAVÉS DO CREDENCIAMENTO Nº 001/2013

Contratado: Drogaria Cardofarma Ltda ME

Valor: R\$ 55.000,00 (cinquenta mil reais)

Prazo de Vigência: 22/03/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Lebon Régis**

**PREFEITURA**

**Lei Municipal Nº 1.422/2013**

Lei Municipal Nº 1.422/2013 - de 12 de abril de 2013.

"Autoriza o Poder Executivo a adquirir a título de doação gratuita lote urbano, aprova o prolongamento das Ruas Francisco Ribeiro Preto e Luiz Moreira Leite e aprova a criação de Rua sem denominação".

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir a título de doação gratuita os seguintes imóveis, pertencentes a uma área maior de propriedade de Herminio Rizzo e Terezinha Ferlin Rizzo, matriculada sob o n. 2.743 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca:

I - área de 951,04m<sup>2</sup> (novecentos e cinquenta e um metros e quatro centímetros quadrados) para prolongamento da Rua Francisco Ribeiro Preto, que confronta-se ao norte com terras de propriedade de Herminio Rizzo numa extensão de 16,5m; ao sul com o final da Rua Francisco Ribeiro Preto numa extensão de 16,4m; ao leste numa linha de 58,3m (sendo 16m com terras de propriedade de Hermínio Rizzo, 12m com a Rua sem denominação e 30,3m com terras de Herminio Rizzo) e ao oeste numa extensão de 60m com terreno de propriedade de Hermínio Rizzo, conforme memoriais descritivos e levantamento topográfico anexos;

II - área de 918,85m<sup>2</sup> (novecentos e dezoito metros e oitenta e cinco centímetros quadrados) para prolongamento da Rua Luiz Moreira Leite, sendo que 639,32m<sup>2</sup> são de propriedade de Hermínio Rizzo e 279,53m<sup>2</sup> de propriedade de Amauri Antônio Marafigo (matrícula 0569 do CRI desta Comarca), que confronta-se ao norte com terras de propriedade de Herminio Rizzo numa extensão de 16,5m; ao sul com o final da Rua Luiz Moreira Leite numa extensão de 16,4m; ao leste numa extensão de 57,27m com terras de Herminio Rizzo e Amauri Antônio Marafigo e ao oeste numa extensão de 55,75m (sendo 40,6m com terras de propriedade de Hermínio Rizzo, 12m com a Rua sem denominação e 3,15m com terras de Herminio Rizzo), conforme memoriais descritivos e levantamento topográfico anexos;

III - área de 1.185,95m<sup>2</sup> (um mil, cento e oitenta e cinco metros e noventa e cinco centímetros quadrados) para criação de Rua (sem denominação), que confronta-se ao norte com terras de propriedade de Herminio Rizzo numa extensão de 98,8m; ao sul com terras de propriedade de Herminio Rizzo numa extensão de 98,8m; ao leste numa extensão de 12m com terras de Herminio Rizzo e ao oeste numa extensão de 12m com terras de propriedade de Hermínio Rizzo, conforme memoriais descritivos e levantamento topográfico anexos.

Art. 2º. Fica aprovado o prolongamento das Ruas Francisco Ribeiro Preto e Luiz Moreira Leite e a criação da Rua sem denominação, conforme áreas descritas no art. 1º desta Lei

Art. 3º. Fica aprovado o desmembramento das áreas descritas no art. 1º desta Lei para fins de doação.

Art. 4º. Os imóveis descritos no art. 1º desta Lei serão adquiridos sem qualquer ônus ou encargos ao Município, salvo as despesas decorrentes da transferência da titularidade do imóvel, que correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de abril de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

**Lei Municipal Nº 1.423/2013**

Lei Municipal Nº 1.423/2013 - de 12 de abril de 2013.

"Dispõe sobre a proibição de comercialização e consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos do Município de Lebon Régis."

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas de qualquer graduação em Logradouros Públicos do Município de Lebon Régis/SC.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei serão consideradas Logradouros Públicos:

I - as avenidas;

II - as ruas;

III - as rodovias;

IV - as servidões, caminhos e passagens;

V - as calçadas;

VI - as praças;

VII - o hall de entrada dos edifícios e estabelecimentos comerciais que sejam conexos à via públicas que não sejam cercados.

VIII - os pátios e estacionamentos dos estabelecimentos que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados.

IX - a área externa dos campos de futebol, ginásios de esportes e praças esportivas de propriedade pública.

X - as repartições públicas e adjacências.

§ 1º Poderão, entretanto, ser consumidas e vendidas as bebidas alcoólicas, quando houver evento realizado pelo Poder Público ou devidamente autorizado por ele, nas delimitações específicas definidas previamente pela administração.

§ 2º Será permitido consumo também no entorno de bares, quiosques, restaurantes, lanchonetes, nos limites autorizados pelo Poder Público e desde que a bebida consumida seja proveniente respectivo estabelecimento comercial.

Art. 3º Todos os termos de conduta e demais ajustes eventualmente firmados entre particulares e o Ministério Público continuarão em pleno vigor e eficácia.

Art. 4º A autorização que se refere o §1º do Art. 2º deverá conter:

I - identificação do órgão ou entidade autorizante;

II - identificação do autorizado;  
III - objeto da autorização, com a descrição dos motivos do fato;  
IV - especificação do local e limites de abrangência;  
V - prazo de vigência;  
VI - local, data e hora;  
VII - assinatura do órgão autorizante.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal firmará convênio com a Polícia Militar, instituição responsável pela preservação da ordem pública, conforme art. 144, § 5º, da Constituição Federal, para a fiscalização do cumprimento da seguinte LEI.

Art. 6º O infrator será antes de tudo advertido acerca de sua conduta e informado dos termos da presente Lei, para, então ser compelido a encerrar com o consumo de bebida alcoólica no mesmo momento ou retirar-se do local.

Parágrafo Único- O descumprimento acima exposto sujeitará o infrator a penalidade de multa a ser estipulada pelo Poder Público, que em caso de não pagamento deverá ser incluída na dívida ativa do Município.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal através das Secretárias de Bem Estar Social e Saúde deverá promover, antes da vigência da presente Lei, campanha de conscientização contra o alcoolismo, em todas as escolas, associações de bairros e demais entidades estabelecidas no território municipal.

Art. 8º Revogam-se contrárias disposições.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de abril de 2013.

LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Administração e Finanças

### **Lei Municipal Nº 1.424/2013**

Lei Municipal Nº 1.424/2013 - de 12 de abril de 2013.

"Autoriza o Poder Executivo a adquirir a título de doação gratuita lote urbano, aprova o prolongamento da Rua Messias Antônio de Moraes e aprova desmembramento de áreas remanescentes".

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir a título de doação gratuita o seguinte imóvel para prolongamento da Rua Messias Antônio de Moraes, pertencente a uma área maior de propriedade de Lauro Antônio Ferlin e Izanilde Aparecida de Campos Ferlin, matriculada sob o n. 2.739 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca: (área II do memorial descritivo) área de 830,47m<sup>2</sup> (oitocentos e trinta metros e quarenta e sete centímetros quadrados) para prolongamento da Rua Messias Antônio de Moraes, que confronta-se ao norte com terrenos de propriedade de Lauro Antônio Ferlin numa extensão de 16m; ao sul com o final da Rua Messias Antônio de Moraes numa extensão de 16m; ao leste numa linha de 51,77m com terreno de propriedade de Lauro Antônio Ferlin e ao oeste numa extensão de 52,04m com terreno de propriedade de Lauro Antônio Ferlin, conforme memoriais descritivos e levantamento topográfico anexos.

Art. 2º. Fica aprovado o prolongamento da Rua Messias Antônio de Moraes, conforme exposto no art. 1º.

Art. 3º. Com o prolongamento da Rua Messias Antônio de Moraes as áreas remanescentes do lote ficam desmembradas da seguinte forma:

I - área I, com 2.593,17m<sup>2</sup> (dois mil e quinhentos e noventa e três metros e dezessete centímetros quadrados), com as seguintes confrontações: ao norte na extensão de 48,90m com terras de Lauro Antônio Ferlin na linha dos fundos; ao sul na extensão de 50m com terras de Claesnor Telles da Rocha na linha frontal; ao leste na extensão

de 52,04m com a Rua Messias Antônio de Moraes e ao oeste na extensão de 52,87m com terras de Amauri Marafigo;

II - área II: conforme descrição do art. 1º.;

III - área III, com 5.323,52m<sup>2</sup> (cinco mil, trezentos e vinte e três metros e cinquenta e dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações: ao norte na extensão de 104,60m com terras de Lauro Antônio Ferlin na linha dos fundos; ao sul na extensão de 104,60m com terras de Claesnor Telles da Rocha, Valdir Ribeiro de França, Ananias Scheffmacher Ribeiro e Zenita Dias Frontal na linha frontal; ao leste na extensão de 50m com terreno da CASAN na linha lateral à esquerda e ao oeste na extensão de 51,17m com a Rua Messias Antônio de Moraes.

Art. 4º. O imóvel descrito no art. 1º será adquirido sem qualquer ônus ou encargos ao Município, salvo as despesas decorrentes da transferência da titularidade do imóvel, que correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário  
Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de abril de 2013.

LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Administração e Finanças

### **Extrato Termo Aditivo**

Extrato Termo Aditivo

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 24/2013.  
Processo Licitatório nº 10/2013 - Pregão Presencial nº04/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS - SC  
Contratado: POSTO LEBONREGENSE LTDA ME

Objeto: O presente termo aditivo de contrato n.24/2013, tem por finalidade aumentar o unitário do litro do óleo diesel para R\$ 2,31 (dois reais e trinta e um centavos). Amparo legal: inciso I, alínea "b", art. 65 da Lei 8666/93. Da Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditados. Lebon Régis, 15 de Abril de 2013. Departamento de Licitações.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2013.  
Processo Licitatório nº 03/2013 - Pregão Presencial nº02/2013  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS - SC  
Contratado: POSTO LEBONREGENSE LTDA ME

Objeto: O presente termo aditivo de contrato n.03/2013, tem por finalidade aumentar o valor unitário do litro do óleo diesel S10 para R\$2,51 (dois reais e cinquenta e um centavos). Amparo legal: inciso I, alínea "b", art. 65 da Lei 8666/93. Da Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditados.

Lebon Régis, 15 de Abril de 2013.

Departamento de Licitações.

**Leoberto Leal****PREFEITURA****Processo Licitatório Nº 024/2013 Pregão Presencial Nº 018/2013 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 024/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2013

TIPO: Menor Preço (global). OBJETO: Objetiva-se a contratação de empresa especializada para realização de cursos de música, com carga horária de 08 horas semanais, para atender as crianças e jovens que participam de oficinas de fortalecimento de vínculos e atividades sócio-educativas no Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 018/2013. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min, do dia 29 de abril de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 15/04/2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

**Ata de Registro de Preços Nº 010/2013 - PMLL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2013 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2013, PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE 24 TONELADAS, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE 13 ATÉ 17 TONELADAS, ROMPEDOR HIDRÁULICO, TRATOR DE PNEUS COM LÂMINA HIDRÁULICA E ROLO COMPACTADOR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços de escavadeira hidráulica de 24 toneladas, escavadeira hidráulica de 13 até 17 toneladas, rompedor hidráulico, trator de pneus com lâmina hidráulica e rolo compactador, conforme especificações constantes do Anexo I, que acompanha este edital.

TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA

CNPJ: 09.483.817/0001-32

RUA: GENERAL OSÓRIO, 2600, FUNDOS, VELHA, BLUMENAU/SC

TERRAPLENAGEM COSTA LTDA ME

CNPJ: 02.929.535/0001-77

RUA: SANTA CRUZ, SN, CENTRO, VIDAL RAMOS/SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais prestações de serviços de escavadeira hidráulica de 24 toneladas, escavadeira hidráulica de 13 até 17 toneladas, rompedor hidráulico, trator de pneus com lâmina hidráulica e rolo compactador, conforme especificações constantes do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 008/2013, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unit.	Preço Total	Empresa Vencedora
01	H	700	Serviços de Escavadeira Hidráulica – Peso mínimo 24.000kg, equipadas com concha acima de 1,50 m³, com Operador	CAT	220,61	154.427,00	TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA
02	H	500	Serviços de Escavadeira Hidráulica – Peso compreendido entre 13.000 até 17.000kg, com concha acima de 0,50 m³, com Operador	PC - 138US8KO	158,00	79.000,00	TERRAPLENAGEM COSTA LTDA ME
03	H	200	Rompedor hidráulico para máquina de 24 toneladas	MONTOBERK	91,10	18.220,00	TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA



04	H	400	Trator de Pneus 4x4 com Lâmina Hidráulica	VALTRA	80,00	32.000,00	TERRAPLENAGEM COSTA LTDA ME
05	H	200	Rolo Compactador com vibração, mínimo 24 toneladas	CAT	132,58	26.516,00	TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a execução dos serviços e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão

formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até

05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos – Recursos Ordinários

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0044 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos - FEP

06.01.15.452.0010 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Manutenção e Revitalização de Áreas Públicas

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0024 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos – Transferência de Convênios Outros

07.01.20.606.0011.2.030 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 28 de fevereiro de 2013.  
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

LIZANDRO KREUSCH	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA	TERRAPLENAGEM COSTA LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA	EMPRESA VENCEDORA

**TESTEMUNHAS:**

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES  
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

## Luzerna

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Extrato do 2º Termo de Aditamento - Ata de Registro de Preços Nº CMV 0001/2011

Extrato do 2º Termo de Aditamento - Ata de Registro de Preços Nº CMV 0001/2011 DE 25/03/2011

EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CMV 0001/2011 DE 25/03/2011

2º TERMO DE ADITAMENTO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CMV 0001/2011 DE 25/03/2011, proveniente do Processo Licitatório CMV Nº 0003/2011, Pregão CMV Nº 0001/2011, celebrada entre à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA e as empresas ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE LUZERNA - SC e a RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA.

Objeto: Com a concordância das partes, visando à alteração do prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CMV 0001/2011 de 25/03/2011, prorrogando o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses contados a partir de 28/03/2012, passando a vigência de 24 (vinte e quatro) para 36 (trinta e seis) meses, alterando a Cláusula Nona.

Luzerna (SC), 22 de Março de 2013.

JOÃO BATISTA ZAMBONI

Presidente Mesa Diretora

CRISTIAN ACASTO SCHMIDT

Associação De Difusão Comunitária Da Cidade De Luzerna SC  
Fornecedor 1

RODRIGO LINEU BONATO

Rádio Sociedade Catarinense Ltda

Fornecedor 2

## Macieira

### PREFEITURA

#### Retificação Edital Teste Seletivo

1º TERMO ADITIVO AO EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 0001/2013 ADITIVO DE RETIFICAÇÃO EXCLUSIVAMENTE PARA O ITEM JORNADA DE TRABALHO DE FISIOTERAPEUTA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições;  
FAZ SABER:

Cláusula Primeira: Fica retificada a Cláusula 1º, I (Quadro Geral de Inscrição), Código 6 - Fisioterapeuta.

Baseado na Lei 8.856, de 1º de março de 1994, § 1º e 3º, que limita a jornada de trabalho de profissionais em fisioterapia para 30 (trinta) horas, o código 6 passa a valer desta forma, sendo alterados também os vencimentos de acordo com a carga horária de hora em diante estabelecida:

CÓDIGO: 6

CARGO: FISIOTERAPEUTA

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 30

SALÁRIO BASE: 1.588,12

Nº DE VAGAS: 01 (NASF)

QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA: Formação Superior em Fisioterapia; Registro no Órgão Fiscalizador do Exercício Profissional (CREFITO).

DEMAIS EXIGÊNCIAS: Conforme item 1.2. do edital

Cláusula Segunda: As demais cláusulas permanecem inalteradas e em pleno vigor.

O presente aditivo será publicado nesta data nos mesmos órgãos oficiais de publicações do edital nº 0001/2013.

Macieira, 15 de abril de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

ALMIR JOSÉ ROSSI ARCONTI

Secretário Municipal de Saúde

## Massaranduba

### PREFEITURA

#### Co 16.2013 - Dw da Silva

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 16/2013

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 28/2013

Dispensa de Licitação nº. 04/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: DW DA SILVA ASSESSORIA - EPP

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo prestar serviços de assessoria técnica para orientação na elaboração de projetos e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal, junto a órgãos governamentais Federais, Organismos Internacionais e Embaixadas.

O prazo de vigência do presente Contrato terá início na data de sua assinatura, terminando em 31/12/2013.

VALOR: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Massaranduba, 08 de Abril de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

#### Co 23.2012 Ad 23.1 - Software Ipm

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 23/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 23/1

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14/2012

TOMADA DE PREÇO Nº. 2/2012 - Multientidade

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: IPM INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA

OBJETO: Contratação de empresa provedora de solução integrada de gestão pública e serviços de informática, para Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

VALOR: o valor global do contrato é de R\$ 105.913,13 (cento e cinco mil, novecentos e treze reais e treze centavos)

O Prazo de vigência do presente contrato é de 09 (nove) meses, iniciando-se em 02 / 04 / 2013, com término em 31 / 12 / 2013.

Massaranduba, 2 de Abril de 2013.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

**Co 32.2012 Ad32.3 - Pav. Rua Butuca e 049**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 32 / 2012  
SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 32 / 3  
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório nº. 30/2012  
Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº.  
04/2012  
CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA  
CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: O prazo de vigência do presente contrato, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUTAR A OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO COM CBUQ E SINALIZAÇÃO DE TRECHO DAS RUAS BUTUCA E R. 049, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO, CRONOGRAMA E PROJETOS.  
VALOR: Para Rua Butuca - Trecho 2 fica acrescido o valor de R\$ 57.472,36 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e seis centavos). Para a Rua 049 fica acrescido o valor de R\$ 40.324,75 (quarenta mil, trezentos e vinte quatro reais e setenta e cinco centavos). Este acréscimo foi motivado pelas modificações no projeto geométrico e da drenagem com aumento da pista. Ocorreu também acréscimo de quantitativos para reforços de bordos da pista.

Massaranduba, 05 de Abril de 2013.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

## Meleiro

### PREFEITURA

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 041/2013**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 041/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: ANGELA FÁTIMA CÓRNEO CONTI

Objeto: Locação de imóvel situado à Rua Afonso Manfredini, s/nº, Bairro Centro, na cidade de Meleiro/SC, para fins de estabelecimento e funcionamento do Conselho Tutelar do Município.  
Valor: R\$ 4.500,00  
Vigência: Início: 09/04/2013 Término: 31/12/2013.  
Data da assinatura: 09 de abril de 2013.

## Monte Carlo

### PREFEITURA

**Portaria Nº 144/2013**

PORTARIA Nº 144/2013

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, a servidora ROSA MARTA MACEDO BECKER, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL na SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL, com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA nos termos da Lei Complementar 049/2011 de 07 de Outubro de 2011, com nível salarial "SECRETÁRIO MUNICIPAL" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 01 de abril de 2013, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 01 de abril de 2013.  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA  
Prefeito Municipal

publicada a presente portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal de Bem Estar Social.

LILIANE MARIA LAEUFER  
Responsável pelo Expediente

**Portaria Nº 145/2013**

PORTARIA Nº 145/2013

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º. DESIGNAR, o (a) servidor (a) EDIR APARECIDA DE SOUZA, investido (a) no cargo de SECRETÁRIA ADJUNTA DE SAÚDE, do quadro de pessoal com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; passa a exercer a função de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE nos termos da Lei Complementar 49/2011 de 07 de outubro de 2011, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 01 de abril de 2013, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em, 01de abril de 2013.  
MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal de Saúde.

LILIANE MARIA LAEUFER  
Responsável pelo Expediente



# Navegantes

## PREFEITURA

### Autoriza Celebração de Convênio com a AMFRI

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2686 DE 15 DE ABRIL DE 2013  
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES A FIRMAR CONVÊNIO COM A AMFRI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA FOZ DO RIO ITAJAÍ

O PREFEITO DE NAVEGANTES no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica, o chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a firmar convênio com a AMFRI - Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí -, tendo por objeto a cooperação técnica e financeira para prestação de serviços de consultoria técnica para desenvolvimento de estudos e projetos de infraestrutura e arquitetura no Município de Navegantes nas áreas de macrodrenagem, pavimentação e contenção de erosão marinha, conforme relação de projetos do Anexo I, integrante desta lei.

Art. 2.º Para a execução do objeto deste Convênio, a AMFRI receberá do município de Navegantes a importância de R\$ 815.923,20 (oitocentos e quinze mil novecentos e vinte e três reais e vinte centavos), que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais conforme cronograma de desembolso, Anexo II integrante desta lei.

Art. 3.º A AMFRI disponibilizará, a título de contrapartida, as instalações físicas necessárias à elaboração dos trabalhos e restituirá ao município de Navegantes os recursos que porventura não forem utilizados para a consecução do objeto do Convênio, através de prestação de contas.

Art. 4.º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
GABINETE DO PREFEITO  
Gabinete do Prefeito  
04.122.0002.2.002-Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito  
3.3.50.00.00.00.00 0134 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 5.º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE ABRIL DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 15 de abril de 2013.  
BENILDE PERÃO

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

### ANEXO I DA LEI 2686 DE 15 DE ABRIL DE 2013

#### RELAÇÃO DOS PROJETOS A SEREM EXECUTADOS

Item	Serviço	Quantidade	Unidade
1	Projeto de Qualificação de Vias Urbanas - PAC II- 2a. Etapa	15,00	km
	Estudo de Concepção		
	Projeto Executivo		
	Pavimentação		
	Drenagem Pluvial		
	Sinalização Viária		
	Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro)		
2	Projeto de Pavimentação Rua Onório Bortolato (Trecho 3) e Rua Francisco Schmidt	2,65	km
	Projeto Executivo		
	Pavimentação		
	Drenagem Pluvial		
	Sinalização Viária		
	Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro)		
3	Projeto de Qualificação de Vias Urbanas - PAC II- 3a. Etapa	6,80	km
	Estudo de concepção		
	Projeto Executivo		
	Pavimentação		
	Drenagem Pluvial		
	Sinalização Viária		
	Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro)		
4	Projeto de Macrodrenagem - Centro	110,00	ha
	Estudo de concepção		
	Projeto Executivo		
	Drenagem Pluvial		
	Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro)		
5	Projeto de Recuperação da Praia do Gravatá	0,65	km

	Levantamento planialtimétrico cadastral		
	Levantamento batimétrico		
	Projeto Executivo		
	Projeto de Recuperação		
	Estudo de Estabilidade		
	Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro)		
6	Projeto de Recuperação e Pavimentação da Av. Armação - Área central	1,5	km
	Estudo de Concepção		
	Projeto Executivo		
	Pavimentação		
	Drenagem Pluvial		
	Sinalização Viária		
	Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro)		
7	Projeto de Urbanização da Área do Entorno da Balsa e Estudo de Tráfego	7.600,00	m <sup>2</sup>
	Estudo de concepção e tráfego		
	Projeto Executivo		
	Urbanização		
	Drenagem Pluvial		
	Sinalização Viária		
	Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro)		

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE ABRIL DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO II DA LEI 2686 DE 15 DE ABRIL DE 2013.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

### CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO - PROJETOS

Item	Discriminação	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL GERAL (R\$)
1	Projeto de Qualificação de Vias Urbanas - PAC II- 2a. Etapa													
2	Projeto de Pavimentação Rua Onório Bortolato (Trecho 3) e Francisco Shmidt													
3	Projeto de Qualificação de Vias Urbanas - PAC II- 3a. Etapa													
4	Projeto de Macrodrenagem - Centro													
5	Projeto de Recuperação da Praia do Gravatá													
8	Projeto de Recuperação e Pavimentação da Av. Armação - Área central													
10	Projeto de Urbanização da Área do Entorno da Balsa e Estudo de Tráfego													
	<b>TOTAL GERAL (R\$)</b>	<b>121.425,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>44.498,20</b>	

OBS - O Cronograma poderá ser alterado por solicitação da PMN. O valor da Consultoria do 1o. Mês será diferenciado em função da necessidade de cadastramento e elaboração de projetos no Governo Federal e Estadual, para atender os prazos limites estabelecidos.

**Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 37/2013 PMN**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 037/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : CONSTRUTORA POLICONS LTDA ME

Vigência : Início: 28/03/2013 Término: 30/05/2013

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 54/2012

Recursos: Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 072/2012, REFERENTE À CONCORRENCIA PÚBLICA 54/2012 PARA A PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS EM CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS: ANTONIO MARIA E EDELBERTO HONORATO NUNES NO BAIRRO PORTO DAS BALSAS. RUAS LOURECI SOARES DA SILVA E PAULO NEI LAURENTINO NO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS TODAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, COM RECURSOS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO, ATRAVÉS DO PROGRAMA BADESC-CIDADES.

Navegantes, 28 de março de 2013.

**Paial****PREFEITURA****Convite 03/2013 FMS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de PAIAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CARTA CONVITE, do tipo MENOR PREÇO, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Convite 03/2013FMS. DADOS DO PROCESSO LICITATÓRIO:

Processo de Licitação 07/2013 FMS- Convite 03/2013 FMS  
JULGAMENTO MENOR PREÇO.

Objeto: Aquisição de dois veículos para o Fundo Mun. de Saúde, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA:

Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 24 abril de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início às 09 horas do mesmo dia.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Demais informações, bem como o edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal.

Município de Paial - SC em 15 de abril de 2013.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

**Palhoça****PREFEITURA****Lei Complementar Nº 140, de 15 de Abril de 2013**

LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 15 DE ABRIL DE 2013.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA. Acrescenta cargos de Conselheiros Tutelares - Suplentes e altera vencimentos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescentado ao Anexo II da Lei Complementar nº 102, de 06 de abril de 2011, que trata dos Cargos de Provimento em Comissão e das Vagas vinculas à Administração Direta, vinculado à Secretaria de Assistência Social, item "L", 03 (três) vagas de Conselheiros Tutelares - Suplentes, com o respectivo salário para o código AD-CT-5, desde que em efetivo exercício.

Art. 2º Fica alterado o vencimento do cargo de Conselheiro Tutelar, constante no anexo I da Lei Complementar nº 102, que trata do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, passando a vigorar com a seguinte redação:

“( )

Administração Direta

Espécie/Grupo: Conselheiro Tutelar - Código: AD-CT-5 - Vencimento: 1.500,00.”

Art. 3º A despesa para execução da presente Lei Complementar, corre por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 15 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.834, de 10 de Abril de 2013**

LEI Nº 3.834, DE 10 DE ABRIL DE 2013.

UTILIDADE PÚBLICA. Instituto Passo a Passo no Caminho.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores apro-vou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Passo a Passo no Caminho, inscrito no CNPJ nº 14.637.663/0001-26, com sede e foro na Rua 2005, S/N, Pinheira - Palhoça, SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.835, de 12 de Abril de 2013**

LEI Nº 3.835, DE 12 DE ABRIL DE 2013.

REPOSIÇÃO SALARIAL. Autoriza o Legislativo Municipal a rever Subsídio e Remuneração dos Servidores Municipais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores apro-vou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Legislativo Municipal autorizado a conceder reposição salarial no per-centual de 6,20% (seis virgula vinte por cento, calculados sobre a remuneração de março/2013 dos servidores públicos (ativo/inativo) e do subsídio de que trata o §4º, do art. 39, da C.F. de conformi-dade com o que dispõe o art. 37, X, da C.F obedecidas as normas constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. A reposição salarial de que trata o "caput" deste artigo, e feita com base no INPC acumulado dos meses de janeiro a dezembro de 2012.

Art. 2º As despesas com a execução desta lei, correm a conta do item próprio do or-çamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroa-gindo seus efeitos a conta de 1º de março de 2013 (§3, do art. 93, da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010).

Palhoça, em 12 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

**Resultado Pregão 40/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

40/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de colchonetes para Secretaria de Educação de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

TODT MÓVEIS LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar no item 01, totalizando R\$ 48.130,00 (quarenta e oito mil cento e trinta reais).

Palhoça, 15 de abril de 2013

**Resultado Pregão 47/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

47/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como contratação de empresa para serviços de desratização, desinsetização, limpeza de caixas d'água e limpeza de fossas para a Secretaria de Educação de acordo com

as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP ficou classifi-cada em 1º lugar no LOTE01 e LOTE 03 totalizando R\$ 65.500,00 (sessenta e cinco mil e quinhentos reais).

INSETILAR CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS LTDA ficou classi-ficada em 1º lugar no LOTE 02 totalizando R\$ 35.600,00 (trinta e cinco mil e seiscentos reais).

Palhoça, 15 de abril de 2013

**Convênio Nº 021, de 07 de Março de 2013**

CONVÊNIO Nº 021, DE 07 DE MARÇO DE 2013.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Ação Social Paroquial de Palhoça.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, ins-crito no CNPJ. nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Muni-cipal, Sr. NIRDO ARTUR LUZ, através da SECRETARIA DE ASSIS-TENCIA SOCIAL, e, de outro lado a AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº. 85.319.333/0001-30, com sede a Av. Barão do Rio Branco, nº 203 - Centro, neste município, representado neste ato pelo seu Presidente PE ANDRÉ GONZAGA portador da cédula de identidade n.º 3.390.216 e CPF n.º 919.944.039-34, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 3.825, de 07 de março de 2013 e Decreto Legislativo nº 267/2013, mediante as seguintes clausulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Convênio, a execução do Serviço de Proteção Social de Al-ta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional na Modalidade de Abrigo Institucional para Pessoas Idosas. Este convênio trata-se do repasse de recurso Estadual visando à melhoria da Gestão e da prestação dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, conforme o Plano de Trabalho (Anexo I).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Tem fundamento legal, no que couber, na Lei Federal n.º 8666 de 21/06/93, Lei n.º 8742, de 07/12/93, Lei Orgânica de Assistência Social e Lei Municipal n.º 966/99 e na Resolução do CMAS nº. 10 de 06 de Setembro de 2011(Anexo II).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO**

Para execução do presente Convênio o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊN-CIA SOCIAL, repassará a importância de R\$ 49.012,69 (quarenta e nove mil e doze reais e sessenta e nove centavos), a ser efetivado em uma única parcela, tendo como objetivo exclusivo à Execução de Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional na Modalidade de Abrigo Institucional para Pessoas Idosas, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONO-GRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à Conta do Orçamento:



Projeto - Atividade 2004 - Contribuição a Entidades não Governamentais - 3.3.50. 00.00.00.00.03.0067 - Aplicações Diretas.

VALOR TOTAL R\$ 49.012,69

§ 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao pre-sente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 2º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FMAS à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FMAS

O MUNICÍPIO/FMAS obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal de Assistência Social informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FMAS os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FMAS de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo Cumprimento dos Prazos estabelecidos quanto à Utilização dos Recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/FMAS, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FMAS, com sede no endereço acima descrito, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebimento destes;

VIII - Manter conta corrente específica junto ao Banco do ESTADO DE SANTA Catarina - BESC/SA, sob o título Entidade/Municipal/FMAS/ Proteção Especial Alta Complexidade;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

X - Devolver ao MUNICÍPIO/FMAS, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XI - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FMAS, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XII - Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO/FMAS todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIII - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XIV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção mo-netária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

#### CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XIV da Cláusula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/ou FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente pre-enchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancaria onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.  
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);
10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executa-dos por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo pro-fissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotogrâfi-cos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para compro-var a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com in-dicação da inscrição competente;
- b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efe-tuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu compro-vante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presiden-te/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, con-forme modelo: Certifico que o material/serviço constante deste do-cumento foi recebido/prestado e está em conformi-dade com as especificações nele consignadas.

, em        /        /

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previ-dência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Resolução do CMAS,

III - Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que se-guem a abaixo:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,
- b) Estatuto Social da Entidade,
- c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMAS,
- d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMP,
- e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade.

**CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO**

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FMAS, independente de procedimentos judiciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2013.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO**

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos §§ 1º e 2º da Cláusula Terceira.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo:

Palhoça, 07 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeitura Municipal

PADRE ANDRE GONZAGA

Ação Social Paroquial de Palhoça

**TESTEMUNHAS:**

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

**Segundo Termo Aditivo ao Convênio Nº 021, de 30 de Março de 2011**

Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 021, de 30 de março de 2011 - Firmado entre o Município de Palhoça e a Secretaria de Estado do Planejamento do ESTADO DE SANTA Catarina, objetivando a disposição de Servidores Municipais.

Celebram o presente Termo Aditivo ao referido Convênio o MUNICÍPIO DE PALHOÇA, com sede à Avenida Hilza Terezinha Pagani, 289, Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC, CEP 88130-000, inscrita no CNPJ sob nº. 82.892.316/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, NIRDO ARTUR LUZ, doravante designado

simplesmente MUNICÍPIO e, de outro lado, o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, sito na Rodovia SC 401, KM 5, nº 4.600, Bairro Saco Grande, Florianópolis/SC, representada neste ato pelo Secretário, MURILO FLORES, denominada simplesmente CONVENIADA, celebram entre si Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 021, de 30 de março de 2011, mediante as cláusulas condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Dá nova redação a Cláusula Terceira do Convênio nº 021, de 30 de março de 2011, celebrado entre o Município de Palhoça e a SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"CLÁUSULA TERCEIRA:**

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31/12/2013, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2013." (NR)

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias.

Palhoça, 15 de março de 2013.

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

Nirdo Artur Luz - Prefeito Municipal

Secretaria De Estado Do Planejamento De Santa Catarina

MURILO FLORES

Secretário

**TESTEMUNHAS**

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

**Papanduva**

**PREFEITURA****Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº 060/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2013. Objeto: Aquisição de kits de filtros, para a manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 29 de abril de 2013 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 29/04/2013 - 08:45hs. Base legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das

08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0\*\*47) 3653-2166.

Papanduva, 12 de abril de 2013  
DARIO SCHICOVSKI  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Portaria Nº 010/13 de 16 de Abril de 2013

PORTARIA Nº 010/13 DE 16 DE ABRIL DE 2013

"NOMEIA O SENHOR LUIZ EDUARDO SALIBA, PARA EXERCER O CARGO DE PROCURADOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado a partir de 16 de abril de 2013, o Senhor LUIZ EDUARDO SALIBA, Brasileiro, Solteiro, portador do CPF nº. 043.981.289-56, PIS nº. 201.66463.81-1, residente e domiciliado à Rua Augustinho Teixeira de Lima, 450, Centro, Município de Papanduva, ESTADO DE SANTA Catarina, no cargo de Procurador Jurídico - Cargo Efetivo da Câmara de Municipal de Papanduva, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios do ESTADO DE SANTA Catarina, com efeitos retroativos a contar de 16 de abril de 2013.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 16 de abril de 2013.  
JACINTA MIKALOVICZ  
Presidente da Mesa

ADENIZ HUMENHUKA  
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI  
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI  
2º Secretário

### Termo de Posse 003/2013

TERMO DE POSSE 003/2013

Aos 16 dias do mês de abril do ano de 2013, na sede da Câmara Municipal de Papanduva, ESTADO DE SANTA Catarina, compareceu o Sr. LUIZ EDUARDO SALIBA, a fim de tomar posse no cargo de PROCURADOR JURÍDICO - CARGO EFETIVO.

Nesta Oportunidade foi lhe dada posse pela Senhora JACINTA MIKALOVICZ, Presidenta da Câmara Municipal de Papanduva, comprometendo-se o empossado a desempenhar suas funções com dignidade, responsabilidade, disciplina e honradez.

Nada mais havendo a constar e sabendo o empossado que o ato referido não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função, lavrou-se o presente termo de posse que vai devidamente assinado pelas partes.

Papanduva, 16 de abril de 2013  
JACINTA MIKALOVICZ  
Presidenta

LUIZ EDUARDO SALIBA  
Servidor

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### 1ª Errata ao Dital de Processo Seletivo 005/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES.

1ª Errata ao Processo Seletivo 005/2013

O Prefeito Municipal de Paulo Lopes, tona público a 1º Errata ao Processo Seletivo 005/2013. No que se refere ao item 3.0, quadro de vagas, área 06, fica excluído o cargo de professor de artes. As demais especificações continuam inalteradas.

Paulo Lopes 16 de abril de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### Editais de Multas 313 a 324/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000319/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MCE2371 54095082E 20/10/2012 73400 252 \* IV

MEC1056 55596623D 26/09/2012 73662 252 \* VI

MFA5928 54095002E 06/10/2012 51851 167

MFA5928 54095002E 06/10/2012 51852 167

MGL7048 55328447C 07/10/2012 73662 252 \* VI  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000318/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MHS8739 54095055E 05/10/2012 51852 167  
MKA6499 54095052E 05/10/2012 55250 181 \* XV  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000317/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MBG2137 55596601D 08/09/2012 67691 230 \* XXII  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000323/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MBZ1479 55596525D 01/11/2012 69200 233  
MCI5011 55596505D 08/11/2012 69200 233  
MEB9436 55596712D 03/12/2012 51851 167  
MEH6249 54095083E 04/11/2012 70481 244 \* II  
MEH6249 54095084E 04/11/2012 70483 244 \* II  
MEH6249 54095085E 04/11/2012 58350 195  
MFP0803 54095089E 13/11/2012 55411 181 \* XVII  
MGV4356 55596664D 29/11/2012 58350 195  
MGV4356 55596662D 29/11/2012 51852 167  
MGV4356 55596662D 29/11/2012 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000320/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO

UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

MFA5928 55596549D 24/08/2012 65482 229 85.12  
MFP8433 54327725D 22/08/2012 65992 230 \* V 191.53  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.392 000314/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N.149/2003 DO CONTRAN.

SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR, IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART.257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

HJJ9353 55596707D 04/09/2012 65992 230 \* V  
HJJ9353 55596707D 04/09/2012 65565 230 \* I  
MBC4992 55596695D 02/09/2012 51852 167  
MBC4992 55596694D 02/09/2012 69471 235  
MDS0928 55596652D 03/09/2012 50100 162 \* I  
MDS0928 55596654D 03/09/2012 51180 164 c/c 162 \* I  
MDS0928 55596653D 03/09/2012 65561 230 \* I  
MEI4706 55596692D 02/09/2012 52743 175  
MEI4706 55596691D 02/09/2012 58350 195  
MEY4980 55596697D 02/09/2012 51852 167  
MEY4980 55596696D 02/09/2012 69471 235  
MFV1443 55596512D 23/08/2012 69200 233  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.392 000313/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N.149/2003 DO CONTRAN.

SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR, IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART.257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

CIC2938 55596511D 17/08/2012 69200 233  
LYA0217 55596617D 20/09/2012 70302 244 \* I  
LYA0217 55596616D 20/09/2012 69120 232  
LYA0217 55596615D 20/09/2012 51180 164 c/c 162 \* I  
LYA0217 55596614D 20/09/2012 50100 162 \* I  
LYA0217 55596613D 20/09/2012 65992 230 \* V  
MFV8511 55596681D 24/08/2012 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.392 000324/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

MDU1556 55596660D 11/09/2012 65300 228 127.69

MEN6783 55596621D 23/09/2012 51852 167 127.69

MEW6920 55596607D 14/09/2012 51930 168 191.53

MEW6920 55596608D 14/09/2012 51851 167 127.69  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000315/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LXG1268 55596619D 23/09/2012 69471 235

LXG1268 55596618D 23/09/2012 51851 167

MBX8234 55596517D 06/09/2012 69200 233

MEZ2672 55596606D 14/09/2012 64080 221

MEZ2672 55596604D 14/09/2012 69200 233

MEZ2672 55596603D 14/09/2012 51180 164 c/c 162 \* I

MEZ2672 55596602D 14/09/2012 50100 162 \* I

MEZ3016 55596661D 12/09/2012 50100 162 \* I

MEZ3016 55596661D 12/09/2012 65992 230 \* V

MGF8229 55596515D 04/09/2012 69200 233

MGQ1706 55596625D 26/09/2012 55250 181 \* XV

MIE2854 55328443C 05/10/2012 65050 227 \* III  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000321/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MAT9731 54095079E 11/10/2012 55250 181 \* XV

MES8144 54095080E 20/10/2012 55250 181 \* XV

MFD5848 55596522D 18/10/2012 69200 233

MJQ1396 54095078E 11/10/2012 55411 181 \* XVII

MLV3839 54095003E 12/10/2012 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO

**COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000316/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO  
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.  
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

-----  
EUE1508 55596546D 24/08/2012 65482 229 85.12  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO  
COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000322/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO  
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.  
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

-----  
INB8719 55596686D 30/08/2012 70302 244 \* I 191.53  
INB8719 55596687D 30/08/2012 66020 230 \* VI 191.53  
LXA4833 55596689D 02/09/2012 50100 162 \* I 574.61  
LXA4833 55596690D 02/09/2012 51180 164 c/c 162 \* I 574.61  
MFQ2155 55596683D 30/08/2012 65992 230 \* V 191.53  
MFQ2155 55596684D 30/08/2012 69120 232 53.20  
MIU3964 55596655D 02/09/2012 51930 168 191.53  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 16 DE ABRIL DE 2013.  
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 3.814, de 12 de Abril de 2013

DECRETO Nº 3.814, DE 12 DE ABRIL DE 2013  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.

#### DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 76.732,35 (Setenta e seis mil, setecentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo  
Unidade Orçamentária: 0206 - Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infraestrutura Urbana  
Programa: 1501 - Urbanização de Vias  
Atividade: 3043 - Pavimentação de Ruas e Passeios  
Modalidade de Aplicação: 4490-0000  
Fonte: 0389 - Alienação de Bens

Total Suplementado R\$ 76.732,35

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 76.732,35 (Setenta e seis mil, setecentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos), por conta do Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2012, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial, Fonte 0189 Banco do Brasil, conta 5.716-9.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, EM 12 DE ABRIL DE 2013.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal



## Anexos da LRF

+[ CPL ]-----{ 001 }+	
	Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
	Balanco Orçamentário
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.476.116,00	12.476.116,00	2.106.095,08	16,880	2.106.095,08	16,880	10.370.020,92
RECEITAS CORRENTES	12.465.100,00	12.465.100,00	1.878.099,29	15,070	1.878.099,29	15,070	10.587.000,71
RECEITA TRIBUTÁRIA	456.600,00	456.600,00	45.326,81	9,930	45.326,81	9,930	411.273,19
IMPOSTOS	302.000,00	302.000,00	34.864,69	11,540	34.864,69	11,540	267.135,31
TAXAS	91.600,00	91.600,00	10.462,12	11,420	10.462,12	11,420	81.137,88
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - CM	63.000,00	63.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	63.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	411.700,00	411.700,00	38.140,39	9,260	38.140,39	9,260	373.559,61
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	360.000,00	360.000,00	30.053,14	8,350	30.053,14	8,350	329.946,86
CONTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	51.700,00	51.700,00	8.087,25	15,640	8.087,25	15,640	43.612,75
RECEITA PATRIMONIAL	826.650,00	826.650,00	36.403,32	4,400	36.403,32	4,400	790.246,68
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	5.000,00	5.000,00	376,60	7,530	376,60	7,530	4.623,40
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	761.650,00	761.650,00	31.642,02	4,150	31.642,02	4,150	730.007,98
Outras Receitas Patrimoniais	60.000,00	60.000,00	4.384,70	7,310	4.384,70	7,310	55.615,30
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	60.000,00	60.000,00	4.384,70	7,310	4.384,70	7,310	55.615,30
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.000,00	1.000,00	60,00	6,000	60,00	6,000	940,00
Outras Receitas Agropecuárias	1.000,00	1.000,00	60,00	6,000	60,00	6,000	940,00
RECEITA DE SERVIÇOS	25.000,00	25.000,00	3.140,00	12,560	3.140,00	12,560	21.860,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.611.000,00	10.611.000,00	1.742.475,50	16,420	1.742.475,50	16,420	8.868.524,50
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.547.000,00	10.547.000,00	1.742.475,50	16,520	1.742.475,50	16,520	8.804.524,50
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	64.000,00	64.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	64.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	133.150,00	133.150,00	12.553,27	9,430	12.553,27	9,430	120.596,73
MULTAS E JUROS DE MORA	40.600,00	40.600,00	2.753,39	6,780	2.753,39	6,780	37.846,61
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.000,00	4.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	4.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	13.500,00	13.500,00	2.076,08	15,380	2.076,08	15,380	11.423,92
RECEITAS DIVERSAS	75.050,00	75.050,00	7.723,80	10,290	7.723,80	10,290	67.326,20
RECEITAS DE CAPITAL	11.016,00	11.016,00	227.995,79	2069,680	227.995,79	2069,680	-216.979,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	11.000,00	11.000,00	25.423,52	231,120	25.423,52	231,120	-14.423,52
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	11.000,00	11.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	11.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	25.423,52	0,000	25.423,52	0,000	-25.423,52
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16,00	16,00	202.572,27	1266076,	202.572,27	1266076,	-202.556,27
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	16,00	16,00	202.572,27	1266076,	202.572,27	1266076,	-202.556,27
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	742.205,00	742.205,00	35.285,27	4,750	35.285,27	4,750	706.919,73
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	13.218.321,00	13.218.321,00	2.141.380,35	100,000	2.141.380,35	100,000	11.076.940,65
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	13.218.321,00	13.218.321,00	2.141.380,35	100,000	2.141.380,35	100,000	11.076.940,65
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	13.218.321,00	13.218.321,00	2.141.380,35		2.141.380,35		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	490.472,45	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	490.472,45	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	490.472,45	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM		%	Saldo a
	INICIAL	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	RESTOS A PAGAR	NÃO		
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	(d)	(e)	(f)=(d+e)					PROCESSADOS	((g+h)	/E )	Liquidar
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	12.474.116,00	490.474,12	12.964.590,12	2.670.732,20	2.670.732,20	1.432.562,59	1.432.562,59	0,00	11,05		11.532.027,53
DESPESAS CORRENTES	10.554.940,00	86.806,17	10.641.746,17	2.400.932,06	2.400.932,06	1.244.307,63	1.244.307,63	0,00	11,69		9.397.438,54
Pessoal e Encargos Sociais	4.933.915,00	14.901,30	4.948.816,30	657.490,67	657.490,67	633.576,86	633.576,86	0,00	12,80		4.315.239,44
Juros/Encargos da Dívida	145.000,00	0,00	145.000,00	8.311,04	8.311,04	8.311,04	8.311,04	0,00	5,73		136.688,96
Outras despesas Correntes	5.476.025,00	71.904,87	5.547.929,87	1.735.130,35	1.735.130,35	602.419,73	602.419,73	0,00	10,86		4.945.510,14
DESPESAS DE CAPITAL	958.176,00	403.667,95	1.361.843,95	269.800,14	269.800,14	188.254,96	188.254,96	0,00	13,82		1.173.588,99
Investimentos	571.176,00	403.667,95	974.843,95	257.148,67	257.148,67	175.603,49	175.603,49	0,00	18,01		799.240,46
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		2.000,00
Amortização da Dívida	385.000,00	0,00	385.000,00	12.651,47	12.651,47	12.651,47	12.651,47	0,00	3,29		372.348,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	161.000,00	0,00	161.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		161.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		800.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	744.205,00	0,00	744.205,00	51.142,62	51.142,62	51.142,62	51.142,62	0,00	6,87		693.062,38
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	13.218.321,00	490.474,12	13.708.795,12	2.721.874,82	2.721.874,82	1.483.705,21	1.483.705,21	0,00	10,82		12.225.089,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Refinanciamento de Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	13.218.321,00	490.474,12	13.708.795,12	2.721.874,82	2.721.874,82	1.483.705,21	1.483.705,21	0,00	10,82		12.225.089,91
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	657.675,14	-	-		-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	13.218.321,00	490.474,12	13.708.795,12	2.721.874,82	2.721.874,82	2.141.380,35	2.141.380,35	0,00	10,82		12.225.089,91

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS		até o Bimestre	%	SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%			
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)		(a-c)
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	120.000,00	120.000,00	8.553,91	7,130	8.553,91	7,130	111.446,09
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	622.205,00	622.205,00	26.731,36	4,300	26.731,36	4,300	595.473,64
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	622.205,00	622.205,00	26.731,36	4,300	26.731,36	4,300	595.473,64
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	120.000,00	120.000,00	8.553,91	7,130	8.553,91	7,130	111.446,09
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	742.205,00	742.205,00	35.285,27	4,750	35.285,27	4,750	706.919,73
TOTAL	742.205,00	742.205,00	35.285,27		35.285,27		706.919,73

									INSCRITAS EM			
									RESTOS A PAGAR			
									NÃO	%		
									PROCESSADOS	((g+h)	Saldo a	
									(h)	/E )	Liquidar	
									(g)		(f-(g+h))	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício					
	(d)	(e)	(f)=(d+e)									
DESPESAS CORRENTES	744.205,00	0,00	744.205,00	51.142,62	51.142,62	51.142,62	51.142,62		0,00	6,87		693.062,38
Pessoal e Encargos Sociais	744.205,00	0,00	744.205,00	51.142,62	51.142,62	51.142,62	51.142,62		0,00	6,87		693.062,38
TOTAL	744.205,00	0,00	744.205,00	51.142,62	51.142,62	51.142,62	51.142,62		0,00	6,87		693.062,38

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZÉBIO CALISTO VIECELIContadora CRC/ 031218/0-9  
SIMONE RABUSKE OLIVOResponsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	Restos a Pagar			+ - ((B+C)/TOTAL(B+C))		
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar	Não Process.	%	%	+ - ((b+c)/a)	%	%
Código FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	(I)	(J)	(K)	(L)	(M)
<b>DESPESAS</b>														
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>		<b>12.474.116,00</b>	<b>12.964.590,12</b>	<b>2.670.732,20</b>	<b>2.670.732,20</b>	<b>1.432.562,59</b>	<b>1.432.562,59</b>	<b>1.238.169,61</b>	<b>100,00</b>	<b>20,60</b>	<b>10.293.857,92</b>			
01	LEGISLATIVA	508.000,00	508.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	508.000,00			
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	508.000,00	508.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	508.000,00			
	<b>Subtotal</b>	<b>508.000,00</b>	<b>508.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>508.000,00</b>			
04	ADMINISTRAÇÃO	1.912.600,00	1.912.800,00	523.007,04	523.007,04	233.377,75	233.377,75	289.629,29	19,58	27,34	1.389.792,96			
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.912.600,00	1.912.800,00	523.007,04	523.007,04	233.377,75	233.377,75	289.629,29	19,58	27,34	1.389.792,96			
	<b>Subtotal</b>	<b>2.420.600,00</b>	<b>2.420.800,00</b>	<b>523.007,04</b>	<b>523.007,04</b>	<b>233.377,75</b>	<b>233.377,75</b>	<b>289.629,29</b>	<b>19,58</b>	<b>21,60</b>	<b>1.897.792,96</b>			
06	SEGURANÇA PÚBLICA	42.700,00	49.288,71	141,50	141,50	111,50	111,50	30,00	0,01	0,29	49.147,21			
06.181	POLICIAMENTO	42.700,00	49.288,71	141,50	141,50	111,50	111,50	30,00	0,01	0,29	49.147,21			
	<b>Subtotal</b>	<b>2.463.300,00</b>	<b>2.470.088,71</b>	<b>523.148,54</b>	<b>523.148,54</b>	<b>233.489,25</b>	<b>233.489,25</b>	<b>289.659,29</b>	<b>19,59</b>	<b>21,18</b>	<b>1.946.940,17</b>			
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	399.202,00	407.202,00	56.085,79	56.085,79	54.095,69	54.095,69	1.990,10	2,10	13,77	351.116,21			
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	63.000,00	63.000,00	7.450,75	7.450,75	7.450,75	7.450,75	0,00	0,28	11,83	55.549,25			
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	336.202,00	344.202,00	48.635,04	48.635,04	46.644,94	46.644,94	1.990,10	1,82	14,13	295.566,96			
	<b>Subtotal</b>	<b>2.862.502,00</b>	<b>2.877.290,71</b>	<b>579.234,33</b>	<b>579.234,33</b>	<b>287.584,94</b>	<b>287.584,94</b>	<b>291.649,39</b>	<b>21,69</b>	<b>20,13</b>	<b>2.298.056,38</b>			
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	582.205,00	582.205,00	66.676,74	66.676,74	66.676,74	66.676,74	0,00	2,50	11,45	515.528,26			
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	582.205,00	582.205,00	66.676,74	66.676,74	66.676,74	66.676,74	0,00	2,50	11,45	515.528,26			
	<b>Subtotal</b>	<b>3.444.707,00</b>	<b>3.459.495,71</b>	<b>645.911,07</b>	<b>645.911,07</b>	<b>354.261,68</b>	<b>354.261,68</b>	<b>291.649,39</b>	<b>24,18</b>	<b>18,67</b>	<b>2.813.584,64</b>			
10	SAÚDE	2.446.312,00	2.491.429,54	886.334,64	886.334,64	303.367,32	303.367,32	582.967,32	33,19	35,58	1.605.094,90			
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	2.327.712,00	2.372.829,54	846.642,11	846.642,11	303.367,32	303.367,32	543.274,79	31,70	35,68	1.526.187,43			
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	16.500,00	16.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.500,00			
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	10.600,00	10.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.600,00			
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	86.000,00	86.000,00	39.692,53	39.692,53	0,00	0,00	39.692,53	1,49	46,15	46.307,47			
10.605	ABASTECIMENTO	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00			
	<b>Subtotal</b>	<b>5.891.019,00</b>	<b>5.950.925,25</b>	<b>1.532.245,71</b>	<b>1.532.245,71</b>	<b>657.629,00</b>	<b>657.629,00</b>	<b>874.616,71</b>	<b>57,37</b>	<b>25,75</b>	<b>4.418.679,54</b>			
12	EDUCAÇÃO	2.082.145,00	2.257.965,29	349.445,05	349.445,05	218.789,78	218.789,78	130.655,27	13,08	15,48	1.908.520,24			
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.751.315,00	1.927.135,29	326.095,95	326.095,95	195.502,44	195.502,44	130.593,51	12,21	16,92	1.601.039,34			
12.364	ENSINO SUPERIOR	70.000,00	70.000,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00	0,00	0,22	8,29	64.200,00			
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	240.830,00	240.830,00	17.549,10	17.549,10	17.487,34	17.487,34	61,76	0,66	7,29	223.280,90			
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00			
	<b>Subtotal</b>	<b>7.973.164,00</b>	<b>8.208.890,54</b>	<b>1.881.690,76</b>	<b>1.881.690,76</b>	<b>876.418,78</b>	<b>876.418,78</b>	<b>1.005.271,98</b>	<b>70,46</b>	<b>22,92</b>	<b>6.327.199,78</b>			
13	CULTURA	116.002,00	116.002,00	30.481,20	30.481,20	17.610,00	17.610,00	12.871,20	1,14	26,28	85.520,80			
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	116.002,00	116.002,00	30.481,20	30.481,20	17.610,00	17.610,00	12.871,20	1,14	26,28	85.520,80			
	<b>Subtotal</b>	<b>8.089.166,00</b>	<b>8.324.892,54</b>	<b>1.912.171,96</b>	<b>1.912.171,96</b>	<b>894.028,78</b>	<b>894.028,78</b>	<b>1.018.143,18</b>	<b>71,60</b>	<b>22,97</b>	<b>6.412.720,58</b>			
15	URBANISMO	284.744,00	442.250,20	189.225,28	189.225,28	109.382,99	109.382,99	79.842,29	7,09	42,79	253.024,92			
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	40.002,00	40.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.002,00			
15.452	SERVIÇOS URBANOS	244.742,00	402.248,20	189.225,28	189.225,28	109.382,99	109.382,99	79.842,29	7,09	47,04	213.022,92			
	<b>Subtotal</b>	<b>8.373.910,00</b>	<b>8.767.142,74</b>	<b>2.101.397,24</b>	<b>2.101.397,24</b>	<b>1.003.411,77</b>	<b>1.003.411,77</b>	<b>1.097.985,47</b>	<b>78,68</b>	<b>23,97</b>	<b>6.665.745,50</b>			
16	HABITAÇÃO	50.000,00	56.330,57	19.423,77	19.423,77	16.135,16	16.135,16	3.288,61	0,73	34,48	36.906,80			
16.482	HABITAÇÃO URBANA	50.000,00	56.330,57	19.423,77	19.423,77	16.135,16	16.135,16	3.288,61	0,73	34,48	36.906,80			
	<b>Subtotal</b>	<b>8.423.910,00</b>	<b>8.823.473,31</b>	<b>2.120.821,01</b>	<b>2.120.821,01</b>	<b>1.019.546,93</b>	<b>1.019.546,93</b>	<b>1.101.274,08</b>	<b>79,41</b>	<b>24,04</b>	<b>6.702.652,30</b>			
17	SANEAMENTO	20.002,00	20.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.002,00			
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	20.002,00	20.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.002,00			
	<b>Subtotal</b>	<b>8.443.912,00</b>	<b>8.843.475,31</b>	<b>2.120.821,01</b>	<b>2.120.821,01</b>	<b>1.019.546,93</b>	<b>1.019.546,93</b>	<b>1.101.274,08</b>	<b>79,41</b>	<b>23,98</b>	<b>6.722.654,30</b>			
18	GESTÃO AMBIENTAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00			
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00			
	<b>Subtotal</b>	<b>8.446.912,00</b>	<b>8.846.475,31</b>	<b>2.120.821,01</b>	<b>2.120.821,01</b>	<b>1.019.546,93</b>	<b>1.019.546,93</b>	<b>1.101.274,08</b>	<b>79,41</b>	<b>23,97</b>	<b>6.725.654,30</b>			
20	AGRICULTURA	531.202,00	531.202,00	93.142,40	93.142,40	51.158,37	51.158,37	41.984,03	3,49	17,53	438.059,60			
20.601	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL	68.202,00	68.202,00	189,00	189,00	189,00	189,00	0,00	0,01	0,28	68.013,00			

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

|

| Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| MARÇO/2012 A FEVEREIRO/2013 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
ESPECIFICAÇÃO	03/2012	04/2012	05/2012	06/2012	07/2012	08/2012	09/2012
RECEITAS CORRENTES (I)	1.073.798,27	1.260.762,76	1.214.168,33	1.011.658,78	985.457,38	940.306,43	977.945,58
Receita Tributária	27.366,32	115.830,92	29.306,05	14.087,68	15.087,43	22.283,46	25.577,80
IPTU	0,00	61.107,11	5.354,91	1.088,65	422,22	378,18	626,21
ISS	7.552,83	9.511,80	14.671,80	5.655,11	7.544,34	12.659,21	10.547,98
ITBI	2.854,40	0,00	648,81	0,00	680,00	2.273,56	1.930,18
IRRF	7.114,13	7.012,69	5.339,62	5.202,94	5.662,57	6.126,51	8.716,68
Outras	9.844,96	38.199,32	3.290,91	2.140,98	778,30	846,00	3.756,75
Receita de Contribuições	30.882,23	30.828,22	32.030,96	32.106,62	31.397,99	31.976,90	31.267,81
Receita Patrimonial	56.337,93	74.668,93	49.232,34	38.980,81	64.183,66	39.500,63	56.334,57
Receita Agropecuária	0,00	0,00	30,00	0,00	60,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.520,00	610,00	2.825,00	3.327,50	1.835,00	1.075,00	1.450,00
Transferências Correntes	882.324,95	1.029.467,44	1.092.133,79	914.684,66	855.542,53	839.729,75	850.611,03
Cota-Parte do FPM	354.074,98	446.250,60	499.099,71	425.906,21	318.052,52	350.964,29	307.088,59
Cota-Parte do ICMS	324.437,46	345.032,52	300.113,91	312.474,79	305.582,79	305.883,49	354.991,34
Cota-Parte do IPVA	33.164,34	40.462,32	45.857,35	44.725,69	51.893,00	39.420,00	30.615,27
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	12,82	0,00	518,76
Transf.da LC 87/1996	1.685,19	1.685,19	1.685,19	1.685,19	1.685,19	1.685,19	0,00
Transferência do FUNDEB	76.796,56	81.080,81	78.791,52	77.239,69	71.403,95	74.085,14	83.235,12
Outras Transferências	92.166,42	114.956,00	166.586,11	52.653,09	106.912,26	67.691,64	74.161,95
Demais Receitas Correntes	75.366,84	9.357,25	8.610,19	8.471,51	17.350,77	5.740,69	12.704,37
II-DEDUÇÕES	170.864,26	194.643,77	198.611,70	185.846,02	164.299,08	168.741,48	167.136,51
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	27.191,35	26.896,04	28.058,83	27.814,14	27.852,75	28.044,42	27.374,73
Servidor	27.191,35	26.896,04	28.058,83	27.814,14	27.852,75	28.044,42	27.374,73
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	143.672,91	167.747,73	170.552,87	158.031,88	136.446,33	140.697,06	139.761,78
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	902.934,01	1.066.118,99	1.015.556,63	825.812,76	821.158,30	771.564,95	810.809,07

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | MARÇO/2012 A FEVEREIRO/2013 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
	10/2012	11/2012	12/2012	01/2013	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	991.730,12	1.138.061,69	1.453.027,81	1.058.601,90	1.182.261,35	13.287.780,40	14.662.600,00
Receita Tributária	27.363,61	25.997,84	42.194,70	21.146,97	24.179,84	390.422,62	456.600,00
IPTU	789,89	283,12	3.416,57	228,88	0,00	73.695,74	70.000,00
ISS	10.412,99	9.990,45	14.191,01	12.045,73	4.453,86	119.237,11	110.000,00
ITBI	7.282,33	5.252,78	5.377,80	252,74	342,37	26.894,97	36.000,00
IRRF	8.509,93	9.018,88	16.990,84	5.767,14	11.773,97	97.235,90	86.000,00
Outras	368,47	1.452,61	2.218,48	2.852,48	7.609,64	73.358,90	154.600,00
Receita de Contribuições	31.508,54	31.465,50	80.712,64	8.383,15	29.757,24	402.317,80	411.700,00
Receita Patrimonial	74.506,37	42.620,53	67.406,56	24.450,24	11.953,08	600.175,65	826.650,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	60,00	30,00	30,00	210,00	1.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	4.205,00	3.015,00	1.785,00	1.355,00	23.002,50	25.000,00
Transferências Correntes	849.733,30	1.026.407,15	1.245.857,67	997.160,55	1.108.078,91	11.691.731,73	12.808.500,00
Cota-Parte do FPM	325.988,39	440.626,86	498.044,23	459.205,74	617.812,22	5.043.114,34	6.100.000,00
Cota-Parte do ICMS	334.452,46	359.939,06	363.850,15	354.456,84	317.986,29	3.979.201,10	4.400.000,00
Cota-Parte do IPVA	48.505,55	27.330,76	11.404,28	22.216,15	31.059,31	426.654,02	400.000,00
Cota-Parte do ITR	1.559,77	5,52	0,00	0,00	13,78	2.110,65	1.500,00
Transf.da LC 87/1996	3.370,38	1.685,19	1.685,19	0,00	0,00	16.851,90	26.000,00
Transferência do FUNDEB	77.833,41	83.169,49	78.002,41	83.009,21	80.168,51	944.815,82	1.000.000,00
Outras Transferências	58.023,34	113.650,27	292.871,41	78.272,61	61.038,80	1.278.983,90	881.000,00
Demais Receitas Correntes	8.618,30	7.365,67	13.781,24	5.645,99	6.907,28	179.920,10	133.150,00
II-DEDUÇÕES	171.569,34	194.251,89	253.123,17	172.828,16	219.988,94	2.261.904,32	2.427.500,00
Contrib.EMPREGADORES e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	27.692,33	27.239,47	76.869,10	4.400,08	25.653,06	355.086,30	230.000,00
Servidor	27.692,33	27.239,47	76.869,10	4.400,08	25.653,06	355.086,30	230.000,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	143.877,01	167.012,42	176.254,07	168.428,08	194.335,88	1.906.818,02	2.197.500,00
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	820.160,78	943.809,80	1.199.904,64	885.773,74	962.272,41	11.025.876,08	12.235.100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/ 031218/0-9  
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	616.953,36	616.953,36	604.301,89
DEDUÇÕES (II)	831.554,07	831.554,07	1.459.347,46
Disponibilidade de Caixa Bruta	831.554,07	831.554,07	1.459.347,46
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-214.600,71	-214.600,71	-855.045,57
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-214.600,71	-214.600,71	-855.045,57

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-640.444,86	-640.444,86

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-30.000,00

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIARIA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (VII)	1.704.615,31	1.704.615,31	1.704.615,31
DEDUÇÕES (VIII)	3.750.872,71	3.750.872,71	3,63
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.750.872,71	3.750.872,71	3,63
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	-2.046.257,40	-2.046.257,40	1.704.611,68
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	-2.046.257,40	-2.046.257,40	1.704.611,68

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUEZBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/ 031218/0-9  
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(I)	760.000,00	760.000,00	36.024,86	36.024,86	66.691,65
RECEITAS CORRENTES	760.000,00	760.000,00	36.024,86	36.024,86	66.691,65
Receita de Contribuições	230.000,00	230.000,00	17.406,91	17.406,91	62.010,05
Pessoal Civil	230.000,00	230.000,00	17.406,91	17.406,91	12.900,62
Contribuição Patronal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	230.000,00	230.000,00	17.406,91	17.406,91	12.900,62
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	500.000,00	500.000,00	13.360,85	13.360,85	49.109,43
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	500.000,00	500.000,00	13.360,85	13.360,85	49.109,43
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	30.000,00	30.000,00	5.257,10	5.257,10	4.681,60
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(II)	622.205,00	622.205,00	26.731,36	26.731,36	28.466,37
<b>Total das Receitas Previdenciárias (V=I+II+III+IV)</b>	<b>1.382.205,00</b>	<b>1.382.205,00</b>	<b>62.756,22</b>	<b>62.756,22</b>	<b>95.158,02</b>

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(VI)	577.205,00	577.205,00	63.703,46	63.703,46	54.675,08
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	577.205,00	577.205,00	63.703,46	63.703,46	54.675,08
Pessoal e Encargos Sociais	500.000,00	500.000,00	63.703,46	63.703,46	54.675,08
Pessoal Civil	0,00	0,00	63.703,46	63.703,46	54.675,08
Aposentadorias	0,00	0,00	52.407,26	52.407,26	42.540,95
Pensões	0,00	0,00	11.296,20	11.296,20	12.134,13
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	77.205,00	77.205,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Aposent.entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Pensões entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Despesas Previdenciárias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)</b>	<b>577.205,00</b>	<b>577.205,00</b>	<b>63.703,46</b>	<b>63.703,46</b>	<b>54.675,08</b>

**Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)**      **805.000,00**      **805.000,00**      **-947,24**      **-947,24**      **40.482,94**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS - Transferência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



## RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS

## Previsão Orçamentária

Valor	0,00
-------	------

	Período de Referencia		
	Mês	Exercício	Exercício
	Anterior(01/2013)	Anterior(2012)	Atual(2013)
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>			
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	617,82	574.539,86	3,63
Investimentos	3.732.930,49	3.176.332,85	3.747.088,52

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
			No	Exerc.Atual	
	Inicial	Atualizada	Bimestre	Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>					
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	622.205,00	622.205,00	26.731,36	26.731,36	28.466,37
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	622.205,00	622.205,00	26.731,36	26.731,36	28.466,37
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	622.205,00	622.205,00	26.731,36	26.731,36	28.466,37
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME	622.205,00	622.205,00	26.731,36	26.731,36	28.466,37
Contrib . Patro. Serv. Civil Ativo	622.205,00	622.205,00	26.731,36	26.731,36	28.466,37
<b>Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias</b>	<b>622.205,00</b>	<b>622.205,00</b>	<b>26.731,36</b>	<b>26.731,36</b>	<b>28.466,37</b>

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
			No	Exerc.Atual	
	Inicial	o Exercício	Bimestre	Até o Bim.	Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS</b>					
APLICAÇÕES DIRETAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/ 031218/0-9  
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Primario |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	12.385.655,00	1.877.357,84	1.877.357,84	1.503.801,29
Receita Tributária	456.600,00	45.326,81	45.326,81	40.854,13
IPTU	70.000,00	228,88	228,88	0,00
ISS	110.000,00	16.499,59	16.499,59	10.688,03
IRRF	86.000,00	17.541,11	17.541,11	9.624,91
ITBI	36.000,00	595,11	595,11	11.267,48
Outras	154.600,00	10.462,12	10.462,12	9.273,71
Receita de Contribuição	1.153.905,00	73.425,66	73.425,66	66.793,94
Receita Previdenciária	230.000,00	30.053,14	30.053,14	22.005,00
Outras Contribuições	181.700,00	8.087,25	8.087,25	7.334,41
Receitas Previdenciárias	742.205,00	35.285,27	35.285,27	37.454,53
Receita Patrimonial Líquida	5.000,00	376,60	376,60	480,00
Receita Patrimonial	826.650,00	36.403,32	36.403,32	90.032,52
(-) Aplicações Financeiras	761.650,00	31.642,02	31.642,02	81.525,61
Transferências Correntes	10.611.000,00	1.742.475,50	1.742.475,50	1.381.066,00
FPM	4.880.000,00	861.614,43	861.614,43	671.124,94
ICMS	3.520.000,00	537.954,65	537.954,65	496.486,16
Outras Transferências	2.211.000,00	342.906,42	342.906,42	213.454,90
Demais Receitas Correntes	159.150,00	15.753,27	15.753,27	14.607,22
Dívida Ativa	13.500,00	2.076,08	2.076,08	3.340,77
Diversas Receitas Correntes	145.650,00	13.677,19	13.677,19	11.266,45
Receitas de Capital (II)	11.016,00	227.995,79	227.995,79	402.172,25
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	11.000,00	25.423,52	25.423,52	0,00
Tranferências de Capital	16,00	202.572,27	202.572,27	402.172,25
Outras Transferências de Capital	16,00	202.572,27	202.572,27	402.172,25
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	16,00	202.572,27	202.572,27	402.172,25
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	12.385.671,00	2.079.930,11	2.079.930,11	1.905.973,54

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	11.385.951,17	1.295.450,25	1.295.450,25	1.045.678,03
Pessoal e Encargos Sociais	5.663.221,30	680.253,48	680.253,48	411.878,42
Outras Despesas Correntes	5.577.729,87	606.885,73	606.885,73	632.756,85
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	145.000,00	8.311,04	8.311,04	1.042,76
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	11.240.951,17	1.287.139,21	1.287.139,21	1.044.635,27
Despesas de Capital (XI)	1.361.843,95	188.254,96	188.254,96	368.739,68
Investimentos	974.843,95	175.603,49	175.603,49	362.680,70
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	385.000,00	12.651,47	12.651,47	6.058,98
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	976.843,95	175.603,49	175.603,49	362.680,70
Reserva de Conting. (XVI)	161.000,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	-3.920,52	-3.920,52	0,00
DESP.PRIM.TOT.(XVIII)=X+XV+XVI+XVII	12.378.795,12	1.458.822,18	1.458.822,18	1.407.315,97
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	6.875,88	621.107,93	621.107,93	498.657,57
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			490.472,45	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-242.650,00



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
| Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |  
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
| Demonstrativo do Resultado Primario |  
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
| JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/ 031218/0-9  
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de PINHEIRO PRETO  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RRRO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	
				(c)=(b/a)x100	
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	311.900,00	311.900,00	36.406,80	36.406,80	11,67
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	79.000,00	79.000,00	1.129,53	1.129,53	1,43
1.1.1- Imposto s/ Propr. Predial e Territorial U	70.000,00	70.000,00	228,88	228,88	0,33
1.1.2- Multas e Juros de Mora do IPTU	1.000,00	1.000,00	35,90	35,90	3,59
1.1.3- Receita de Dívida Ativa Tributária do IPT	6.000,00	6.000,00	514,62	514,62	8,58
1.1.4- Multas/Juros de Mora Dívida Ativa Tributá	2.000,00	2.000,00	350,13	350,13	17,51
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	36.000,00	36.000,00	595,11	595,11	1,65
1.2.1- Imp. s/ Transm. Interv. Bens Imóv.e Dir.	36.000,00	36.000,00	595,11	595,11	1,65
1.3 - Receita Resultante do - ISS	110.900,00	110.900,00	17.141,05	17.141,05	15,46
1.3.1- Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	110.000,00	110.000,00	16.499,59	16.499,59	15,00
1.3.2- Multas e Juros de Mora do ISSQN	200,00	200,00	17,65	17,65	8,82
1.3.3- Receita de Dívida Ativa Tributária do ISS	500,00	500,00	528,83	528,83	105,77
1.3.4- Multas/Juros de Mora Dívida Ativa Tributá	200,00	200,00	94,98	94,98	47,49
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	86.000,00	86.000,00	17.541,11	17.541,11	20,40
1.4.1- Imp.de Renda Ret.na Fonte s/ Rend.do Trab	86.000,00	86.000,00	17.541,11	17.541,11	20,40
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.987.500,00	10.987.500,00	1.813.821,51	1.813.821,51	16,51
2.1 - Cota Parte do FPM	4.880.000,00	4.880.000,00	861.614,43	861.614,43	17,66
2.1.2- Cota-Parte do FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	1.077.017,96	1.077.017,96	17,66
2.2- Cota-Parte do ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	672.443,13	672.443,13	15,28
2.3- Transf. Financeiras do ICMS - Desoneração LC	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	60.000,00	60.000,00	11.071,18	11.071,18	18,45
2.5- Cota-Parte do ITR	1.500,00	1.500,00	13,78	13,78	0,92
2.6- Cota-Parte do IPVA	400.000,00	400.000,00	53.275,46	53.275,46	13,32
<b>3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)</b>	<b>11.299.400,00</b>	<b>11.299.400,00</b>	<b>1.850.228,31</b>	<b>1.850.228,31</b>	<b>16,37</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	
				(c)=(b/a)x100	
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	186.000,00	186.000,00	21.540,97	21.540,97	11,58
5.1- Transf.do FNDE Progroma Salário Educação	110.000,00	110.000,00	21.540,97	21.540,97	19,58
5.2- Transf.do FNDE Programa Alimentação Escolar -	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transf.do FNDE Programa Transporte Escolar -	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	64.000,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transf. Convênio Transporte Escolar Estadual	64.000,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO</b>	<b>250.000,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>21.540,97</b>	<b>21.540,97</b>	<b>8,62</b>



[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de PINHEIRO PRETO  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

FUNDEB					
	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.197.500,00	2.197.500,00	362.763,96	362.763,96	16,51
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	1.220.000,00	1.220.000,00	215.403,53	215.403,53	17,66
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	880.000,00	880.000,00	134.488,48	134.488,48	15,28
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	5.200,00	5.200,00	0,00	0,00	0,00
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	12.000,00	12.000,00	2.214,24	2.214,24	18,45
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	300,00	300,00	2,75	2,75	0,92
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	80.000,00	80.000,00	10.654,96	10.654,96	13,32
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.006.000,00	1.006.000,00	163.328,75	163.328,75	16,24
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	1.000.000,00	1.000.000,00	163.177,72	163.177,72	16,32
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	6.000,00	6.000,00	151,03	151,03	2,52
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0)	1.197.500,00	1.197.500,00	199.586,24	199.586,24	16,67

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	990.400,00	990.400,00	78.472,78	78.472,78	7,92
13.1 - Com Educação Infantil	175.000,00	175.000,00	11.545,78	11.545,78	6,60
13.2 - Com Ensino Fundamental	815.400,00	815.400,00	66.927,00	66.927,00	8,21
14.0 - OUTRAS DESPESAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	991.400,00	991.400,00	78.472,78	78.472,78	7,92

## DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	249,84
<b>18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)</b>	<b>249,84</b>
<b>19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL ((13.0-18.0)/11.0) x 100)</b>	<b>% 47,89</b>

## CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
<b>20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM &lt;EXERCÍCIO ANTERIOR&gt; QUE NÃO FORAM UTILIZADOS</b>	<b>0,00</b>
<b>21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013</b>	<b>0,00</b>

## MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	2.824.850,00	2.824.850,00	462.557,08	462.557,08	16,37
	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	244.230,00	244.230,00	19.267,55	19.267,55	7,89
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	175.000,00	175.000,00	11.545,78	11.545,78	6,60
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	69.230,00	69.230,00	7.721,77	7.721,77	11,15
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.771.520,00	1.771.520,00	193.486,92	193.486,92	10,92
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	816.400,00	816.400,00	66.927,00	66.927,00	8,20
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	955.120,00	955.120,00	126.559,92	126.559,92	13,25
25.0 - ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[ www.cplinformatica.com.br ]

003

Município de PINHEIRO PRETO  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	20.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)</b>	<b>2.035.750,00</b>	<b>2.055.750,00</b>	<b>212.754,47</b>	<b>212.754,47</b>	<b>10,35</b>

## DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

Valor

30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	199.586,24
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	151,03
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	249,84
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	199.185,37
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)	411.939,84

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 22,26

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	100.000,00	108.044,99	8.288,00	8.288,00	7,67
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	114.000,00	114.000,00	3.062,75	3.062,75	2,69
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	214.000,00	222.044,99	11.350,75	11.350,75	5,11
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	2.249.750,00	2.277.794,99	224.105,22	224.105,22	9,84

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA

DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO

Saldo	Cancelado
Até o	em
Bimestre	2012
(g)	(g)

46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE 0,00 0,00

## VALOR

## FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS

FUNDEB(b) FUNDEF

47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	14.876,16	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	184.811,91	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	90.603,13	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	151,03	0,00
51.0- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	109.235,97	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/ 031218/0-9  
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN



DOM/SC

Assinado Digitalmente

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações Cred.Internas Contr. Relat.Programa Governo	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações Cred. Internas p/Programa de Educação.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações Credito Interna Relat.Programa de Governo	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	1.361.843,95	188.254,96	188.254,96	1.173.588,99
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	1.361.843,95	188.254,96	188.254,96	1.173.588,99
--------------------------------	--------------	------------	------------	--------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-1.361.843,95	-188.254,96	-188.254,96	-1.173.588,99
-------------------	---------------	-------------	-------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/ 031218/0-9  
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	11.000,00	25.423,52	-14.423,52
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Outros Bens Móveis	11.000,00	0,00	11.000,00
Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	25.423,52	-25.423,52
Total	11.000,00	25.423,52	-14.423,52

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	11.000,00	0,00	11.000,00
Despesas de Capital	11.000,00	0,00	11.000,00
Investimentos	11.000,00	0,00	11.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	11.000,00	0,00	11.000,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	8.652,18	25.423,52	34.075,70

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/ 031218/0-9  
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |

Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	11.292.900,00	11.292.900,00	1.849.184,86	16,37
Impostos	305.400,00	305.400,00	35.363,35	11,58
Imposto s/ Propr. Predial e Territorial Urbana -	70.000,00	70.000,00	228,88	0,33
Imp.de Renda Ret.na Fonte s/ Rend.do Trabalho -	86.000,00	86.000,00	17.541,11	20,40
Imp. s/ Transm. Interv. Bens Imóv.e Dir. Reais -	36.000,00	36.000,00	595,11	1,65
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - IS	110.000,00	110.000,00	16.499,59	15,00
Multas e Juros de Mora do IPTU	1.000,00	1.000,00	35,90	3,59
Multas e Juros de Mora do ISSQN	200,00	200,00	17,65	8,82
Multas/Juros de Mora Dívida Ativa Tributária do	2.000,00	2.000,00	350,13	17,51
Multas/Juros de Mora Dívida Ativa Tributária do	200,00	200,00	94,98	47,49
Receitas de transf. constitucionais e Legais	10.987.500,00	10.987.500,00	1.813.821,51	16,51
da União	6.127.500,00	6.127.500,00	1.077.031,74	17,58
Cota-Parte do FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	1.077.017,96	17,66
Cota-Parte do ITR	1.500,00	1.500,00	13,78	0,92
Transf. Financeiras do ICMS - Desoneração LC nº	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00
do Estado	4.860.000,00	4.860.000,00	736.789,77	15,16
Cota-Parte do ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	672.443,13	15,28
Cota-Parte do IPVA	400.000,00	400.000,00	53.275,46	13,32
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	60.000,00	60.000,00	11.071,18	18,45
(-)Dedução para o Fundef	-2.197.500,00	-2.197.500,00	-362.763,96	16,51
Total de Receita de Impostos	9.095.400,00	9.095.400,00	1.486.420,90	16,34

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	2.469.800,00	2.514.917,54	317.166,63	12,61
Pessoal e Encargos Sociais	1.088.000,00	1.088.623,44	179.560,07	16,49
Outras Despesas Correntes	1.381.800,00	1.426.294,10	137.606,56	9,65
Despesas de Capital	131.512,00	131.512,00	1.230,00	0,94
Investimentos	130.512,00	130.512,00	1.230,00	0,94
Inversões Financeiras	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Total	2.601.312,00	2.646.429,54	318.396,63	12,03

Despesas Próprias com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	318.396,63	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	7.700,00	7.700,00	707,98	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	7.700,00	7.700,00	707,98	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	317.688,65	0,00

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+

|

| Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

+-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saúde	Aplic.Min. em 2012(e)	Aplic.Apurada em 2012(F)	RESTOS A PAGAR Insc.em 31 de dez.de 2012	Can.em 2013(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	28,26	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2012				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na	
Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	17,18

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	2.482.712,00	2.527.829,54	318.396,63	100,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	16.500,00	16.500,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	10.600,00	10.600,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	86.000,00	86.000,00	0,00	0,00
ABASTECIMENTO	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00
Total	2.601.312,00	2.646.429,54	318.396,63	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	7.700,00	7.700,00	707,98	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	7.700,00	7.700,00	707,98	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Próprias com Saúde	2.601.312,00	2.646.429,54	317.688,65	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/ 031218/0-9  
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN



[ www.cplinformatica.com.br ]

001

## Município de PINHEIRO PRETO

## Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

## JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentario - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	13.218.321,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	13.218.321,00
Receitas Realizadas	2.141.380,35	2.141.380,35
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	490.472,45
Déficit Orçamentário	0,00	490.474,12

Balanco Orcamentario - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	13.218.321,00
Dotação Atualizada	0,00	13.708.795,12
Despesas Empenhadas	2.721.874,82	2.721.874,82
Despesas Liquidadas	1.483.705,21	1.483.705,21
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	2.721.874,82	2.721.874,82
Despesas Liquidadas	1.483.705,21	1.483.705,21

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	11.025.876,08

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	62.756,22	62.756,22
Despesas Previdenciárias (IV)	63.703,46	63.703,46
Resultado Previdenciário (III-IV)	-947,24	-947,24

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	-30.000,00	-640.444,86	2134,8162
Resultado Primario	-242.650,00	621.107,93	-255,9687

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[ www.cplinformatica.com.br ]

002

## Município de PINHEIRO PRETO

## Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	22,2643
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	47,8929
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	188.254,96	1.173.588,99

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	62.756,22	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	63.703,46	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	-947,24	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	25.423,52	-14.423,52
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	11.000,00

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	317.688,65	15,00	17,18

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/ 031218/0-9  
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN





## Edital de Chamamento de Interessados Na Aquisição de Espaço Público Para Veicular Publicidade No Ginásio de Esportes

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS NA AQUISIÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA VEICULAR PUBLICIDADE NO GINÁSIO DE ESPORTES

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 26/04/2013, seleção de proposta, visando a inscrição e seleção de interessados na aquisição de espaço para publicidade no Ginásio Municipal de Esportes.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 26/04/2013, até as 09:00hs, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 09:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br)

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,  
10 DE ABRIL DE 2013  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Portaria Nº . 04, de 15 de Abril de 2013

PORTARIA Nº . 04, DE 15 DE ABRIL DE 2013

"DELEGA PODERES A COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDISON ANTONIO MANICA, Presidente da Câmara Municipal de vereadores de Pinheiro Preto, ESTADO DE SANTA Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. II, do art. 49, da Lei Orgânica Municipal, e também o inciso XXVIII do art. 28 do seu Regimento Interno e

Considerando a necessidade de se avaliar a servidora ALESSANDRA DE COSTA para fins de estagio probatório, conforme disposto na constituição federal.

Considerando que a Câmara Municipal de Vereadores não possui quadro de pessoal suficiente e nas condições hierárquicas necessárias para promover a referida avaliação da servidora,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica delegado à Comissão Municipal de Avaliação de Estagio Probatório do Poder Executivo Municipal de Pinheiro Preto/SC todos os poderes para efetuar a avaliação de estagio probatório da Servidora Legislativa ALESSANDRA DE COSTA, ocupante do cargo efetivo de contador.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DE SESSÕES DE PINHEIRO PRETO - SC,  
15 DE ABRIL DE 2013.

EDISON ANTONIO MANICA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

## Porto União

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 192/2013

DECRETO Nº 192, de 15 de abril de 2013.

Dispõe sobre a atualização monetária das "Tarifas de remoção, guarda, depósito e estadia de veículos apreendidos" em vias públicas do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, ESTADO DE SANTA Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 84, inciso I, alínea "m", da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe o Art. 8º, § 1º da Lei Municipal nº 3.727, de 06 de abril de 2010,

#### DECRETA:

Art. 1º As Tarifas constantes do Art. 9º, Incisos I, II e III terão reajuste de 7,2167% (sete vírgula vinte e um e sessenta e sete por cento), de acordo com a variação do INPC de abril de 2012 a março de 2013, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 2º Fica fixada a tarifa para cobrança das despesas decorrentes da retenção, remoção, apreensão, guarda, depósito e custódia diária de veículos, conforme abaixo:

#### I - Remoção:

a) Motocicleta, motoneta, ciclomotores e triciclos	R\$ 89,72;
b) Automóvel, caminhonete, utilitário	R\$ 101,68;
c) Caminhão, reboque, ônibus, microônibus	R\$ 155,51.

#### II - Guarda e Depósito:

a) Motocicleta, motoneta, ciclomotores e triciclos	R\$ 21,53;
b) Automóvel, caminhonete, utilitário	R\$ 33,49;
c) Caminhão, reboque, ônibus, microônibus	R\$ 53,83.

#### III - Custódia Diária:

a) Motocicleta, motoneta, ciclomotores e triciclos	R\$ 9,56;
b) Automóvel, caminhonete, utilitário	R\$ 11,96;
c) Caminhão, reboque, ônibus, microônibus	R\$ 25,05.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de abril de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

#### Resolução Nº 004/2013 - CMAS

RESOLUÇÃO de Nº 004, de 16 de abril de 2013.

Dispõe sobre aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 9.368,62 (nove mil, trezentos e sessenta e oito reais e sessenta



e dois centavos).

Parágrafo único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de auxílio funeral.

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIA MARIA BAGGIO CAUS  
Presidente do CMAS

### **Extrato de Retificação do Edital de Pregão Presencial 037/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 047/2013  
Extrato de Retificação do Edital de Pregão Presencial 037/2013

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública retificação do Edital de Processo Licitatório nº 047/2013, conforme consta a seguir, da - se nova redação ao edital. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), site [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), email [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br). Porto União SC, 16 de Abril de 2013.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato Aditivo 075/2013**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato aditivo 075/2013  
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 051/2012  
Partes: Município de Porto União e Ceres Com. e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda

#### **CLAUSULA SEGUNDA - Do Valor Contratual**

Adita-se ao aludido contrato superior o valor de R\$ 106.950,00 (cento e seis mil novecentos e cinquenta reais) o equivalente a 25% (vinte e cinco) por cento.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 10 de Abril de 2013.  
ANÍZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

### **Termo de Homologação do Pregão Presencial 033/2013**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 042/2013

#### **Pregão Presencial 033/2013**

##### **Termo de Homologação**

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Gráfica Alta Definição Ltda - EPP  
Albgraf Formulários Contínuos Ltda - EPP  
Gráfica Lumar Ltda - EPP

Porto União SC, 12 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

## **Rio do Sul**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto 3306**

DECRETO Nº 3306, de 26 de março de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 009/2013 FMS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

#### **DECRETA**

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 009/2013, de 26.02.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- Aquinpel Suprimentos para escr. Inform. e Pap. Ltda;
- Célia Regina Wambommel ME;
- Dial Departamentos Ltda ME;
- Starjet Cartuchos Remanufaturados Ltda ME;
- Blu Distribuidora de Papelaria Ltda;
- Akon Ltda ME;
- ADL Comercial Eireli EPP;
- Marlon Eising Atacadista ME;
- Licitamix Materiais de escritório Ltda - ME;
- Infotriz Comercial Ltda EPP;

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
26 de março de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS  
Secretário Municipal de Saúde.

ANEXO AO DECRETO Nº 3306/2013

Pregão Presencial 009/2013 de 26.03.2013

Objeto da Licitação: Registro de Preços para aquisição de material de papelaria, expediente e suprimentos de informática para atender necessidade desta Secretaria.

Participantes: - ADL Comercial Eireli EPP;  
- Dial Departamentos Ltda ME;  
- Akon Ltda ME;  
- Starjet Cartuchos Remanufaturados Ltda ME;  
- Infotriz Comercial Ltda;  
- JLM Com. De Prod. Alimentícios Ltda ME;  
- Célia Regina Wambommel ME;  
- Blu Distribuidora de Papelaria Ltda;  
- Aquinpel Suprimentos para escr. Inform. e Pap. Ltda;  
- Marlon Eising Atacadista ME;  
- Licitamix Materiais de Escritório Ltda - ME;  
- Sandro Vilmar Pires ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- Aquinpel Suprimentos para escr. Inform. e Pap. Ltda;  
- Célia Regina Wambommel ME;  
- Dial Departamentos Ltda ME;  
- Starjet Cartuchos Remanufaturados Ltda ME;  
- Blu Distribuidora de Papelaria Ltda;  
- Akon Ltda ME;  
- ADL Comercial Eireli EPP;  
- Marlon Eising Atacadista ME;  
- Licitamix Materiais de Escritório Ltda - ME;  
- Infotriz Comercial Ltda EPP;

#### **Decreto 3329**

DECRETO Nº 3329, de 03 de abril de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 018/2013".

O Prefeito de Rio do Sul, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

#### **DECRETA**

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 018/2013, de 19.03.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- LZK CONSTRUTORA LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
03 de abril de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração.

ANEXO AO DECRETO Nº 3329/2013  
Pregão Presencial 018/2013 de 19.03.2013

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CBUQ(CONSERTO BETUMINOSO USINADO À QUENTE) PARA MANUTENÇÃO DE LOMBADAS E RUAS DO MUNICÍPIO. SECRETARIA DE OBRAS.

Participantes:

- TERRAPLENAGEM AZZA LTDA;  
- LZK CONSTRUTORA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- LZK CONSTRUTORA LTDA.

#### **Decreto 3334**

DECRETO Nº 3334, de 08 de abril de 2013.

"EXONERA EVANOR ROSENDO SABINO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,  
**DECRETA**

Art.1º - Exonera, o servidor EVANOR ROSENDO SABINO, do cargo em comissão de Chefe Divisão Desenvolvimento Software, da Secretaria de Administração, sendo 03/04/2013 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
08 de abril de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

#### **Decreto 3335**

DECRETO Nº 3335, de 09 de abril de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL 001/2013 -FMC."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

#### **DECRETA**

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 001/2013-FMC, de 18.03.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- META EDITORA GRÁFICA LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
09 de abril de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

WILLIAN WALTER SIEVERDT  
Superintendente da Fundação Cultural De Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 3335/2013  
Pregão Presencial 001/2013 - FMC de 18.03.2013

Objeto da Licitação: Contratação de serviços para confecção da revista "Rio do Sul Nossa História Em Revista". Fundação Cultural de Rio do Sul.

Participantes: - META EDITORA GRAFICA LTDA;  
- IMPRESSORA MAYER LTDA;  
- GRÁFICA E EDITORA LIDER LTDA EPP;  
- GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- META EDITORA GRÁFICA LTDA.

### Decreto 3336

DECRETO Nº 3336 de 09 de abril de 2013  
"NOMEIA FERNANDO ANDRADE BASTOS"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010, DECRETA

Art.1º - Nomear FERNANDO ANDRADE BASTOS, para a partir de 04/04/2013, exercer o cargo em comissão - Assessor Especial de TI, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
09 de abril de 2013  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

### Decreto 3337

DECRETO Nº 3337, 10 de abril de 2013.  
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.358 de 13/12/12.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 3.553,47 (três mil, quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.097 Ações de Saúde c/ Recursos do Estado

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas

00.00.009 Convênio do Estado - Saúde R\$ 3.553,47

TOTAL R\$ 3.553,47

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 3.553,47 (três mil, quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.090 BLMAC - CEO

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos

00.00.009 Convênio do Estado - Saúde R\$ 3.553,47

TOTAL R\$ 3.553,47

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
10 de abril de 2013  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

### Decreto 3338

DECRETO Nº 3338, de 10 de abril de 2013.  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.358 de 13/12/12.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 690.038,75 (seiscentos e noventa mil, trinta e oito reais e setenta e cinco centavos), por conta do Superavit Financeiro verificado no exercício anterior na conta-corrente nº 38.096-2, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.358/2012, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.093 BLATB - Ações Agente Comunitária de Saúde

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

00.03.0364 Sup. Rec. Atenção Básica R\$ 156.534,00



2.095 BLATB - PAB FIXO - Ações Básicas

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

00.03.0364 Sup. Rec. Atenção Básica R\$ 533.504,75

TOTAL R\$ 690.038,75

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

10 de abril de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### Decreto 3339

DECRETO Nº 3339, de 10 de abril de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL 010/2013 -FMS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 010/2013-FMS, de 11.03.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- UNIDAS VEÍCULOS LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

10 de abril de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 3339/2013

Pregão Presencial 010/2013 - FMS de 11.03.2013

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO PARA USO NA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DESTA SECRETARIA.

Participantes: - RUMAR AUTOMOVEIS LTDA;  
- UNIDAS VEÍCULOS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- UNIDAS VEÍCULOS LTDA.

### Decreto 3340

DECRETO Nº 3340, 11 de abril de 2013.

"ALTERA A FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO DECRETO Nº 1.825 DE 26 DE ABRIL DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. MARIA JUCÉLIA NARDELLI".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, ESTADO DE SANTA Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 142 da Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19º e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "a", art. 6º, incisos I a IV da EC nº 41/2003, c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO, a recomendação do Tribunal de Contas do ESTADO DE SANTA Catarina, contida na Decisão nº 5323/2012 e que diz respeito sobre a retificação na fundamentação legal, qual seja, artigo 6, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o § 5º do art. 40 da Constituição Federal.

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por tempo de contribuição - especial de magistério à Sra. Maria Jucélia Nardelli, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade nº 944.656 e CPF nº 708.263.749-72, matrícula nº 16586/01, domiciliado e residente na Rua dos Pioneiros, 252 Centro em Rio do Sul - SC, no cargo de Professora, nível 2 - classe A, com proventos integrais e adicionais de 25%, com paridade partir de 1º de Maio de 2011.

Art. 2º- A presente concessão foi homologada no Tribunal de Contas do ESTADO DE SANTA Catarina, através da Decisão nº 5323/2012, em Sessão do dia 22/10/2012.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

11 de abril de 2013

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

### Portaria Nº 0477/2013

PORTARIA Nº. 0477/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Exonera, a partir de 19/03/2013, a servidora PATRICIA RAQUEL MAYR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, da função comissionada de Chefe da Divisão de Dívida Ativa Administrativa da Secretaria de Fazenda, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf



**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Nº 723/2013**

RESOLUÇÃO No 673, DE 16 DE ABRIL DE 2013

Homologa resultado de Processo Licitatório nº 04/2013, representado pelo Pregão Presencial no 02/2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/10.

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 04/2013, representado pelo Pregão Presencial no 02/2013, de acordo com decisão do Pregoeiro, nomeado pela Resolução nº 690, de 17 de janeiro de 2013, cujo resumo está representado no Termo de Adjudicação subscrito pelo Pregoeiro, ficando autorizada a contratação dos serviços licitados.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 16 de abril de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

**Extrato Pregão Presencial Nº 03/2013**

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC

PREGÃO PRESENCIAL 03/2013

PROCESSO LICITATÓRIO 06/2013

A Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, através do seu pregoeiro, designado pela Portaria nº 690/2013, torna público, que realizará Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, tipo MENOR PREÇO (PREÇO GLOBAL POR LOTE), no dia 30/04/2013, às 09:00 horas, tendo como local, o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito à Pç. 25 de Julho, nº 01, Registro de Preços para aquisição futura de água mineral sem gás e com gás, em garrafas plásticas de 500ml, copos plásticos de 200ml e garrafões plásticos de 20 litros para atender ao Poder Legislativo de Rio do Sul. Demais informações diariamente, das 07:30 às 12:00 horas no Departamento de Contabilidade da Câmara, no endereço acima, pelo site: ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, em 16 de abril de 2013.

FERNADO GUEDES

Pregoeiro

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente

**Resumo do Contrato Nº 06/2013**

RESUMO DO CONTRATO Nº 06/2013

Contratante: CAMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL / SC.

Contratada: MARCANTE EVENTOS LTDA.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para decoração na Câmara de Vereadores, a realizar-se no dia 15 de abril de 2013, no plenário da Câmara de Vereadores de Rio do Sul/SC.

Valor: R\$ 705,00 (setecentos e cinco reais).

Rio do Sul, 09 de abril de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Câmara Municipal

**Salto Veloso****PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial Nº 15/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 14/2013, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresas para fornecimento e instalação, ativação, configuração, treinamento e manutenção em garantia, de sistemas, equipamentos e link óptico para monitoramento eletrônico de logradouros públicos à distância, por circuito fechado de televisão digital em alta definição, compatíveis com estrutura de comunicação em protocolo TCP/IP, para esta cidade de Salto Veloso - SC de acordo com o Caderno de especificações técnicas e Anexo I do referido Edital.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 29/04/2013 até as 09h00min.

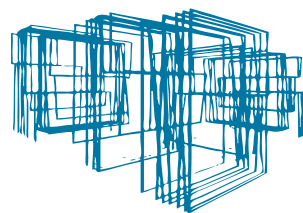
Abertura: 29/04/2013, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 15 de Abril de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**Programa de  
Gestão de Obras**

**Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil**

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)****DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1625/2013 e 1626/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1625/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKU9330	55722807D	6599/2	11/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
AOQ1558	55728093D	6599/2	21/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
ARW2180	55723281D	6700/1	08/01/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
LXU1373	55727704D	6548/2	01/12/2012	R\$ 85,12	229
LYS6396	55726221D	6920/0	21/08/2012	R\$ 127,69	233
LZS8422	55725529D	6726/1	03/12/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZY3968	55727614D	6548/2	28/11/2012	R\$ 85,12	229
MBR2161	55723169D	6920/0	09/01/2013	R\$ 127,69	233
MBY6708	55727658D	6920/0	22/11/2012	R\$ 127,69	233
MCG4890	55723282D	6912/0	10/01/2013	R\$ 53,20	232
MDW0867	55727570D	6653/2	19/01/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MEF3390	55723149D	6599/2	21/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEK8931	55727682D	6920/0	29/11/2012	R\$ 127,69	233
MEP9499	54857880C	6700/1	23/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MET4721	55727683D	6920/0	29/11/2012	R\$ 127,69	233
MGO9769	55723152D	6920/0	27/12/2012	R\$ 127,69	233
MHY6223	54075454D	6599/2	20/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIJ7736	55726425D	5010/0	08/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIJ7736	55726426D	5118/0	08/08/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1626/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEJ1683	54045123D	7366/2	22/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
AGO5814	54045475D	5541/2	05/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AKQ3146	54045431D	5746/1	04/12/2012	R\$ 85,12	187 * I
ARD2102	55727295D	5185/1	11/11/2012	R\$ 127,69	167
AWD1306	54043749D	5541/2	16/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DGZ2016	55727797D	5185/1	08/01/2013	R\$ 127,69	167
LAH6236	54045650D	5541/4	28/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZU0265	54043831D	5541/2	01/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZU0265	54045792D	5541/2	16/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEG6347	55728100D	7366/2	23/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MEL8743	54045725D	7366/2	01/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MFH5094	54045476D	5541/2	05/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFM0069	55722782D	5185/1	24/01/2013	R\$ 127,69	167
MFQ3643	54043897D	5541/6	18/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGA9658	54045363D	5541/2	19/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHB9408	54045267D	5746/1	29/10/2012	R\$ 85,12	187 * I
MHH7437	55722779D	7366/2	24/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHN5959	54043694D	7366/2	13/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MHR7029	54045461D	5541/6	19/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHU9166	55727779D	7366/2	03/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MIR7550	54045489D	5568/0	04/01/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MIT3719	54045643D	5541/2	17/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJT6498	54045420D	5746/1	26/11/2012	R\$ 85,12	187 * I
MJT8645	54043948D	5541/2	28/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MKC4191	55726570D	5525/0	02/11/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MKL6766	55727077D	5185/1	04/11/2012	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKQ4956	55727406D	5185/1	28/11/2012	R\$ 127,69	167
MMD0602	55725700D	5452/1	22/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

ANTONIO MARCOS JANTSCH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 773/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 773/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABU7166	8492043477	7455/0	19/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
AFX8276	8492048457	7471/0	15/01/2013	R\$ 574,61	218 * III
AGY3152	8492046480	6050/3	19/11/2012	R\$ 191,53	208
AGY8221	8492043341	7455/0	17/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
AJE0304	8492043380	6050/3	18/08/2012	R\$ 191,53	208
AJE1313	8492043332	7455/0	22/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
AKR1069	8492047715	6050/3	26/12/2012	R\$ 191,53	208
AMO7207	8492042831	7455/0	05/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
AOL0437	8492043447	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
ART7965	8492043425	7455/0	20/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
ASF7795	8492043407	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
AST0277	8492043421	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
BAD8550	8492042994	6050/3	09/08/2012	R\$ 191,53	208
BAD8550	8492043026	7463/0	10/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
BAL0800	8492043394	5673/2	17/08/2012	R\$ 85,12	183
BFB4475	8492043211	7455/0	14/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
BFC8516	8492046473	7455/0	17/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
BFC8516	8492046521	7455/0	15/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
BHG1498	8492048336	5673/2	14/01/2013	R\$ 85,12	183
CGG4916	8492042648	6050/3	01/08/2012	R\$ 191,53	208
COM3304	8492043288	7463/0	20/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
DZG5408	8492043339	7455/0	16/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
EKN0922	8492045829	7463/0	21/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
EUE1103	8492048404	7455/0	17/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
HBA6955	8492047687	7455/0	19/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
HMJ7264	8492043390	7455/0	21/08/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HVX4914	8492046743	7455/0	14/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
IML8161	8492043953	7463/0	30/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
IOF3728	8492046001	7455/0	27/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
KZQ6477	8492046575	7455/0	17/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXF2576	8492047162	7463/0	02/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
LXH9681	8492047793	6050/3	24/12/2012	R\$ 191,53	208
LXY3626	8492048810	7455/0	30/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXY3626	8492048817	7463/0	30/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
LYE0714	8492043296	6050/3	22/08/2012	R\$ 191,53	208
LYK1042	8492046490	6050/3	16/11/2012	R\$ 191,53	208
LYU1388	8492047037	6050/3	01/12/2012	R\$ 191,53	208
LZU8179	8492043550	6050/3	24/08/2012	R\$ 191,53	208
LZZ3174	8492048436	7471/0	13/01/2013	R\$ 574,61	218 * III
MAE3265	8492043353	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAG0354	8492043368	6050/3	17/08/2012	R\$ 191,53	208
MAN3666	8492043459	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAR1910	8492043433	7463/0	19/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAT6774	8492047457	7455/0	09/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBL6363	8492046966	7455/0	26/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBL9946	8492048356	7455/0	12/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBP0194	8492046826	7455/0	24/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBP4682	8492045942	7455/0	30/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBP4682	8492046154	7455/0	31/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBS4930	8492043336	7455/0	20/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBX9875	8492046386	7455/0	09/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCC7079	8492043582	7455/0	23/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCF4896	8492047309	5673/2	06/12/2012	R\$ 85,12	183
MCL5457	8492042894	7455/0	08/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCN5596	8492047247	5673/2	10/12/2012	R\$ 85,12	183
MCN5596	8492047248	6050/3	10/12/2012	R\$ 191,53	208
MDI8895	8492048389	5673/2	15/01/2013	R\$ 85,12	183
MDP1526	8492046694	7455/0	20/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDW1687	8492043385	5673/2	22/08/2012	R\$ 85,12	183
MEE1091	8492046427	7455/0	10/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEK3168	8492046053	7455/0	03/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEZ7422	8492048406	7455/0	11/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEZ8749	8492043268	6050/3	17/08/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFC6750	8492046927	7455/0	27/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFR7016	8492048491	7455/0	14/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGF5186	8492043221	7455/0	10/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGJ1004	8492043925	7455/0	04/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGJ6472	8492043452	7455/0	16/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGP3887	8492043458	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGW5055	8492043440	7455/0	22/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGZ1575	8492046147	6050/3	01/11/2012	R\$ 191,53	208
MHE8720	8492043426	7455/0	22/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHF6884	8492043359	7455/0	21/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHW5692	8492046011	7455/0	30/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIA7924	8492048565	7455/0	21/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIC1985	8492046454	7455/0	09/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIH5578	8492047236	7455/0	01/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MII1687	8492043790	7455/0	30/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIN4343	8492043466	7455/0	21/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJS4092	8492046637	7455/0	20/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJV3737	8492048541	7455/0	16/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJY8151	8492042773	7455/0	02/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKL0930	8492043297	6050/3	22/08/2012	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

ANTONIO MARCOS JANTSCH

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1623/2013 e 1624/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
 DE TRÂNSITO Nº 124 1623/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAR1457	55726676D	6637/1	24/03/2013	230 * IX
AAR1457	55726677D	6637/2	24/03/2013	230 * IX
ADK0303	55724855D	6548/0	23/02/2013	229
ADP0982	55725895D	6920/0	23/10/2012	233
AHF0810	55725852D	6920/0	05/10/2012	233
AJC0028	55724760D	6920/0	15/02/2013	233
AJX1706	55723535D	6700/0	07/03/2013	230 * XVI
ALS5225	55727835D	6920/0	26/09/2012	233
ARM0410	55724791D	6920/0	19/02/2013	233
ARM6200	55723486D	6610/2	08/03/2013	230 * VII
ARM6200	55723488D	6726/1	08/03/2013	230 * XVIII
ARY1712	55727182D	6548/0	17/02/2013	229
BFC8516	55726941D	6629/0	19/02/2013	230 * VIII
BLS1700	55723536D	6408/0	07/03/2013	221
BZN2480	55727756D	5169/1	14/10/2012	165
LXC4797	54074065D	6548/2	28/09/2012	229
MAP5755	55727808D	6920/0	18/09/2012	233
MAP6012	55723517D	6700/0	20/02/2013	230 * XVI
MEF8167	55725896D	6920/0	23/10/2012	233
MEK1697	55727184D	5169/1	16/02/2013	165
MFE9465	55728326D	6548/0	07/03/2013	229
MFJ8436	55727939D	6971/0	07/03/2013	238
MFR8515	55727931D	6548/0	17/02/2013	229
MHL2580	55723513D	5010/0	20/02/2013	162 * I
MHL2580	55723515D	5118/0	20/02/2013	164 c/c 162 * I
MIF8554	55725022D	6920/0	08/03/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJO9792	55725001D	6920/0	28/02/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1624/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAC6798	54044616D	5568/0	20/03/2013	181 * XIX
AEG8071	54074073D	5460/0	30/01/2013	181 * IX
AGK6163	54044310D	5541/2	02/03/2013	181 * XVII
AJC5930	55727489D	5541/1	16/02/2013	181 * XVII
AMR2261	54044557D	5541/6	06/02/2013	181 * XVII
AST7736	54044518D	5541/5	06/02/2013	181 * XVII
AST7736	54044530D	5541/2	14/02/2013	181 * XVII
IKF4602	54044618D	5185/1	20/03/2013	167
LZF7765	55728249D	5185/1	19/02/2013	167
LZR6089	54044559D	5541/2	07/02/2013	181 * XVII
MAP6012	55723516D	5185/1	20/02/2013	167
MBT3368	55727929D	6041/2	15/02/2013	207
MDJ1985	54044928D	5380/0	16/03/2013	181 * I
MDJ6897	54044561D	5541/2	07/02/2013	181 * XVII
MEG7437	54044324D	5541/2	05/03/2013	181 * XVII
MEH9747	55727483D	5541/1	16/02/2013	181 * XVII
MFJ8436	55727941D	5568/0	07/03/2013	181 * XIX
MGD1334	54043748D	5541/2	05/10/2012	181 * XVII
MGL3173	54044617D	7366/2	20/03/2013	252 * VI
MGS3084	55727487D	5541/1	16/02/2013	181 * XVII
MIH3141	54044964D	5541/2	15/02/2013	181 * XVII
MIV7567	54045934D	5541/2	08/03/2013	181 * XVII
MJA8236	54045933D	5541/2	05/03/2013	181 * XVII
MKP1123	54045703D	5541/2	09/10/2012	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

ANTONIO MARCOS JANTSCH

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 772/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 492 772/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADG9303	8492044334	7455/0	15/09/2012	218 * I
AGS1953	8492045361	5673/2	13/10/2012	183
AJA5775	8492049512	6050/3	25/02/2013	208
AKL5301	8492049211	7455/0	16/02/2013	218 * I
AKL5301	8492049262	7463/0	16/02/2013	218 * II
AME3639	8492049388	7455/0	18/02/2013	218 * I
ANR2109	8492049504	7455/0	23/02/2013	218 * I
AOD2766	8492045534	7455/0	16/10/2012	218 * I
ARJ5367	8492049226	7455/0	11/02/2013	218 * I
ATB6601	8492045458	6050/3	14/10/2012	208
BB11608	8492049254	7455/0	18/02/2013	218 * I
CJL5586	8492045453	6050/3	12/10/2012	208
DPA4292	8492049291	6050/3	16/02/2013	208
GME7917	8492048856	7455/0	30/01/2013	218 * I
HQI3281	8492049264	7455/0	19/02/2013	218 * I
KYX2069	8492045380	7455/0	17/10/2012	218 * I
LXC5807	8492049399	7455/0	12/02/2013	218 * I
LXC7701	8492045368	6050/3	14/10/2012	208
LXI5865	8492045532	7455/0	14/10/2012	218 * I
LXK1497	8492045563	7455/0	12/10/2012	218 * I
LXL6374	8492049859	6050/3	06/03/2013	208
LYH8434	8492045526	7455/0	14/10/2012	218 * I
LYR6669	8492045423	7455/0	11/10/2012	218 * I
LZE5475	8492045599	7455/0	14/10/2012	218 * I
LZN5480	8492045553	7455/0	17/10/2012	218 * I
MAJ2053	8492049865	7455/0	09/03/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBI1766	8492045493	7455/0	14/10/2012	218 * I
MBM0707	8492049479	7455/0	12/02/2013	218 * I
MBP3362	8492044781	7455/0	24/09/2012	218 * I
MCP1294	8492049299	6050/3	15/02/2013	208
MDA3821	8492049405	7455/0	15/02/2013	218 * I
MDR5345	8492045396	7455/0	14/10/2012	218 * I
MEM3120	8492045436	7455/0	16/10/2012	218 * I
MEV4918	8492049465	7455/0	19/02/2013	218 * I
MFM5531	8492045365	7455/0	14/10/2012	218 * I
MFM5531	8492045427	7455/0	12/10/2012	218 * I
MFR0393	8492045608	7455/0	12/10/2012	218 * I
MFS0147	8492045402	7463/0	14/10/2012	218 * II
MGI0965	8492048849	7455/0	28/01/2013	218 * I
MGL3428	8492044265	7455/0	14/09/2012	218 * I
MGP7306	8492049283	7455/0	19/02/2013	218 * I
MGU8688	8492049272	7455/0	13/02/2013	218 * I
MGZ6580	8492049410	7455/0	17/02/2013	218 * I
MHD3464	8492049394	7455/0	16/02/2013	218 * I
MHN1223	8492045411	7455/0	17/10/2012	218 * I
MHN1223	8492045438	7455/0	17/10/2012	218 * I
MHS5537	8492045528	7455/0	15/10/2012	218 * I
MHW3993	8492049314	6050/3	15/02/2013	208
MID8303	8492045475	5673/2	11/10/2012	183
MIR3038	8492045452	5673/2	12/10/2012	183
MIR4003	8492049586	7455/0	21/02/2013	218 * I
MJA0595	8492044296	7455/0	13/09/2012	218 * I
MJP9086	8492045507	7455/0	12/10/2012	218 * I
MKS2278	8492049440	7455/0	20/02/2013	218 * I
MLG0201	8492049433	7455/0	14/02/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2013

ANTONIO MARCOS JANTSCH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Nº 039, de 12 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 039, DE 12 DE ABRIL DE 2013.

"Nomeia Assessor Parlamentar."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear o Senhor Wilson João Bento ao cargo de Assessor Parlamentar do Vereador Geraldo Weihermann, Símbolo CC-5, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 12 de abril de 2013.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2013.

CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY

Presidente

**Termo de Posse de Suplente de Vereador de São Bento do Sul**

TERMO DE POSSE DE SUPLENTE DE VEREADOR DE SÃO BENTO DO SUL

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e treze, nas dependências da Câmara Municipal de São Bento do Sul, na Rua Vigando Kock, nº 69, às dezenove horas, em sessão ordinária, sob a presidência do Vereador César Augusto Accorsi de Godoy, o primeiro suplente de Vereador do Partido da Social Democracia Brasileira, Senhor Geraldo Weihermann, eleito em sete de outubro de dois mil e doze, nos termos da legislação vigente, após a apresentação da Declaração de Bens, direitos e obrigações de seus patrimônios e, o Diploma conferido pela Justiça Eleitoral, tomou posse como Vereador, em substituição ao Vereador José Erminio Grein, tendo em vista a nomeação do mesmo para o cargo de Presidente da Fundação Municipal de Desportos. O Senhor Presidente, de pé, acompanhado pelo Vereador, proferiu o seguinte compromisso: "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, DESEMPENHANDO LEAL E SINCERAMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO PELO ENGRANDECIMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL". E, feita a chamada nominal, o Vereador Geraldo Weihermann, de pé, declarou: "ASSIM O PROMETO". E, para um só efeito legal, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pelo Presidente e pelo Vereador ora empossado.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2013.

CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY

Presidente

GERALDO WEIHERMANN

Vereador

**FUNDAÇÕES****Resumido do Pregão de Material Esportivo Nº 008/2013**

Resumido do Pregão de Material Esportivo Nº 008/2013

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2013  
MENOR PREÇO POR LOTE

A Fundação Municipal de Desportos de São Bento do Sul, ESTADO DE SANTA Catarina, através do Presidente José Erminio Grein, e do Pregoeiro Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações que fará realizar no dia 30/04/2013, às 11:00, na sede da Prefeitura Municipal, na rua Jorge Lacerda, nº 75, abertura e início de julgamento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR LOTE para:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS, QUE SERÁ UTILIZADO EM DIVERSAS ESCOLINHAS OFERECIDAS PELA FMD.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo na Fundação Municipal de Desportos, na rua Benjamin Constant, 120 - Centro - Antiga Móveis Leopoldo, no horário das 07:30h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Ou ainda pelo site, no endereço: [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br)

São Bento do Sul, 16/04/2013

JOSÉ ERMINIO GREIN

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro Municipal

**IPRESBS****Errata Portaria IPRESBS Nº. 096/2013**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições legais resolve baixar as seguintes Portarias:  
ERRATA

Portaria IPRESBS Nº. 096/2013, de 04/04/2013. Concede auxílio por incapacidade temporária para a servidora TERESA PIASKOVSKI NECZPOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/04/2013.

São Bento do Sul, 16 de Abril de 2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 096/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº 096/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA,



no período de 14/04/2013 a 28/05/2013, a servidora TERESA PIASKOVSKI NECZYPOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 30/03/2013 a 13/04/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/04/2013.

São Bento do Sul, 04/04/2013.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

## SAMAE

### Portaria/SAMAE/SBS/Nº 095 de 16 de Abril de 2013. "CONCEDE ABONO PERMANÊNCIA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal JOÃO CARNEIRO, ocupante do cargo de Analista de Saneamento I, lotado nesta Autarquia, como consta no Processo Administrativo nº 136/2013, ABONO DE PERMANÊNCIA, disciplinada na Emenda Constitucional nº 20/1998, c/c art. 2º, § 5º Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 69 da Lei Municipal nº 1718/2006.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 10/03/2013.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

### Portaria/SAMAE/SBS/Nº 096 de 16 de Abril de 2013. "CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

#### RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, a servidora ALEXSANDRA CARVALHO SUOMINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, Grupo Ocupacional 03, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada nesta Autarquia Municipal, para a Classe "C".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2013.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

## São Domingos

### PREFEITURA

#### Processo Licitatório Prefe N. 022/2013 Tomada de Preços Prefe N. 004/2013

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

O Município de São Domingos, ESTADO DE SANTA Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 09:00 horas do dia 02 de maio de 2013, estará recebendo as propostas dos interessados para a contratação de empresa(s) especializada(s) para: 1 - Execução das obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial sobre pedras polidédricas e sobre macadame seco da Rua 15 de Novembro - trecho entre a Rua Benjamin Constant e o Rio Bonito e; 2 - Execução das obras de pavimentação com pedras irregulares e drenagem pluvial da Rua 15 de Novembro - trecho entre a Rua Curitiba e o Rio Bonito - e da Rua Curitiba - trecho entre o marco estaca 0 (zero) da referida rua e a Rua 15 de Novembro, objeto do Termo de Compromisso n. 352.422-30/2011 do Programa de URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS do Ministério das Cidades - PAC 2/AGU. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 1º de abril de 2013.  
ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.

## São João do Sul

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 059 de 20 de Fevereiro de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
PORTARIA Nº 059 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013  
"ATRIBUIR EXERCÍCIO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;  
R E S O L V E:

Atribuir exercício aos Professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, abaixo relacionadas, de 01 de fevereiro de 2013 a 30 de dezembro de 2013:

- 01 - ALEXANDRA SCARIOT BENDO TEIXEIRA, na APAE - SAEDE de São João do Sul;
- 02 - ANGELA MARIA BIANCHINI MAGNUS, na APAE - SAEDE de São João do Sul;
- 03 - ADRIANA DOS SANTOS FAGUNDES PERES, no Laboratório de Informática EEB. Vila Velha II;
- 04 - ANSELMO TELES SABINO, no EEB. Caetano Lummertz e EEB. Vila Velha II;
- 05 - FABRICIA DE JESUS RODRIGUES ALVES, no EEB. Caetano Lummertz e EEB. Vila Velha II;
- 06 - IZOÉ DINORÁ RIBEIRO FIDELIS, na EEB. Caetano Lummertz - Vila Santa Catarina;
- 07 - JOÃO BATISTA SOARES, no EEB. Professor Quintiliano João Pacheco - São João do Sul;

08 - JUCILENE DE SENA CRISTIANO, no "MAIS EDUCAÇÃO" EEB. Vila Velha II - Vila Conceição;  
 09 - JUCILÉIA CAMILO MORAIS SCANDOLARA, no EEB. Caetano Lummertz - Vila Santa Catarina;  
 10 - LILIAN SOMBRIO, no EEB. Caetano Lummertz e EEB. Vila Velha II;  
 11 - LUIZ CITADIN MARQUES, no EEB. Caetano Lummertz - Vila Santa Catarina;  
 12 - LÚCIA TROMBIM G. ROXO, no EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco - São João do Sul;  
 13 - MARILENE CARDOSO CARLOS, no EEB. Glorinha - Glorinha;  
 14 - MARIA BERNADETE DA ROSA, no EEB. . Caetano Lummertz - Vila Santa Catarina;  
 15 - PATRICIA SANTANA DIAS, no EEB. Vila Velha II - Vila Conceição;  
 15 - QUETILANI DOS SANTOS CARVALHO, no EEB. Vila Velha II - Vila Conceição;  
 17 - ROSANGELA BAUER DOS SANTOS CARDOSO, no EEB. Professor Quintiliano João Pacheco;  
 18 - RITA APARECIDA DA SILVA LAUREANO, no EEB. Sertão do Piritu - Sertão do Piritu;  
 19 - SABRINA DE SOUZA TEIXEIRA, no EEB. Vila Velha II - Vila Conceição;  
 20 - VALDETE FRAGA MAGNUS, no EEB. Professor Quintiliano João Pacheco;  
 21 - ZANEIDE DE MATOS CLEZAR, no EEB. Vila Velha II e Professor Quintiliano João Pacheco;  
 22 - ZANILDA TEREZINHA SCHEFFER MACHADO, no EEB. Vila Velha II - Vila Conceição;

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
 em 20 de fevereiro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
 Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
 Secretária Municipal de Administração e Finanças

#### **Portaria Nº. 060 de 20 de Fevereiro 2013.**

PORTARIA Nº. 060 DE 20 DE FEVEREIRO 2013.

"ATRIBUIR EXERCÍCIO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Atribuir exercício aos Auxiliares Administrativo Escolares abaixo relacionadas, no período de 01 de fevereiro de 2013 a 30 de dezembro de 2013;

01 - CLAUDIO JÚNIOR LIMA DA ROCHA, no CEJA Vereadora Rita Quadros;  
 02 - PATRÍCIA ROCHA DA SILVA, na E.E.B Caetano Lummertz - Vila Santa Catarina;  
 03 - VANESSA SCANDOLARA MAGNUS, na Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
 20 de fevereiro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
 Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
 Secretária Municipal de Administração e Finanças

#### **Portaria Nº. 061 de 20 de Fevereiro de 2013.**

PORTARIA Nº. 061 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013.

"ATRIBUIR EXERCÍCIO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Atribuir exercício aos Auxiliares de Serviços Gerais da Educação, abaixo relacionadas, no período de 01 de fevereiro de 2013 a 30 de dezembro de 2013:

01 - ADRIANA RAUPP DA ROSA, no CEI Professor João Vitorino Lopes - Vila Conceição;  
 02 - ANGELA MARIA RIBEIRO MAGNUS, na E.E.B Caetano Lummertz - Vila Santa Catarina;  
 03 - AVANI ALEXANDRE PEREIRA, na E.E.B. Caetano Lummertz - Vila Santa Catarina;  
 04 - ALVANI PORTO, na E.E.B. Sertão do Piritu - Sertão do Piritu;  
 05 - BEATRIZ WEBER TEIXEIRA, no CEI Paraíso da Criança - São João do Sul;  
 06 - CLAUDIA MARIA E. BAUER, no CEJA Vereadora Rita Quadros;  
 07 - CRISTIANE CARDOSO M. BORBA, na E.E.F Quintiliano João Pacheco, São João do Sul;  
 08 - DANIELA P. DE MATOS CARDOSO na E.E.B. Caetano Lummertz - Vila Santa Catarina;  
 09 - IONE TEREZINHA RAUPP, na E.E.B. Vila Velha II - Vila Conceição;  
 10 - JANICE COELHO PADILHA TERRA, no CEI Paraíso da Criança - São João do Sul;  
 11 - JANICE SANTOS ALEXANDRE, na Secretaria Municipal de Educação - São João do Sul;  
 12 - MARIA DE FATIMA ESPINDOLA, na CEI. Paraíso da Criança - São João do Sul ;  
 13 - MARIA ELIZETE EUGÊNIO DA SILVA, no CEI Paraíso da Criança - São João do Sul  
 14 - MARIA HELENA HOMEM TEIXEIRA, na E.E.B. Glorinha - Glorinha;  
 15 - ROSISTEL MATOS MAGNUS, na APAE - SADE de São João do Sul;  
 16 - SILVANA DA ROSA LENTZ, no CEI Professor João Vitorino Lopes - Vila Conceição;  
 17 - SANDRA REGINA DE SOUZA, no CEI. Professor João Vitorino Lopes - Vila Conceição;  
 18 - SIRLEI SANTOS RODRIGUES, na E.E.F Quintiliano João Pacheco, São João do Sul;  
 19 - SUZANA MACHADO SOUZA, E.E.B Sertão do Piritu - Sertão do Piritu.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
 20 de fevereiro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
 Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
 Secretária Municipal de Administração e Finanças

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

**Decreto Nº 4.614, de 15 de Abril de 2013.**

DECRETO Nº 4.614, DE 15 DE ABRIL DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotações - adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01.04.122.4503.2.006 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 13  
Aplicação Direta R\$ 100.000,00

08.00  
SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.361.4505.2.012 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0001 28  
Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro 2013 e o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01.04.122.4503.2.006 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 14  
Aplicação Direta R\$ 100.000,00

08.00  
SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME  
08.01.12.361.4505.2.012 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0001 29  
Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de abril de 2013.

GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação Processos Nº 063/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ESTADO LOURENÇO DO OESTE  
- SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 30/04/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº

063/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº45/2013, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, REQUISITO MÍNIMO VEÍCULO MICRO VAN OU KOMBI ANO 1989, PARA OS CLUBES DE MÃES E GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF) DO MUNICÍPIO SENDO 250KM PARA CADA CLUBE, PARA SER UTILIZADO ATÉ NOVEMBRO DE 2013. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saoulourenco.sc.gov.br](http://www.saoulourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº 085/2013, de 08 de Março de 2013.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2013, DE 08 DE MARÇO DE 2013.

Origem: art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: NOVA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME, CNPJ nº 11.353.858/0001-56.

Objeto: FORNECIMENTO DE ACESSO A INTERNET AOS PROFESSORES E PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, RESIDENTES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, NÃO ABRANGIDOS PELO SINAL DE INTERNET BANDA LARGA DO PROGRAMA CIDADE DIGITAL.

Valor: R\$ 184,00 (cento e oitenta e quatro reais) referente ao período de 06/03 a 31/03/2013 e o valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) mensais, referente ao período de 1º/04/2013 a 31/12/2013, totalizando o valor de R\$ 2.344,00 (dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais) para o exercício de 2013.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 08/03/2013.

Vigência: de 08/03/2013 a 31/12/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Daniel da Rocha - pela contratada.

## Schroeder

## PREFEITURA

**Portaria Nº 5.082/2013, de 15 de Abril de 2013**

PORTARIA Nº 5.082/2013, de 15 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, ESTADO DE SANTA Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Rose-néia Oestereich, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.



Schroeder (SC), 15 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 25/2013-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDERESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000  
- SCHROEDER - SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2013-PMS**

PROCESSO Nº. 58/2013-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: aquisição de bens móveis para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e do PROCON do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 03 de maio de 2013 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 03 de maio de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 17 de abril de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 09/2013-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDERESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000  
- SCHROEDER - SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 09/2013-FMS**

PROCESSO Nº. 23/2013-FMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de itens para Coffee Break para os Grupos do ESF - Estratégia Saúde da Família da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 02 de maio de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 02 de maio de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 17 de abril de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**Cancelamento Item 197 - Contrato Nº. 02/2013 - FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDERESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro,  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Contrato nº. 02/2013 - FMS  
Processo de licitação nº. 27/2012-FMS  
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 16/2012-FMS

**CANCELAMENTO DE ITEM**

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO DE ITEM 97 - IMIPRAMINA 75MG COMPRIMIDO, referente ao contrato nº 02/2013-FMS, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 16/2012-FMS, Processo nº. 27/2012-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial e processos judiciais da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, vencido pela empresa ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.607.956/0001-81, estabelecida na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1132, Centro, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP: 85601-030, sendo o pedido de desistência do item 97 deferido e que as demais classificadas ofertaram valores acima dos valores do ANEXO X- Termo Referência do instrumento convocatório.

Schroeder, 16 de abril de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal



Programa de  
Gestão Tributária



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**Ata Pregão Presencial Registro de Preço Nº 6/2013-FMS Sequencia 03**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 6/2013 - PR</b>
<b>CNPJ: 83.102.491/0001-09</b> <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 14/2013</b> <b>Data do Processo: 13/03/2013</b>
	Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 13/2013 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial e processos judiciais da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se após recebimento de novo parecer técnico da senhorita Deisy Alini farmacêutica da Secretaria de Saúde e Assistência Social, referente a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. Constatando que a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, para os itens 01, 02, 03, 05, 07, 08, 09, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38 39, 40, 42, 44, 45 49, 52, 53, 54, 58 59, 61 e 62 apresentou autorização de funcionamento vencida em 2012 não atendendo as exigências do edital no item 6.1.9.4 "Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em nome da licitante, juntamente com sua publicação no Diário Oficial da União, não superior a 12 meses.". Mantendo-se que para os itens 4, 9, 10, 13, 28, 43 e 57 apresentou certificado de boas praticas vencido, documento exigido no item 6.1.9.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere." e para o item 35 apresentou registro que não corresponde ao produto cotado, documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo desclassificada nos itens acima mencionados. Mantendo-se marcada a data de 17 de abril de 2013, as 09h para continuação do processo na etapa de lances. Encerra-se a sessão e pede-se para serem enviadas as empresas participantes a cópia da ata, bem como novo quadro comparativo de preços com a classificação das empresas.

Schroeder, 16 de Abril de 2013

**COMISSÃO:**

IVANDRA DE SOUZA	- ..... - Pregoeiro(a)
MARILENE BUSCH	- ..... - EQUIPE DE APOIO
DANIELA SAMULESCKI	- ..... - EQUIPE DE APOIO
GELSON STEIN	- ..... - EQUIPE DE APOIO
ORLANDO TECILLA	- ..... - SEGUNDO PREGOEIRO

**Dispensa Nº 20/2013-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 20/2013 - DL**

**Processo Nr.:** 61/2013  
**Data:** 16/04/2013

Folha: 1/2

**Fornecedor:** RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME**Código:** 9801**Endereço:** RUA BARÃO DO RIO BRANCO 50**Cidade:** Schroeder - SC**CNPJ:** 06.153.403/0001-57**Inscrição Estadual:**

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para conserto da Viatura/Meriva MFE-2531, lotada na policia militar do Município de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Kit junta do cabeçote	UN	78,15	78,15
2	4,00	Óleo	LT	20,00	80,00
3	1,00	Filtro	UN	20,00	20,00
4	8,00	Serviço de mão de obra e desmontagem/montagem	H	13,75	110,00
5	1,00	Serviço de mão de obra plaina cabeçote	H	98,00	98,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II** - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Em função das várias alterações feitas no edital para compras de peças automotivas, houve um atraso na realização da nova licitação. Como se trata de Viatura da Policia Militar, que não pode parar no serviço de segurança a população, necessariamente teremos que realizar a Dispensa. Informamos que a licitação já está marcada. Conforme orçamentos anexos, a Empresa RM COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTO ELETRICOS LTDA fará o conserto.

Schroeder, 16 de Abril de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09  
**RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201**  
**C.E.P.:** 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 20/2013 - DL****Processo Nr.:** 61/2013**Data:** 16/04/2013

Folha: 2/2

**DESPACHO FINAL:**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

Schroeder, 15 de Abril de 2013

**Valor da Despesa:**

386,15 (trezentos e oitenta e seis reais e quinze centavos)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**Inexigibilidade Nº 07/2013-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****Nr.: 7/2013 - IL**

**Processo Nr.:** 60/2013  
**Data:** 16/04/2013

Folha: 1/2

**Fornecedor:** AMUSPE- ASSOCIAÇÃO. DOS MÚSICOS PROF. DE POMERODE

Código: 10412

Endereço: Rua XV de Novembro, nº. 2.219, Sala B

Cidade: Pomerode - SC

CNPJ: 07.453.253/0001-60

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação do Grupo Musical "OS MONTANARI", para abrilhantar o baile do Trabalhador, a ser realizado dia 30 de abril de 2013 a partir das 23h50min no Parque de Eventos Alfredo Pasold.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação do Grupo Musical "OS MONTANARI", para abrilhantar o baile do Trabalhador, a ser realizado dia 30 de abril de 2013 a partir das 23h50min no Parque de Eventos Alfredo Pasold.	UN	7.950,00	7.950,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:**

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**JUSTIFICATIVA**

O município de Schroeder busca a realização de um evento festivo em comemoração ao dia do trabalhador "1º de Maio de 2013", neste caso um baile público com o Grupo Musical OS MONTANARI. Esta iniciativa visa valorizar o trabalhador Schroedense, dando-lhe uma oportunidade de lazer e descontração.

Conforme Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Schroeder, 16 de Abril de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09  
**RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201**  
**C.E.P.:** 89275-000 - Schroeder - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****Nr.: 7/2013 - IL****Processo Nr.:** 60/2013**Data:** 16/04/2013

Folha: 2/2

**DESPACHO FINAL:**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

Schroeder, 15 de Abril de 2013

**Valor da Despesa:** 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL



# **Termo de Homologação da Chamada Pública Nº 02/2013-PMS**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA No 02/2013-PMS  
PROCESSO Nº. 39/2013-PMS

O Prefeito Municipal OSVALDO JURCK no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei nº. 11947/09, de 16 de junho de 2009 e Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR o credenciamento do grupo formal de agricultores familiares:

- COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUARIA DE JARAGUÁ DO SUL - COPAJAS, inscrita no CNPJ nº 06.171.996/0001-84.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
03	ALFACE - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	PEÇA	2,12
04	BETERRABA - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	2,55
07	ESPINAFRE - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	2,00
08	CENOURA - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	2,75
09	CHUCHU - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	2,50
10	COUVE FLOR - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	PEÇA	3,49

11	COUVE FOLHA - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica (MAÇO)	MAÇO	1,94
12	BATATA DOCE - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	2,49
14	PEPINO MÉDIO PARA SALADA - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	2,80
15	REPOLHO MÉDIO PARA SALADA - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	PEÇA	2,90
16	TOMATE - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	3,32
18	VAGEM - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	3,99
19	TANGERINA ( VARIAS QUALIDADES ) - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	1,95

Schroeder, 16 de abril de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

# Siderópolis

## PREFEITURA

### Retificação ao Edital PR 26/2013

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS

RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 26/2013

O MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS através de sua pregoeira nomeada pelo decreto 68/2013, vem RETIFICAR o edital Pregão Presencial PMS 26/2013, acrescentando na Minuta Contratual (Anexo I, Cláusula Terceira - Das condições de fornecimento) e nos demais dispositivos presentes no Edital e seus anexos a seguinte redação: Anexo I - Minuta Contratual

[ ]

3.7.3 A entrega dos materiais será nos locais onde porventura estará sendo realizado o serviço/obra/installação, limitando-se dentro do perímetro urbano ou rural do município. A entrega será previamente especificada pelo setor de compras da municipalidade no ato da emissão da autorização de fornecimento, sendo que o frete correrá exclusivamente por conta da empresa CONTRATADA independentemente do local do fornecimento.

As retificações não afetam a formulação das propostas, sendo assim permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições não atingidas pelo edital retificado.

Siderópolis, 15 de abril de 2013.

FABÍOLA CARDOSO COMIN

Pregoeira

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### Decreto 60/2013

DECRETO Nº.60, DE 27 DE MARÇO DE 2013.

REVOGA DECRETO Nº 45/2013

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Revogado na íntegra o Decreto Municipal nº 45 de 12 de março de 2013, que Abria Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Vigente do Exercício de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 27 de março de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria, na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

### Decreto Nº 58/2013

DECRETO Nº 58, DE 25 de Março de 2013.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO EM ALUSÃO À SEXTA -FEIRA DA PAIXÃO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições e de conformidade com a Legislação vigente:

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todas as Repartições Públicas Municipais no dia 28 de março (quinta-feira), em alusão ao Feriado de 29/03; Sexta-Feira da Paixão.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 25 de março de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

### Decreto Nº 59/2013

DECRETO Nº 59, DE 27 de Março de 2013.

Convoca a Conferência Municipal da Cidade de Timbé do Sul e Dá Outras Providências

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso de suas atribuições e nos termos do Capítulo VII, art. 18 do Regimento da 5ª Conferência Estadual das Cidades, da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina, Resolução Normativa nº 14/12, de 06 de junho de 2012, do Ministério das Cidades;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a Conferência Municipal da Cidade de Timbé do Sul/SC, etapa preparatória da 5ª Conferência Estadual e Nacional das Cidades, a realizar-se no dia 21 de Maio de 2013, com início às 8h e término às 17h, no Centro de Convivência dos Idosos, sito na Rua Felipe Nápoli, Centro, no município de Timbé do Sul- SC.

Art. 2º - A citada Conferência terá como temática "Quem muda a cidade somos nós: reforma urbana já".

Art. 3º - A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal, ou por delegação deste, a Senhor Helder Pessetti; Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Parágrafo Único - Na ausência ou impedimento dos citados, assumirá a Presidência pessoa por ele designada.

Art 4º - O Prefeito Municipal expedirá portaria, constituindo a Comissão Preparatória Municipal e definindo e aprovando o Regimento da Conferência Municipal da Cidade de Timbé do Sul.

Parágrafo Único - O Regimento disporá sobre a organização e o funcionamento da mesma.

Art. 5º - As despesas com a realização da Conferência Municipal da Cidade de Timbé do Sul correrão por conta de recursos orçamentários próprios da Prefeitura.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 27 de Março de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

**Portaria**

PORTARIA Nº. 38, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Constitui a Comissão Preparatória Municipal, define e aprova o Regimento da Conferência Municipal da Cidade e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Orgânica Municipal e do art. 4º do Decreto Municipal 59/2013 de 27 de março de 2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Constituir a Comissão Preparatória Municipal e definir e aprovar o Regimento da Conferência Municipal da Cidade, etapa preparatória da 5ª Conferência Estadual e da 5ª Conferência Nacional das Cidades.

Parágrafo Único - O Regimento segue apenso é parte integrante desta portaria.

Art. 2º - Cabe à Comissão Preparatória Municipal organizar e realizar a Conferência Municipal da Cidade.

Art. 3º - A composição da Comissão Preparatória Municipal contará com representantes titulares e respectivos suplentes dos segmentos indicados no art. 15 do Regimento da 5ª Conferência Estadual das Cidades, segundo a proporcionalidade ali constante e como determina o art. 17 do mesmo Regimento.

**PODER PÚBLICO**

Secretaria Municipal de Administração e Finanças; Helder Pessetti  
Secretaria Municipal de Planejamento, Indústria, Comércio e Turismo; Gislael Floriano.

**SOCIEDADE CIVIL**

Entidade CAEP; Donaldo Steiner

Art. 4º - Fica designado como Coordenador Geral da Comissão Municipal o Senhor Helder Pessetti, Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Art. 5º - As atividades da Comissão encerrar-se-ão em dezembro de 2013.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 1º de Abril de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Resolução 09/2013**

Resolução Nº 09/2013

REENQUADRA SERVIDOR NO CARGO GERAL DA CÂMARA DE VEREDORES DE TIMBÉ DO SUL.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul, no uso das atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Revogar os efeitos da resolução nº 11/2011 de 09 de maio de 2011, que coloca disposição o Servidor para ocupar cargo junto ao Governo do Estado de Santa Catarina, reenquadrando-o na função de origem de Secretário Geral da Câmara de Vereadores de Timbé do Sul.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 02 de abril de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 08 de abril de 2013.

VER. FERNANDO PIZZOLO MANENTI

Presidente

Publicada e registrada a presente Resolução na Secretaria da Câmara na data supra.

LUIZ JOSÉ WARNIER

Agente Legislativo

---

**Timbó**

---

---

**PREFEITURA**

---

**Decreto N.º 3.097 de 28 de Março de 2013.**

DECRETO N.º 3.097 DE 28 DE MARÇO DE 2013.

RENOVA a aprovação do desmembramento de área urbana, feita pelo Decreto n.º 1.092/2008 de 25/03/2008, alterado pelo Decreto n.º 1.260/2008 de 07/08/2008, renovado pelo Decreto n.º 2.216/2011 de 18/01/2011, renovado pelo Decreto n.º 2.635/2012 de 13/01/2012, e alterado pelo Decreto n.º 2.851/2012 de 03/09/2012.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, pelo Legislativo Ordinária pertinente e,

Considerando a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente.

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica reaprova o DESMEMBRAMENTO denominado "LONI SPIESS III", cuja aprovação primeira se deu por força do Decreto nº 1.092/2008 de 25/03/2008, alterado pelo Decreto nº 1.260/2008 de 07/08/2008, renovado pelo decreto nº 2.216/2011 de 18/01/2011, renovado pelo Decreto nº 2.635/2012 de 13/01/2012, e alterado pelo decreto nº 2.851/2012 de 03/09/2012, em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de LONI SPIESS, conforme matrícula n.º 15.686, livro 2.

Parágrafo Único - Este decreto revalida o Decreto nº 1.092/2008 de 25/03/2008, alterado pelo decreto nº 1.260/2008 de 07/08/2008, renovado pelo decreto nº 2.216/2011 de 18/01/2011, renovado pelo Decreto nº 2.635/2012 de 13/01/2012, e alterado pelo decreto nº 2.851/2012 de 03/09/2012 e RATIFICA OS DEMAIS TERMOS em todos seus artigos e parágrafos.

Artigo 2º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 28 de março de 2013.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

**Decreto Nº 3.100 de 02 de Abril de 2013.**

DECRETO Nº 3.100 DE 02 DE ABRIL DE 2013.

Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007

e 345/2007.

# DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "PEROBA", situado no lado par da Rua Peroba, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 113,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Amazonas, nesta Cidade, com a área de 34.574,37m2 (Trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro metros e trinta e sete decímetros quadrados), processo D- 006/2013 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente CONSTRUTORA FORNACE LTDA EPP, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 1.567, datado de 14 de março de 2013.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 21.675, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.09.016.1780.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 01 (um) lote e mais uma área remanescente;

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 608,00m2 (Seiscentos e oito metros quadrados), situado no lado par da Rua Peroba, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 143,96 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Amazonas; estremando na frente em 16,00 metros com o lado par da Rua Peroba; fundos estrema em 16,00 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 38,00 metros sendo, em 21,00 metros com o lote nº 21 de propriedade de Dirce Aparecida Tomaselli Azevedo, Mario Tomaselli, Darcila Tomaselli Kopsel, Dolores Tomaselli Doose e Valdecir Getulio Tomaselli, matrícula nº 6.975, livro 2, e em 17,00 metros com o lote nº 23 de propriedade de Ercides Giacomozzi, matrícula nº 4.185, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 38,00 metros com a área remanescente;

02 - Área Remanescente - com área de 33.966,37m2 (Trinta e três mil, novecentos e sessenta e seis metros e trinta e sete decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Peroba, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 113,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Amazonas; estremando na frente em 30,96 metros com o lado par da Rua Peroba; fundos estrema em 56,62 metros sendo, em 21,76 metros com terras de Egon Kannenberg, matrícula nº 6.666, livro 2, e em 34,86 metros com terras de Ottvin Teske, matrícula nº 7.329, livro 2; lado direito estrema em linha quebrada, em segmentos de 38,00 metros e 16,00 metros com o lote nº 01, em 733,11 metros sendo, em 4,00 metros com o lote nº 23 de propriedade de Ercides Giacomozzi, matrícula nº 4.185, livro 2, em 21,00 metros

continuação do Decreto n.º 3.100/2013, fls. 02.

com o lote nº 25 de propriedade de Célia Zanghelini Campregher, matrícula nº 5.944, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 27 de propriedade de Joel Voltolini, matrícula nº 4.755, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 29 de propriedade de Janice Voltolini, matrícula nº 7.107, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 31 de propriedade de Antonio Michalak e Catarina Gonçalves de Almeida, matrícula nº 5.749, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 33 de propriedade de Maria de Lurdes Lorenz, matrícula nº 5.948, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 35 de propriedade de César Lauro da Silva, matrícula nº 7.941, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 37 de propriedade de Alirio Ninow e Maristela Prussek, matrícula nº 7.631, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 39 de propriedade de Rigoberth Roeder Filho, matrícula nº 8.114, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 41 de propriedade de Lindomar Schlei, matrícula nº 8.032, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 43 de propriedade de Marcelo Hilchechen, matrícula nº 12.877, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 44 de propriedade de Aluisio Artur Voltolini, matrícula nº 12.878, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 45 de propriedade de Jonathan Maciel Hoffmann e Aline

Tomaz, matrícula nº 12.879, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 46 de propriedade de Aparecido Voltolini, matrícula nº 1.165, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 47 de propriedade de Eunice Vicencia do Nascimento, matrícula nº 5.418, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 48 de propriedade de Maikel Willian Borchardt, matrícula nº 5.367, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 49 de propriedade de Realdina Odorizzi e Emilia Odorizzi, matrícula nº 5.368, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 50 de propriedade de Realdina Odorizzi e Emilia Odorizzi, matrícula nº 5.369, livro 2, em 21,00 metros com o lote nº 52 de propriedade de Realdina Odorizzi e Emilia Odorizzi, matrícula nº 5.370, livro 2, em 14,00 metros com a Rua Cedro, em 17,00 metros com terras de Alcides Stein, matrícula nº 15.743, livro 2, em 17,00 metros com o lote nº 02 de propriedade de Gerda Schlei, matrícula nº 11.631, livro 2, em 17,00 metros com o lote nº 09 de propriedade de Aparecido Voltolini, matrícula nº 9.943, livro 2, em 17,00 metros com o lote nº 04 de propriedade de Ederson Aquiles Dalmaso, matrícula nº 11.616, livro 2, em 17,00 metros com o lote nº 05 de propriedade de Emerson Jean Gielow, matrícula nº 18.454, livro 2, em 18,00 metros com o lote nº 06 de propriedade de Sebastião Marcelo Pitz Nunes e Carla Fabiana de Oliveira, matrícula nº 18.844, livro 2, em 17,00 metros com o lote nº 07 de propriedade de Armando Thurow, matrícula nº 11.005, livro 2, em 17,00 metros com o lote nº 08 de propriedade de Vanderli Profiro, matrícula nº 11.017, livro 2, em 17,00 metros com o lote nº 09 de propriedade de Aparecido Voltolini, matrícula nº 9.943, livro 2, e em 183,11 metros com a área remanescente de propriedade de Aparecido Voltolini, matrícula nº 9.943, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 734,68 metros sendo, em 33,50 metros com o lote nº 07 de propriedade de Gelson Jose Soares, matrícula nº 1.935, livro 2, e em 701,18 metros com terras de Construtora Fornace Ltda EPP, matrícula nº 6.902, livro 2;

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

continuação do Decreto n.º 3.100/2013, fls. 03.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 02 de abril de 2013.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

## Ata de Recebimento das Propostas Tomada de Preço N.º 01 2013 FME

ATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº. 01/2013

Às quinze horas(s), do décimo dia, do mês de abril de dois mil e treze, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela portaria Nº. 32/2013, e foram abertas as propostas de preços das empresas:

Cód.Fornecedor	Nome
33806.0	OBRATECH CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



## As empresas desclassificadas:

Participantes Inabilitados		
Fornecedor	Nome Fornecedor	Motivo
39061.5	ALDOIR GOBETTI DE OLIVEIRA - ME	NÃO APRESENTOU O CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

Timbó, 10 de abril de 2013.  
CARMELINDE BRANDT  
PRESIDENTE

BARBARA HOCHHEIM  
SECRETARIA

ALINE BURGER  
MEMBRO

### Aviso Credenciamento N.º 01 2013 FMAS - Supermercados

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SUPERMERCADOS PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO, PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL OU DE LIMPEZA N.º 01 2013 FMAS

OBJETO: credenciamento de supermercados para fornecimento de alimentação, produtos de higiene pessoal ou de limpeza através de ticket vale compras para usuários da Assistência Social. ENTREGA DO ENVELOPE: contendo os documentos de Habilitação e o termo de aceitação dos preços poderá ser feita durante o período de vigência do credenciamento que é de 17/04/2013 a 17/04/2014. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações situado à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no [www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes).

Timbo (SC), 22/01/2013  
ELSON A. A. MARSON JUNIOR  
Secretário Municipal de Assistência Social

### Errata de Publicação Carta Convite N.º 02 2013 Fumtran - Sinalização

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ERRATA DE PUBLICAÇÃO OFICIAL  
CARTA CONVITE N.º 02/2013

A publicação efetivada na data de 15/04/2013 no Diário Oficial dos Municípios/SC (Edição n.º 1218, página 169), correspondente ao Aviso de Carta Convite n.º 02/2013 do Fundo Municipal de Trânsito, cujo objeto versa acerca da contratação de empresa para prestação de serviços de sinalização horizontal e vertical, foi promovida de forma equivocada, sendo que o horário para ENTREGA DOS ENVELOPES a ser considerado deve ser 15h00min, e não 09h00min horas como foi anteriormente publicado.

TIMBÓ (SC), 15 de abril de 2013  
THOMAZ H. N. CAMPREGHER  
Diretor de Administração

## SAMAE

### Portaria N. SAMAE- 043, de 28 de Março de 2013

PORTARIA N. SAMAE- 043, DE 28 DE MARÇO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3083, de 15/03/2013;

#### RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: Auxiliar Operacional I

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ALMIR RO-GÉRIO STOLF (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/)	03/08/1986	053.854.279-93	44 horas	01/04/2013 a 01/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

### Portaria N.º SAMAE - 042, de 28 de Março de 2013

PORTARIA N.º SAMAE - 042, DE 28 DE MARÇO DE 2013

Retifica Portaria que autoriza contratação de Servidor em caráter temporário.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3083, de 15/03/2013;

Considerando-se o equívoco ocorrido na identificação do cargo para o qual foi contratado o servidor Valdecir Anacleto Cardoso;

#### RESOLVE:



Art.1º RETIFICAR a Portaria n. SAMAE - 041, de 26 de março de 2013, que autorizou a contratação temporária do servidor VANDERLEI ANACLETO CARDOSO, passando do cargo de Auxiliar Operacional I para Operador de Máquinas.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

## Três Barras

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 234 de 15 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 234 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o surgimento de vagas no quadro de pessoal do magistério público municipal havido em função de vários afastamentos e aposentadorias;

CONSIDERANDO, a necessidade de manutenção dos serviços junto às Unidades Educacionais.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária das seguintes servidoras:

I - DORIANE APARECIDA BATISTA FIOLEK, matrícula 343.3-22, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

II - MIRIAN ALVES LOURENÇO, matrícula 505.3-19, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais;

III - ROSEMARY SUBTIL SASSO ANTUNES, matrícula 10033.1-12, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

IV - CLEUNICE URBANEK CORDEIRO DE SOUZA, matrícula 8532.4-6, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

V - MARLY VEIGA, matrícula 8188.4-2, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

VI - TAINÉ PECHARCKA MUSSI, matrícula 15998.0-3, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

VII - ADRIANO DE MATTOS CARDOSO MUNHOZ, matrícula 12330.7-2, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

VIII - SUELI ARACEMIO MADEIRA, matrícula 269.0-8, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

IX - VANESSA APARECIDA DE OLIVEIRA, matrícula 16398.8-2, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

X - WILLIAM CORDEIRO DE SOUZA, matrícula 16010.5-4, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

XI - SANDRA CONCEIÇÃO KUCHLER SABBAGH, matrícula 11388.3-11, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

XII - SILVIA CRISTINA VIEIRA, matrícula 10004.8-10, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

XIII - GISELE SARDA BIANEK, matrícula 8353.4-5, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

XIV - JADERSON FELÍCIO CASTRO, matrícula 14897.0-3, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

XV - JAILSON ALVES RIBEIRO, matrícula 16496.8-2, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

XVI - IVANA MEYER, matrícula 12963.1-7, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais;

XVII - JUSSIMARA OLIVA, matrícula 16276.0-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

XVIII - ELISABETE GUDE RECK, matrícula 657.2-5, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais;

XIX - EDI WILSON HEIDEN, matrícula 16155.1-4, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais;

XX - CYNTHIA CARLA BUENO DA SILVA EGGERS, matrícula 15263.3-0, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

XXI - JAQUELINE RIBEIRO, matrícula 13320.5-9, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

XXII - MARILEI ALVES, matrícula 9685.7-14, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais;

XXIII - ALSIONE KACHIMARECK CARLOS DE MARIA, matrícula 10340.3-15, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade apenas para o ano letivo de 2013, cessando em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculado o servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### Portaria Nº 235 de 15 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 235 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a necessidade de utilização dos serviços de psicologia junto à alguns programas desenvolvidos pelo Município.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária das seguintes servidoras:

I - EVELIN CRISTINA GUIMARAES BEDRECHUK, matrícula 14785.0-1, ocupante do cargo de psicólogo, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais;

II - PRISCILA POSTOL, matrícula 16591.3-0, ocupante do cargo de psicólogo, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais;  
III - SIBELI CANANI BUDIK, matrícula 12925.9-1, ocupante do cargo de psicólogo, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais;

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade apenas para o ano de 2013, cessando em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculado o servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **Portaria Nº. 221 de 15 de Março de 2013.**

PORTARIA Nº. 221 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor VITOR IVANISKI DOS SANTOS, para exercer as funções no cargo de SUB DIRETOR, PC 07, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Saúde desde município. A contar a 11 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **Portaria Nº. 222 de 15 de Março de 2013.**

PORTARIA Nº. 222 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor MARCOS AURELIO BUDANT, para exercer as funções no cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO, PC 05, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes desde município. A contar a 11 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **Portaria Nº. 223 de 15 de Março de 2013.**

PORTARIA Nº. 223 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora JUSCELIA TEREZINHA FERREIRA, para exercer as funções no cargo de ASSESSORA, PC 08, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes desde município. A contar a 11 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **Portaria Nº. 224 de 15 de Março de 2013.**

PORTARIA Nº. 224 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor ANTONIO MARTINHO PEDRO, para exercer as funções no cargo de DIRETOR, PC 06, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes desde município. A contar a 11 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **Portaria Nº. 225 de 15 de Março de 2013.**

PORTARIA Nº. 225 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

TRANSFERIR, o Servidor REINALDO WENGRZYNOVSKI, para exercer as funções no cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO, PC 05, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes desde município. Para a Secretaria de Saúde; A contar a 11 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Portaria Nº. 226 de 15 de Março de 2013.**  
PORTARIA Nº. 226 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

TRANSFERIR, o Servidor MARCOS ROGERIO DE PAULA, para exercer as funções no cargo de SECRETÁRIO, PC 01, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Administração & Planejamento desde município. Para a Secretaria de Urbanismo & Limpeza; A contar a 11 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 227 de 15 de Março de 2013.**  
PORTARIA Nº. 227 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

TRANSFERIR, o Servidor MARCO ANTONIO DE SOUZA, para exercer as funções no cargo de SECRETÁRIO, PC 01, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico & Turismo desde município. Para a Secretaria de Administração & Planejamento; A contar a 11 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 228 de 15 de Março de 2013.**  
PORTARIA Nº. 228 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

TRANSFERIR, o Servidor DANIEL DA CRUZ, para exercer as funções no cargo de SECRETÁRIO, PC 01, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Saúde desde município. Para a Secretaria de HABITAÇÃO; A contar a 11 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 229 de 15 de Março de 2013.**  
PORTARIA Nº. 229 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

TRANSFERIR, a Servidora CLARICE MARIA RODRIGUES DA SILVA, para exercer as funções no cargo de DIRETORA DE CMEI, "Cmei Tia Maria" PC 07, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes desde município. Para a DIRETORA DE CMEI, "Cmei Meu Cantinho"; A contar a 11 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 230 de 15 de Março de 2013.**  
PORTARIA Nº. 230 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

CONTRATAR, a Senhora MARLENE TOMELIM NUNES, para exercer suas funções no cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, 40hrs semanais, Aprovada através de Processo Seletivo 01/2013, Conforme o Decreto Lei 4.196 de 04 de fevereiro de 2013; quadro de funcionários Estatutário desta Prefeitura. Lotada na Secretaria de Saúde desde município. A contar a 01 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 231 de 15 de Março de 2013**  
PORTARIA Nº. 231 DE 15 DE MARÇO DE 2013

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

CONCEDER a servidora EMÍLIA WUNSCH DA SILVA, Técnica de Enfermagem, do quadro de pessoal temporário desta Prefeitura Municipal, AUXÍLIO MORADIA no valor de R\$300,00 (trezentos reais), conforme a Lei nº2.743 de 04 de abril de 2008, tendo em vista o efetivo exercício de suas atribuições e residência oficial comprovada na localidade de São João dos Cavalheiros, a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supracitada.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 232 de 15 de Março de 2013.**  
PORTARIA Nº. 232 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

DISPENSAR, á pedido o Doutor GERSON ZIPPERER Aprovado em Teste Seletivo 02/2013 Emprego Público, das funções que exercia no cargo de MÉDICO CLINICO GERAL, 40 HRS SEMANAIS, regime Celetista, Conforme o Decreto Lei 4.204 de 18 de fevereiro de 2013. Lotado na Secretaria Saúde desde município. A contar a dispensa 11 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 236 de 15 de Março de 2013.**  
PORTARIA Nº. 236 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

NOMEAR, o Senhor ROBERTO WERKA, para exercer as funções no cargo de ASSESSOR, PC 08, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Urbanismo & Limpeza desde município. A contar de 11 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 237 de 15 de Março de 2013.**  
PORTARIA Nº. 237 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

NOMEAR, a Senhora ANTONIA CLAUDIA SOLOSINSKI, para exercer as funções no cargo de SECRETÁRIA ADJUNTA, PC 05, quadro

de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotada na Secretaria de Habitação desde município. A contar de 18 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 239 de 15 de Março de 2013.**  
PORTARIA Nº. 239 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

NOMEAR, o Senhor JOEL BASILIO, para exercer as funções no cargo de SECRETÁRIO, "Desenvolvimento Econômico & Turismo" PC 01, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico & Turismo desde município. A contar de 11 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 240 de 15 de Março de 2013.**  
PORTARIA Nº. 240 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

NOMEAR, o Senhor ÁECIO RODRIGO BUDANT, para exercer as funções no cargo de DIRETOR, PC 06, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Finanças desde município. A contar de 11 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de março de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Aviso de Licitação**

"AVISO DE LICITAÇÃO"

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL - SAMASA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 002/2013

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2013



O Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento Ambiental - SAMASA do Município de Três Barras - SC, torna público que sob a regência da Lei Federal nº 8.666/1993 receberá até as 09:00 horas do dia 21 de maio de 2013 a Documentação e Propostas para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS RELATIVOS À COLETA DOMICILIAR COM MONITORAMENTO VIA SATÉLITE, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COMPACTÁVEIS (RSUC) E DESTINAÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO, GERADOS DENTRO DOS LIMITES DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS - SC".

Abertura: em reunião pública, na Sede do SAMASA, às 09:00 horas do dia 21 de maio de 2013. Cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações do SAMASA localizada na Avenida Rigesa, nº 1634, Centro, Três Barras - SC ou por solicitação através do e-mail erica@samasa.com.br.

Maiores informações poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações do SAMASA, na Avenida Rigesa, nº 1634, Centro, Três Barras - SC, através dos e-mails erica@samasa.com.br, emilio@samasa.com.br, e através do telefone (47) 3623-1473 no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas.

Três Barras - SC, em 17 de abril de 2013.

EMÍLIO GAZANIGA NETO  
DIRETOR EXECUTIVO

SALVADOR DE MAIO NETO  
ASSESSOR JURÍDICO

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### Lei Complementar Nº. 35/2013 de 17 de Abril de 2013.

Lei Complementar nº. 35/2013 de 17 de abril de 2013.

Cria cargos para contratação de servidores por admissão de caráter temporário (ACT), para atender necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art.1º Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar por admissão de caráter temporário (ACT), criando para tanto os cargos com a respectiva carga horária e remuneração conforme relação a seguir:

CARGO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
Instrutor de Escolinha de Futsal	20 h	975,00
Instrutor de Escolinha de Futebol de Campo	20 h	975,00
Instrutor de Escolinha de Voleibol, Handebol, Tênis de Mesa e Xadrez	20 h	975,00
Instrutor de Grupos de Música	20 h	975,00

§ 1º As contratações serão regidas de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais de Tunápolis.

§ 2º A carga horária poderá ser reduzida ou ampliada, conforme a necessidade e interesse do Município.

Art. 2º Os instrutores referidos no artigo anterior, prestarão serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, junto ao Departamento dos Esportes e Cultura, pelo período que coincide com o calendário escolar, com objetivo de dar suporte e implementar os projetos a serem desenvolvidos pela Comissão Municipal de Esportes (CME) e pelo Departamento cultural do Município, devendo atender as especificações mínimas, constantes no Anexo Único em anexo.

Art. 3º O reajuste salarial, dar-se-á sempre de acordo com o reajuste do Piso Municipal da Administração.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,  
Em, 17 de abril de 2013.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada  
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna.

#### ANEXO ÚNICO

**INSTRUTOR DE ESCOLINHA DE FUTSAL:** atuar na organização e treinamento das escolinhas de futsal sob a coordenação da Comissão Municipal de Esportes (CME): Fundamentos teóricos e práticos da Modalidade de Futsal; Carteira do CREF (Conselho Regional de Educação Física) habilitada para a modalidade de Futsal, ou Formação em Educação Física.

**INSTRUTOR DE ESCOLINHA DE FUTEBOL DE CAMPO:** atuar na organização e treinamento das escolinhas de futebol de campo sob a coordenação da Comissão Municipal de Esportes (CME): Fundamentos teóricos e práticos da Modalidade de Futebol de campo; Carteira do CREF (Conselho Regional de Educação Física) habilitada para a modalidade de Futebol de Campo, ou Formação em Educação Física.

**INSTRUTOR DE ESCOLINHA DE VOLEIBOL, HANDEBOL, TÊNIS DE MESA E XADREZ** atuar na organização e treinamento das escolinhas de Voleibol, Handebol, Tênis de Mesa e Xadrez sob a coordenação da Comissão Municipal de Esportes (CME): Fundamentos teóricos e práticos nas referidas modalidades com Formação em Educação Física.

**INSTRUTOR DE GRUPOS DE MÚSICA:** atuar na organização e regência das aulas com alunos inscritos para os instrumentos de Violão, Teclado Eletrônico, Acordeom, Flauta, Bateria: Fundamentos teóricos e práticos da Música; formação de ensino médio, experiência e domínio de técnica musical.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

#### Aviso de Credenciamento Nº 02/2013

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2013

O Município de Tunápolis - SC, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para ciência dos interessados que iniciará,



a partir da publicação deste, o processo de credenciamento de pessoas jurídicas na área de saúde, para prestação de serviços em exames, para efeitos do artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 1506/2013 de 20 de março de 2013, cujo procedimento obedecerá às seguintes condições regulamentares:

## 1. DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente edital é o de credenciar empresas prestadoras de serviços, para exames de laboratório, no atendimento a pacientes do Município de Tunápolis, nas correspondentes modalidades de exames a seguir relacionadas:

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	CÓDIGO	VALOR UNITARIO SUS \$
Análise de caracteres físicos, elementos e sedimentos na urina	0202050017	3,70
Antibiograma	0202080013	4,98
Contagem de plaquetas	0202020029	6,48
Cultura de bactéria para identificação	0202080080	5,62
Determinação de fator reumatóide	0202030075	2,83
Determinação de tempo de coagulação	0202020070	2,73
Determinação de tempo e atividade da protrombina (tap)	0202020142	2,73
Determinação de velocidade de hemossedimentação (VHS)	0202020150	2,73
Determinação direta e reversa de grupos ABO	0202120023	1,37
Determinação do tempo de tromboplastina ativada	0202020134	5,77
Dosagem de ácido úrico	0202010120	1,85
PSA	0202030105	16,42
Dosagem de bilirrubina total e frações	0202010201	2,01
Dosagem de colesterol HDL	0202010279	3,51
Dosagem de colesterol LDL	0202010287	3,51
Colesterol total	0202010295	1,85
Creatinina	0202010317	1,85
Dosagem de fosfatase alcalina	0202010422	2,01
Dosagem de glicose	0202010473	1,85
Hcg, beta HCG	0202060217	7,85
Reação de hemaglutinação (TPHA) diagnóstico sífilis	0202031098	4,10
Dosagem de proteína C reativa	0202030202	2,83
Triglicerídeos	0202010678	3,51
Uréia	0202010694	1,85
Hemograma	0202020380	4,11
Aslo	0202030474	2,83
Anti HIV1+ HIV2 (Elisa)	0202030300	10,00
Pesquisa de anticorpos IGM antitoxoplasma	02020308763	18,55
HBSAG	0202030970	18,55
Fator RH	0202120082	1,37

Pesquisa de ovos e cistos de parasitas	0202040127	1,65
Pesquisa de sangue oculto nas fezes	0202040143	1,65
VDRL	0202031110	2,83
Teste indireto de anti-globulina humana	0202120090	2,73
Determinação de curva glicêmica	0202010040	25,00
Dosagem de proteinúria		15,00

## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Para participar deste certame é necessário conhecer todas as condições estipuladas no presente Edital e apresentar os documentos exigidos, conforme especificado no item 4.

2.2. Não serão admitidas:

2.2.1. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.2.2. Os interessados que por qualquer motivo, estejam declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou; e

2.2.3. Os interessados inadimplentes com as obrigações assumidas junto ao Município.

2.3. Independentemente de declaração expressa, a manifestação do interesse da Empresa em participar do presente credenciamento, implicará na submissão às normas vigentes e todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

## 3. DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento permanecerá aberto durante todo o prazo e nos termos estabelecidos no item 10, para as pessoas jurídicas habilitadas, observado os critérios de interesse público, e as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

3.2. A habilitação ocorrerá após apresentação dos documentos exigidos no item 4, observadas as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

3.3. Após a análise da documentação e estando esta em conformidade com os requisitos estipulados neste Edital, o Fundo Municipal de Saúde fornecerá à pessoa jurídica Certificado de Credenciamento. Em caso de indeferimento do pedido, o interessado poderá interpor recurso à Comissão de Credenciamento, no Setor de Compras do Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do indeferimento.

3.4. Os documentos da habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado em que conste:

Município de Tunápolis

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2013

ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

(Razão Social ou nome do Licitante)

3.5. Os documentos da habilitação poderão ser remetidos via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou ainda entregues diretamente na Prefeitura Municipal Tunápolis- SC., sita na Rua João Castilho, 111, no setor de compras e licitação, no horário das 07:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:00 hrs às 17:00 hrs, de segunda a sexta-feira.

3.5.1. Os documentos da habilitação não poderão ser remetidos

via fax-simile.

3.6. O interessado em se credenciar deverá apresentar a Solicitação de Credenciamento conforme modelo identificado como ANEXO I a este edital, devendo neste identificar para quais os itens quer se credenciar.

#### 4. DA HABILITAÇÃO - DOCUMENTOS EXIGIDOS

4.1. Para participarem do processo de credenciamento, deverão os proponentes interessados apresentar em envelope lacrado, os documentos a seguir relacionados:

##### 4.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício e respectivas alterações contratuais.

##### 4.1.2 - REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

##### 4.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

##### 4.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal.

4.1.5 – Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Obs.: Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de Tunápolis - SC., ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial.

A Comissão de Licitações farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las.

Caso a validade não conste nas certidões, estas serão consideradas válidas por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

#### 5. DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

5.1. O Fundo Municipal da Saúde se dispõe a pagar o preço da tabela SUS constantes na tabela do item 1.1 do presente edital.

5.2 O Município, através do Fundo Municipal de Saúde, efetuará o pagamento mensalmente, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados.

5.3. É expressamente vedada à cobrança de qualquer sobretaxa à tabela adotada, em qualquer hipótese, do paciente ou do Município, quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado.

#### 6. CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados nos termos e condições previstas neste edital.

6.2. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários, mediante a apresentação da Requisição do Exame, documento de identidade ou documento compatível, acompanhada da autorização emitida pela Secretaria de Saúde.

6.3. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie.

6.4. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei e deste instrumento editalício.

6.5. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual.

6.6. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

#### 7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

7.1. A pessoa jurídica credenciada deverá realizar os exames laboratoriais para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde.

7.2. A credenciada deverá prestar os serviços através de

estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria de Saúde.

7.3. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal;

7.4. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato.

7.5. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.

7.6. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros.

7.7. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo.

7.8. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

7.9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados.

7.10. Na execução das atividades objeto deste Edital, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais pacientes.

## 8. DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.1. A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas.

8.2. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços.

8.3. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz.

8.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços.

8.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

## 9. DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

9.1. As obrigações decorrentes da execução dos serviços a serem firmados entre o Fundo e a Credenciada, serão formalizadas através de Termo de Credenciamento, observando-se as condições estabelecidas neste edital, seus anexos e na legislação vigente;

9.2 - O Termo de Credenciamento deverá ser assinado, no máximo, dentro de 3 (três) dias após a convocação.

## 10. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

10.1. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 15/03/2013 podendo qualquer pessoa jurídica do ramo, durante esse prazo, e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, solicitar seu credenciamento. O prazo de vigência deste instrumento poderá ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério do Fundo Municipal de Saúde.

## 11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, FINANCEIROS E ADMINISTRATIVOS

11.1 - Nas despesas decorrentes deste edital serão empregados recursos orçamentários a seguir relacionados:

Unidade Orçamentária / Projeto / Atividade	Elemento de Despesa/Fonte
Órgão 10, Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde	
Projeto/Atividade 2.055 – Manutenção da Farmácia Básica	3.3.90.00.00.00.00.0104
Recursos próprios e vinculados	3.3.90.00.00.00.00.0262
	3.3.90.00.00.00.00.0269

11.2 – Os recursos financeiros serão próprios, dos Convênios SUS, PAB Fixo.

11.3 - Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 12. DO DESCRENCIAMENTO

12.1. O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas, para os atendimentos constantes neste Edital, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos pacientes, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

## 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FUNDO, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- Advertência;
- Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- Rescisão Contratual;
- Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS;
- Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao

**MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/ FUNDO.**

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

- A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:  
a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste edital  
b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste edital.

**14. ESCLARECIMENTOS**

14.1. O Aviso de credenciamento e seus Anexos estarão à disposição dos interessados, sendo que quaisquer informações e esclarecimentos adicionais relativos a este procedimento deverão ser solicitados durante horário comercial, sendo das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3632-1122, ou ainda pelo e-mail: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

14.2. A CPL terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder ao questionamento.

14.3. Se a solução dada ao questionamento motivar alterações no presente Edital de Chamamento, as Empresas participantes serão imediatamente informadas.

**15. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO**

15.1. O presente Aviso de Credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

**16. DA IMPUGNAÇÃO AO CHAMAMENTO**

16.1. Qualquer cidadão ou Empresa poderá impugnar o presente Edital de Chamamento por eventuais irregularidades, devendo protocolar seu pedido conforme disposto no artigo 41 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

**17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1. À Comissão de Licitações, além do recebimento e exame da documentação e das propostas, caberá o julgamento e obediência às disposições aqui estabelecidas, bem como dirimir sobre dúvidas ou omissões.

17.2. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Aviso de Credenciamento.

17.3. Qualquer recurso ou contestação somente poderá ser manifestado por intermédio do representante legal da Empresa interessada ou por Procurador legalmente habilitado.

17.4. O proponente credenciado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para assinatura do Termo de Credenciamento, conforme minuta identificada como ANEXO II a este edital, fazendo dele parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

17.5 - Integram este Edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Modelo da Solicitação de Credenciamento

ANEXO II – Minuta do Termo de Credenciamento

Tunápolis – SC., 12 de abril de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Assessoria Jurídica

**ANEXO I****MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**

AO MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 002/2013

A empresa ....., CNPJ nº ....., com sede e foro na ..... (rua,etc) da cidade de ....., Estado de ....., por seu representante legal, Sr....., portado do CPF nº ....., ..... (cargo/função), residente e domiciliado ....., que a esta subscrive, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços consistentes na realização do Exames a seguir relacionados:

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	CÓDIGO	VALOR UNITARIO SUS \$
Análise de caracteres físicos, elementos e sedimentos na urina	0202050017	3,70
Antibiograma	0202080013	4,98
Contagem de plaquetas	0202020029	6,48
Cultura de bactéria para identificação	0202080080	5,62
Determinação de fator reumatóide	0202030075	2,83
Determinação de tempo de coagulação	0202020070	2,73
Determinação de tempo e atividade da protrombina (tap)	0202020142	2,73
Determinação de velocidade de hemossedimentação (VHS)	0202020150	2,73
Determinação direta e reversa de grupos ABO	0202120023	1,37
Determinação do tempo de tromboplastina ativada	0202020134	5,77
Dosagem de ácido úrico	0202010120	1,85
PSA	0202030105	16,42
Dosagem de bilirrubina total e frações	0202010201	2,01





Dosagem de colesterol HDL	0202010279	3,51
Dosagem de colesterol LDL	0202010287	3,51
Colesterol total	0202010295	1,85
Creatinina	0202010317	1,85
Dosagem de fosfatase alcalina	0202010422	2,01
Dosagem de glicose	0202010473	1,85
Hcg,beta HCG	0202060217	7,85
Reação de hemaglutinação (TPHA) diagnostico sífilis	0202031098	4,10
Dosagem de proteína c reativa	0202030202	2,83
Triglicerídeos	0202010678	3,51
Uréia	0202010694	1,85
Hemograma	0202020380	4,11
Aslo	0202030474	2,83
Anti HIV1+ HIV2 (Elisa)	0202030300	10,00
Pesquisa de anticorpos IGM antitoxoplasma	02020308763	18,55
HBSAG	0202030970	18,55
Fator RH	0202120082	1,37
Pesquisa de ovos e cistos de parasitas	0202040127	1,65
Pesquisa de sangue oculto nas fezes	0202040143	1,65
VDRL	0202031110	2,83
Teste indireto de anti-globulina humana	0202120090	2,73
Determinação de curva glicêmica	0202010040	25,00
Dosagem de proteinúria		15,00

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de chamamento para Credenciamento de Empresas Prestadoras de serviços em exames.

Atenciosamente  
Representante legal

## ANEXO II

### MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Albino Frantz, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo seu Gestor Sr. BRUNO JOSÉ HEBERLE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis - SC., portador do CNPJ nº 12.273.240/0001-49, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa ....., com sede na Rua ....., nesta cidade de ..... inscrito no CNPJ/MF sob nº ....., neste ato representado por ....., brasileiro, ....., residente e domiciliado na cidade e Município de ....., inscrito no CPF/MF sob nº ....., RG nº ....., e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de exames laboratoriais para a população do Município de Tunápolis - SC, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 002/2013, e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto o credenciamento para prestação de serviços de exames laboratoriais para a população do Município de Tunápolis - SC., a saber:

ITEM	EXAME
01	.....

### CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados, nos termos e condições previstas neste termo. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários, mediante a apresentação da Requisição do Exame, documento de identidade ou documento compatível, acompanhada da autorização emitida pela Secretaria de Saúde. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou desc credenciamento do contratado, no teor da Lei. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município, através do FMS, efetuará o pagamento até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Facultar-se-á ao Município/FMS a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados.

**CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO/FMS** - Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – As despesas decorrentes do presente termo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária / Projeto / Atividade	Elemento de Despesa/Fonte
Órgão 10, Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde	
Projeto/Atividade 2.055 – Manutenção da Farmácia Básica	3.3.90.00.00.00.00.0104 3.3.90.00.00.00.00.0262
Recursos próprios e vinculados	3.3.90.00.00.00.00.0269



**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS**

A pessoa jurídica credenciada deverá realizar os exames laboratoriais para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A credenciada deverá prestar os serviços através de estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria de Saúde. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste termo, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes).

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO**

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31/12/2013, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO** - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC.,  
BRUNO JOSÉ HEBERLE  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**TESTEMUNHAS:**

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

Assessoria Jurídica

# Videira

## PREFEITURA

### Decreto 10.394/13

DECRETO Nº 10.394/13, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Constitui a Comissão Municipal de Articulação, Mobilização e Acompanhamento do Programa Estadual de Regularização Fundiária no Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e a vista do contido na comunicação interna da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação,

#### RESOLVE

Art. 1º Fica constituída a Comissão Municipal de Articulação, Mobilização e Acompanhamento do Programa Estadual de Regularização Fundiária.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para compor esta Comissão Municipal:

- I - Valdir Pedro Schneider - Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação;
- II - Rosani Luiza Schneider Manenti - Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social;
- III - Mário Pedro Fontanella - Representante da Secretaria Municipal da Assessoria Jurídica;
- IV - Miguel Alberto Viecei - Membro;
- V - Raquel Bruschi - Membro;
- VI - Vandete Albuquerque Lazzari - Membro;
- VII - Elisandra Mara Baretta - Membro.

Art. 3º São atribuições da Comissão Municipal:

I - será responsável pelo planejamento estratégico, promoção e implementação da mobilização social, articulação popular e comunitária, realização de reuniões com as comunidades e outras atividades necessárias a sensibilização e informação dos municípios;

II - levantamento e indicação a credenciada de áreas passíveis de regularização fundiária;

III - informação gratuita a credenciada de matrículas, zoneamento, viabilidade e histórico de áreas que poderão ou que serão objeto do trabalho de regularização;

IV - acompanhamento dos trabalhos da credenciada no Município;

V - outras atividades de articulação, mobilização, acompanhamento e demais necessárias ao fiel e eficiente desempenho das atividades de regularização fundiária no Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 11 de abril de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de abril de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### Decreto 10.395/13

DECRETO Nº 10.395/13, DE 15 DE ABRIL DE 2013

Concede Bolsas Institucionais, aos atletas estudantes devidamente matriculados no curso de Educação Física na Unoesc - Campus de Videira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.872/13, Convênio nº 006/13, Decreto nº 10.383/13 e, à vista do contido na Comunicação Interna da Fundação Municipal de Esportes,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam concedidas as Bolsas Institucionais, aos atletas estudantes devidamente matriculados no curso de Educação Física na Unoesc - Campus de Videira, conforme tabela abaixo:

Atleta Estudante	Modalidade	Fase do Curso	Percentual das Bolsas Institucionais
Anderson Pian	Futsal	3ª Fase	100%
Jefferson Fiorelli	Basquete	2ª Fase	100%
Leonardo Cardoso da Silva	Judô	1ª Fase	100%
Evelin Cristine Zimmermam	Karate	3ª Fase	100%
Cristian Antonio Polezzo	Bocha	1ª Fase	100%
Rodrigo Ferreira	Tênis	1ª Fase	100%

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09,

Videira, 15 de abril de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de abril de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### Portaria Nº 0177/13

PORTARIA Nº 0177/13

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00050/07-7, nos assentos funcionais da servidora JUREMA MARIA DE OLIVEIRA, detentor da matrícula funcional nº 1231, e do cargo de provimento efetivo de Professora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4670/2013,

#### RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, JUREMA MARIA DE OLIVEIRA, detentora da matrícula nº 1231 e do cargo de provimento efetivo de Professora, de parcialidade de tempo de contribuição, no período compreendido entre 08 de julho de 1985 até 30 de junho de 1994, constante da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00050/07-7, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogada as disposições em contrário.

Videira, 12 de abril de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de abril de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### Portaria Nº 0178/13

PORTARIA Nº 0178/13

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00007/11-2, nos assentos funcionais da servidora MARIA NATALINA GENERO, detentora da matrícula funcional nº 1678, e do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4948/2013,

#### RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora MARIA NATALINA GENERO, detentora da matrícula nº 1678 e do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00007/11-2, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogada as disposições em contrário.

Videira, 12 de abril de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de abril de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### PR 66/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2013 - PMV

O Prefeito Municipal Interino torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 66/2013 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto da VIATURA MERCEDES BENZ 1313 DE PLACAS LXQ-3524, UTILIZADA PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 09 de Maio de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.

6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 15 de Abril de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

### Pregão Presencial Nº 65/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2013 - PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal Interino de Videira comunica aos interessados que fica RETIFICADO a descrição do item nº 01 do edital de Pregão Presencial nº 65/2013-PMV, o qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO 4X2 E CAÇAMBA PARA SER UTILIZADO PELO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, tendo em vista equívoco na descrição. Ficam inalterados a data e horário do recebimento dos envelopes documentação e proposta. O Edital retificado está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 8:00h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9012-3566-9034.

Videira/SC, 16 de Abril de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

### Extrato do Contrato N. 0045/2013

Extrato do Contrato n. 0045/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SANDRA ROBERTI DEMICIANO

CPF: 933.502.959-91

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

### Extrato do Contrato N. 0082/2013

Extrato do Contrato n. 0082/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEBORA HONORATO FERREIRA

CPF: 066.846.739-89

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EXONERADA SIMONE MARIA DA SILVA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

**Extrato do Contrato N. 0109/2013**

Extrato do Contrato n. 0109/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LEONIR OLIVEIRA CUSTÓDIO

CPF: 073.749.219-85

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 30 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

**Extrato do Contrato N. 0161/2013**

Extrato do Contrato n. 0161/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IARA NOVELLO ZAGO GHELLER

CPF: 066.575.819-71

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

**Extrato do Contrato N. 0177/2013**

Extrato do Contrato n. 0177/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SOELI APARECIDA CORRÊA

CPF: 816.717.259-72

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EXONERADA JUSSARA JACOMINI

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

**Extrato do Contrato N. 0226/2013**

Extrato do Contrato n. 0226/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSE SCHOFFEN PERGHER

CPF: 017.532.819-62

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA TAHIANA DE OLIVEIRA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 05 de março de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

**Extrato do Contrato N. 0226/2013**

Extrato do Contrato n. 0226/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSE SCHOFFEN PERGHER

CPF: 017.532.819-62

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA TAHIANA DE OLIVEIRA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 05 de março de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

**Extrato do Contrato N. 0274/2013**

Extrato do Contrato n. 0274/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIBELE SANTIN

CPF: 008.763.479-10

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

**Extrato do Contrato N. 0286/2013**

Extrato do Contrato n. 0286/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDNEIA ANA UNGARATTO

CPF: 036.185.999-60

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVONE MARIA CATTANI ZARPELON EM LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

**Extrato do Contrato N. 0359/2013**

Extrato do Contrato n. 0359/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DAMIANA BENEDETTI

CPF: 081.000.759-21

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 19 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.074,00 (dois mil e setenta e quatro reais)



**Extrato do Contrato N. 0381/2013**

Extrato do Contrato n. 0381/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TEREZINHA CONCEIÇÃO DE MORAIS SILVA

CPF: 707.532.379-20

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SUZETE APARECIDA ACADROLI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 05 de março de 2013 a 31 de março de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

**Extrato do Contrato N. 0397/2013**

Extrato do Contrato n. 0397/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SABRINA DO AMARAL

CPF: 081.844.409-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ARLETE MARIA SONEGO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 07 de março de 2013 a 04 de abril de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

**Extrato do Termo Aditivo N. 0108/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0108/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUCIMARA APARECIDA DE SOUZA BORGES

CPF: 019.439.999-02

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 15 de abril de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0226/2013**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0226/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSE SCHOFFEN PERGHER

CPF: 017.532.819-62

OBJETO: "Em substituição a servidora TAHIANA DE OLIVEIRA, em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "em substituição à servidora TAHIANA DE OLIVEIRA, em gozo de licença-gestação, conforme portaria n. 0130/13".

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 até 03 de julho de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0260/2013**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0260/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VANUSA APARECIDA CORREA

CPF: 076.087.429-84

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 até 06 de abril de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0280/2013**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0280/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LEIDI CRISTINA KNECHT

CPF: 060.740.519-84

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 até 04 de abril de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0291/2013**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0291/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIANE BALESTIERI MOURA

CPF: 944.555.709-34

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 até 02 de maio de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0044/2013**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0044/2013

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0010/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ADEMAR BONIATTI

CPF: 825.061.089-04

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir 01 de abril de 2013.

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0046/2013**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0046/2013

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0058/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FERNANDA MELEK

CPF: 007.537.339-43

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 01 de abril de 2013.

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0047/2013**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0047/2013

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0660/11

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: VALMIR LUIZ MOHR

CPF: 017.852.109-47

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir 03 de abril de 2013.

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0048/2013**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0048/2013

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0190/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILUANA MAIARA PEREIRA DE CAMPOS CRUZ

CPF: 074.210.639-00

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 02 de abril de 2013.

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0049/2013**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0049/2013

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0150/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MÁRCIA PEREIRA DA SILVA

CPF: 074.427.809-03

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 01 de abril de 2013.



**Edital de Notificação Nº 009/2013**  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED009/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); e o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993

**NOTIFICA:**

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Guilherme Brandalise no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em pedras irregulares, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, páginas 01 a 16, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório TP nº 035/2011.

2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação em pedras irregulares de 807,52m<sup>2</sup> na Rua Guilherme Brandalise no valor total de R\$ 31.462,63 (trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e sessenta e três centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 160, deste Edital.

3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de R\$ 28.316,37 (vinte e oito mil, trezentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos). Montante este equivalente a 90,00% do valor da obra apurado e pago conforme Processo Administrativo Licitatório TP nº 035/2011.

4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para a Rua Guilherme Brandalise, conforme demonstrado no Anexo II deste Edital.

5 – DO RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, "e", e §§ 1º e 2º, da Lei 5.172/66 – CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra, conforme Anexo II deste edital.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários  
Valorização total da obra

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

I –Pagamento em parcela única: somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 22 de julho de 2013, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II – Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em vinte e quatro parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 22 de julho de 2013.

O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85), e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)

Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), Link "Portal de Serviços On Line". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o login, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 11 de abril de 2013  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

WALMOR LUIZ DALL' AGNOL  
Secretário de Administração

DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA E							
RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA							
RUA GUILHERME BRANDALISE							
CM=	Valorização resultante da obra (individual)			X	Participação dos proprietários		
	Valorização total resultante da obra						
						190.579,99	
TOTAL GERAL DA OBRA - RUA GUILHERME BRANDALISE			R\$	31.462,63	100,00%		
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS			R\$	28.316,37	90,00%	28.316,37	
PARTIC. PODER PÚBLICO			R\$	3.146,26	10,00%		
	Área do		Valor	valor	valorização	valor	rateio
LADO DIREITO	Terreno		terreno	terreno	resultante	contribuição	individual
				após obra	da obra	melhoria	conf valoriz.
							Partic. Prop.
ENIO BENNO FEYH	368,00	m2	29.800,00	34.270,00	4.470,00	2.526,51	8,92%
01.16.032.0107.001.01-01							
MARIA ESTELA ARNDT	368,00	m2	29.440,00	33.856,00	4.416,00	2.495,99	8,81%
01.16.032.0123.001.01-01							
DIAGHILEV MUGNOL	588,57	m2	45.200,00	51.980,00	6.780,00	3.832,16	13,53%
01.16.032.0137.001.01-01							
GILMAR VANIN	418,00	m2	41.850,00	48.127,50	6.277,50	3.548,14	12,53%
01.16.032.0305.001.01-01							
	Área do		Valor	valor	valorização	valor	rateio
LADO ESQUERDO	Terreno		terreno	terreno	resultante	contribuição	individual
				após obra	da obra	melhoria	conf valoriz.
							Partic. Prop.
LUIZ ADELAR ORTH	345,00	m2	26.100,00	30.015,00	3.915,00	2.212,82	7,81%
01.16.003.0402.001.01-01							
GERALDO VIECELI	388,25	m2	26.000,00	29.900,00	3.900,00	2.204,34	7,78%
01.16.003.0387.001.01-01							

EMILIA CENDRON TONELLO	338,00	m2	27.100,00	31.165,00	4.065,00	2.297,60	8,11%
01.16.003.0298.001.01-01							
LUCIMERE TONELLO	301,00	m2	26.980,00	31.027,00	4.047,00	2.287,43	8,08%
01.16.003.0311.001.01-01							
PABLO MARGARINOS ROSSARI	301,00	m2	26.880,00	30.912,00	4.032,00	2.278,95	8,05%
01.16.003.0324.001.01-01							
MARLI SALETE GOULART	301,00	m2	26.950,00	30.992,50	4.042,50	2.284,88	8,07%
01.16.003.0335.001.01-01							
VILMAR HENRIQUE ARNDT	378,00	m2	27.689,00	31.842,35	4.153,35	2.347,54	8,29%
01.16.003.0351.001.01-01							
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA					R\$	50.098,35	
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS					R\$	28.316,37	
PARTIC. PODER PÚBLICO					R\$	3.146,26	
TOTAL GERAL DA OBRA					R\$	31.462,63	

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Decreto Nº 016/2013

DECRETO 016/2013

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0835, de 21/12/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação orçamentária, pelo provável excesso de arrecadação proveniente de Convênio "Academia da Saúde" com o Ministério da Saúde:

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.007.1004 - Reforma, Ampliação e Implantação de Unidades de Saúde

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.2354 - Transf. de Convênio da União p/ Saúde R\$ 42.461,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 16 de Abril de 2013.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### Portaria Nº 090/2013

P O R T A R I A Nº 090/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JAQUELINE SCHERER

Cargo: PROFESSOR NIVEL II - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 17 de abril de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 17 de abril de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE ABRIL DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

**Portaria Nº 091/2013**  
P O R T A R I A Nº 091/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:  
de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 068/2011, de 29 de dezembro de 2011,

Nome: ONADIR NARDI  
Cargo: SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE BARRA DA PRATA

Do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir do dia 22 de abril de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 22 de abril de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE ABRIL DE 2013.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**Aviso de Licitação Pregão 014/2013**

Processo de Licitação 014/2013  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES - SC  
Modalidade: Pregão Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Pregão, na forma presencial, objetivando Registro de Preços para aquisição de pranchas de madeira para o município de Vitor Meireles, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 15h00min, do dia 30 de abril de 2013 em sessão pública, no mesmo dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Ivandro Anzini, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitor-meireles.sc.gov.br](http://www.vitor-meireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 17 de abril de 2013.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# **Ata de Registro de Preços Pregão 002/2013 FMS** ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2013 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITOR MEIRELES

Ao décimo dia do mês de abril do ano de 2013, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 002/2013, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 10/04/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

## **1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO E MATERIAL ODONTOLÓGICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

2507.0 - METROMED COM. DE MAT. MEDI. HOSP. LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	PACOTE	ABAIXADOR DE LINGUA PACOTE COM 100 UNIDADES	Estilo	50,00000	1,9500	97,50
00002	UN	ESCOVA CERVICAL, ESTERIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE	Kolplast	300,00000	0,1400	42,00
00003	UN	ESPATULA DE AYRE, DESCARTAVEIS, EM MADEIRA, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE	Estilo	300,00000	0,0397	11,91
00006	CAIXA	LAMINA PARA MICROSCOPIA PONTA FOSCA, NAO LAPI-DADASNAS MEDIDAS 25,4X76,2 MM E ESPESSURA DE 1MM, SEPARARADAS UMA A UMA EM PAPEL CIRURGICO, DISPOSTASEM CAIXAS COM 50 UNIDADES	Solidor	10,00000	2,4500	24,50
00008	UN	ABOCATH Nº 20	Solidor	3.000,00000	0,4200	1.260,00
00010	UN	ABOCATH Nº 18	Solidor	1.000,00000	0,4200	420,00
00018	UN	AGULHA DESCARTAVEL 20 X 5,5, ESTERELIZADA, COM TAMPA PROTETORA, ACONDICIONADA INDIVIDUALMENTE EM BLISTER	Embramac	5.000,00000	0,0330	165,00
00022	UN	AGULHA DESCARTAVEL 40X12 ESTERELIZADA COM TAMPA PROTETORA ACONDICIONADA INDIVIDUALMENTE EM BLISTER	Embramac	8.000,00000	0,0300	240,00



00024	UN	ATADURA DE CREPON 10CMX4,5M 13 FIOS UNIFORME- MENTEENROLADAS ACONDICIONADAS INDIVIDUALMENTE EM EMBALAGEM PLASTICA	Unitex	3.000,00000	0,2970	891,00
00025	UN	ATADURA DE CREPON 15CMX4,5M 13 FIOS UNIFORME- MENTEENROLADAS ACONDICIONADAS INDIVIDUALMENTE EM EMBALAGEM PLASTICA	Unitex	5.000,00000	0,4200	2.100,00
00026	UN	ATADURA DE CREPON 20CMX4,5M 13 FIOS UNIFORME- MENTEENROLADAS ACONDICIONADAS INDIVIDUALMENTE EM EMBALAGEM PLASTICA	Unitex	1.000,00000	0,5600	560,00
00028	UN	ESPARADRAPO 10CMX4,5M EM TECI- DO 100% ALGODAO APRESENTADA EM BOBINA COM CAPA PLASTICA	Missner	300,00000	3,3000	990,00
00034	PACOTE	COMPRESSA DE GASE HIDROFILA 10% ALGODAO - 7,5CM11 FIOS/CM2 5DOBRAS	MDA	5.000,00000	4,8500	24.250,00
00053	UN	SERINGA DESCARTA- VEL 20ML	Embramac	2.000,00000	0,2550	510,00
00054	UN	SERINGA DESCARTA- VEL 3 ML	Embramac	3.000,00000	0,0660	198,00
00055	UN	SERINGA DESCARTA- VEL 5 ML	Embramac	4.000,00000	0,0800	320,00
00061	UN	VASELINA LIQUIDA FRASCO 1000ML	Vic Pharma	10,00000	10,9200	109,20
00065	UN	AGUA OXIGENADA FRASCO DE 1 LITRO	Vic Pharma	5,00000	2,3900	11,95
00067	UN	ODOPOVIDONA TOPICO FRASCO 1000ML	Vic Pharma	15,00000	11,4600	171,90
00070	UN	BENJOIM LIQUIDO FRASCO DE 1LITRO	Vic Pharma	10,00000	28,2000	282,00
00138	CAIXA	MASCARAS DESCAR- TAVEIS TRIPLAS C/ ELASTICOS 50UNID	Embramac	50,00000	2,9900	149,50
00172	CAIXA	LUVAS P, DESCAR- TAVEIS CX COM 100 UNID CADA	Nugard	240,00000	9,9000	2.376,00
00173	CAIXA	LUVAS M, DESCAR- TAVEIS CX COM 100 UNID CADA	Nugard	120,00000	9,9000	1.188,00
00174	CAIXA	LUVAS PP,DESCARTAVEIS CX COM 100 UNID CADA	Nugard	120,00000	9,9000	1.188,00
00185	Frasco	AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES 1 LITRO	Vic Pharma	3,00000	2,3900	7,17
Total do Fornecedor: 37.563,63 ( TRINTA E SETE MIL E QUINHENTOS E SESSENTA E TRES Reais E SESSENTA E TRES Centavos )						

## 5593.0 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00023	UN	ALGODAO HIDROFI- LO EMBALAGEM 50G EM CAMADAS CONTI- NUAS ROLO AGODAO BRANCO EMBALADO INDIVIDUALMENTE EMPACOTE PLASTICO	CREMER	30,00000	2,5400	76,20
00042	UN	PENTE FINO, EXTRA- TOR DE LENDEAS E PIOLHOS, EM PLASTICO	ULTRA	300,00000	0,7200	216,00
00049	UN	TESOURA IRIS CUR- VA 12 CM	CASSIFLEX	15,00000	7,3900	110,85
00051	UN	SERINGA DESCAR- TAVEL 1 ML COM AGULHA 13 X 4,5	TKL	4.000,00000	0,1090	436,00
00052	UN	SERINGA DESCARTA- VEL 10 ML	LAMEDID	4.000,00000	0,1700	680,00
00056	UN	BOLSA COLETORA DE URINA COM EXTENSAO, MODELO PERNA500ML	CIRURGICA BRASIL	50,00000	8,0000	400,00
00058	UN	URIPEN NR. 07	CIRURGICA BRASIL	20,00000	9,3000	186,00
00059	UN	BOMBA DE TIRAR LEITE MATERNO MANUAL COM 02 NIVEISDE AJUSTE PARA ARMAZENCAO CAPA MASSAGEA- DORA EM GEL DE SILICONE RECIPIEN- TE PARA ARMAZENAR O LEITE TRAVA DE SEGURANCA E CAPA PROTETORA	G-TECH	3,00000	157,5500	472,65
00060	UN	DISCO GESTACIONAL	SANNY	20,00000	71,6800	1.433,60
00066	UN	ALCOOL 70% EMBA- LAGEM COM 1000ML	FLOP'S	100,00000	3,1100	311,00
00068	UN	CLOREXIDINA SOLU- CAO DERGERMANTE TOPICO FRASCO 1LITRO	VIC PHARMA	15,00000	10,1200	151,80
00079	CAIXA	AGULHA GENGIVAL EXTRA CURTA 30G CAIXA C/ 100 UND.	LAMEDID	20,00000	12,9900	259,80
00107	UN	CURETA DE LUCAS P/ EXODONTIA	CASSIFLEX	10,00000	3,5000	35,00
00143	UN	DETERGENTE ENZI- Matico 3E FRASCO 5 LITROS	VIC PHARMA	6,00000	66,4500	398,70
00146	UN	PLACA DE VIDRO	JON	3,00000	3,6300	10,89
00153	UN	SERINGA CARPULE INOX DOBRAVEL	CASSIFLEX	30,00000	17,0000	510,00
00154	Kit	SERINGA LUER LOK VIDRO + CANULA ASPIRADORA INOX	KONNEN	2,00000	23,0500	46,10
00170	UN	POTE DAPEN DE PLASTICO	MAQUIRA	4,00000	1,4200	5,68
00180	PACOTE	BABADORES DUAS FOLHAS PAPEL, UM PLASTICO TAMA- NHO48X33CM C/50 UNIDADE.	SSPLUS	80,00000	8,6100	688,80

00186	UN	ROLETES DE ALGO- DAO DENTAL 100UND PACOTE	SSPLUS	200,00000	1,2200	244,00
00187	UN	VASELINA SOLIDA FRASCO 500G	VIC PHARMA	2,00000	14,4800	28,96
00188	UN	ALCOOL 70% FRAS- CO 1000ML	FLOP`S	50,00000	3,1100	155,50
00191	UN	TIRAS DE POLIESTER PARA RESINA CX C/ 100 UNID.	MAQUIRA	3,00000	2,5800	7,74
00193	UN	SONDA MILIMETRA- DA EM ACO INOXI- DAVEL	CASSIFLEX	10,00000	3,6800	36,80
00196	UN	FLUORETO DE SODIO 0,05% 20L	INODON	3,00000	134,1900	402,57
00197	UN	FLUORETO DE SODIO 0,2% 20L	INODON	3,00000	134,7700	404,31
00203	UN	CABOS DE ESPELHO ODONTOLOGICO NUMERO 5 INOX	PHARMAINOX	30,00000	1,5900	47,70
00218	UN	AGULHA GENGIVAL LONGA 30G CAIXA COM 100UND	LAMEDID	10,00000	12,9900	129,90
00235	Frasco	FIO RETRATOR GEN- GIVAL 00	AAF DO BRASIL	1,00000	13,2900	13,29
00237	Kit	POSICIONADORES CONE INDICADOR RADIOGRAFICO DE PLASTICO USO ODONTOLOGICO AUTOCLAVAVEL INFANTIL	MAQUIRA	3,00000	49,8000	149,40
00239	UN	ESPATULA DE INSERCAO DE FIO RETRATOR	CASSIFLEX	2,00000	3,1300	6,26
00241	Kit	KIT ODONTOLOGICO ADULTO ( ESCOVA, CREME DENTAL E FIO DENTAL )	MEDFIO	600,00000	2,2900	1.374,00
Total do Fornecedor: 9.429,50 ( NOVE MIL E QUATROCENTOS E VINTE E NOVE Reais E CINQUENTA Centavos )						

## 6483.1 - ALIANCA HOSPITALAR LTDA

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00004	UN	ESPECULO VAGINAL MEDIO (DESCARTA- VEL)	GYNUS	100,00000	0,8050	80,50
00031	UN	ESFIGNOMANOME- TRO + ESTETOSCO- PIO MANGUITO COM PERAPVC BRACADEI- RA COM FECHO EM VELCRO INFANTIL	SOLIDOR	2,00000	44,1500	88,30
00040	CAIXA	LUVAS DE PROCEDI- MENTOS DE LATEX TALCADA TAMANHO MCOM 100 UND	NUGARD	250,00000	11,7900	2.947,50
00044	UN	PINCA KELLY CURVA 14 CM	PROFESSIONAL	12,00000	10,3800	124,56
00047	UN	PINCA KELLY RETA 14 CM	PROFESSIONAL	12,00000	10,3800	124,56
00057	UN	BOLSA COLETORA DE URINA 1000ML	FARMATEX	50,00000	2,0600	103,00
00062	UN	GEL PARA ELETRO- CARDIOGRAMA FRAS- CO 5000GR	GELYTEC	5,00000	12,9800	64,90
00069	UN	ALCOOL IODADO 1LITRO	RIOQUIMICA	6,00000	5,3200	31,92

00131	PACOTE	GORRO 100% POLI-PROPILENO, PACOTE C/ 100 UNID	ANADONA	1,00000	5,7100	5,71
00158	UN	TERMOMETRO P/ ESTUFA DE ESTERILIZACAO	INCOTERM	2,00000	28,5700	57,14
00165	Rolo	PAPEL PARA AUTO-CLAVE VEDA MAX 250 MM X100M	VEDAMAX	6,00000	50,4500	302,70
00166	Rolo	PAPEL PARA AUTO-CLAVE VEDA MAX 150 MM X100M	VEDAMAX	30,00000	30,0100	900,30
00167	CAIXA	PRO-PE CAIXA COM 100 UNID	DESCARPACK	3,00000	7,1400	21,42
Total do Fornecedor: 4.852,51 ( QUATRO MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA E DOIS Reais E CINQUENTA E HUM Centavos )						

## 6566.8 - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI - EPP

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00007	UN	ABOCATH Nº 24	LABORIMPORT	2.000,00000	0,4500	900,00
00029	UN	FITA MICROPO-RE 10CMX4,5M APRESENTADO EM BOBINAS COM CAPA PLASTICA	MISSNER	400,00000	2,9000	1.160,00
00030	UN	ESFIGNOMANOMETRO + ESTETOSCOPIO MANGUITO COM PERAPVC BRACADEIRA COM FECHO EM VELCRO	SOLIDOR	10,00000	34,0000	340,00
00032	PACOTE	COMPRESSA CIRURGICA 23X25CM CAMPO OPERATORIO COM 50UNIDADES	CREMER	10,00000	17,0000	170,00
00038	CAIXA	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DE LATEX TALCADA TAMANHO EPCAIXA COM 10UND	LEMGRUBER	200,00000	9,0000	1.800,00
00043	UN	PINCA ANATOMICA DISSECCAO 14CM, EM ACO INOX	ABC	15,00000	4,7500	71,25
00045	UN	PINCA KELLY HEMOSTATICA CURVA 16CM	ABC	10,00000	13,0000	130,00
00046	UN	PINCA KELLY HEMOSTATICA RETA 16CM	ABC	10,00000	13,0000	130,00
00048	UN	TESOURA DE MAYO RETA 15 CM	ABC	5,00000	13,0000	65,00
00050	UN	TESOURA IRIS RETA 12 CM	ABC	15,00000	7,4000	111,00
00072	UN	ALAVANCA RETA INSTRUMENTAL CIRURGICO ODONTOLOGICO DE ACO INOXIDAVEL	COOPERFLEX	4,00000	10,1100	40,44
00078	CAIXA	AGULHA GENGIVAL CURTA 30G CAIXA COM 100 UND.	PROCARE	50,00000	13,0000	650,00
00102	UN	CALCADOR Nº21	COOPERFLEX	10,00000	2,7400	27,40
00137	Frasco	VERNIZ FORRADOR DE CAVIDADES 15ML	IODONTOSUL	4,00000	7,2000	28,80
00147	UN	PORTA AGULHA MATHIEU COMUM C/ 14 CM, PARA SUTURA	ABC	10,00000	19,2500	192,50
00159	UN	TESOURA DE MAYO HEGAR CURVA	ABC	10,00000	9,5000	95,00
00160	UN	TESOURA DE MAYO HEGAR RETA	ABC	5,00000	9,5000	47,50

00168	Frasco	DESINFETANTE HOSPITALAR PARA ARTIGOS SEMICRITICO-SGERMY RIO 1 LITRO CADA, SOLUCAO A BASE DE QUATERNARIO DE AMONIO E ALCOOL ETILICO	WIRATH	10,00000	3,4000	34,00
00175	Frasco	SOLUCAO PARALIZADORA DE CAVIDADES CARIOSAS ATIVAS-CARIOSTAK 10ML C/ 10%	IODONTOSUL	5,00000	11,7500	58,75
00177	UN	PINCA HEMOSTATICA CIRURGICA	ABC	10,00000	9,0000	90,00
00194	UN	CABO DE BISTURI NUMERO 13 DE ACO INOXIDAVEL	ABC	20,00000	3,8000	76,00
00195	UN	FILME RADIOGRAFICO COM 150UN KODAK WSIGHT F	KODAK	10,00000	108,7500	1.087,50
00227	UN	VERNIZ COM FLUORETADO DE SODIO E DE CALCIO COM 8G DE VERNIZ + 8G DE SOLVENTE	IODONTOSUL	6,00000	7,2000	43,20
00243	Kit	ESCOVA DENTAL MASSAGEADORA BEBE	DENTAL K	50,00000	2,7800	139,00
Total do Fornecedor: 7.487,34 ( SETE MIL E QUATROCENTOS E OITENTA E SETE Reais E TRINTA E QUATRO Centavos )						

## 8703.3 - TRADE MEDICAL COM. MAT. HOSP. LTDA

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00005	UN	ESPECULO VAGINAL PEQUENO (DESCARTAVEL)	Health Med	300,00000	0,6700	201,00
00009	UN	ABOCATH Nº 22	Solidor	5.000,00000	0,4300	2.150,00
00011	UN	EQUIPO PARA SORO MACRO GOTAS - FLEXIVEL	RM Desc	5.000,00000	0,3700	1.850,00
00012	UN	SCALP Nº 21	Med Vein	3.000,00000	0,1080	324,00
00013	UN	SCALP Nº 23	Med Vein	1.200,00000	0,1080	129,60
00014	UN	SCALP Nº 19	Med Vein	3.000,00000	0,1080	324,00
00017	UN	AGULHA DESCARTAVEL 13X4,5, ESTERELIZADA, COM TAMPAPROTETORA, ACONDICIONADA INDIVIDUALMENTE EM BLISTER	RM Desc	4.000,00000	0,0300	120,00
00019	UN	AGULHA DESCARTAVEL 25X6,0, ESTERELIZADA, COM TAMPA PROTETORA ACONDICIONADA INDIVIDUALMENTE EM BLISTER	Med Inject	8.000,00000	0,0290	232,00
00020	UN	AGULHA DESCARTAVEL 25X7,0, ESTERELIZADA, COM TAMPA PROTETORA ACONDICIONADA INDIVIDUALMENTE EM BLISTER	RM Desc	5.000,00000	0,0300	150,00



00021	UN	AGULHA DES-CARTAVEL 25X8,0 ESTERELIZADA COM TAMPA PROTETORA ACONDICIONADA EM BLISTER	RM Desc	2.000,00000	0,0300	60,00
00027	UN	ESPARADRAPO 05CMX4,5M EM TECIDO 100% ALGODAO APRESENTADAS EM BOBINA COM CAPA PLASTICA	Missner	300,00000	2,1600	648,00
00033	UN	FITA PARA AUTOCLAVE 19MM X 30M	Ciex	20,00000	2,0500	41,00
00035	PARES	LUVAS CIRURGICAS ESTERIL Nº7,5	Maxtex	300,00000	0,8200	246,00
00036	PARES	LUVAS CIRURGICAS ESTERIL Nº7,0	Maxtex	100,00000	0,8200	82,00
00037	PARES	LUVAS CIRURGICAS ESTERIL Nº8,0	Maxtex	300,00000	0,8200	246,00
00039	CAIXA	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DE LATEX TALCADA TAMANHO GCAIXA COM 100UND	Nugard	300,00000	11,1000	3.330,00
00041	CAIXA	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DE LATEX TALCADA TAMANHO PCAIXA COM 100UND	Nugard	250,00000	11,9500	2.987,50
00081	UN	APLICADORES DE HIDROXIDO DE CALCIO COM DUAS PONTAS	LM	10,00000	2,5500	25,50
00082	UN	BROCAS DE BAIXA ROTACAO Nº 1	Jota	50,00000	2,0300	101,50
00083	UN	BROCAS DE BAIXA ROTACAO Nº 2	Jota	50,00000	2,0300	101,50
00084	UN	BROCAS DE BAIXA ROTACAO Nº 3	Jota	10,00000	2,0300	20,30
00085	UN	BROCAS DE BAIXA ROTACAO Nº4	Jota	10,00000	2,0300	20,30
00086	UN	BROCAS DE BAIXA ROTACAO Nº 5	Jota	30,00000	2,0300	60,90
00087	UN	BROCA DE BAIXA ROTACAO Nº06	Jota	30,00000	2,0300	60,90
00088	UN	BROCAS DE BAIXA ROTACAO Nº 7	Jota	30,00000	2,0300	60,90
00089	UN	BROCAS DE BAIXA ROTACAO Nº 8	Jota	10,00000	2,0300	20,30
00090	UN	BROCAS DIAMANDAS DE ALTA ROTACAO NUMERO 1012	Fava	50,00000	1,2000	60,00
00093	UN	BROCAS DIAMANDAS DE ALTA ROTACAO NUMERO 1015	Fava	50,00000	1,2000	60,00
00095	UN	BROCAS DIAMANTADAS DE ALTA ROTACAO 3216	Fava	50,00000	1,2000	60,00
00097	UN	BROCAS DIAMANTADAS DE ALTA ROTACAO 2083	Fava	50,00000	1,2000	60,00
00099	UN	BRUNIDOR Nº 21	LM	10,00000	2,7400	27,40
00101	UN	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 245	MK life	10,00000	4,0800	40,80
00104	CAIXA	CAPSULA DE AMALGAMA UMA PORCAO CAIXA COM 50 UNID. CADA	Metal Ms	10,00000	62,5000	625,00

00106	CAIXA	CUNHA CERVICAL DE MADEIRA P/ TRAVAMENTO DE MATRIZES CAIXA COM 100 UND SORTIDAS	Pharma Inox	5,00000	6,4300	32,15
00110	UN	ESCULPIDOR DE HOLLEMBAC 3S	LM	10,00000	2,7300	27,30
00112	UN	ESPATULA THOMPSON Nº2	Prisma	5,00000	30,9000	154,50
00114	CAIXA	ESPELHO BUCAL INOX, Nº5 CX COM 12 UNID CADA	Pharma Inox	100,00000	16,5000	1.650,00
00115	UN	GORRO COM ELASTICO	Sante	200,00000	4,8000	960,00
00118	Frasco	FLUOR GEL ACIDO 1,23% ACIDICULADO 200ML, FLUORETO DE SODIO, CONTEM 1,23 DE IONS DE F EM GEL DE ACIDO FOSFORICO 0,1 MOLAR EM PH BAIXO	Idodontosul	10,00000	2,3900	23,90
00120	UN	FORCEPS INFANTIL RETO	Pro Odonto	5,00000	28,5700	142,85
00121	UN	FORCEPS INFANTIL CURVO	Pro Odonto	5,00000	28,5700	142,85
00122	UN	FORCEPS Nº 18 R	Pro Odonto	5,00000	28,5700	142,85
00123	UN	FORCEPS Nº 150	Pro Odonto	5,00000	28,5700	142,85
00124	UN	FORCEPS Nº 151	Pro Odonto	5,00000	28,5700	142,85
00125	UN	FORCEPS Nº 16	Pro Odonto	5,00000	28,5700	142,85
00126	UN	FORCEPS Nº17	Pro Odonto	5,00000	28,5700	142,85
00127	UN	FORCEPS Nº 18L	Pro Odonto	5,00000	28,5700	142,85
00128	UN	FORCEPS Nº 01	Pro Odonto	5,00000	28,5700	142,85
00129	UN	FORCEPS Nº 69	Pro Odonto	10,00000	28,5700	285,70
00130	Frasco	FORMOCRESOL 10 ML	AAF	3,00000	3,7100	11,13
00134	CAIXA	LAMINA DE BISTURIA CO CARBONO Nº15 CX100 UNID	Med Blade	2,00000	11,4200	22,84
00135	UN	LIMA 1ªSERIE 21 MM, FLEXO FILE	DH Pro	15,00000	13,7500	206,25
00139	CAIXA	MOLDEIRAS P/FLUOREM SERA DESCARTAVEIS ADULTOCX C/ 24 UNID	Preven	10,00000	10,6300	106,30
00141	UN	OLEO ALTA ROTACAO	Preven	5,00000	7,7400	38,70
00142	UN	OLEO BAIXA ROTACAO	Preven	5,00000	7,7400	38,70
00145	UN	PINCA CLINICA PARA ALGODAO NUMERO 17	LM	20,00000	3,5000	70,00
00148	UN	PORTA AMALGAMA INOX ADULTO	LM	3,00000	16,4500	49,35

00151	CAIXA	SELANTE DE SULCOS E CICATRICULAS QUIMICAMENTE ATIVADO INCOLOR CADA CAIXA CONTEM 10 BANDEJAS DE MISTURA 20PONTAS PINCEIS 1 FRASCO DE ACIDO FOSFORICO 37%C10ML 01 FRASCO DE RESINA A C 2,5ML 1 FRASCO DE RESINA K C/ 2,5ML	DFL	4,00000	16,1500	64,60
00152	CAIXA	SELANTE DE SULCOS E CICATRICULAS QUIMICAMENTE ATIVADO ROSA CADA CAIXA CONTEM 10 BANDEJAS DE MISTURA 20 PONTAS PINCEIS 1 FRASCO DE ACIDO 37% C/ 10 ML 01 FRASCO DE RESINA A C 2,5ML 1 FRASCO DE RESINA K C/ 2,5 ML	DFL	2,00000	16,3600	32,72
00156	UN	SONDA EXPLORADORA NUMERO 5	LM	10,00000	2,6700	26,70
00161	Frasco	TRICRESOL FORMOLINA 10 ML	AAF	4,00000	3,5000	14,00
00162	UN	TUBOS PASTA PROFILATICA 90GR	Maquira	15,00000	3,7000	55,50
00171	UN	BROCAS ZEKRYA CIRURGICA	MK life	20,00000	19,5000	390,00
00178	UN	LUVAS CIRURGICAS ESTERILIZADAS UNID. 8,0 (UM PAR) FABRICADA A BASE DE LATEX NATURAL E LUBRIFICADAS COM PO BIOABSORVIVEL E INERTE	MaxTex	50,00000	0,8200	41,00
00179	UN	Luvas cirúrgicas esterilizadas unid. 7,0 (um par) fabricada à base de látex natural e lubrificadas com pó bioabsorvível e inerte .	MaxTex	50,00000	0,8200	41,00
00182	UN	OCULOS DE PROTECAO DE PLASTICO	Dany	4,00000	2,4000	9,60
00192	UN	ROLO DE FIO DENTAL ODONTOLOGICO C/ 500 METROS	Preven	3,00000	5,6000	16,80
00202	UN	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 330	MK Life	10,00000	4,1300	41,30
00204	UN	PONTA PROTETORA PARA TRIPLICE DE PLASTICO	Injecta	50,00000	11,2000	560,00
00205	UN	BROCA DE ALTA ROTACAO 3195	Fava	20,00000	1,1900	23,80
00206	UN	BROCA DE ALTA ROTACAO 3195F	Fava	20,00000	1,1900	23,80
00207	UN	BROCA DE ALTA ROTACAO 3118	Fava	20,00000	1,1300	22,60

00208	UN	BROCA DE ALTA ROTACAO 1016	Fava	30,00000	1,0900	32,70
00209	UN	SUGADOR CIRURGICO ESTERELIZADO ATOXICO E DESCARTAVEL	Maquira	100,00000	0,9600	96,00
00210	Rolo	FITA PARA ESTERELIZACAO ROLO COM 50 METROS	Ciex	5,00000	2,1700	10,85
00211	UN	ABRIDOR DE BOCA BORRACHA INFANTIL	Iodontosul	15,00000	3,0000	45,00
00213	UN	BICARBONATO DE SODIO 500 GRAMAS SABOR MENTAPROFILAXIA	AAF	10,00000	12,7100	127,10
00214	UN	BICARBONATO DE SODIO 500GRAMAS SABOR MORANGO-PROFILAXIA	AAF	10,00000	12,7100	127,10
00215	UN	E.D.T.A. TRISSODICO 20ML	AAF	30,00000	4,5000	135,00
00219	UN	LUVAS CIRURGICAS ESTERIL Nº7,0	MaxTex	20,00000	0,8200	16,40
00220	UN	ESPATULA PARA INSERCAO DE MATERIAL RESTAURADOR Nº3	LM	15,00000	2,5500	38,25
00221	UN	BRUNIDOR Nº29	LM	15,00000	2,4500	36,75
00222	UN	CALCADOR HOLLEMBACK Nº 01	LM	15,00000	2,5000	37,50
00223	UN	CALCADOR WARD Nº01	LM	15,00000	2,5300	37,95
00224	UN	CALCADOR HOLLEMBACK Nº 03	LM	15,00000	2,4900	37,35
00225	UN	BANDEJA INOX 23CMX13CM	Fami Ita	50,00000	15,0300	751,50
00230	Frasco	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA LIQUIDO 10ML	Iodontosul	6,00000	5,4800	32,88
00236	UN	CARTAO RAO X 2 FUROS	Mega PRINT	1.000,00000	0,0450	45,00
Total do Fornecedor: 22.459,62 ( VINTE E DOIS MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE Reais E SESENTA E DOIS Centavos )						

## 9367.0 - SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00063	UN	ABRIDOR DE BOCA BORRACHA INFANTIL	JON	15,00000	2,8000	42,00
00064	UN	AGUA DESTILADA 5 LITROS CADA	CAITHEC	15,00000	4,9700	74,55
00071	UN	ALAVANCA APICAL INSTRUMENTAL CIRURGICO ODONTOLOGICO DE ACO INOXIDAVEL	COOPERFLEX	6,00000	10,1000	60,60
00073	UN	ALAVANCA SELDIN DIREITO INSTRUMENTAL CIRURGICO ODONTOLOGICO DE ACO INOXIDAVEL	COOPERFLEX	5,00000	10,1200	50,60
00074	UN	ALAVANCA SELDIN ESQUERDO INSTRUMENTAL CIRURGICO ODONTOLOGICO DE ACO INOXIDAVEL	COOPERFLEX	5,00000	10,1200	50,60
00075	UN	PASTA PARA TRATAMENTO DE ALVEOLITES ALVOGIL 20GR	IODONTOSUL	2,00000	12,5000	25,00

00077	CAIXA	ANESTESICO CLORIDRATO DE MEPIVACAINA 2% + ADRENALINA1:100.000 COM 50 TUBETES C/ CAIXA	DENTSPLY	50,00000	41,0000	2.050,00
00080	UN	ANESTESICO TOPICO GEL BENZOCAINA SABOR TUTI FRUTI200MG/G	DFL	20,00000	4,3300	86,60
00091	UN	BROCAS DIAMANDAS DE ALTA ROTACAO NUMERO 1013	FAVA	50,00000	1,2000	60,00
00098	UN	BROCAS DIAMANTADAS DE ALTA ROTACAO NUMERO 1011	FAVA	50,00000	1,2000	60,00
00100	UN	BRUNIDOR Nº33	COOPERFLEX	30,00000	2,7300	81,90
00103	CAIXA	CAPSULA DE AMALGAMA DUAS PORCOES CAIXA COM 50 UNIADES CADA	SDI	10,00000	88,4200	884,20
00105	UN	CLOREXIDINA 0,12% ANTI-SEPTICO BUCAL 1000ML PERIOGARD	COLGATE	5,00000	38,6000	193,00
00108	UN	ESCAVADOR DE DENTINA Nº17	COOPERFLEX	10,00000	2,7400	27,40
00109	UN	ESCOVA DE ROBSON MACIA (BRANCA)	PREVEN	50,00000	0,7700	38,50
00111	UN	ESPATULA THOMPSON Nº1	PRISMA	10,00000	30,8500	308,50
00117	CAIXA	FIO DE SUTURA SEDA PRETA 4-0 CX C/24UNID	PROCARE	40,00000	14,7000	588,00
00119	Frasco	FLUOR GEL NEUTRO 2% 200ML FLUORETO DE SODIO	IODONTOSUL	10,00000	2,4000	24,00
00132	CAIXA	COMPOSICAO DE HIDROXIDO DE CALCIO HYDRO CBASE C/ 13G, CATALISADOR C/ 11G	TECHNEW	4,00000	9,9000	39,60
00133	Frasco	HIDROXIDO DE CALCIO PO 10GR	IODONTOSUL	3,00000	2,7900	8,37
00136	UN	LIMAS OSSEAS PEQUENAS	COOPERFLEX	10,00000	17,0000	170,00
00144	CAIXA	PASTILHAS EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA CX C/100 UND	IODONTOSUL	3,00000	12,4000	37,20
00150	Kit	PONTAS DE BORRACHA ABRASIVAS P/ POLIMENTO DE AMALGAMA CORES MARROM, AZUL, VERDE E AMARELO	KG	15,00000	18,2200	273,30
00155	Frasco	SOLUCAO DE MILTON 1 LITRO, HIPOCLORITO DE SODIO 1%	RICCIE	6,00000	1,4600	8,76
00157	PACOTE	SUGADOR DESCARTAVEIS P/ 40UNID CADA	SSPLUS	50,00000	2,5000	125,00
00163	UN	DEDEIRA DE BORRACHA PARA AMALGAMA	JON	3,00000	1,6200	4,86
00164	Frasco	AGUA DESTILADA 5 LITROS CADA	CAITHEC	50,00000	4,8000	240,00



00169	UN	ALVEOLO TOMO RETO INSTRUMENTAL CIRURGICO ODONTOLOGICO MATERIAL ACO	COOPERFLEX	5,00000	29,7600	148,80
00181	PACOTE	COMPRESAS DE GAZE HIDROFILA 5 DOBRAS 8 CAMADAS 09FIOS (PACOTE C/ 500 COMPRESAS)	GAZETEX	300,00000	4,9800	1.494,00
00189	UN	FITA MATRIZ DE ACO INOXIDAVEL 7 MM	PREVEN	20,00000	1,0200	20,40
00198	UN	SPRAY PARA TESTE DE VITALIDADE -50C 200ML	MAQUIRA	3,00000	18,2600	54,78
00199	UN	FITA MATRIZ DE ACO INOXIDAVEL 5MM	PREVEN	20,00000	0,9100	18,20
00212	UN	ALAVANCA APICAL INFANTIL	COOPERFLEX	10,00000	9,6000	96,00
00226	UN	BROQUEIRO COM 60 FUROS PARA BROCAS BAIXA ROTACAO	GOLGRAN	10,00000	31,8100	318,10
00228	UN	APLICADORES DESCARTAVEIS MICRO BRUCH COM 100UN CADA	ANGELUS	3,00000	5,4500	16,35
00231	UN	TIRAS DE PAPEL ARTICULACAO	PREVEN	10,00000	1,3000	13,00
00232	CAIXA	MATERIAL RESTAURADOR IONOMERO DE VIDRO CAPSULADO QUIMICAMENTE ATIVADO - RIVA KIT C/ 50CPS COR A2 SDI	SDI	5,00000	125,0000	625,00
00233	UN	COLGADURA SIMPLES PARA RADIOGRAFIA	TECHNODENT	20,00000	2,0000	40,00
00238	UN	BIOMBOS PARA RAO X	NMARTINS	1,00000	572,7500	572,75
Total do Fornecedor: 9.029,92 ( NOVE MIL E VINTE E NOVE Reais E NOVENTA E DOIS Centavos )						

## 10202.4 - M.F DE ALMEIDA E CIA LTDA ME

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00015	UN	SONDA FOLEY 02 VIAS Nº16	solidor	100,00000	0,8600	86,00
00016	UN	SONDA FOLEY 02 VIAS Nº14	solidor	50,00000	0,8600	43,00
00076	CAIXA	ANESTESICO LIDOCAINA 2% SEM VASO CONSTRITOR	cristalia	1,00000	21,3800	21,38
00092	UN	BROCAS DIAMANDAS DE ALTA ROTACAO NUMERO 1014	fava	50,00000	1,1900	59,50
00094	UN	BROCAS DIAMANDAS DE ALTA ROTACAO 1016	fava	50,00000	1,1900	59,50
00096	UN	BROCAS DIAMANDADAS DE ALTA ROTACAO 2082	fava	50,00000	1,1900	59,50
00113	UN	ESPATULA THOMPSON Nº3	golgran	5,00000	30,9400	154,70
00116	Cartelas	EXTIRPA NERVOS PRIMEIRA SERIE CARTELA C/ 10 UNID	quimidrol	10,00000	15,2300	152,30
00140	CAIXA	MOLDEIRAS P/ FLUOR EM SERA DESCARTAVEIS INFANTILCX C/ 24UNID	technew	30,00000	10,4500	313,50

00149	UN	PORTA MATRIZ INOX P/ MATRIZES 0,5MM, 0,7MM	prisma	20,00000	14,2000	284,00
00176	Frasco	ANTI-SEPTICO BUCAL PLAX	sanifill	6,00000	16,0000	96,00
00183	UN	IRM PO 38G E LIQUI- DO 15ML (DENSTPLY) MATERIALRESTAURA- DOR INTERMEDIARIO	dentsply	8,00000	66,0000	528,00
00184	PACOTE	PEDRA POMES 1 KG	pasom	1,00000	2,5900	2,59
00190	UN	TIRAS DE ACO ABRA- SIVA PARA AMALGA- MA 4MM ENVELOPE COM 12UND	preven	10,00000	4,1500	41,50
00200	Frasco	REVELADOR KODAK 475ML	kodak	24,00000	5,3500	128,40
00201	UN	FIXADOR KODAK 475ML	kodak	24,00000	5,3500	128,40
00216	UN	BROQUEIRO COM 60 FUROS PARA BROCAS DE ALTA ROTACAO	maquira	10,00000	28,0000	280,00
00217	UN	ANESTESICO INJE- TAVEL LOCAL A BASE DE CLORIDRATO DE ARTICAINA 4% VASO CONSTRITOR EPI- NEFRINA1:100.00,00 CAIXA COM 50 TUBE- TES ACONDICIONA- DOS EM TUBETESDE VIDRO	dfl	20,00000	54,2800	1.085,60
00229	UN	POSICIONADORES CONE INDICADOR RADIOGRAFICO DE PLASTICO USO ODONTOLOGICO AU- TOCLAVAVEL ADULTO	maquira	10,00000	48,0000	480,00
00234	Kit	PONTEIRAS PARA PROFILAXIA ODON- TOLOGICA TIPS PERIOSUBGENGIVAL, PERIO SUPRAGEN- GIVAL	dabi	5,00000	134,0000	670,00
00240	UN	PISTOLA APLICADO- RA PARA IONOMERO DE VIDRO CAPSULA- DO SDI	sdl	1,00000	85,0000	85,00
00242	Kit	KIT ODONTOLOGICO INFANTIL ( ESCOVA, CREME DENTAL E FIO DENTAL )	hillo	400,00000	2,2000	880,00
Total do Fornecedor: 5.638,87 ( CINCO MIL E SEISCENTOS E TRINTA E OITO Reais E OITENTA E SETE Centavos )						
Total da Licitação: 96.461,39 ( NOVENTA E SEIS MIL E QUATROCENTOS E SESENTA E HUM Reais E TRINTA E NOVE Centavos )						

1.3 Este instrumento não obriga o FMS a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não

ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FMS solicitará ao fornecedor, mediante

correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 002/2013 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º, Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

## 4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os materiais deverão ser entregues, conforme a necessidade do Fundo Municipal de Saúde de Vitor Meireles, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.2 Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 15 (quinze) dias após a data de recebimento do presente requerimento, em horário de expediente, recebido por fax e por e-mail.

4.3 No ato da entrega dos materiais a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

4.4 Os materiais que forem recusados, por estarem em desconformidade com o que foi exigido no Edital, deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o FMS.

4.5 Se a substituição dos materiais cotados não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, e na Lei.

4.6 O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

## 5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será efetuado em até 10 dias úteis, mediante apresentação da Nota Fiscal e todas as mercadorias, devidamente recebidas no Departamento de Saúde de Vitor Meireles, e aceitas pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

5.2 Os Preços serão reajustados com base no índice de variação do preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e nota de Compra com valores reajustados.

## 6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 O FMS poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica

exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo FMS.

## 7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- I – Advertência;
- II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

## 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do FMS.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 10 de abril de 2013.

COMISSÃO:

IVANDRO ANZINI

Pregoeiro

JAIR WIPPEL

Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO

Equipe de Apoio

# Xavantina

## PREFEITURA

### Editais de Multa de Trânsito

Edital 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 121/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEA2989	55340654C	5452/2	09/04/2011	181 * VIII
AEA2989	55340655C	5525/0	09/04/2011	181 * XV
MDA2584	55340656C	6912/0	12/04/2011	232
MDA2584	55340657C	6599/2	12/04/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 122/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIM6519	55340709C	5525/0	03/06/2011	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 123/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBT4732	55340705C	5452/2	13/05/2011	181 * VIII
MDP8258	55340706C	5452/1	13/05/2011	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 124/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYB3930	55340667C	5185/1	10/06/2011	167
LZR6802	55340718C	5380/0	16/06/2011	181 * I
MGZ1671	55340665C	5185/1	10/06/2011	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 125/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALX8217	55340662C	5452/2	07/06/2011	181 * VIII
MCC6130	55340715C	5568/0	10/06/2011	181 * XIX
MDM6706	55340711C	5452/2	06/06/2011	181 * VIII
MLC5660	55340714C	5541/1	10/06/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 126/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDN4075	55340659C	5452/2	20/04/2011	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 127/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBM1782	55340577C	5010/0	11/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFO5899	55340704C	5185/1	13/05/2011	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 128/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDP8258	55340541C	5525/0	26/06/2011	181 * XV
MDP8258	55340589C	5525/0	18/06/2011	181 * XV
MET4353	55340732C	5525/0	16/07/2011	181 * XV
MEU6444	55340723C	5452/2	22/06/2011	181 * VIII
MHV4084	55340721C	5568/0	22/06/2011	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 129/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CHR2372	55340635C	5614/4	20/11/2010	R\$ 127,69	182 * V
LZC4084	55340572C	5452/2	16/08/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MBT5346	55340639C	5452/2	01/12/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MFN3666	55340500C	5185/1	17/08/2010	R\$ 127,69	167
MFV6079	55340636C	5010/0	26/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFV6079	55340637C	5061/0	26/11/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFY4219	55340619C	5738/0	05/10/2010	R\$ 191,53	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 130/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZX7033	55340633C	5380/0	16/11/2010	R\$ 85,12	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 131/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZT3224	55340671C	5452/1	10/06/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MEP7687	55340668C	5452/2	10/06/2011	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 132/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYV5406	55340674C	5541/1	10/08/2011	181 * XVII
MAR8659	55340736C	5452/1	24/08/2011	181 * VIII
MGD8648	55340734C	5568/0	09/08/2011	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 133/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EIS6335	55340742C	6912/0	19/09/2011	232
MIK4776	55340738C	5452/1	28/08/2011	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA

## Associações

### EGEM

#### Aditivo ao Edital Nº 11/2013 \_Pas \_amrec

ADITIVO AO EDITAL Nº 11/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data de realização da Capacitação, a realizar-se em Criciúma de acordo com o edital nº 11/2013 publicado em 31/01/2013.

Cidade/Local	Criciúma – SC Auditório da Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC Avenida Santos Dumont, 855 Bairro: Milanese
Período das inscrições	31/01/2013 a 27/05/2013
Vencimento do boleto de cobrança	27/05/2013
Homologação das inscrições	29/05/2013
Período de realização – Capacitação	11, 12 e 13 de junho de 2013
Período de realização – Assessoria Coletiva	19 de julho de 2013
Carga horária total	40 horas/aula

Florianópolis, 16 de abril de 2013.

#### Aditivo ao Edital Nº 16/2013 \_Siops \_amosc

ADITIVO AO EDITAL Nº 16/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CAPACITAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE – SIOPS

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data de realização da Capacitação, a realizar-se em Chapecó de acordo com o edital nº 16/2013 publicado em 14/02/2013.

Cidade/Local	Chapecó – SC Auditório da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC Av: Getúlio Vargas, 571 Bairro: Centro
Período das inscrições	14/01/2013 as 10/06/2013
Vencimento do boleto de cobrança	10/06/2013
Homologação das inscrições	12/06/2013
Período de realização	24 e 25 de junho de 2013
Carga horária total	15 horas/aula
Quantidade de vagas	60 vagas

Florianópolis, 16 de abril de 2013.

# PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# Consórcios

## CIDEMA

### Gabarito Oficial Definitivo - Todos Os Cargos - Prova Objetiva

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013

#### ANEXO ÚNICO

### GABARITO OFICIAL DEFINITIVO - TODOS OS CARGOS - PROVA OBJETIVA

#### EMPREGO PÚBLICO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

QT*	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
RP**	C	N	D	D	B	B	C	D	B	D	B	A	C	D	D	C	B	A	A	B	C	C	D	D	B	C	A	D	A	B	D	C	C	C	C

#### EMPREGO PÚBLICO: MÉDICO VETERINÁRIO

QT*	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
RP**	C	N	D	D	B	B	C	D	B	D	B	A	C	D	D	C	B	A	A	B	D	C	D	B	D	B	C	B	A	B	C	C	D	B	A

QT\* Questão

RP\*\* Resposta

OBS: As questões que contiverem a letra "N" na resposta no gabarito, serão consideradas como nulas e contando pontos para todos os candidatos.

**CIGA****Extrato Contrato 120 - Rateio - Porto Belo**

Extrato de Contrato nº 120/2013

Contrato de Rateio - Porto Belo

CONTRATANTE: Município de Porto Belo

CNPJ: 82.575.812/0001-20

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Porto Belo e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 31/2009.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 29 de janeiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**CIM-AMAVI****Homologação Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2013**

Processo Seletivo Simplificado nº 01/2013

HOMOLOGAÇÃO

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais,

HOMOLOGA:

Art. 1º O Processo Seletivo Simplificado nº 01/2013, restando aprovados os candidatos abaixo para o preenchimento de funções vagas e à formação de Cadastro de Reserva.

Cargo

Classificação

COORDENADOR:

1ª - Maria de Lurdes Junglos Back (CR)

2ª - Ana Paula Will (CR)

ASSISTENTE SOCIAL:

1ª - Rosmari Beilke

2ª - Rejane Kuster (CR)

PSICÓLOGO:

1ª - Grazielle Girardi (CR)

2ª - Michele Zanella (CR)

CUIDADOR:

1ª - Carina de Souza

2ª - Maria Elena Kuster

3ª - Andreia Pereira (CR)

4ª - Adrieli Voltolini (CR)

5ª - Elizabeth Rocio do Rosario (CR)

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS:

1ª - Maria Jesuina da Silva Kochanski (CR)

Art. 2º As candidatas classificadas dentro do número de vagas existentes deverão entrar em contato com o CIM-AMAVI para informações acerca da contratação.

Art. 3º As candidatas classificadas além das vagas existentes, integram Cadastro de Reserva (CR) e somente serão contratadas caso venham a surgir novas vagas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2013.

Rio do Sul, 17 de abril de 2013.

HUGO LEMBECK

Presidente do CIM-AMAVI

**CIS/AMFRI****Extrato de Contrato de Programa e Rateio Nº. 01/2013**

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 01/2013

Município: Balneário Piçarras/SC

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI

Objeto: Constitui objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes do CIS-AMFRI, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado através da Resolução 005/2012 de 23 de novembro de 2012.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05 c/c Decreto nº. 6.017/07

Valor Total do Repasse: R\$ 60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais)

Data da Assinatura: 08/01/2013.

Vigência: 08/01/2013 a 31/12/2013.

Assinantes: Leonel José Martins pelo Município e Célio José Bernardino pelo Consórcio.

**Extrato de Contrato de Programa e Rateio Nº. 02/2013**

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 02/2013

Município: Bombinhas/SC

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI

Objeto: Constitui objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes do CIS-AMFRI, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado através da Resolução 005/2012 de 23 de novembro de 2012.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05 c/c Decreto nº. 6.017/07

Valor Total do Repasse: R\$ 116.160,00 (cento e dezesseis mil e

cento e sessenta reais)  
Data da Assinatura: 08/01/2013.  
Vigência: 08/01/2013 a 31/12/2013.

Assinantes: Ana Paula da Silva pelo Município e Célio José Bernardino pelo Consórcio.

#### **Extrato de Contrato de Programa e Rateio Nº. 03/2013**

Extrato de Contrato  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 03/2013  
Município: Camboriú/SC  
Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI

Objeto: Constitui objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes do CIS-AMFRI, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado através da Resolução 005/2012 de 23 de novembro de 2012.  
Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05 c/c Decreto nº. 6.017/07  
Valor Total do Repasse: R\$ 177.780,00 (cento e setenta e sete mil e setecentos e oitenta reais)  
Data da Assinatura: 08/01/2013.  
Vigência: 08/01/2013 a 31/12/2013.

Assinantes: Luzia Lourdes Coppi Mathias pelo Município e Célio José Bernardino pelo Consórcio.

#### **Extrato de Contrato de Programa e Rateio Nº. 04/2013**

Extrato de Contrato  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 04/2013  
Município: Ilhota/SC  
Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI

Objeto: Constitui objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes do CIS-AMFRI, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado através da Resolução 005/2012 de 23 de novembro de 2012.  
Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05 c/c Decreto nº. 6.017/07  
Valor Total do Repasse: R\$ 60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais)  
Data da Assinatura: 08/01/2013.  
Vigência: 08/01/2013 a 31/12/2013.

Assinantes: Daniel Bosi pelo Município e Célio José Bernardino pelo Consórcio.

#### **Extrato de Contrato de Programa e Rateio Nº. 05/2013**

Extrato de Contrato  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 05/2013  
Município: Itajaí/SC  
Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI

Objeto: Constitui objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes do CIS-AMFRI, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado através da Resolução 005/2012 de 23 de novembro de 2012.  
Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05 c/c Decreto nº. 6.017/07

Valor Total do Repasse: \$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais)

Data da Assinatura: 08/01/2013.  
Vigência: 08/01/2013 a 31/12/2013.

Assinantes: Jandir Bellini pelo Município e Célio José Bernardino pelo Consórcio.

#### **Extrato de Contrato de Programa e Rateio Nº. 06/2013**

Extrato de Contrato  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 06/2013  
Município: Itapema/SC  
Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI

Objeto: Constitui objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes do CIS-AMFRI, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado através da Resolução 005/2012 de 23 de novembro de 2012.  
Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05 c/c Decreto nº. 6.017/07  
Valor Total do Repasse: R\$ 326.700,00 (trezentos e vinte e seis mil e setecentos reais)  
Data da Assinatura: 08/01/2013.  
Vigência: 08/01/2013 a 31/12/2013.

Assinantes: Rodrigo Costa pelo Município e Célio José Bernardino pelo Consórcio.

#### **Extrato de Contrato de Programa e Rateio Nº. 07/2013**

Extrato de Contrato  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 07/2013  
Município: Luis Alves/SC  
Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI

Objeto: Constitui objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes do CIS-AMFRI, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado através da Resolução 005/2012 de 23 de novembro de 2012.  
Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05 c/c Decreto nº. 6.017/07  
Valor Total do Repasse: R\$ 66.550,00 (sessenta e seis mil e quinhentos e cinquenta reais)  
Data da Assinatura: 08/01/2013.  
Vigência: 08/01/2013 a 31/12/2013.

Assinantes: Viland Bork pelo Município e Célio José Bernardino pelo Consórcio.

#### **Extrato de Contrato de Programa e Rateio Nº. 08/2013**

Extrato de Contrato  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 08/2013  
Município: Navegantes/SC  
Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI

Objeto: Constitui objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes do CIS-AMFRI, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado através da Resolução 005/2012 de 23 de novembro de 2012.



Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05 c/c Decreto nº. 6.017/07  
Valor Total do Repasse: R\$ 168.850,00 (cento e sessenta e oito mil e oitocentos e cinquenta reais)  
Data da Assinatura: 08/01/2013.  
Vigência: 08/01/2013 a 31/12/2013.

Assinantes: Roberto Carlos de Souza pelo Município e Célio José Bernardino pelo Consórcio.

### **Extrato de Contrato de Programa e Rateio Nº. 09/2013**

Extrato de Contrato  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 09/2013  
Município: Penha/SC  
Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI

Objeto: Constitui objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes do CIS-AMFRI, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado através da Resolução 005/2012 de 23 de novembro de 2012.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05 c/c Decreto nº. 6.017/07  
Valor Total do Repasse: R\$ 102.800,00 (cento e dois mil e oitocentos reais)  
Data da Assinatura: 08/01/2013.  
Vigência: 08/01/2013 a 31/12/2013.

Assinantes: Evandro Eredes dos Navegantes pelo Município e Célio José Bernardino pelo Consórcio.

### **Extrato de Contrato de Programa e Rateio Nº. 10/2013**

Extrato de Contrato  
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 10/2013  
Município: Porto Belo/SC  
Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI

Objeto: Constitui objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes do CIS-AMFRI, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado através da Resolução 005/2012 de 23 de novembro de 2012.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05 c/c Decreto nº. 6.017/07  
Valor Total do Repasse: R\$ 72.600,00 (setenta e dois mil e seiscentos reais)  
Data da Assinatura: 08/01/2013.  
Vigência: 08/01/2013 a 31/12/2013.

Assinantes: Evaldo José Guerreiro Filho pelo Município e Célio José Bernardino pelo Consórcio.

## **CIS/AMURES**

### **Portaria Nº 10/2013**

PORTARIA Nº 10/2013  
Nomeia NALÚ TEREZINHA JÚLIO para o cargo de DIRETORA EXECUTIVA do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, Sr. Carlos Luiz Moraes, no uso de suas atribuições legais, constantes da Cláusula Vigésima Sexta, do Contrato de Consórcio Público, seu anexo I e, demais disposições legais aplicáveis à

espécie,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a Sra. NALÚ TEREZINHA JÚLIO, para ocupar o cargo de DIRETORA EXECUTIVA, com carga horária de 20h, constante do quadro de empregos públicos de livre nomeação, previstos no anexo I, do contrato de Consórcio Público do CIS/AMURES.  
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 01 de Abril de 2013.

CARLOS LUIZ MORAIS

Presidente do CIS/AMURES

### **Acordo Cooperação Técnica Em CIS/AMURES e Bb**

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MICRO REGIAO AMURES-CIS E O BANCO DO BRASIL S.A.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MICRO REGIAO AMURES-CIS- (entidade da administração Municipal/ PODER EXECUTIVO MUNICIPAL/AUTARQUIA), vinculada a administração direta, sito na cidade de Lages, (SC), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 07.383.800/0001-88, representado(a) neste ato pelo seu Presidente, Sr. CARLOS LUIZ MORAES, brasileiro, CASADO(A)-COMUNHAO UNIVERSAL, Presidente, portador da Carteira de Identidade nº 377787 SSP SC e CPF/MF nº 182.284.299-91, e NALU TEREZINHA JULIO, brasileira, solteira, Diretora Executiva, portadora da CNH nr 02766829004 DETRAN SC, CPF nº 443.262.549-04, conforme delegação de competência por Ato de Nomeação que lhe foi atribuído(a) pela Ata de Posse, doravante denominado CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MICRO REGIAO AMURES-CIS, e o Banco do Brasil S.A., Sociedade de Economia Mista, com sede no Setor Bancário Sul, Bloco C, lote 32, 24º andar, Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o número 00.000.000/0001-91, neste ato representado por Ervino de Oliveira, Gerente Geral de Unidade, brasileiro, casado, bancário, portador da Carteira de Identidade nº1076601 SSP SC e CPF/MF nº 436.517.719-20, doravante denominado BANCO, ajustam entre si o presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante simplesmente ACORDO, para utilização de sistema eletrônico de licitações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente ACORDO tem por finalidade dispor sobre as condições de utilização pelo CIS de sistema eletrônico de licitações disponibilizado pelo BANCO, doravante denominado Licitações-e, que possibilita realizar, por intermédio da Internet, processos licitatórios eletrônicos para a aquisição de bens e serviços comuns.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO DO SISTEMA**

I - O BANCO fornecerá ao CIS e seus representantes legalmente designados acesso ao Licitações-e, assim como prestará apoio técnico necessário para o seu correto uso, por meio de manuais disponibilizados na página [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e suporte técnico via telefone.

II - O BANCO poderá cobrar das empresas fornecedoras, no momento do cadastramento de seus representantes para utilização do SISTEMA LICITAÇÕES-E, os

custos gerados pela disponibilização da tecnologia da informação, com base no inciso III do artigo 5º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, e informações constantes no Regulamento do sistema.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE USO**

I - O CIS e seus representantes somente ficarão habilitados a

utilizar o Licitações-e após o cadastramento em agência do BANCO. No processo de cadastramento, o CIS deverá fornecer documentos com a relação de seus representantes, com identificação dos respectivos perfis de acesso (apoio, pregoeiro e autoridade competente), os quais serão reconhecidos como legítimos para realizarem transações eletrônicas no Licitações-e;

II - A partir do cadastramento, o CIS e seus representantes legais estarão habilitados para operarem as funcionalidades do Licitações-e que lhes forem atribuídas;

III - A utilização do Licitações-e exigirá o uso de chave e senha pessoal; e

IV - O Licitações-e poderá ser acessado diretamente nos endereços eletrônicos [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), opção Licitações, na área salas de negócios ou [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), podendo o CIS providenciar, no seu próprio portal da Internet, conexão com aqueles endereços, observadas as instruções técnicas e de segurança do BANCO.

#### CLAUSULA QUARTA - DAS CARACTERÍSTICAS DO LICITAÇÕES-E

I - Está estruturado em funcionalidades gerais e específicas. As funcionalidades gerais são de acesso comum a todos os interessados. As específicas são de acesso restrito aos compradores e aos fornecedores cadastrados;

II - Contará com, no mínimo, as funcionalidades previstas no Decreto 5.450, de 31.05.2005, classificadas em:

- a) funcionalidades de acesso exclusivo do CIS;
- b) funcionalidades de acesso exclusivo dos fornecedores cadastrados; e
- c) funcionalidades de ajuda e de consultas diversas de interesse dos usuários e dos cidadãos em geral.

III - O BANCO poderá agregar novas funcionalidades ao Licitações-e e analisar a viabilidade técnica de implantação de sugestões do CIS;

IV - Todas as transações realizadas nas funcionalidades específicas registrarão os usuários que as realizaram e utilizarão procedimentos de segurança, tais como: autenticação, assinatura digital de documentos eletrônicos, segurança criptográfica, histórico de chaves/senhas, cópia de segurança, dentre outros;

V - As modalidades de licitação passíveis de serem efetuadas por meio do Licitações-e serão aquelas permitidas em Lei. O Licitações-e possibilitará, ainda, auxiliar na aquisição de bens e contratação de obras e serviços, nos casos de dispensa de licitação previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei de Licitações; e

VI - O Licitações-e disponibilizará, após o encerramento do processo licitatório, caso haja interesse do CIS, arquivo retorno com as informações relativas aos processos licitatórios homologados.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

##### I - DO CIS

- a) responsabilizar-se pelo uso sigiloso e correto das chaves e senhas, não cabendo ao BANCO a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, inclusive por terceiros;
- b) observar as disposições legais vigentes para a realização dos procedimentos de cada modalidade de licitação ou os referentes à aquisição de bens, obras e serviços nos casos de dispensa ou inexistência de licitação, por intermédio de meio eletrônico;

c) responsabilizar-se pelo correto uso e por todas as transações eletrônicas efetuadas nas funcionalidades específicas restritas ao seu âmbito, no Licitações-e, por parte de seus representantes legais;

d) homologar os resultados das licitações no Licitações-e;

e) utilizar a rede de agências do BANCO, para efetuar os pagamentos aos licitantes vencedores;

f) responsabilizar-se por todas as condições legais, técnicas, financeiras e econômicas pactuadas com os fornecedores, por meio do Licitações-e e durante qualquer fase do processo licitatório, não cabendo ao BANCO qualquer participação ou responsabilidade, em especial, na elaboração de editais e avisos, julgamento de recursos e impugnações, formalização de contratos, acompanhamento e fiscalização de sua execução;

g) decidir sobre os casos de suspensão e prorrogação dos processos licitatórios, principalmente quanto à prorrogação do período de acolhimento de propostas e disputa de sala virtual, quando da desconexão de seus computadores ou do Licitações-e, da rede mundial de computadores - Internet;

h) responsabilizar-se pelo armazenamento dos dados referentes a cada processo licitatório, após o prazo de guarda das informações pelo BANCO;

##### II - DO BANCO

a) Manter o funcionamento do Licitações-e, comprometendo-se em analisar e implementar, a seu critério, quando necessárias e viáveis, alterações visando a melhoria do Licitações-e;

b) Restabelecer, com maior brevidade possível, o Licitações-e, quando eventualmente ocorrer a sua indisponibilidade, por motivos técnicos, falhas na Internet ou por outras circunstâncias alheias à vontade do BANCO, não assumindo qualquer responsabilidade pelas ocorrências a que não tiver dado causa;

c) Indisponibilizar o Licitações-e para utilização, com prévio aviso ao CIS, por meio de mensagem eletrônica, em função da necessidade de realização de manutenção, reparos inadiáveis, alterações e outras exigências técnicas. Quando a manutenção do Licitações-e ocorrer em dias não úteis, não caberá ao BANCO a promoção de prévio aviso ao CIS

d) Manter sigilo sobre as transações bancárias e/ou financeiras, na forma da Lei Complementar n.º 105, de 10.01.2001 e sobre as informações consideradas como sigilosas pelo regulamento do pregão eletrônico (chaves, senhas, identificação do fornecedor autor do menor lance, até o momento da divulgação do resultado da licitação, dentre outras);

e) Prestar, ao CIS, suporte técnico via telefone, serviço de e-mail ou, havendo necessidade, visita domiciliar pela agência de relacionamento;

f) Disponibilizar canais de comunicação para informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários;

g) Suspender o acesso ao Licitações-e em caso de tentativa de violação ao respectivo sítio, não observância da legislação que normatiza as compras e contratações via Internet, descumprimento das obrigações previstas neste ACORDO ou qualquer outra circunstância que possa vir a colocar em risco a segurança e a integridade do serviço disponibilizado aos usuários ou da licitação em curso, mediante comunicação ao CIS e, quando necessário, aos fornecedores cadastrados; e

h) Manter armazenado por 30 (trinta) dias os dados dos processos licitatórios concluídos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO RESSARCIMENTO

O CIS será isento das despesas e custos pela disponibilização da tecnologia, a partir da assinatura deste Acordo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

Fica assegurado ao CIS e ao BANCO o direito de anunciar ao mercado o presente ACORDO ora celebrado, de forma e maneira a atender a estratégia de marketing de ambas as partes.

Parágrafo Único - O CIS , ao divulgar qualquer redução de custos diretos ou indiretos ou eventual ganho gerados pelo uso do Licitações-e, compromete-se a destacar que o Licitações-e foi disponibilizado pelo BANCO.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CESSÃO

Fica vedado a qualquer das partes, sem a expressa anuência da outra, transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos neste ACORDO.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESILIÇÃO

As partes, unilateralmente, poderão resilir o presente ACORDO, independentemente do motivo, mediante prévio aviso de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único - Da resilição não caberão direitos indenizatórios, ficando as partes obrigadas ao cumprimento das obrigações assumidas, até o final do prazo referido nesta cláusula.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente ACORDO vigorará pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data da sua assinatura, podendo ter sua duração prorrogada por mais 01 (um) ano e ser resiliado a qualquer tempo, nos termos da cláusula anterior.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O CIS publicará extrato do presente ACORDO no Diário Oficial do Estado, o que deverá ocorrer até 20 (vinte) dias após a sua assinatura, podendo ser alterado ou prorrogado mediante lavratura de termo aditivo. [SOMENTE PARA ENTES PÚBLICOS]

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

As partes elegem o foro da cidade de Lages (sede do CIS), com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam decorrer do presente ACORDO.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que leram e acharam conforme, na presença das testemunhas que também o assinam.

Lages SC, 10 de abril de 2013

CARLOS LUIZ MORAES  
PRESIDENTE

NALU TEREZINHA JULIO  
DIRETORA EXECUTIVA

ERVINO DE OLIVEIRA  
Gerente Geral de unidade

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Pela Administração

\_\_\_\_\_  
Pelo Banco

## QUIRIRI

### Ata 25/03/13 - Assembleia Geral - Eleições

Ata da Reunião de Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Quiriri

Aos 25 de março de 2013, no Auditório da Prefeitura de SBS, com as presenças de Rubens Blaszkowski - Prefeito de Campo Alegre, Luiz Carlos Tamanini - Prefeito de Corupá, Lorian Costa - Vice Prefeito de Corupá, Alcides Grohskopf - Prefeito de Rio Negrinho, Fernando Tureck - Prefeito de São Bento do Sul, Miriam Bertoletti - Comunicação Rio Negrinho, Emerson Hinke - Assessor Jurídico SBS Marcos Gertler Secretário de Administração, Mauro Fernandes Bácsfalusi (Consórcio Quiriri), Leoni Fuerst (biol. SEPLAN Rio Negrinho/Consórcio Quiriri), iniciou-se às 08:40 horas a Assembléia Geral tendo como pauta a Eleição de Presidente e Vice-Presidente da Assembleia Geral do Consórcio Quiriri, nomeação do Secretário Executivo do CIQ, aprovação do Modelo Administrativo a ser utilizado para nomeação e efetivação do Conselho Fiscal e do Conselho da Sociedade Civil do CIQ e eventuais moções de censura. [Leoni] dá boas vindas e faz um pequeno histórico das linhas de ação do CIQ evidenciando que o Prefeito de Corupá Luiz Carlos Tamanini está respondendo interinamente como Presidente em substituição ao exprefeito de Campo Alegre Vilmar Grohskopf que não disputou as últimas eleições e por ser o único Prefeito reeleito. Explica também, que de acordo com o contrato de Consórcio Público o "Presidente e o Vice-Presidente devem ser eleitos em Assembléia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado. O Presidente e o Vice-Presidente devem ser eleitos mediante voto público e nominal. Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados. Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos. Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício. Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada a palavra para que nomeie o Secretário Executivo ou o confirme na função. Uma vez nomeado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se o indicado aceita a nomeação. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo. Caso haja recusa do nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova nomeação. Estabelecida nomeação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 3/5 (três quintos) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados". [Prefeito Rubens] destaca a importância de que o eleito seja um dos prefeitos mais experientes pois o primeiro ano de mandato requer muito envolvimento e aprendizado. [Prefeito Alcides] pondera que o CIQ tem um formato histórico e apoio técnico através da secretaria executiva facilitando a ação. Lembrou que o mesmo iniciou-se com os Prefeitos Mauro Mariani, Silvio Dreveck, Manoel Del Olmo e Luiz Carlos Tamanini comentando que na época era secretário de Agricultura por Rio Negrinho. [Prefeito Fernando] também preferiu que a presidência fosse assumida por um Prefeito mais conhecedor do mecanismo. [Prefeito Tamanini] informou que assumiu a diretoria da ARIS/FECAM e dessa forma já está bastante envolvido, sugerindo que o Prefeito Alcides assumisse a Presidência. [Prefeito Alcides] Aceita a indicação e sugere que o Prefeito de Campo Alegre assuma a Vice Presidência. [Prefeito Tamanini] sugere que fique pré-estabelecida uma sequência de



mandatos a presidente voluntariando-se para conduzir a entidade no último ano. Fica decidida a sequência com RN no primeiro ano, CA, SBS e CO na sequência. [Prefeito Alcides] comenta que a secretaria executiva já vem sendo conduzida por servidora cedida de sua municipalidade, mantendo inalterada a indicação. Ficou decidido: [CIQ] Emitir Resolução de Nomeação do Prefeito de Rio Negrinho Alcides Grohskopf como Presidente e o Prefeito de Campo Alegre Rubens Blaskowski como Vice Presidente do CIQ; [CIQ] Emitir Resolução que fixa a sequência de mandatos a Presidente do CIQ, sendo RN, CA, SBS e CO. [CIQ] Emitir Resolução de recondução dos trabalhos da bióloga Leoni Fuerst como secretaria executiva do CIQ; [CIQ] Emitir Resolução de recondução dos trabalhos do médico veterinário Mauro F. Bacsfalusi na administração do CIQ. [Leoni] comenta que de acordo com o Contrato de Consórcio, o Consórcio Quiriri é composto dos seguintes órgãos: I - Assembléia Geral; II - Presidência; III - Secretaria Executiva; VI - Conselho Fiscal; VII - Conselho de Regulação; VIII - Conselho da Sociedade. Salienta que o Conselho Fiscal é composto pelos presidentes das Câmaras Municipais de Vereadores dos entes consorciados e o Conselho da Sociedade, órgão de natureza consultiva, será composto pelos membros da Secretaria Executiva, e por três representantes de conselhos municipais de cada ente consorciado e que segundo o mesmo regimento o Consórcio Quiriri expedirá diretrizes e critérios para a indicação, por parte de cada município, de seus representantes no Conselho da Sociedade. O Conselho de regulação somente seria constituído no caso de algum serviço de regulação ser repassado ao CIQ. Comenta que o critério utilizado no exercício anterior foi o de indicação ad officium os membros para comporem o conselho da sociedade. Decisões tomadas: [CIQ] encaminhará aos gabinetes solicitação de nomeação "ad officium" de representantes para o Conselho da Sociedade e convocar as reuniões do Conselho Fiscal e da Sociedade Civil respectivamente. Nenhum dos presentes manifestou-se quanto à eventuais moções de censura, dando-se por encerrada a Assembléia às 09:30 horas da qual eu, Leoni Fuerst, lavei a Ata.

#### **Ata 25/03/13 - Assembleia Geral Extraordinária - Plano de Trabalho e Resumo Financeiro**

Ata da Reunião de Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal Quiriri

Aos 28/11/2012 no Auditório da Prefeitura de SBS com início às 09:30 horas, com as presenças de Rubens Blaszkowski – Prefeito de Campo Alegre, Luiz Carlos Tamanini – Prefeito de Corupá, Lorianno Costa – Vice Prefeito de Corupá, Alcides Grohskopf – Prefeito de Rio Negrinho, Fernando Tureck – Prefeito de São Bento do Sul, Miriam, Bertoletti – Comunicação Rio Negrinho, Emerson Hinke – Assessor Jurídico SBS, Marcos Gertler – Secretário de Administração, Mauro Fernandes Bacsfalusi (Consórcio Quiriri), Leoni Fuerst (biol. SEPLAN Rio Negrinho/Consórcio Quiriri) com a seguinte pauta: Histórico, linhas de ação e análise do processo de transição do CIQ, Apresentação do resumo financeiro e adequação do procedimento administrativo de contratos de rateio com valores pendentes; Adequação do sistema contábil às normas de contabilidade pública; [Leoni] inicia os trabalhos relatando que, por solicitação dos prefeitos de RN e SBS a apresentação do histórico e atual configuração do arranjo institucional do CIQ ficou transferida para Assembleia vindoura face a agenda dos prefeitos supracitados pós encontro CIQ. Diante disso, foi iniciada análise do processo de transição através de relato sucinto das linhas de ação que vinham sendo desenvolvidas no exercício anterior. Relatou que para cada objeto de gestão associada o CIQ institui uma Comissão que passa a ser o grupo de trabalho daquele tema. Uma das linhas de ação é o Circuito Caminho das Araucárias de Ciclismo. A Comissão de Ciclismo trabalhou de forma bastante profissional na elaboração, implantação e lançamento do circuito que conta hoje com um site exclusivo, material promocional, cartilhas, flyers, carimbos e certificados distribuídos nos setores de turismo de

cada município integrante. Comenta que a mudança de governos fez com que as pessoas envolvidas na rotina executiva mudassem tendo como consequências alguns descompassos no procedimento que precisam ser readequados. Comenta sobre o vandalismo nas placas em RN. Fala sobre as dificuldades das Prefeituras na manutenção das mesmas além das dificuldades financeiras herdadas. Comenta sobre as dificuldades e desajustes de procedimento de atendimento decorrem, principalmente, da necessidade de tratamento único e profissional para a questão. Relatou sobre a possibilidade de terceirização de todo o trabalho de manutenção do roteiro, manutenção do site, promoção de eventos, apoio logístico e capacitação dos envolvidos (amigos do cicloturista, proprietários dos pontos de carimbo, recepcionistas das centrais de informação em cada município etc. Evidenciou as dificuldades de cada prefeitura no trabalho pontual o que acaba comprometendo o circuito como um todo. Apresenta propostas de Aprimoramento dos Trabalhos do Circuito vindas do Clube de Ciclismo do Brasil, sendo: 1) a elaboração de um vídeo institucional, pois segundo a experiência do Clube, "... A comunidade ciclística é muito coesa e se comunica diariamente através das redes sociais. Os vídeos ciclísticos são transmitidos e assistidos com muita facilidade", 2) Velotour Circuito das Araucárias: Com cinco edições realizadas no Circuito Vale Europeu e três no Circuito Costa Verde e Mar, tem atraído participantes de todas as regiões do país, consolidando-se no calendário nacional de ciclismo e 3) Cotas de Patrocinadores e apoiadores do Encontro Internacional de Ciclismo Brasil-Itália – A equipe do Clube compromete-se a: Divulgar o evento e os patrocinadores em todos os eventos de 2013 que o Clube vier a organizar ou participar, como Ata da Reunião de Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal Quiriri Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul 28/11/2012 Auditório da Prefeitura de SBS palestras, passeios ou feiras; Enviar boletins mensais para os cadastrados do Clube de Ciclismo, hoje com 15 mil endereços de email, contendo nome e logotipo dos apoiadores, até a data do evento; Divulgar junto a comunidade cicloturística, em especial no Fórum Ciclismo Brasil, hoje com 1700 participantes, e administrado pelo Clube; Usar durante o evento, as marcas e logotipos que identificam os apoiadores, estampados em camisetas, disponibilizar espaços para banners e apresentação de material previamente acordados; Fornecer aos participantes material de divulgação dos apoiadores; Fornecer para a mídia, material fotográfico e de vídeo que seja produzido durante o evento e que venha a ser necessário na divulgação. Assim como, estar disponível para dar entrevistas antes durante ou após o evento; Esforçar-se ao máximo para um retorno de mídia, escrevendo matérias e publicando em sites e revistas que estiverem ao alcance; Sugerir pauta sobre o evento em rádios e revistas de alcance nacional e local. O custo é de R\$ 2.000,00 cada cota. Serão 6 cotas sendo 3 de apoio brasileiras. Comenta que em reunião da Comissão ocorrida no dia 12/03/13, houve a solicitação de lançamento de Edital para manutenção do programa cujos custos seriam rateados entre as prefeituras. [Mauro] comenta sobre a importância do Encontro Internacional de Ciclismo salientando que foi um pedido da comissão que pelo menos esse evento fosse apoiado pelos prefeitos num primeiro momento. [Prefeito Tamanini] sugere que cada prefeito convoque suas equipes de turismo para ajuste das irregularidades de funcionamento do Circuito. [Leoni] prossegue falando sobre a Comissão Executiva de Municipalização do licenciamento como outra linha de ação do CIQ. Para tal, o Consórcio propõe-se a utilizar um novo arranjo institucional, baseado na possibilidade de instituição e de institucionalização de um Sistema Integrado de Municipalização do Licenciamento Ambiental da região, buscando, acima de tudo uma estrutura de meio ambiente eficaz e apta a licenciar. Disse que o assunto foi discutido, ainda sucintamente, junto ao conselho de Prefeitos do CIQ no último ano, sendo aceita como uma alternativa bastante viável principalmente aos municípios de pequeno porte que diante da obrigatoriedade de licenciar terão dificuldades para compor uma modelagem institucional, organizar um arranjo legal e investir na estruturação do formato até que o

mesmo seja sustentável. Disse que com a Regulamentação do Art 23 da constituição pela Lei Complementar 140, os municípios tiveram suas atribuições definidas dando maior segurança jurídica à matéria e que pela primeira vez a figura do Consórcio público, de direito público, aparece como instrumento de otimização do processo. Comentou que o CIQ que fez contato com o consultor Guilherme Dallacosta visando conhecer melhor a proposta de fortalecimento dos sistemas municipais de licenciamento daquela entidade. Que a FACISC fez-se presente na Assembleia de Prefeitos do Quiriri explanando sobre o Programa e que elaborou uma proposta de Cooperação Técnica e Financeira para levantamento, modelagem e capacitação do sistema de municipalização nos municípios do CIQ para análise dos prefeitos. Comentou que o CIQ possui um modelo inicial para atuação mas que para prosseguimento das discussões uma nova Comissão terá que ser designada pois os membros não eram do quadro efetivo. Explicou que a maior novidade no exercício da matéria é a regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal através da Lei complementar 140 de 08/12/11 que disciplina o exercício da competência comum relativas à proteção do meio ambiente, dando segurança jurídica aos municípios brasileiros para tal atribuição. Explanou sobre as discussões que ocorrem no CONSEMA para disciplinamento do tema reforçando que, apesar de não ser mais necessária a habilitação junto ao órgão, ainda se faz necessária a demonstração de uma estrutura mínima suficiente para uma gestão de fluxo eficiente e segura que deverá ser informada ao Estado. Informou que o CONSEMA trabalha na atualização da tipificação dos impactos, visando evidenciar quais atividades podem ser assumidas pelos municípios (impacto local). Reforçou que apesar da figura do consórcio público não ser entendida como ente legítimo para expedir licença pode ser utilizado como ferramenta para viabilização. [Prefeito Tamanini] comunica que o município de Corupá já procedeu a adequação administrativa para assumir os trabalhos de licenciamento ambiental. Que a equipe local poderá subsidiar as discussões e auxiliar nos trabalhos da Comissão do CIQ. [Leoni] Comentou que outra linha de ação é o Programa Lixo Zero relatando o processo de construção do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Social e Ambiental para implantação de um Centro de Aproveitamento de Resíduos Sólidos Urbanos nos municípios do Consórcio Quiriri, custeado pelo SAMAE de SBS mas que contempla a região através de dados existentes para SBS e estimados para os demais municípios. Informou que o IFAs – Instituto para a Aplicação da Gestão de Fluxos de Materiais da Universidade de Ciências Aplicadas de Trier, Alemanha desenvolveu um proposta voltada ao aproveitamento integral dos resíduos regionais incluindo os resultantes de poda vegetal e lodo de ETes como biomassa. Explicou que uma equipe foi até a Alemanha para conhecer a tecnologia mas que tais integrantes hoje não mais participam dos governos esvaziando também essa Comissão. Comunicou que somente a Química do SAMAE de SBS participou da viagem e continua no quadro de servidores podendo demonstrar o fluxo operacional do projeto. Comunicou que o mesmo encontra-se em fase de detalhamento e adequação a realidades locais. Concluiu que era função da Comissão a adequação, análise e aprovação da proposta. Prosseguiu falando sucintamente sobre a Comissão do PIA, Programa Intermunicipal da Água que envolve os municípios de RN e SBS ressaltando que o mesmo tem como parceiros, desde o ano de 2000, a PMRN, o SAMAE RN e a ORGÂNICA LABORATÓRIO DE ANÁLISES QUÍMICAS LTDA. Destacou que o PIA tem sua Sustentação na Lei Municipal 1155 de 13/04/99 que destina ao PIA o valor mensal de R\$ 0,01 por metro cúbico de água tratada distribuída à população do município de Rio Negrinho pelo SAMAE, sem repasse aos usuários, para uso exclusivo em projetos que contemplem ações de conservação/preservação da sub-bacia do rio Negrinho e na Homologação de Metas, Anualmente, pela Assembleia Geral de Prefeitos. Evidenciou que o Objetivo Geral do PIA consiste em implantar rede de monitoramento capaz de detectar tendências significativas ao longo do tempo como ferramenta para o entendimento e previsão da qualidade e comportamento

flutuacional da água, visando dentre outros a elaboração de um modelo de previsão de cheias para RN. Comunicou que o SAMAE de SBS também faz esse mesmo repasse ao CIQ e que esses recursos financeiros estão sendo utilizados para pagamento de despesas de manutenção das atividades por conta dos repasses em atraso pelas prefeituras. Decisões tomadas: Continuar utilizando o formato de "Trabalho em Comissões" com a constituição de Comissões Executivas para cada tema de gestão associada, assegurando, assim, um grupo de trabalho interinstitucional, com indicação "ad officium" de cada prefeito. Integrar os novos tomadores de decisão dos setores de turismo de cada município na temática do Circuito das Araucárias de Cicloturismo, visando ajustar procedimentos. Elaborar Proposta de Edital para Manutenção do Circuito para apresentação na próxima assembleia. [Leoni] apresenta relatório de prestação de contas repassando aos presentes quadro síntese dos compromissos assumidos e valores devidos, sendo:



## RELATÓRIO DE PAGAMENTOS E DÍVIDAS / 2012

	CICLOTURISMO	MANUTENÇÃO	DESCONTOS	PAGO	SALDO DEVEDOR
CAMPO ALEGRE	-	R\$ 12.570,00	-	R\$12.570,00	R\$0,00
CORUPÁ	-	R\$14.820,00	-	R\$0,00	R\$14.820,00
RIO NEGRINHO	R\$22.728,00	R\$42.651,00	R\$38.844,00	R\$0,00	R\$26.499,00
SÃO BENTO DO SUL	-	R\$79.995,00	R\$40.025,94	R\$0,00	R\$39.969,06
TOTAIS	R\$22.728,00	R\$150.000,00	R\$78.869,94	R\$12.570,00	R\$81.288,00

## RELATÓRIO DE PAGAMENTOS E DÍVIDAS / 2013

	MANUTENÇÃO PARCELA MENSAL	MANUTENÇÃO TOTAL/ANO	DESCONTOS ANO	PAGO	SALDO DEVEDOR JAN/FEV/MAR
CAMPO ALEGRE	R\$ 2.095,00	R\$ 25.140,00	-	R\$ 0,00	R\$ 6.285,00
CORUPÁ	R\$ 2.470,00	R\$ 29.640,00	-	R\$0,00	R\$ 7.410,00
RIO NEGRINHO	R\$ 7.102,50	R\$ 85.230,00	R\$ 70.900,20	R\$0,00	R\$ 3.582,45
SÃO BENTO DO SUL	R\$ 13.332,50	R\$ 159.990,00	R\$ 72.974,40	R\$0,00	R\$ 21.753,90
TOTAIS	R\$ 25.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 143.874,60	R\$ 0,00	R\$ 32.362,35

[Secretário Marcos] ressalta a importância e necessidade de cobrança dos valores devidos asseverando que por tratar-se hoje de um consórcio público de direito público, o CIQ não pode abrir mão de receita e deverá fazer a cobrança. [Leoni] comenta que o Contrato de Rateio de Manutenção das Atividades do CIQ para o exercício de 2013, foi esboçado seguindo padrão idêntico ao Contrato do exercício anterior, sem reajustes. Explicou que o rateio dos recursos entre os consorciados se dá pelo critério da proporcionalidade populacional, tendo como base a Contagem da População 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e que o valor correspondente a cada município é dividido em 12(Doze) parcelas, resultando na “Cota Mensal”, que será repassada mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do Consórcio, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito. Demonstrou que para o objeto deste contrato considerou-se para o exercício de 2013 o valor total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), compreendendo a previsão necessária para pagamento de pessoal, encargos sociais, material de expediente, deslocamentos, serviços de terceiros, etc. Explicou que do valor estipulado para Rio Negrinho será deduzido mensalmente o salário/encargos referente ao cargo de secretária executiva exercido pela bióloga Leoni Fuerst, funcionária cedida por este Município no valor de R\$ 5.908,35. Do valor estipulado para São Bento do Sul será deduzido mensalmente o salário/encargos do Médico Veterinário Mauro Fernandes Bácsfalusi e do repasse à Contadora Alice Droszaka no valor de R\$ 6.081,20. Explicou que existe adequação a ser realizada pela Prefeitura de SBS na legitimação da Cessão do servidor Mauro F. Bácsfalusi que mesmo prestando serviço no CIQ há muitos anos ainda não possui essa condição regulamentada, não recebendo, também, nenhuma gratificação pela função. Solicita que a mesma seja materializada a exemplo do que já acontece com RN e com os serviços de contabilidade, corrigindo uma situação injusta e descoordenada. [Emerson] comenta que não é possível, por Lei, ceder funcionário com gratificação citando outros casos nos quais a municipalidade está respondendo Ação junto ao MP. [Leoni] analisa que no momento de sua Cessão ao CIQ este problema também se evidenciou, mas que apesar de a cessão de funcionário ao CIQ se dá forma e condições da legislação de cada um, conforme Contrato de Consórcio a assembleia estabelece e os pagamentos assumidos pela municipalidade poderão ser contabilizados como créditos hábeis para compensação com obrigações no contrato de rateio. (...item 15.2.4.1, os servidores cedidos permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, somente lhe sendo concedidos adicionais ou gratificações nos termos e valores estabelecidos pela Assembleia Geral e, na hipótese de o ente da Federação consorciado assumir

o ônus da cessão do servidor, tais pagamentos poderão ser contabilizados com os créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio). Lembrou que é esse o desconto originado para RN no contrato de manutenção. [Prefeito Fernando] questiona sobre como ceder funcionário e se a gratificação é paga pelo CIQ. [Leoni] comenta que a gratificação deve, necessariamente ser rateada entre os municípios consorciados. Deve constar no contrato de rateio e por esta razão, está consultando a assembleia sobre a possibilidade de incorporação desses valores no contrato atual. (...15.3.3 – A Assembleia Geral poderá autorizar o pagamento de gratificação de função aos servidores cedidos ao Consórcio pelos entes da Federação que o compõe, estabelecendo seu valor monetário para fins de adequação a remuneração de mercado, sendo necessária a previsão orçamentária para tal em rateio de manutenção das atividades do CIQ). Explica, ainda, que o formato utilizado para pagamento da gratificação pela contabilidade que ainda não era pública gerou custos adicionais ao servidor no momento da declaração de renda por ter sido considerado serviço autônomo. Esse formato já vem sendo discutido junto a contabilidade que deverá sugerir modelo mais apropriado. [Prefeito Fernando] comenta não se opor à disponibilização do servidor, arguindo Emerson que é do setor jurídico para respaldo quanto à legitimação do processo. Demais prefeitos não manifestaram contrariedade. [Secretário Marcos] manifesta preocupação da equipe do CIQ quanto às despesas de manutenção questionando sobre como vem sendo pagas tais despesas uma vez que os contratos de manutenção não estão sendo honrados. Comenta que a assembleia tem uma grande questão a avaliar quanto a de fato investir na estruturação e funcionamento do CIQ ou desmobilizá-la evitando tais desgastes. [Leoni] informa que as despesas estão sendo custeadas pelos repasses feitos pelos SAMAes de RN e SBS, sendo que estes recursos, terão, necessariamente, que ser devolvidos aos projetos a que se destinam. Comunica que tal situação está comprometendo o andamento dos trabalhos e que assim como o Secretário Marcos já havia colocado, o CIQ não pode deixar de cobrar tal dívida. Explicou que os contratos de rateio são derivados de aprovação em Assembleia e que devem necessariamente ter seus custos previstos no orçamento municipal. Dessa forma, não é necessário solicitar autorização a Câmara de vereadores para repasse de recursos de contratos com o CIQ pois ele é da administração indireta de cada ente consorciado. [Leoni] Comunica que o CIQ encaminhará expediente a cada municipalidade para definição da renegociação das dívidas pendentes. Decisões tomadas: [CIQ] Encaminhar expediente a municipalidade de SBS solicitando adequação/legitimação da cessão do servidor Mauro F. Bácsfalusi ao CIQ; [CIQ] Readequar contrato

de manutenção das atividades para incorporação da gratificação ao servidor Mauro F. Bácsfalusi; [CIQ] encaminhar expediente a cada municipalidade para definição da renegociação das dívidas pendentes. Tendo sido debatidos todos os assuntos constantes da pauta e não havendo manifestação acerca de eventuais moções de censura, o Presidente deu por encerrada a Assembleia às 11:00 horas, da qual eu, Leoni Fuerst lavrei a Ata.

---

## CVC

---

### **Aviso do Resultado de Pregão (Presencial) 02/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

AVISO DO RESULTADO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 02/2013

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2013

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Consultoria de Serviço de Telefonia Móvel e Internet Móvel para fornecimento dos serviços aos Municípios associados ao Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 14 de Março de 2013, na sede do Consórcio.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 41 de Março de 2013, na sede do Consórcio.

Local para obtenção do edital: na sede do Consórcio, situado na Rua Iguassu, 264 - Anexo ao Centro de Eventos - Centro, no Município de Coronel Freitas/SC.

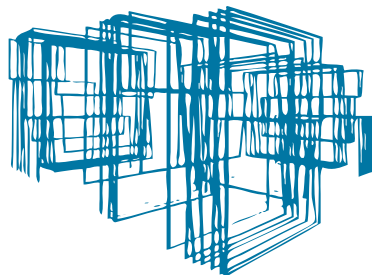
O Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, através de seu Presidente, torna público que o resultado da licitação em epígrafe declarada com "DESERTA".

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: (49)8840-4737

Coronel Freitas, 15 de março de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente



## Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**